Ofício Nº 38/2019
Data: 20/Agosto/2019

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 425/2019
Data: 22/08/2019Hora: 09:27:53
Natureza: Ofício

Senhor Presidente,

Pelo presente, informo que há Requerimentos aprovados em plenário e enviados ao Executivo **SEM RESPOSTA HÁ MAIS DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.**

Os Requerimentos sem respostas até o presente momento são:

08/2019 aprovado em 11/02/2019

27/2019 aprovado em 22/04/2019

28/2019 aprovado em 22/04/2019

30/2019 aprovado em 27/05/2019

32/2019 aprovado em 03/06/2019

35/2019 aprovado em 17/06/2019

Como é de vosso conhecimento, o prazo legal para que o Poder Executivo responda os Requerimentos é de 15 dias, senão vejamos:

LOM

Art. 64 Compete ao Prefeito entre outras atribuições:

...

XIV- prestar a Câmara, dentro de quinze (15) dias, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou de dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

Observe que já se passaram mais de **DEZ** vezes o prazo sem que se quer tenha sido solicitado aumento de prazo, demonstrando total desrespeito para com esta Casa e seus membros.

A Lei Orgânica Municipal prevê expressamente como atribuições da Câmara Municipal:

LOM

Art. 31 Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

...

XIX- fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

E ainda:

Art. 29 Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I- representar a Câmara em juízo e fora dele;

Neste mesmo sentido, traz o Regimento Interno:

Art.13 – O Presidente da Câmara é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações externas, cabendo-lhe a superintendência administrativa e diretiva das atividades internas, competindo-lhe privativamente, além do que é permitido pelo artigo 29 e seus incisos, da Lei Orgânica Municipal, o seguinte:

I - Das atividades legislativas:

...

b) Zelar pelos prazos do processo legislativo;

...

III- Das atividades administrativas:

d) Representar a Câmara em Juízo ou fora dele mediante autorização do plenário;

...

g) Manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com o prefeito e demais autoridades;

Diante do exposto, solicito com URGÊNCIA que vossa senhoria tome todas as medidas cabíveis para que o respeito sobre as determinações desta Casa sejam atendidas conforme os ditames legais, bem como se imponha as penalidades previstas.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Platini dos Santos Pereira
Vereador

Prezado Senhor
Donizete Benedito Da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Monte Sião
Monte Sião-MG

Ofício n.º: 143/2019
Serviço: Departamento de Obras Urbanas e Rurais
Assunto: Resposta ao Requerimento 45/2019.
Data: 05/08//2019

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 424/2019
Data: 15/08/2019Hora: 14:55:11
Natureza: Ofício

A Câmara Municipal

Com meus cordiais cumprimentos, venho por intermédio deste, **RESPONDER** ao requerimento 45/2019, referente ao Georreferenciamento.

1) Quais os bairros foram feitos:

R: Compreende –se os bairro dentro do perímetro urbano de Monte Sião, sendo:

- Alto da Sta Cruz
- Alto da Serra
- Ana Victoria
- Centro
- Chacará São José
- Colinas de Monte Sião
- Condomínio das Àguas
- Conjunto Habitacional Madri
- Conjunto Habitacional Major Antonio Bernardes
- Desmembramento Alecrim (Bairro Pelado – P.U)
- Jardim America I, e II
- Jd Bela Vista
- Jd Bela Vista II
- Jd Palmeiras
- Jd dosYpês
- Jd Flamboyant
- Jd Julia
- Jd Massa
- Jd Mathias I, II e III
- Jd Novo Horizonte
- Jd Planetário
- Jd São Pellegrino

- Jd Vale Verde
- Jd Zanchetta
- Lot Rio das Pedras
- Lot Shimoda
- Morada Nova Monte Sião
- Parco Del Solle I, II e III
- Pq das Fontes
- Pq do Generoso
- Pq Da Antonieta
- Pq Fortunato Zucato
- Pq Industrial
- Pq Madalena
- Pq Por do Sol
- Portal de Minas
- Residencial Villa Bella
- São Rafael
- Tijuco Preto
- Valle Dei Fiori
- Vila São Simão.

2) Quais os valores arrecadados antes e depois do Georreferenciamento;

R: Exercício : 2018 - Lançado – R$ 7.490.224,60- Arrecadado - R$ 6.296.277,27

Exercício : 2019 - Lançado – R$ 8.104.444,32- Arrecadado - R$ 4.792.413,44

Obs: Segundo informações, o Georreferenciamento não esta finalizado até data desta, não contemplando alguns loteamentos como acima descrito.

Atenciosamente

Marcelino A. Vicentin
Diretor de Obras Urbanas e Rurais

REQUERIMENTO PARA USO DA TRIBUNA LIVRE

Dados do requerente:

Nome:
Laerte da Silva

Número de identificação (CPF, RG, CNH):
327978 968 07

Número Título Eleitoral:
3128 5647 0141

Cidade:
Monte Sião

Estado:
MG

Rua:
AV. Guatemala 268

Bairro/Localidade:
JD. America

Telefone:
(35) 9 8958 1433

Endereço eletrônico (e-mail):
SilaLAERTE 8958143@gmail.com.

Profissão:
Guarda / Vigia

Órgão/Entidade:
consorcio intermunicipal do circuito das águas (CONISCA)

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 417/2019
Data: 16/08/2019 Hora: 13:11:32
Natureza: Requerimento Externo

Data a ser reservada:
2 / 09 / 2019

Assunto a ser abordado/justificativa:

Referente a melhorias no Bairro Jardim América redutores de velocidade na Avenida Guatemala calçadas na Rua Luiz Simonetti e iluminação, cano d'agua Vazando, e Livre de acesso da MG ao Bairro

Termo de responsabilidade:
Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e que estou de acordo com a resolução que criou a Tribuna Livre, bem como o Regimento Interno desta Câmara.

Nome:
Laerte da Silva

Assinatura: Laerte da Silva Data: 16/08/2019

	NOME	DATA DE NASCIMENTO	TÍTULO DE ELEITOR	ASSINATURA
	D			
1	Laerte da Silva	12/12/85	31285647 0141	Laerte da Silva
2	Valdemir [illegible]	04/09/1980	10577802 02/81	Valdemir [illegible]
3	Elizabete F. Zucato	11/09/72.	8850290 02/21	[illegible]
4	Lilia Regina dos Botelho	04/08/70	1887 2751 0159	Lilia
5	[illegible]	17/08/91	3867 3159 0141	[illegible]
6	Ednaldo de Souza [illegible]	15-12-74	0918 4300 0264	[illegible]
7	[illegible]	28/02/1983	1342 4746 0299	[illegible]
8	Adriana Ferreira [illegible]	20/05/88	1761 9273 0256	[illegible]
9	Ricardo da Silva Carvini	03/06/1987	3598 6955 0167	Ricardo Carvini
10	Ismael A. Ramos de Oliveira	10/04/1974	1031 1600 0230	[illegible]
11	Viviane Dep. Biggi de Oliveira	29/08/76	1342 4733 0272	[illegible]
12	Ana Julia da Silva	18/07/2000	2216 5092 0230	[illegible]
13	Luiz Carlos da Silva Junior	03/07/1991	3812 1424 0191	[illegible]
14	Maria de Cássia de Souza Silva		1031 0779 0272	Maria de Cássia

			TÍTULO	
15	Luis Carlos da Silva	06/03/66	8783620/99	[illegible]
16	[illegible]	03/04/85	9764531/83	[illegible]
17	Danubia Alves de carvalho	08/05/93	2000 1841 0281	Danubia A. de carvalho
18	Alexandra da c. Bicigo	31/01/87	3704 1403 01 91	Alexandra da c. Bicigo
19	Johnny Thomas Teixeira	30/04/85	1600 0086 0264	Johnny T. Teixeira
20	Carla Daniele Vilela Chaves	25/11/88	1749.2126.0281	Carla Daniele Vilela Chaves
21	Lucas José Nardelli Dias	01/05/91	1797 9243 0273	[illegible]
22	Alaide Aparecida de Souza.	27/09/78	1342 4171 02.	[illegible]
23	Eliel de Souza Silveiro	31/10/87	1749 2131 0248	Eliel de Souza Silveiro
24	André Pereira	14/05/85	1342 5676 0205	André Pereira
25	Cristiane de Cássia Vilela Lima	06/12/81	1342. 4209. 0221	Cristiane Vilela Lima
26	Daniela Sarti da Silva	04/08/86	1599. 9794. 0213	Daniela S. Silva
27	Fabiana de Almeida	04/02/85	1600. 0016. 0256	[illegible]
28	FLÁVIO ALTIERES FERRARI	03/06/84	1342 5536 0248	Flávio Altieres Ferrari
29	Tatiane mendes de Carvalho da silva	30/03/91	1881 3431 0205	Tatiane m. C. silva
30	Alison Brudile do Silva	21/04/1991	1881 3438 0272	[illegible]

31	Patrícia aparecida Chaves	131 09/1994	19336172028 1	Patrícia ap. Chaves
32	Francisco [illegible] Pereira	03.23.1975	91842110256	[illegible]
33	Ana Paula Rodrigues Pereira	25.09.1977	13425476027 2	Ana Paula R. P.
34	Raisso Fernanda Pires de Godoi	13/10/93	20867960248	Raisso F. Pires de Godoi
35	Angélica Teixeira de Souza	26/01/89	06415158071 0	Angélica Teixeira
36	Francisca Edinalda Sde. Cunha	28/06/74	04113091070 1	[illegible]
37	Pedro Igor Silva Freires	31/07/99	21360159020 5	Pedro Igor S. Freires
38	Silvana Fyp. Taveira	9/04/1980	13424293029 9	Silvana Fyp. Taveira
39	[illegible]	16/12/1980	13221582402 56	[illegible]
40	João Batista Guilherme do Nascimento	12/09/1996	1974 3747 0281	[illegible]

DEFERIMENTO

☐ SIM

☐ NÃO

Assinatura Presidente _____

Abaixo-assinado

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Monte Sião.

Os abaixo-assinados, brasileiros, residentes e domiciliados no Bairro Jardim América, nesta cidade de Monte Sião, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar a instalação de redutores de velocidade ao longo da Avenida Guatemala no Bairro Jardim América.

Na certeza de sermos atendidos, encaminhamos esse documento assinado por todos os moradores.

Nomeamos o morador Laerte da Silva, Tel (19) 98958-1433, como nosso representante, caso V.Exª necessite de outras informações.

Monte Sião, Julho de 2019.

Nº	Nome	RG	Assinatura
1	Laerte da Silva	MG 42.478 565	Laerte da Silva
2	Valdemiro marzola	MG 10865620	Valdemiro marzola
3	Ana Celia Pereira Lima	MG 15 318 036	Ana Celia
4	Rodrigo de Jesus Vaz	MG 20.932.785	Rodrigo de Jesus Vaz
5	Elizabete F. Zucato	MG 11485853	Elizabete Zucato
6	Juliana Moraes Pileti	MG. 12.855 380	Juliana Moraes Pileti
7	Adriano da Silva Godoy	MG 18.644 508	Adriano S. Godoy

8	Ana Lúcia da Silva	MG-21.695.198	
9	Luis Carlos da Silva	20.285.896	
10	Luis Carlos da Silva Junior	45.027.636-8	
11	José Eugenio da Silva	355.894.53	
12	Edjan Nunes Coelho	MG 10 831.298	
13	Danubia Alves de Carvalho	MG 18 600-252	Danubia A. de Carvalho
14	Naiara de Moraes Justo	42.904.230	Naiara de M. Justo
15	Alexandre da Cunha Bicigo	374.219.928-55	Alexandre da C. Bicigo
16	Andreia Gomes da Silva	13455088	Andreia Silva
17	Johnny Thomas Teixeira	074 189 326 69	Johnny T. Teixeira
18	Carla Daniele Vilela Chaves	MG-15.117.621	Carla Daniele Vilela Chaves
19	Lucas José Nardi Lima	17757965-9	
20	Eduarda Moreira da Silva	45 109 7488	
21	A Souza.	11.980.588	Alaide Ap.ª Souza.
22	- André Pereira	MG 37335762.	- André Pereira
23	Cristiane de Cássia Vilela Lima	MG-11405.183	Cristiane de Cássia Vilela Lima

24	Valdemar de Godoy	ILL 28065/SP	
25	Anderson Lauri	MG. 11.444.067	Anderson Lauri
26	Lélia Regina dos S Botelho	19450711-0	Lélia
27	Bruna Trindade Diniz	11 717 631	Bruna Diniz
28	Luiz A. de Souza	47 959.387-3	Luiz A. de Souza
29	Eduarda de Souza Ferreira	32.894 966-8	
30	Jose Augusto Domingos	35.671.562-0	Domingos
31		JJ 558436 MG	
32	Ricardo da Silva Carim	12529302	Ricardo Carim
33	Ariadne Ferreira de Godoi	14349723	Ariadne
34	Ismael A Ramos de Oliveira	RG27865306	
35	Viviane Ap. Biggi de Oliveira	11-7.637.875	
36	Suellen de Souza Couto	RG: 38938289	Suellen de Souza Couto
37	Paulo Rogério dos Santos	13598586	
38	Claudiomiro R. Alves	6.955.899-2	Claudiomiro R Alves
39	Maria de Cássia de Souza Silva	29.507.299-4	Maria de Cássia S. Silva

40	Daniela Sarti da Silva	MG-13.171.400	Daniela Sarti da Silva
41	Mauro Carvalho dos Santos	SP40697261-8	
42	Fabiana de Almeida	MG-12.133.564	
43	FLAVIO ALTIERES FERRARI	MG-12.869540	Flavio Altieres Ferrari
44	Alexon Benedito da selva	MG-17.398.646	
45	Tatiane mendes de Carvalho da Silva	MG-15.172.147	Tatiane m. C. Silva
46	Vanessa Nogueira de Nascimento	MG-13.238.102	Vanessa Nogueira do
47	Davird Moraes da Silva	MG35352-275	Davird Moraes da Silva
48	Patrícia aparecida chaves	MG. 19.270.145	Patrícia ap. Chaves
49		MG 14 667 829	
50	Francisco Luis Pereira	30.608.935-X	Fran Luis Pe
51	Ana Paula Rodrigues Pereira	MG-17.489.858	Ana Paula Rodrigues Pereira
52	Raissa Fernanda Pires de Godoi	50 948 7051	Raissa F. P. Godoi
53	André de A. Mendes	35961216-9	
54	Luis Fernando Baraldi	514 50 11	
55	Angélica Teixeira de Souza	2001029114151	Angélica Teixeira de S.

		RG	
56	Pedro Igor Silva Freires	MG 17.346.686	Pedro Igor Silva Freires
57	Francisca Edvalda S. Oliveira da Cunha	MG. 22 883 220	Edvalda S. O. Cunha
58	Silvana Aparecida Taveira	MG-33.881.067	Silvana Apa. Taveira
59	R.S.J.S.	MG-11667644	R.S.J.S.
60	Marcos Rogerio de Campos.	13056009	Marcos Rogerio de Campos
61	Luy Mario Dias	43-50365-00	Luy Mario Dias
62	* João Batista Guilherme do Nascimento.	M.G. 20.224.005	~~João Batista do~~
63	* Daniella Lemes Cardoso Olivi	36 209 295-0	Olivi
64	FABRICIO ROBERTO PEREIRA OLIVI	MG 12 019 183	
65	Eliel de Souza Silverio	39611996-7	Eliel de Souza Silverio
66	Rosa de Souza	MG 13 002 585.	Rosa de Souza
67	Vera Lúcia Freitas	MG-14.616.149	Vera Lúcia Freitas
68	+ Fabio Rodrigues Lima	09526778 65	+ Fabio Rodrigues Lima
69	JOÃO LUCIO GENGHINI JUNIOR	MG 16 323 080	
70	Fernanda Gloria Baroldi Genghini	MG 15.550.365	Baroldi

71	R ANGEL DIAS G SILVA	35 211 265-1	
72	Bruna R. Pires Dias e Silva	RG=14120640	
73	Jose Benedito de Souza e Silva	RG. 6.493 220	
74	Mulines D. Dias Silva	RG 13 931 127-2	
75	Gilberto Efrásio do Santo	RG 13.921.962	
76	Flávia Dias e Silva	39.372.568-6	Flávia Dias e Silva

REQUERIMENTO

Á Câmara Municipal de Monte Sião
Ao Sr. Donizete Benedito da Silva
Presidente da Câmara

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 408/2019
Data: 13/08/2019Hora: 14:27:53
Natureza: Requerimento Externo

Eu, José Senhorini Neto, inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 195.248.348-47, venho informar e requerer o que segue:

PROTOCOLEI nesta Casa, ofício e documentos em 06/08 pelo qual atendi todas as solicitações para a minha recondução ao cargo de Assessor Técnico Legislativo.

Até o presente, passados sete dias, não recebi comunicação quanto a minha convocação.

Informo ter conhecimento quanto Ação Rescisória de nº 0944744-57.2019.8.13.0000 protocolada no último dia 07, sendo que aproveito para informar que na data de ontem, 12, foi **NEGADA** a tutela pretendida de suspenção dos efeitos da Apelação Cível, decisão em anexo.

Assim, requeiro um posicionamento quanto a data para minha recondução ou os motivos para o não cumprimento da decisão judicial.

Caso o entendimento seja pela não recondução imediata, requeiro também que seja devolvido meus documentos originais e cópias bem como o ressarcimento com as despesas.

Sem mais, firmo o presente.

Monte Sião, 13 de Agosto de 2019.

JOSÉ SENHORINI NETO

AÇÃO RESCISÓRIA — 8ª CÂMARA CÍVEL
Nº 1.0000.19.094474-4/000 — MONTE SIÃO
AUTOR(ES)(A)S — CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO REPRESENTADO(A)(S) POR DONIZETI BENEDITO DA SILVA
RÉ(U)(S) — DECIO FRED
RÉ(U)(S) — JOSE EDGARD GUIRELI
RÉ(U)(S) — PLATINI DOS SANTOS PEREIRA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de 'Ação Rescisória com pedido de tutela de urgência liminar' proposta pela **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO** com vistas a desconstituir Acórdão prolatado pela 1ª Turma deste Egrégio Tribunal, Rel. Des. Alberto Vilas Boas, em Recurso de Apelação do Mandado de Segurança n°0000013-28.2017.8.13.0434, movido por **DÉCIO FRED, PLATINI DOS SANTOS PEREIRA** e **JOSÉ DDGARD GUIRELI**.

Nas razões de ordem 01 sustenta a autora que o Acórdão rescindendo viola frontalmente o art. 2° e o art. 37, *caput* e inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Consigna que a egrégia 1ª Câmara Cível deste Tribunal exorbitou das suas funções para atuar com verdadeiro legislador positivo, acrescendo condicionamento legal inexistente quanto às regras de nomeação e exoneração de servidores do legislativo municipal.

Defende que a nomeação e exoneração de servidor da Câmara Municipal são atos de competência exclusiva do Presidente da referida Casa Legislativa, não se submetendo ao crivo do bloco minoritário.

Argumenta a legalidade do ato que foi impugnado por meio de mandado de segurança, porquanto a Lei que instituiu o quadro de servidores da Câmara Municipal (LC n°. 10/2001) é clara em seu artigo 21 que compete ao Presidente da Câmara a nomeação e exoneração de servidores.

Enfatiza que a Lei Complementar alhures referenciada se sobrepõe ao Regimento Interno da Câmara Municipal, sendo que a submissão dos atos de nomeação/exoneração à Mesa teve o desiderato de conferir maior transparência.

Assevera que "não é necessário maior aprofundamento teórico para se verificar que a impetração originária, desde o início, se afigura como mera aventura jurídica, pois, mesmo a advogada que patrocina os vereadores, que já foi Assessora Jurídica da Câmara, confessa e sabe que o ato de nomeação e exoneração dos servidores é feito exclusivamente pelo Presidente da Câmara".

Sublinha que o Acórdão rescindendo enveredou-se para a criação de norma inexistente no ordenamento jurídico, afastando-se da estrita tarefa de analisar a legalidade do ato impugnado e afetando a independência do Legislativo Municipal.

Pontua ser necessária a concessão de tutela de urgência, na medida em que: I) "a plausibilidade e a probabilidade do direito invocado encontra suporte em manifesta violação aos princípios da legalidade e da separação de poderes"; II) "caso os efeitos do julgamento se prorroguem, além de provavelmente, e fatalmente, transcorrer o lapso compreendido da atual legislatura parlamentar e assim haver perda de objeto nesta ação, haverá manifesta desordem e insegurança administrativa".

Contesta a ausência de razoabilidade da pretensão aviada pelos réus nos autos do *writ*, destacando que os servidores da Câmara não atendem a este ou a aquele Vereador, mas trabalham em prol de toda a edilidade.

Deste modo, requer a concessão de tutela de urgência para fins de suspender os efeitos da decisão emanada no Acórdão da Apelação Cível de n°1.0434.17.000001-3/002 até o julgamento final desta rescisória e, ao final, a procedência do pedido, com a consequente

desconstituição do Acórdão atacado, julgando-se improcedente a pretensão deduzida pelos impetrantes.

Além disso, pugna pela citação dos requeridos, apresenta protesto genérico de provas e atribui à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais).

Com a inicial foram juntados os documentos de ordem 02/46.

O feito foi distribuído à minha relatoria, vindo os autos eletrônicos sequencialmente conclusos.

É o sucinto relatório.

Decido.

De início, passa-se ao exame do pedido de tutela de urgência.

Registre-se que a concessão da tutela em questão submete-se à demonstração da plausibilidade do direito invocado pela parte requerente, aliada ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015.

A esse respeito, a doutrina de Humberto Theodoro Júnior assinala:

> [...]
> Os requisitos, portanto, para alcançar-se uma providência de urgência de natureza cautelar ou satisfativa são, basicamente, dois:
> *(a) Um dano potencial, um risco que corre o processo de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do periculum in mora, risco esse que deve ser objetivamente apurável.*
> *(b) A probabilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o fumus boni iuris.*
> Para a tutela de urgência, não é preciso demonstrar-se cabalmente a existência do direito material em risco, mesmo porque esse, frequentemente, é litigioso e só terá sua comprovação e declaração no final do processo. Para merecer a tutela cautelar, o direito em risco há de revelar-se apenas como o interesse que justifica o "direito de ação", ou seja, o direito ao processo de mérito.
> É claro que deve ser revelado como um "interesse amparado pelo direito objetivo, na forma de um direito subjetivo, do qual o suplicante se considera titular, apresentando os elementos que *prima facie* possam

> formar no juiz uma opinião de credibilidade mediante um conhecimento sumário e superficial", como ensina Ugo Rocco. O juízo necessário não é o de certeza, mas o de verossimilhança, efetuado sumária e provisoriamente à luz dos elementos produzidos pela parte.
> [...]
> Para obtenção da tutela de urgência, a parte deverá demonstrar fundado temor de que, enquanto aguarda a tutela definitiva, venham a faltar as circunstâncias de fato favoráveis à própria tutela. E isto pode ocorrer quando haja o risco de perecimento, destruição, desvio, deterioração, ou de qualquer mutação das pessoas, bens ou provas necessários para a perfeita e eficaz atuação do provimento final do processo [...]." (Curso de direito processual civil / Humberto Theodoro Júnior. – 59. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018).

E analisando os autos em sede de cognição sumária e provisória, constata-se que a autora não obteve êxito em demonstrar a plausibilidade do direito invocado, o que obsta o deferimento da medida antecipatória vindicada.

Neste sentido e em cognição inicial **não se vislumbra violação frontal e evidente aos dispositivos indicados na inicial** (art. 2° e o art. 37, *caput* e inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), havendo, a princípio, apenas a franca discordância da autora quanto à interpretação conferida pelos Julgadores quando da prolação do Acórdão de n°. 1.0434.17.000001-3/002.

Desta feita, revela-se prudente aguardar a oitiva dos demais envolvidos e a regular instrução probatória para fins de deliberação detalhada sobre o direito arguido pela demandante.

Assim, diante do exposto e estando ausente a plausibilidade do direito invocado, **INDEFIRO** o pedido liminar.

CITEM-SE os réus para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, em observância ao disposto no art. 970 do Código de Processo Civil de 2015.

Apresentada a peça de defesa, abra-se vista à autora para, querendo, oferecer impugnação.

Depois disso, **INTIMEM-SE** as partes e a douta Procuradoria Geral de Justiça para dizerem se possuem provas a produzir.

Observadas as determinações em questão, retornem conclusos para os devidos fins.

Publique-se e Intimem-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2019.

DESA. ÂNGELA DE LOURDES RODRIGUES
Relatora

Ao Exmo. Sr. Presidente

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 407/2019
Data: 13/08/2019Hora: 09:32:30
Natureza: Requerimento Interno

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro informações quanto ao cumprimento da ordem judicial e a convocação do Sr. José Senhorini Neto.

Outrossim, que esclareça quando se dará a efetivação do Assessor em questão ou os motivos para mais adiamento.

Decio Fred
Vereador

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 396/2019
Data: 07/08/2019Hora: 10:31:39
Natureza: Ofício

Senhor Presidente;

Como é de vosso conhecimento, no último dia 05 foi provida pelo Executivo reunião com diversas autoridades de segurança pública no centro cultural anexo a prefeitura.

Vossa Exa. esteve presente e demais Vereadores, deixando a reunião próximo das 18 horas.

Pela relevância do tema tratado, continuei presente até o final da reunião e por tal motivo, justifico minha falta na sessão plenária realizada na mesma data e horário.

Para que seja evitado outras situações como essa, onde o Executivo marca importantes reuniões no mesmo dia e horário que as reuniões ordinárias do Legislativo, solicito que como representante deste Poder, oficie o Executivo para que este fato não se repita.

Respeitosamente.

Décio Fred
Vereador

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Gabinete do Prefeito

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 116/2019

Monte Sião, 08 de julho de 2019.

Ao Exmo. Senhor
José Tadeu Comune
Vereador

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 395/2019
Data: 05/08/2019Hora: 15:00:36
Natureza: Ofício

Assunto: Resposta ao Ofício nº 22/2019.

Prezado Senhor

José Pocai Júnior, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em resposta ao oficio supramencionado, encaminha documentação em anexo, sobre as taxas de lixo cobradas do Santuário de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, Igreja São João Batista, Igreja Santa Terezinha e Igreja São José.

Sendo o que cabia para o momento, renova protestos de elevada estima.

Atenciosamente

José Pocai Junior
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 18.192.898/0001-02

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro Tel.: (35) 3473-3200

Ficha Cadastral Exercício: 2019

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	09:51:40
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON

DADOS CADASTRAIS

Inscrição: 0001021270824001 **Setor:** 02 **Quadra:** 127 **Lote:** 0824 **Matrícula:** M-6.462

Cobrança: RELIGIOSO **Cadastro:** 04/02/2010 **Valor Venal:** R$

Proprietário

Nome: SOCIEDADE OBRA DE SANTA RITA

CPF/CNPJ: 19.124.916/0001-81 **RG/Insc Est.:** **Telefone:**

Endereço do Imóvel

Logra.: RUA ELPIDIO GLORIA, 00151 - IGREJA SANTA TEREZINHA

Bairro: PARQUE DONA ANTONIETA **CEP:** 37580000

Loteamento: **Quadra:** 127 **Lote:** 0824 **Unidade:** 001

Endereço de Correspondência

Logra.: RUA PADRE CORNELIO, 00082 -

Bairro: CENTRO **CEP:** 37580000

Cidade MONTE SIAO **UF:** MG

Característica do Terreno

Área do Terreno: 1863,90 **Valor Venal Terreno:** 170573,68 **Testada:** 89,37 **Fundo:** **Lado Esquerdo:** 0 **Lado Direito:** 0

Zoneamento: ZONA_UNICA **Fração Ideal:** 0,43 **Área Edificada Total:** 1773,32

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
COBRA COSIP	NAO	OCUPACAO DO LOTE	CONSTRUIDO	CERCA	PREDIAL
PATRIMONIO	RELIGIOSO	MURO/CERCA	PASSEIO	USO DO IMOVEL	PROPRIA
UTILIZACAO	RESIDENCIAL	SITUACAO	GLEBA	PERFIL	PLANO
SOLO	FIRME				

Característica da Edifica

Área Edificada: 760,50 **Valor Venal Edific:** 989536,15

Tipo Edif: ESPECIAL **Data da Construção:** 0 **Área Edificada Total:** 1773,32

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
NUMERO HABITE-SE	VALOR INFORMADO	DATA DO HABITE-SE	VALOR INFORMADO	ACABAMENTO INTERNO	BOM
ALINHAMENTO	RECUADA	PISO	CERAMICO	LOCALIZACAO	FRENTE
CONSERVACAO	OTIMA	POSICAO	ISOLADA	ESTRUTURA	ALVENARIA
INSTALACAO ELETRICA	EMBUTIDA	COBERTURA	TELHA DE BARRO	HABITE-SE	POSSUI / PARCIAL
VEDACAO	ALVENARIA	FORRO	LAJE	REVESTIMENTO	REBOCO/PINTURA
INSTALACAO SANITARIA	INTERNO				

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Extrato por Cadastro Dt Referência: 04/07/2019 Modulo: 1 - IMOBILIÁRIO VERIFICAR DIVIDAS RELACIONADAS Cadastros: AND COD_CAD_DIV = '000006582' Listar parcela(s) com exigibilidade suspensa

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	09:51:54
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	1 de 1

Contribuinte: SOCIEDADE OBRA DE SANTA RITA CPF/CNPJ: 19.124.916/0001-81

Endereço: RUA ELPIDIO GLORIA, Nº 00151 Comple:IGREJA SANTA TEREZINHA CEP: 37580000 Bairro: PARQUE DONA

Setor: 02 Quadra: 127 Lote: 0824 Matricula: 0001021270824001 **Cadastro: 000006582**

Exercício: 2014 Código da Dívida: 326928

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos: Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação	
1	1	IPTU	25/06/2014	1	895506	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					N	N	N	ISENTO	
		Sub-Total:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									**0,00**

Exercício: 2019 Código da Dívida: 430910

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos: Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação	
1	1	IPTU	10/05/2019	1	1389586	105,78	0,00	0,00	10,58	1,16	0,00	0,00	117,52	26/06/2019	24/06/2019	104	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/06/2019	2	1443610	105,78	0,00	0,00	5,24	0,00	0,00	0,00	111,02	26/06/2019	24/06/2019	104	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/07/2019	3	1443611	105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,78						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/08/2019	4	1443612	105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,78						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/08/2019	5	1443613	105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,78						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/09/2019	6	1443614	105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,78						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/10/2019	7	1443615	105,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,78						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/11/2019	8	1443616	105,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,82						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
		Sub-Total:				846,28	0,00	0,00	15,82	1,16	0,00	634,72	228,54									**634,72**
		Total:				846,28	0,00	0,00	15,82	1,16	0,00	634,72	228,54									

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 18.192.898/0001-02

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro Tel.: (35) 3473-3200

Ficha Cadastral Exercício: 2019

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	10:05:11
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON

DADOS CADASTRAIS

Inscrição: 0001040010237001 **Setor:** 04 **Quadra:** 001 **Lote:** 0237 **Matrícula:**

Cobrança: RELIGIOSO **Cadastro:** 15/09/2008 **Valor Venal:** R$

Proprietário

Nome: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE MONTE SIAO

CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64 **RG/Insc Est.:** **Telefone:**

Endereço do Imóvel

Logra.: AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS, S/N - SANTUARIO Na Sra. DA MEDALHA M

Bairro: CENTRO **CEP:** 37580000

Loteamento: **Quadra:** 001 **Lote:** 0237 **Unidade:** 001

Endereço de Correspondência

Logra.: RUA PADRE CORNELIO, 00082 -

Bairro: CENTRO **CEP:** 37580000

Cidade MONTE SIAO **UF:** MG

Característica do Terreno

Área do Terreno: 766,55 **Valor Venal Terreno:** 588894,37 **Testada:** 22,9 **Fundo:** **Lado Esquerdo:** 0 **Lado Direito:** 0

Zoneamento: ZONA_UNICA **Fração Ideal:** 1,00 **Área Edificada Total:** 621

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
COBRA COSIP	NAO	OCUPACAO DO LOTE	CONSTRUIDO	CERCA	PREDIAL
PATRIMONIO	RELIGIOSO	MURO/CERCA	PASSEIO	USO DO IMOVEL	PROPRIA
UTILIZACAO	RESIDENCIAL	SITUACAO	MAIS 1 FRENTE	PERFIL	PLANO
SOLO	FIRME				

Característica da Edifica

Área Edificada: 621,00 **Valor Venal Edific:** 646418,88

Tipo Edif: ESPECIAL **Data da Construção:** 0 **Área Edificada Total:** 621

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
ACABAMENTO INTERNO	BOM	ALINHAMENTO	ALINHADA	PISO	CERAMICO
LOCALIZACAO	FRENTE	CONSERVACAO	OTIMA	POSICAO	ISOLADA
ESTRUTURA	ALVENARIA	INSTALACAO ELETRICA	EMBUTIDA	COBERTURA	TELHA DE BARRO
VEDACAO	ALVENARIA	FORRO	LAJE	REVESTIMENTO	REBOCO/PINTURA
INSTALACAO SANITARIA	INTERNO				

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Extrato por Cadastro Dt Referência: 04/07/2019 Modulo: 1 - IMOBILIÁRIO VERIFICAR DIVIDAS RELACIONADAS Cadastros: AND COD_CAD_DIV = '000006337' Listar parcela(s) com exigibilidade suspensa

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	10:05:26
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	1 de 1

Contribuinte: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64

Endereço: AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS, Nº S/N Comple:SANTUARIO Na Sra. DA MEDALHA M CEP: 37580000 Bairro:

Setor: 04 Quadra: 001 Lote: 0237 Matricula: 0001040010237001 **Cadastro: 000006337**

Exercício: 2014 Código da Dívida: 322990

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos:	Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação	
1	1	IPTU	25/06/2014	1	873712		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					N	N	N	ISENTO	
		Sub-Total:					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									**0,00**

Exercício: 2019 Código da Dívida: 430665

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos:	Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação	
1	1	IPTU	10/05/2019	1	1389341		86,38	0,00	0,00	3,71	0,00	0,00	0,00	90,09	23/05/2019	22/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/06/2019	2	1442662		86,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,38	27/05/2019	24/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/07/2019	3	1442663		86,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,38	26/06/2019	25/06/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/08/2019	4	1442664		86,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,38						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/08/2019	5	1442665		86,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,38						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/09/2019	6	1442666		86,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,38						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/10/2019	7	1442667		86,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,38						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/11/2019	8	1442668		86,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,39						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
		Sub-Total:					691,05	0,00	0,00	3,71	0,00	0,00	431,91	262,85									**431,91**
		Total:					691,05	0,00	0,00	3,71	0,00	0,00	431,91	262,85									

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 18.192.898/0001-02

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro Tel.: (35) 3473-3200

Ficha Cadastral Exercício: 2019

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	09:49:13
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON

DADOS CADASTRAIS

Inscrição: 0001040290479001 **Setor:** 04 **Quadra:** 029 **Lote:** 0479 **Matrícula:**

Cobrança: RELIGIOSO **Cadastro:** 15/09/2008 **Valor Venal:** R$ 137.804,36

Proprietário

Nome: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE MONTE SIAO

CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64 **RG/Insc Est.:** **Telefone:**

Endereço do Imóvel

Logra.: RUA BAHIA, 00479 -

Bairro: MAGIOLI **CEP:** 37580000

Loteamento: **Quadra:** 029 **Lote:** 0479 **Unidade:** 001

Endereço de Correspondência

Logra.: RUA PADRE CORNELIO, 00082 -

Bairro: CENTRO **CEP:** 37580000

Cidade MONTE SIAO **UF:** MG

Característica do Terreno

Área do Terreno: 354,00 **Valor Venal Terreno:** 45300,67 **Testada:** 9 **Fundo:** **Lado Esquerdo:** 0 **Lado Direito:** 0

Zoneamento: ZONA_UNICA **Fração Ideal:** 1,00 **Área Edificada Total:** 342,09

Característica	Desdobro	Característica	Desdobro		
COBRA COSIP	NAO	OCUPACAO DO LOTE	CONSTRUIDO	CERCA	PREDIAL
PATRIMONIO	RELIGIOSO	MURO/CERCA	PASSEIO	USO DO IMOVEL	PROPRIA
UTILIZACAO	RESIDENCIAL	SITUACAO	MAIS 1 FRENTE	PERFIL	PLANO
SOLO	FIRME				

Característica da Edifica

Área Edificada: 342,09 **Valor Venal Edific:** 92503,69

Tipo Edif: CASA **Data da Construção:** 0 **Área Edificada Total:** 342,09

Característica	Desdobro	Característica	Desdobro		
ACABAMENTO INTERNO	BOM	ALINHAMENTO	ALINHADA	PISO	CERAMICO
LOCALIZACAO	FRENTE	CONSERVACAO	OTIMA	POSICAO	ISOLADA
ESTRUTURA	ALVENARIA	INSTALACAO ELETRICA	EMBUTIDA	COBERTURA	TELHA DE BARRO
VEDACAO	ALVENARIA	FORRO	MADEIRA	REVESTIMENTO	REBOCO/PINTURA
INSTALACAO SANITARIA	EXTERNO				

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Extrato por Cadastro Dt Referência: 04/07/2019 Modulo: 1 - IMOBILIÁRIO VERIFICAR DIVIDAS RELACIONADAS Cadastros: AND COD_CAD_DIV = '000007845' Listar parcela(s) com exigibilidade suspensa

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	09:49:33
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	1 de 1

Contribuinte: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64

Endereço: RUA BAHIA, Nº 00479 Comple: CEP: 37580000 Bairro: MAGIOLI

Setor: 04 Quadra: 029 Lote: 0479 Matricula: 0001040290479001 **Cadastro: 000007845**

Exercício: 2014 Código da Dívida: 344940

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos: Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação
1	1	IPTU	25/06/2014	1	1016901	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					N	N	N	ISENTO
		Sub-Total:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								**0,00**

Exercício: 2019 Código da Dívida: 432172

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos: Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação
1	1	IPTU	10/05/2019	1	1390848	47,58	0,00	0,00	2,04	0,00	0,00	0,00	49,62	23/05/2019	22/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	10/06/2019	2	1452081	47,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,58	27/05/2019	24/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	10/07/2019	3	1452082	47,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,58	26/06/2019	25/06/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	10/08/2019	4	1452083	47,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,58						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	25/08/2019	5	1452084	47,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,58						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	25/09/2019	6	1452085	47,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,58						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	25/10/2019	7	1452086	47,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,58						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO
1	1	IPTU	25/11/2019	8	1452087	47,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,62						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO
		Sub-Total:				380,68	0,00	0,00	2,04	0,00	0,00	237,94	144,78								**237,94**
		Total:				380,68	0,00	0,00	2,04	0,00	0,00	237,94	144,78								

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 18.192.898/0001-02

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro Tel.: (35) 3473-3200

Ficha Cadastral Exercício: 2019

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	09:50:34
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON

DADOS CADASTRAIS

Inscrição: 0001030340167001 **Setor:** 03 **Quadra:** 00L **Lote:** 0009 **Matrícula:**

Cobrança: RELIGIOSO **Cadastro:** 15/09/2008 **Valor Venal:** R$ 481.381,63

Proprietário

Nome: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE MONTE SIAO

CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64 **RG/Insc Est.:** **Telefone:**

Endereço do Imóvel

Logra.: RUA TENENTE ALAIR MONTEIRO, 00004 -

Bairro: JARDIM PLANETARIO **CEP:** 37580000

Loteamento: **Quadra:** 00L **Lote:** 0009 **Unidade:** 001

Endereço de Correspondência

Logra.: RUA PADRE CORNELIO, 00082 -

Bairro: CENTRO **CEP:** 37580000

Cidade MONTE SIAO **UF:** MG

Característica do Terreno

Área do Terreno: 399,00 **Valor Venal Terreno:** 81729,24 **Testada:** 5 **Fundo:** **Lado Esquerdo:** 0 **Lado Direito:** 0

Zoneamento: ZONA_UNICA **Fração Ideal:** 1,00 **Área Edificada Total:** 452,57

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
COBRA COSIP	NAO	OCUPACAO DO LOTE	CONSTRUIDO	CERCA	PREDIAL
PATRIMONIO	RELIGIOSO	MURO/CERCA	PASSEIO	USO DO IMOVEL	PROPRIA
UTILIZACAO	RESIDENCIAL	SITUACAO	MAIS 1 FRENTE	PERFIL	ACLIVE
SOLO	FIRME				

Característica da Edifica

Área Edificada: 452,57 **Valor Venal Edific:** 399652,39

Tipo Edif: ESPECIAL **Data da Construção:** 0 **Área Edificada Total:** 452,57

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
ACABAMENTO INTERNO	MEDIO	ALINHAMENTO	ALINHADA	PISO	CERAMICO
LOCALIZACAO	FRENTE	CONSERVACAO	BOA	POSICAO	ISOLADA
ESTRUTURA	ALVENARIA	INSTALACAO ELETRICA	EMBUTIDA	COBERTURA	LAJE
VEDACAO	ALVENARIA	FORRO	LAJE	REVESTIMENTO	REBOCO/PINTURA
INSTALACAO SANITARIA	MAIS QUE UM				

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Extrato por Cadastro Dt Referência: 04/07/2019 Modulo: 1 - IMOBILIÁRIO VERIFICAR DIVIDAS RELACIONADAS Cadastros: AND COD_CAD_DIV = '000005577' Listar parcela(s) com exigibilidade suspensa

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	09:50:50
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	1 de 1

Contribuinte: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64

Endereço: RUA TENENTE ALAIR MONTEIRO, Nº 00004 Comple: CEP: 37580000 Bairro: JARDIM PLANETARIO

Setor: 03 Quadra: 034 Lote: 0167 Matricula: 0001030340167001 **Cadastro: 000005577**

Exercício: 2014 Código da Dívida: 313740

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos: Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação	
1	1	IPTU	25/06/2014	1	807900	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					N	N	N	ISENTO	
		Sub-Total:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									**0,00**

Exercício: 2019 Código da Dívida: 429906

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Processos: Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação	
1	1	IPTU	10/05/2019	1	1388582	62,95	0,00	0,00	2,70	0,00	0,00	0,00	65,65	23/05/2019	22/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/06/2019	2	1437957	62,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,95	27/05/2019	24/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/07/2019	3	1437958	62,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,95	26/06/2019	25/06/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	10/08/2019	4	1437959	62,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,95						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/08/2019	5	1437960	62,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,95						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/09/2019	6	1437961	62,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,95						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/10/2019	7	1437962	62,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,95						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
1	1	IPTU	25/11/2019	8	1437963	62,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,97						N	N	N	ABERTO DO EXERCÍCIO	
		Sub-Total:				503,62	0,00	0,00	2,70	0,00	0,00	314,77	191,55									**314,77**
		Total:				503,62	0,00	0,00	2,70	0,00	0,00	314,77	191,55									

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 18.192.898/0001-02

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro Tel.: (35) 3473-3200

Ficha Cadastral Exercício: 2019

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	10:10:46
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON

DADOS CADASTRAIS

Inscrição: 0001040280190001 **Setor:** 04 **Quadra:** 028 **Lote:** 0190 **Matrícula:**

Cobrança: RELIGIOSO **Cadastro:** 15/09/2008 **Valor Venal:** R$ 144.807,76

Proprietário

Nome: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE MONTE SIAO

CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64 **RG/Insc Est.:** **Telefone:**

Endereço do Imóvel

Logra.: RUA BAHIA, S/N -

Bairro: MAGIOLI **CEP:** 37580000

Loteamento: **Quadra:** 028 **Lote:** 0190 **Unidade:** 001

Endereço de Correspondência

Logra.: RUA PADRE CORNELIO, 00082 -

Bairro: CENTRO **CEP:** 37580000

Cidade MONTE SIAO **UF:** MG

Característica do Terreno

Área do Terreno: 205,00 **Valor Venal Terreno:** 32802,05 **Testada:** 11 **Fundo:** **Lado Esquerdo:** 0 **Lado Direito:** 0

Zoneamento: ZONA_UNICA **Fração Ideal:** 1,00 **Área Edificada Total:** 105

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
COBRA COSIP	NAO	OCUPACAO DO LOTE	CONSTRUIDO	CERCA	PREDIAL
PATRIMONIO	RELIGIOSO	MURO/CERCA	PASSEIO	UTILIZACAO	RESIDENCIAL
USO DO IMOVEL	CEDIDA	SITUACAO	UMA FRENTE	PERFIL	PLANO
SOLO	FIRME				

Característica da Edifica

Área Edificada: 105,00 **Valor Venal Edific:** 112005,71

Tipo Edif: ESPECIAL **Data da Construção:** 0 **Área Edificada Total:** 105

Caracteristica	Desdobro	Caracteristica	Desdobro		
ACABAMENTO INTERNO	SIMPLES	ALINHAMENTO	RECUADA	PISO	CERAMICO
LOCALIZACAO	FRENTE	CONSERVACAO	OTIMA	POSICAO	ISOLADA
ESTRUTURA	ALVENARIA	INSTALACAO ELETRICA	EMBUTIDA	COBERTURA	TELHA DE BARRO
VEDACAO	ALVENARIA	FORRO	LAJE	REVESTIMENTO	REBOCO/PINTURA
INSTALACAO SANITARIA	INEXISTENTE				

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Extrato por Cadastro Dt Referência: 04/07/2019 Modulo: 1 - IMOBILIÁRIO VERIFICAR DIVIDAS RELACIONADAS Cadastros: AND COD_CAD_DIV = '000007718' Listar parcela(s) com exigibilidade suspensa

Data Emissão:	04/07/2019
Hora:	10:10:59
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	1 de 1

Contribuinte: ARQUIDIOCESE POUSO ALEGRE-PAROQUIA DE CPF/CNPJ: 17.930.934/0027-64

Endereço: RUA BAHIA, Nº S/N Comple: CEP: 37580000 Bairro: MAGIOLI

Setor: 04 Quadra: 028 Lote: 0190 Matricula: 0001040280190001 **Cadastro: 000007718**

Exercício: 2014 Código da Dívida: 343090

Processos:

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação
1	1	IPTU	25/06/2014	1	1004276	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					N	N	N	ISENTO
		Sub-Total:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								0,00

Exercício: 2019 Código da Dívida: 432045

Processos:

Mod	Tipo	Receita	Vencimento	Par	NNumer	Valor	Desconto	Correção	Multa	Juros	Honorário	A Pagar	Valor Pago	Movimento	Pagto/Canc	Conta	Lote	Susp	Prot	Ex	Situação
1	1	IPTU	10/05/2019	1	1390721	58,42	0,00	0,00	2,51	0,00	0,00	0,00	60,93	23/05/2019	22/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍ
1	1	IPTU	10/06/2019	2	1451128	58,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58,42	27/05/2019	24/05/2019	756	1	N	N	N	PAGO NO EXERCÍ
		Sub-Total:				116,84	0,00	0,00	2,51	0,00	0,00	0,00	119,35								0,00
		Total:				116,84	0,00	0,00	2,51	0,00	0,00	0,00	119,35								

REQUERIMENTO PARA USO DA TRIBUNA LIVRE

Dados do requerente:

Nome: Paulo Sérgio Carlos de Oliveira

Número de identificação (CPF, RG, CNH): CPF 060.234.336-42 / RG 4.874.633-0

Número Título Eleitoral: 0445.0880.0680

Cidade: Monte Sião

Estado: MG

Rua: Minas Gerais, 481

Bairro/Localidade: Centro

Telefone: (35) 3465-8482 ou (35) 9-9169-2929

Endereço eletrônico (e-mail): paulosergio.radio-98@hotmail.com

Profissão: Radialista

Órgão/Entidade:

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 380/2019
Data: 05/08/2019 Hora: 10:20:03
Natureza: Requerimento Externo

Data a ser reservada:

Assunto a ser abordado/justificativa:

Trabalho social às famílias carentes de Monte Sião, também a distribuições de fraldas geriátricas gratuita.

Termo de responsabilidade:

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e que estou de acordo com a resolução que criou a Tribuna Livre, bem como o Regimento Interno desta Câmara.

Nome: Paulo Sergio Carlos de Oliveira

Assinatura: Paulo Sergio

Data:

	NOME	DATA DE NASCIMENTO	TÍTULO DE ELEITOR	ASSINATURA
1	Milton Cesar Pereira	20/11/1972	1003815102 13	Milton Cesar
2	Marcelo Faria	23/11/65		Marcelo Faria
3	Rodrigo Rodrigues dos Santos	22/12/61	0460-5706-8225	Rodrigo
4	José Francisco de Souza Neto	19/08/1959	0041 57470281	
5	Egidelson F. P. de Godoi	04/09/1987	159998520221	
6	Joaquim Carlos dos Santos	17/10/1948	004166180281	Joaquim C. Santos
7	Soraya Bernardi	03/07/1976	009183920248	
8	+ Lazaro Aparecido Laureano	24/05/1942	0041 55160256	+ Lazaro
9	Ana Paula de Brito Laureano	24/04/1980	127597930205	Ana
10	Valdir C Parecido Laureano	20/04/1980	1965 75580732	Valdir
11	Ricardo Lindo de morais	08/04/1978	1184 3078 0256	Ricardo L de morais
12	maria aparecida laureano de morais	13425628 0205	29/05/1984	
13	João Cicero Zanghini	23/07/1958	0244 3739 0256	
14	Platini Santos Pereira	28/12/83	13424437 0213	

Maria Aparecida de Jesus do Santo 28/11/621 154372081/16 MS

15	Mariene Lara dos Santos	20/06/1971	7342 4360 0299	M dos Santos
16	Augusta Honorata Laurino	01/09/1970	0885 0512 0205	Augusta
17	João Batista Loureiro	16/04/1966	0244 4047 0272	
18	Michelli Linda Esteves	09-07-78	1965 8409 0141	
19	Odb/ Robson da Silva	30/04/1990	3782 8236 0116	Odb/ Robson Silva
20	Jemima dos Santos Bez	13/02/1978	0829 7257 0558	Jemima dos S. Bez
21	Ana Lucia C. Silva	29/08/71.	8350 2360 248.	Ana Lucia C Silva
22	Adriana Cyda Anselmi Lima	30/01/1976	2204 1461 0116	
23	Lucineide de Morais	12/02/1981	1342 4628 0272	Lmoraes
24	Benedito Domingues Maciel	26/03/1954	0501 6738 0230	
25	natalina linda de sousa	24/12/1960	1184 3079 0230	
26	Tânia Alves de Moraes	13/06/1982	1342 4629 0221	
27	Nyde Monteiro Comune	13/09/1945	879 1290 2/56	Nyde M. Comune
28	Lucas Op. Alves de Moraes	12/02/1971	0918 3703 0213	LAlves de Moraes
29	Ronaldo L. de Morais	13/02/1981	1342 4086 0205	
30	Eliane R. de morais	14/02/1986	1342 5420 0213	Eliane R. de morais

31	Camilly Rodrigues de Morais	20/03/2003	2245 0317 0213	Camilly R. de Morais
32	Joana Rodrigues de Morais	27/04/1964	0501 6438 0248	Joana R de Morais
33	Woodraw Melleston Luiz	22/11/1974	918 437 002/72	
34	Marcio Roberto Lopes	08/03/1975	0018433 10264	Marcio R. Lopes
35	Raquel G. Nunes	9/01/1986	1637 7424 0221	Raquel G. Nunes
36	Joao Victor da Silva Graciani	30/03/1992	2030 4336 0272	João Victor
37	Giovana F. Gonçalves	23/07/1966	4155 8802/23	
38	Rinaldo L. S. Lyra	03/02/77	1139 4056 0248	
39	Roberta Fagundes Gonçalves	15/1/73	9183 7480 2/13	
40	Marcio Marcelino de Sousa	21/08/66	244 HH 8302/99	

DEFERIMENTO

☐ SIM

☐ NÃO

Assinatura Presidente _____

Prefeitura do Município de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
DIRETORIA DE OBRAS URBANAS E RURAIS
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 373/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 31 / 07 / 2019
HORÁRIO: 15:05
Assinatura

Ofício n.º: 129/2019
Serviço: Departamento de Obras Urbanas e Rurais
Assunto: Resposta ao Requerimento 37/2019.
Data: 31/07/2019

Câmara Municipal

Com meus cordiais cumprimentos, venho por intermédio deste, **RESPONDER** ao requerimento 37/2019, no que se refere ao terreno onde será localizado a futura obra do Campo do Bairro da Mococa, a Rua Aquiles de Souza Bueno, Recanto São Marcos, Monte Sião –MG.

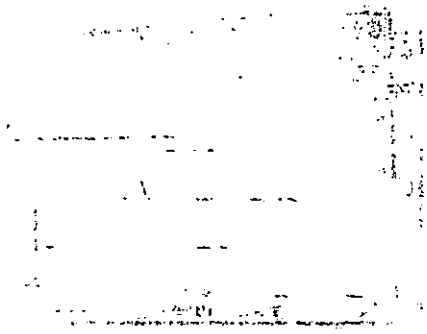
Com relação as informações solicitadas, estamos aguardando a liberação pela Caixa Economia de Poços de Caldas, onde se encontra em análise, para eventual alteração no projeto e locação, afim de atender todas as normas exigidas para aprovação e liberação.

Assim que tivermos uma posição concreta e segura, podemos fornecer todos os itens a nós solicitados.

Sendo assim, valho-me da oportunidade para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Marcelino A. Vicentin
Diretor de Obras Urbanas e Rurais



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 085/2019

Monte Sião, 30 de julho de 2019.

Ao Exmo. Sr.
Donizete Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 372/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 30/07/2019
HORÁRIO: 14:05
Assinatura

Assunto: Encaminha documentos.

Senhor Presidente,

A Diretoria do Departamento de Administração encaminha a Vossa Senhoria e aos Nobres Vereadores, uma via dos Decretos do Executivo de nº: 7.700, de 25 de junho de 2019 até o nº; 7.769, de 29 de julho de 2019, um via das Leis Ordinárias de nºs: 2.530, de 04 de julho de 2019, 2.531, de 12 de julho de 2019 e 2.532, de 12 de julho de 2018 e uma via da Lei Complementar nº: 225, de 08 de julho de 2019.

Informa que os Decretos utilizados pela Divisão de Contabilidade serão encaminhados em separado, portanto, as vias ora enviadas poderão apresentar numeração não sequencial.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração

OFÍCIO

Á Câmara Municipal de Monte Sião-MG
Aos cuidados da Mesa Diretora

Pelo presente, a fim de dar maior agilidade no recebimento de futura comunicação que se faça necessária, informo os meios de contato para que seja intimado/citado/notificado.

Meu endereço, e-mail e telefone continuam sem alterações e seguem abaixo.

Avenida Águas Virtuosas, 164, Parque das Fontes, neste município, e-mail senhorininineto@hotmail.com através do qual recebo intimações, citações e notificações e ainda meu telefone, (35) 98707-8180.

Atenciosamente,

Monte Sião, 25 de julho de 2019.

JOSÉ SENHORINI NETO
CPF 195.248.348-74

Câmara Municipal Monte [illegible]
PROTOCOLO Nº: 368/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 25/07/19.
HORÁRIO: 11:15hs
Assinatura

OFÍCIO

Á Câmara Municipal de Monte Sião-MG
Aos cuidados da Mesa Diretora

Pelo presente, a fim de dar maior agilidade no recebimento de futura comunicação que se faça necessária, informo os meios de contato para que seja intimado/citado/notificado.

Meu endereço, e-mail e telefone continuam sem alterações e seguem abaixo.

Avenida Águas Virtuosas, 164, Parque das Fontes, neste municipio, e-mail senhorininineto@hotmail.com através do qual recebo intimações, citações e notificações e ainda meu telefone, (35) 98707-8180.

Atenciosamente,

Monte Sião, 25 de julho de 2019.

JOSÉ SENHORINI NETO
CPF 195.248.348-74

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 368/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 25/07/19
HORÁRIO: 11:15hs
Assinatura

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 366/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 23 / 07 / 2019
HORÁRIO: 15:26
Assinatura

Ofício Nº 34/2019
Data: 23/Julho/2019

Prezado Senhor,

Senhor Presidente,

Em resposta aos ofícios 117/2019, 118/2019 e 119/2019 de 23 de Julho de 2019, os vereadores que esta subscrevem solicitam que seja cumprida na íntegra a segurança concedida no referido Acórdão com a reintegração imediata do assessor técnico legislativo ocupante do cargo a época conforme estabelece a decisão.

Outrossim, que seja cumprida na íntegra toda a decisão e seus efeitos imediatamente.

Atenciosamente,

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

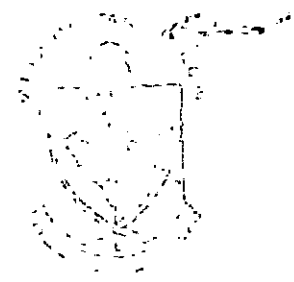
Atenciosamente,

Platini dos Santos Pereira
Vereador

Décio Fred
Vereador

José Edgard Guireli
Vereador

À
Donizete Benedito da Silva
Presidente Câmara Municipal Monte Sião
Monte Sião-MG



Prefeitura do Município de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

OFÍCIO: 26/2019

A Câmara Municipal de Monte Sião.
Aos cuidados do vereador
Sr. Décio Fred

Assunto: ***Resposta ao Oficio Nº31/2019.***

Eu Edson S. de Brito, do Setor do Cadastro Imobiliário, venho por meio deste, encaminhar a V. Sra. as respostas quantos aos questionamentos através do oficio 31/2019, levantados junto ao banco de dados do cadastro imobiliário:

1- Terrenos sem edificações.
Loteamento Santo Antonio : 28
Loteamento São Marcos : 241
Loteamento Campo Belo : 83
Loteamento São Sebastião : 27

2- Edificações
Loteamento Santo Antonio : 107
Loteamento São Marcos : 164
Loteamento Campo Belo : 110
Loteamento São Sebastião : 255

Sem mais, atenciosamente,

Edson Sakashi de Brito
Cadastro Imobiliário

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 365/19
NATUREZA: ofício
DATA: 23/07/19
HORÁRIO: 15:00
Assinatura

SETOR DE CADASTRO

Monte Sião, 08 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Listagem Cadastral 1 Exercício: 2019

Data Emissão:	05/07/2019
Hora:	11:51:48
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	2 de 2

Cadastro / Endereço	Inscrição	Proprietário / Bairro	CPF/CNPJ	Area Edif / CEP	Area Territ / Setor	Testada / Quadra	Venal Edif / Lote	Venal Territ / Unidade	Venal Imovel / Secão
000010044	0002020030173001	JUVENTINO GOMES CARDOSO	86901931891	0,00	300,00	12,99	0,00	6.489,60	6.489,60
RUA SAO MATHEUS, 105 - AREA - 31		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	003	0173	001	0001689
000010046	0002020030194001	ESPOLIO - SILVINO VITORIANO DOS SANTOS	02896516620	0,00	250,00	10,46	0,00	5.408,00	5.408,00
RUA SAO MATHEUS, S/N - AREA - 33		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	003	0194	001	0001689
000010047	0002020030204001	RODRIGO SIMONETI	03109502607	0,00	232,72	10,58	0,00	5.034,59	5.034,59
RUA SAO MATHEUS, 233 - AREA - 34		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	003	0204	001	0001689
000010048	0002020030214001	JOAO BATISTA DE AZEVEDO	44037791668	0,00	232,57	9,56	0,00	5.030,95	5.030,95
RUA SAO MATHEUS, S/N - AREA - 35		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	003	0214	001	0001689
000010049	0002020030226001	MAURA LUIZA RODRIGUES	84426527600	0,00	274,65	11,73	0,00	5.941,23	5.941,23
RUA SAO MATHEUS, S/N - AREA - 36		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	003	0226	001	0001689
000010051	0002020030294001	BELSON JOSE SOARES	02625578602	0,00	500,00	22,28	0,00	12.979,20	12.979,20
RUA SAO MATHEUS, S/N - AREA - 38		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	003	0294	001	0001689
000010084	0002020060027001	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	151,88	12,00	0,00	3.942,56	3.942,56
RUA SAO JOSE, S/N - AREA INSTITUCIONAL		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	006	0027	001	0008975
000010112	0002020080125001	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	154,67	10,35	0,00	4.014,99	4.014,99
RUA SAO JOSE, S/N - AREA VERDE		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0125	001	0001720

Quantidade de Cadastros: 26

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Listagem Cadastral 1 Exercício: 2019

Data Emissão:	05/07/2019
Hora:	11:52:33
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	6 de 6

Cadastro / Endereço	Inscrição	Proprietário / Bairro	CPF/CNPJ	Area Edif / CEP	Area Territ / Setor	Testada / Quadra	Venal Edif / Lote	Venal Territ / Unidade	Venal Imovel / Secão
000010102	0002020070114001	COHAB-MG COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO	17161837000115	49,23	157,01	11,22	14076,94	4.245,55	18.322,49
RUA SAO JOAO, 00078 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	007	0114	001	0001712
000010103	0002020070125001	COHAB-MG COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO	17161837000115	49,23	157,01	11,22	14076,94	4.245,55	18.322,49
RUA SAO JOAO, 00088 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	007	0125	001	0001712
000010104	0002020070148001	DELZA APARECIDA GENEROSO	05414437637	44,93	154,14	15,14	12847,38	5.001,53	17.848,91
RUA SAO JOAO, 00100 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	007	0148	001	0001710
000010105	0002020080025001	TIAGO DE GODOI	09710012606	44,93	161,96	8,18	12847,38	5.255,28	18.102,66
RUA SANTA CLARA, 00117 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0025	001	0001706
000010106	0002020080035001	MARCILIO MESSIAS MARIANO	22251044841	44,93	153,60	9,60	12847,38	4.153,67	17.001,05
RUA SANTA CLARA, 00107 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	008	0035	001	0001706
000010107	0002020080045001	CHRISTIANE ROLIM RAMALHO	03193654418	44,93	153,60	9,60	12847,38	4.153,34	17.000,72
RUA SANTA CLARA, 00097 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	008	0045	001	0001706
000010108	0002020080055001	ELIAS JERONIMO DA FONSECA E/ OU	27622191833	44,93	153,60	9,60	12847,38	4.153,34	17.000,72
RUA SANTA CLARA, 00087 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	008	0055	001	0001706
000010109	0002020080066001	COHAB-MG COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO	17161837000115	44,93	151,02	11,38	12847,38	4.083,58	16.930,96
RUA SANTA CLARA, 00077 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0066	001	0001706
000010110	0002020080093001	NADIR DE LIMA	34045805672	44,93	149,81	11,81	12847,38	4.861,03	17.708,41
RUA SAO JOSE, 00033 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0093	001	0001720
000010111	0002020080103001	RONALDO MIGUEL	78659787668	49,23	149,64	10,00	14076,94	4.046,27	18.123,21
RUA SAO JOSE, 00021 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	008	0103	001	0001720
000010113	0002020080135001	ANEDINO JOAO PEREIRA	62147595934	49,23	152,50	10,00	14076,94	4.123,60	18.200,54
RUA SAO CRISTOVAO, 00042 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	008	0135	001	0001708
000010114	0002020080145001	ROBERTO PAULO ALVES	06119702873	49,23	152,50	10,00	14076,94	4.123,60	18.200,54
RUA SAO CRISTOVAO, 00052 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0145	001	0001708
000010115	0002020080155001	COHAB-MG COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO	17161837000115	49,23	152,50	10,00	14076,94	4.123,60	18.200,54
RUA SAO CRISTOVAO, 00062 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0155	001	0001708
000010116	0002020080165001	COHAB-MG COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO	17161837000115	49,23	152,50	10,00	14076,94	4.123,60	18.200,54
RUA SAO CRISTOVAO, 00072 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0165	001	0001708
000010117	0002020080193001	MARIA APARECIDA MENDES AZEVEDO		44,93	155,71	12,06	12847,38	5.052,48	17.899,86
RUA SAO CRISTOVAO, 00082 -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	008	0193	001	0001708
000010585	0002020030183002	ORLANDA DA SILVA DIAS	29902269826	16,50	250,00	10,50	3029,72	1.232,48	4.262,20
RUA SAO MATHEUS, 00091 - EDICULA		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580-000	02	003	0183	002	0001689
000011155	0002020010200001	VERA LUCIA LEMES	70017620678	110,00	250,00	10,00	18139,83	6.489,60	24.629,43
AV. SILVINO VITORIANO DOS SANTOS, S/N -		SANTO ANTONIO (COHAB -		37580000	02	001	0200	001	0001684

Quantidade de Cadastros: 107

Cadastro	Inscrição	Proprietário	CPF/CNPJ	Area Edif	Area Territ	Testada	Venal Edif	Venal Territ	Venal Imovel
Endereço			Bairro	CEP	Setor	Quadra	Lote	Unidade	Secão
000011682	**0002010040490001**	MOISES EZEQUIEL DA SILVA	80040020649	0,00	307,98	10,00	0,00	5.329,78	5.329,78
RUA SILVERIO VICENTE GOES, S/N -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	004	0490	001	0001609
000011829	**0002010040573001**	AILTON FARIAS DE MIRANDA	13516387858	0,00	294,50	10,00	0,00	7.963,28	7.963,28
RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, S/N -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	004	0573	001	0001639
000011830	**0002010040563001**	ALEX SANTOS CAXIAS	39000415802	0,00	278,69	10,00	0,00	7.536,36	7.536,36
RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, S/N -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	004	0563	001	0001639
000011832	**0002010040553001**	MARILENE DIAS DOS SANTOS	28810436822	0,00	262,94	10,01	0,00	7.109,90	7.109,90
RUA NOSSA SENHORA APARECIDA, S/N -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	004	0553	001	0001639
000012106	**000201007023A001**	ROMILDO DE SOUZA BUENO	61340529653	0,00	250,00	11,23	0,00	6.760,00	6.760,00
RUA ACHILLES DE SOUZA BUENO, S/N -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	007	023A	001	0001595
000012322	**0002010160254001**	DANIEL EVANGELISTA TOLEDO E OU	06008176600	0,00	428,89	27,96	0,00	9.741,64	9.741,64
RUA SAO JUDAS TADEU, S/N -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	016	0254	001	0001646
000012882	**0002010060606001**	TIAGO PEREIRA	38505840895	0,00	263,50	8,50	0,00	7.125,04	7.125,04
RUA CANCAO NOVA, S/N - AREA B			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	006	0606	001	0001605

Quantidade de Cadastros: 241



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Listagem Cadastral 1 Exercício: 2019

Data Emissão:	05/07/2019
Hora:	11:53:23
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	**10 de 10**

Cadastro	Inscrição	Proprietário	CPF/CNPJ	Area Edif	Area Territ	Testada	Venal Edif	Venal Territ	Venal Imovel
Endereço			Bairro	CEP	Setor	Quadra	Lote	Unidade	Secão
000012979	**0002010060353005**	EDMAR COSTA JUNIOR	18944155828	134,69	527,00	17,00	53804,02	5.859,63	59.663,65
RUA DAS FLORES, 00278 - REGULARIZACAO			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	006	0353	005	0001599
000013963	**0002010120011001**	CLAUDIO COUTINHO	39640604615	152,50	264,15	10,76	57013,47	5.714,09	62.727,56
RUA SILVERIO VICENTE GOES, 483 -			RECANTO SAO MARCOS	37580000	01	012	0011	001	0001609

Quantidade de Cadastros: 164

Cadastro	Inscrição	Proprietário	CPF/CNPJ	Area Edif	Area Territ	Testada	Venal Edif	Venal Territ	Venal Imovel
Endereço		Bairro		CEP	Setor	Quadra	Lote	Unidade	Secão
000009961	**0002010250096001**	VERSET EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	03758101000114	0,00	200,00	8,00	0,00	4.326,40	4.326,40
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	025	0096	001	0001674
000009963	**0002010250112001**	VERSET EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	03758101000114	0,00	200,00	8,00	0,00	4.326,40	4.326,40
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	025	0112	001	0001674
000009970	**0002010250172001**	VANDERLEI ALVES LAURINDO	92488498653	0,00	300,74	12,00	0,00	6.505,61	6.505,61
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	025	0172	001	0001674
000009971	**0002010250184001**	VERSET EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	03758101000114	0,00	304,30	12,00	0,00	6.582,62	6.582,62
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	025	0184	001	0001674
000009973	**0002010260039001**	VERSET EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.	03758101000114	0,00	462,91	28,45	0,00	12.016,40	12.016,40
RUA JOSE ALVES FILHO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	026	0039	001	0001665
000011368	**0002010230213001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	350,00	14,00	0,00	9.464,00	9.464,00
RUA LUIZ VERISSIMO, S/N - PRACA		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	023	0213	001	0001658
000011369	**0002010230225001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	7617,00	12,00	0,00	205.963,68	205.963,68
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, S/N - AREA VERDE		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	023	0225	001	0001669
000011423	**0002010230151001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	372,76	20,80	0,00	12.095,32	12.095,32
RUA GERALDO AUGUSTO DE SOUZA, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	023	0151	001	0001656
000011424	**0002010230115001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	200,00	15,54	0,00	5.408,00	5.408,00
RUA LUIZ VERISSIMO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	023	0115	001	0001658
000011426	**0002010230099001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	200,19	9,84	0,00	5.413,14	5.413,14
RUA LUIZ VERISSIMO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	023	0099	001	0001658
000011428	**0002010230090001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	200,00	8,00	0,00	5.408,00	5.408,00
RUA LUIZ VERISSIMO, S/N -		CAMPO BELO (MOCOCA)		37580000	01	023	0090	001	0001658

Quantidade de Cadastros: 83

Cadastro / Endereço	Inscrição	Proprietário / Bairro	CPF/CNPJ / CEP	Area Edif / Setor	Area Territ / Quadra	Testada / Lote	Venal Edif / Unidade	Venal Territ / Secão	Venal Imovel
000009987	**0002010260151001**	VANDERLEI BERNARDO DE OLIVEIRA	06723252683	60,70	207,59	8,50	22693,23	4.490,59	27.183,82
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, 05 -		CAMPO BELO (MOCOCA)	37580000	01	026	0151	001	0001677	
000011413	**0002010250136002**	LUIS ROGERIO PINTO	08775671662	39,94	200,00	8,00	14931,92	1.776,85	16.708,77
RUA NIVALDO DE SOUZA BUENO, 00197 -		CAMPO BELO (MOCOCA)	37580000	01	025	0136	002	0001674	

Quantidade de Cadastros: 110

Cadastro	Inscrição	Proprietário	CPF/CNPJ	Area Edif	Area Territ	Testada	Venal Edif	Venal Territ	Venal Imovel
Endereço		Bairro		CEP	Setor	Quadra	Lote	Unidade	Secão
000010332	**0002020170193001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0193	001	0001745
000010334	**0002020170211001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0211	001	0001745
000010335	**0002020170220001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0220	001	0001745
000010336	**0002020170229001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0229	001	0001745
000010337	**0002020170238001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0238	001	0001745
000010338	**0002020170247001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0247	001	0001745
000010339	**0002020170256001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0256	001	0001745
000010340	**0002020170265001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	162,00	9,00	0,00	4.380,48	4.380,48
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N -		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0265	001	0001745
000010341	**0002020170274001**	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MONTE SIAO - MG	22646525000131	0,00	186,91	31,11	0,00	6.064,86	6.064,86
RUA ANTONIETA CEU DE MORAES CARDOSO, S/N - ESQUINA R RIGHETTO		SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580000	02	017	0274	001	0001745

Quantidade de Cadastros: 27

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

PREF. MUNIC. DE MONTE SIAO CNPJ: 22646525000131

Rua Maurício Zucato, Nº 111 - Centro

Listagem Cadastral 1 Exercício: 2019

Data Emissão:	05/07/2019
Hora:	13:31:50
Exercício:	2019
Usuário:	EDSON
Página(s):	**15 de 15**

Cadastro	Inscrição	Proprietário		CPF/CNPJ	Area Edif	Area Territ	Testada	Venal Edif	Venal Territ	Venal Imovel
Endereço			Bairro		CEP	Setor	Quadra	Lote	Unidade	Secão
000010397	0002020200085001	LOURDES COLOMBO SOARES		14063817644	43,80	175,56	9,75	15029,12	4.747,14	19.776,26
RUA PADRE CONSTANTINO DOEVELAAR, 00072 -			SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580-000	02	020	0085	001	0001764
000010398	0002020200095001	DANIANA REGINA CANDREVA		06578064630	43,80	175,56	9,75	15029,12	4.747,14	19.776,26
RUA PADRE CONSTANTINO DOEVELAAR, 00082 -			SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580-000	02	020	0095	001	0001764
000010399	0002020200125001	JESSICA DE FATIMA PINTO		09189099613	43,80	212,75	30,15	15029,12	6.903,31	21.932,43
RUA PADRE CONSTANTINO DOEVELAAR, 00118 - ESQ RUA SEBASTIAO NOGUEIRA			SAO SEBASTIAO (MOCOCA)		37580-000	02	020	0125	001	0001764

Quantidade de Cadastros: 255

Monte Sião, 15 de julho de 2019

Exmos. Srs. membros da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Monte Sião. .

Cumprimentos devidos à V.Excelências como representantes do povo de Monte Sião na legislatura em curso, bem como às suas ilustres pessoas.

Tomamos conhecimento há alguns dias, através da rádio local, das ilações proferidas por um membro dessa casa, o vereador Platini dos Santos Pereira, acerca do processo de apostilamento que está sendo realizado em nosso município através das ações promovidas pela Diretoria Municipal de Educação.

Manifestamos-lhes que o fato de um legislador municipal, por reiteradas vezes, ter abordado de forma genérica e simplista um assunto que é de suma importância para todos, sem o devido conhecimento de causa, nos deixou estarrecidos e ao mesmo tempo consternados. Acreditamos, por isso, fazer-se necessário o esclarecimento de alguns pontos fundamentais em favor do bom andamento dos trabalhos desta egrégia comissão, bem como do nosso, como integrantes da Rede Municipal de Educação, visto que o citado vereador esteve na educação algumas vezes e, quando chamado para abordar o assunto no dia 28 de junho, após dizer na rádio local não entender o "por quê" do apostilamento ser apenas para os anos iniciais, não nos honrou com sua presença até o presente momento.

Por isso vimos esclarecer que o processo de inserção de apostilas de ensino nos municípios é uma **política pública** e, como tal, por vezes transcende o período em que os mandatários ocupam o poder ou mesmo o interesse de uma só pessoa ou grupo, de caráter político ou não. Ao contrário do que o ilustre vereador parece imaginar, trata-se de um processo criterioso, que segue parâmetros e percorre caminhos legais, caminhos estes que são compostos de etapas que vão desde a pesquisa sobre os resultados da utilização do material em outros municípios, até o procedimento de licitação da empresa que irá elaborá-lo, passando pelo treinamento de profissionais que irão trabalhar com o mesmo, bem como sua gradual distribuição e utilização em sala de aula.

V. Excelências, perdoem-nos a expressão, mas, mais do que ilação apenas, nos parece eviana toda e qualquer hipótese em que se avente que o referido processo tenha cunho político partidário, ou mesmo que se vincule hipotética e erroneamente a notícia de que *o uso de verbas da educação estaria sendo contingenciado para o último ano do mandato do atual prefeito,* como explicitou em seu recente pronunciamento na Câmara Municipal o citado parlamentar.

Diferentemente do que alguns políticos parecem pensar, a "época" para as coisas acontecerem na educação só obedece a uma lógica: a do tempo certo, que é a única realmente concreta para nós. Como profissionais da educação, não vislumbramos nossas crianças como filhas de eleitores. Nós as vemos como alunos da Rede Municipal de Ensino e, sobretudo, como seres humanos.

É deste modo, excelências, que as nossas ações são levadas a cabo, e não através do critério eleitoreiro, por vezes, o mais importante para alguns. Nossa ótica é outra, nossos olhos se voltam sempre para um único horizonte, onde o melhor resultado é aquele onde vislumbramos o melhor panorama possível para os alunos, pais, e profissionais da educação. Independentemente da gestão ou corrente política em voga num determinado momento.

Destarte, Excelências, acreditamos que o diálogo, a informação, e consequentemente o conhecimento de causa, são pontes onde são dirimidas as dúvidas que porventura sobrevenham a qualquer projeto, área, campo de atuação ou de conhecimento. Acreditamos também, como profissionais da educação, que a dúvida não dirimida gera equívocos memoráveis. Por outro lado, abaixo assinados "exigindo" algo que já está em curso, ou que irá invariavelmente acontecer, assemelha-se a algo análogo a uma repetição, um ***bis in idem*** , na linguagem jurídica.

Chamar para si a responsabilidade sobre algo que realmente fizemos, ou que contribuímos para que acontecesse, já não é, digamos, uma atitude altruísta. Mas, fazê-lo sob a pretensa condição de "*agente público sem o qual o resultado não iria ocorrer*", mesmo não tendo efetivamente concorrido para o resultado, chega a ser preocupante.

Assim, colocamo-nos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas que porventura pairem sobre assuntos referentes a educação municipal mesmo antes da coleta de assinaturas visando a elaboração de "abaixo-assinados". Lembramos que ações deste tipo só tem razão de ser diante de negativas. E esta Diretoria nunca se negou a dialogar, informar, enfim, a fazer o melhor para nossos alunos e comunidade escolar. Por fim, salientamos mais uma vez que, por reiteradas vezes, convidamos o ilustre vereador para esclarecimentos desta natureza, porém longe de holofotes, tribunas e microfones. Assim, despedimo-nos reiterando o nosso convite para uma conversa amigável e técnica, sem política partidária ou eleitoreira.

Atenciosamente,

Michele Baságlia Félix
Diretora Municipal de Educação

Celina Dorta Machado
Coordenadora Pedagógica

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 363/2019
NATUREZA: Carta
DATA: 15/07/2019
HORÁRIO: 10:00
Assinatura

Comune Municipal Monte Silvo

PROTOCOLLO N.: _____

NATURE ZA: _____

DATA: ____/____/____

ORARIO: _____

_____

Assegnato

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAUDE
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - MONTE SIAO - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 468/2019 **Monte Sião, 08 de julho de 2019.**
Ref. Requerimento 33/2019

Prezado Senhor

Em atenção ao requerimento da Câmara Municipal de Monte Sião nº 33/2019, informamos:

1. Os atendimentos das Especialidades de Urologia e Neurologia são realizados em Pouso Alegre através do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISAMESP e também em nosso município na Unidade Básica de Saúde Raimundo Horizontino Tavares da Silva.

2. Neste momento a real quantidade de pacientes na fila de espera são:

- **90 pacientes de Neurologia**
- **287 pacientes de Urologia**

Ressaltamos que os encaminhamentos para a especialidade de **NEUROLOGIA** totalizavam em **260**, sendo iniciado um mutirão semanal no dia 22 de maio deste ano na Unidade Básica de Saúde Raimundo Horizontino Tavares da Silva, seguindo a sequência da fila em espera, na qual conseguimos diminuir para 90 encaminhamentos até a presente data.

Em relação aos encaminhamentos para a especialidade de **UROLOGIA,** o município está finalizando **CONTRATO DE COTAS EXTRAS** com o Consócio Intermunicipal de Saúde CISAMESP, previsto para julho, para a diminuição desta demanda.

Sem mais para o momento, subscrevo-me e coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas referente ao assunto em tela.

Atenciosamente

Rafael Batista de Souza
Diretor de Saúde

Câmara Municipal Monte ...
PROTOCOLO Nº: 362/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 10 / 07 / 2019
HORÁRIO: 13:07
Assinatura

Ilmo. Sr
Donizeti Benedito da Silva
D.D Presidente
Câmara Municipal

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Gabinete do Prefeito

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 115/2019

Monte Sião, 05 de julho de 2019.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 361/2019
Data: 08/07/2019Hora: 14:54:38
Natureza: Ofício

Ao Exmo. Senhor
Decio Fred
Vereador

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 36/2019

Prezado Senhor

José Pocai Júnior, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em resposta ao requerimento supramencionado, informar que:

1) Quantos cargos de fiscais tributários têm hoje em Monte Sião?
2) Destes cargos quantos estão ocupados?

Atualmente, possuímos 3 fiscais. Edson Sakashi de Brito, designado para exercer a função inerente ao Cargo de Chefe da Seção de Cadastro Imobiliário pelo Decreto nº 6.043 de 04 de abril de 2016. Assim, estando o índice de pessoal acima do previsto em lei federal desde a época de sua designação, o Executivo ficou impossibilitado de nomeá-lo em cargo de Comissão, bem como de substitui-lo. Temos o fiscal tributário Leandro Ferreira, que esta em pleno exercício de suas funções. E a fiscal Danielle Antonia Domingues de Faria foi nomeada para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Licitações, e, em substituição para seu cargo foi contratada a senhora Elaine, que exerce suas funções.

3) Quais os nomes desses que ocupam os cargos, SE são concursados E quais os salários recebidos?

O Senhor Edson Sakashi de Brito e o Senhor Leandro Ferreira são concursados, já a senhora Elaine Cristina Galvão Estevam Comparini é contratada. Seus respectivos salários em anexo.

4) Por que, não vemos os fiscais tributários, nas ruas, coibindo a presença dos ambulantes?

Os fiscais trabalham em finais de semana em estala pré-definida pelo chefe imediato. Eles estão diariamente nas ruas.

Sendo o que cabia para o momento, renova protestos de elevada estima.

Atenciosamente

José Pocai Junior
Prefeito Municipal

Detalhamento dos Eventos

Nome

ELAINE CRISTINA GALVAO ESTEVAM COMPARINI

Descrição	Referência	Proventos	Descontos
SALARIO BRUTO		1.493,32	
PREVIDENCIA - INSS	8.00		119,46
		1.493,32	119,46

Detalhamento dos Eventos

Nome

EDSON SAKASHI DE BRITO

Descrição	Referência	Proventos	Descontos
SALARIO BRUTO		1.493,32	
ADC.NIVEL UNIVERSITARIO	15.00	224,00	
QUINQUENIO	2.00	298,66	
PREVIDENCIA - INSS	9.00		181,43
		2.015,98	181,43

Detalhamento dos Eventos

Nome

LEANDRO FERREIRA

Descrição	Referência	Proventos	Descontos
SALARIO BRUTO		1.493,32	
ADC.NIVEL UNIVERSITARIO	15,00	224,00	
QUINQUENIO	2,00	298,66	
PREVIDENCIA - INSS	9,00		181,43
		2.015,98	181,43

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 074/2019

Monte Sião, 01 de julho de 2019.

Ao Exmo. Sr.
Donizete Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 349/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 02 / 07 /2019
HORÁRIO: 14:54
Assinatura

Assunto: Encaminha documentos.

Senhor Presidente,

A Diretoria do Departamento de Administração encaminha a Vossa Senhoria e aos Nobres Vereadores, uma via dos Decretos do Executivo nºs: 7.649, de 16 de abril de 2019 e os Decretos de nº: 7.667, de 20 de maio de 2019, o de nº: 7.672, de 21 de maio de 2019, o de nº 7.673, de 24 de maio de 2019, o de nº 7.676, de 29 de maio de 2019, e o de nº 7.678, 30 de maio de 2019, o de nº7.681, de 05 de junho de 2019, o de nº 7.686, de 13 de junho de 2019, o de nº 7.687, de 13 de junho de 2019, o de nº 7.688, de 13 de junho de 2019, o de nº 7.689, de 13 de junho de 2019, o de nº 7.690, 13 de junho de 2019, o de nº7.691, de 13 de junho de 2019, o de nº7.694, de 18 de junho de 2019, o de nº 7.695, de 19 junho de 2019, até o de nº 7.696, de 19 de junho de 2019 e uma via da Portaria nº: 005, de 06 de junho de 2019.

Ressalta que as vias das Leis Ordinárias sancionadas a Lei de nºs:2.519, de maio de 2019, até a Lei de nº2.527, de 19 a junho de 2019.

Informa que os Decretos utilizados pela Divisão de Contabilidade serão encaminhados em separado.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAUDE
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - MONTE SIAO - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 427/2019
Ref: 29/2019

Monte Sião, 11 de junho de 2019

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 319/2019
Data: 13/06/2019Hora: 13:06:25
Natureza: Ofício

Prezado Senhor

Em resposta ao Oficio nº 29/2019, referente aos exames de Ecocardiograma e endoscopia digestiva, informamos.

1) Pacientes aguardando endoscopia 46
   Pacientes aguadando Ecocardiograma 30

2) Quantidade de exames realizados no mês
   Ecocardiograma 09
   Endoscopia 30

3) Endoscopias são realizadas no próprio município e Pouso Alegre e Ecocardograma somente em Pouso Alegre

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição, e elevamos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Rafael Batista de Souza
Diretor de Saúde

Ilmo. Sr
Décio Fred
Vereador
Câmara Municipal

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Gabinete do Prefeito

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 102/2019

Monte Sião, 10 de junho de 2019.

Ao Exmo. Senhor
José Tadeu Comune
Vereador

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 318/2019
Data: 10/06/2019Hora: 14:31:37
Natureza: Ofício

Assunto: Resposta ao Requerimento nº: 25/2019.

Prezado Senhor

A Diretoria do Departamento de Obras Urbanas e Rurais, em resposta ao requerimento supramencionado, informa que, as suplementações efetuadas na Diretoria de Obras Urbanas e Rurais foram para fichas de peças, para novas obras, para veículos que foram recebidos com contrapartida do município e para medicamentos, conforme relatório em anexo.

Sendo o que cabia para o momento, renova protestos de elevada estima.

Atenciosamente

Daniel Teixeira
Diretor do Departamento de Obras Urbanas e Rurais

190	7609	-R$ 500.000,00	99745	2	4	26.782.0017.2096.0000	2096 GESTAO DE SERVICOS RURAIS		
196	7651	-R$ 228.590,00	691	2	5	15.452.0008.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
725	7651	-R$ 218.205,00	690	2	13	10.302.0015.1015.0000	1015 REFORMA E AMPLIACAO PRONTO ATENDIMENTO		
778	7582	-R$ 200.000,00	1082	2	13	10.302.0008.2143.0000	2143 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS - ATENCAO BASICA		
68	7561	-R$ 190.000,00	1011	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
1025	7582	-R$ 150.000,00	1085	2	6	18.541.0037.2405.0000	2405 GESTAO E DESTINACAO DE RESIDUOS		
159	7609	-R$ 147.000,00	99744	2	4	26.782.0017.2096.0000	2096 GESTAO DE SERVICOS RURAIS		
147	7561	-R$ 145.000,00	1007	2	4	15.451.0018.1040.0000	1040 CONSTRUCAO DE ROTATORIAS, TREVOS E ACESSOS		
215	7561	-R$ 140.584,00	1012	2	9	15.452.0061.2145.0000	2145 GESTAO DE SERVICOS URBANOS		
162	7581	-R$ 140.000,00	1008	2	4	15.451.0018.1222.0000	1222 REFORMA DO CENTRO DE EXPOSICAO E LAZER		
441	7561	-R$ 134.375,00	1037	2	9	12.306.0013.2038.0000	2038 ALIMENTACAO E NUTRICAO ENSINO FUNDAMENTAL		
301	7630	-R$ 128.005,00	308	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
153	7581	-R$ 125.000,00	1033	2	4	15.451.0018.1223.0000	1223 AQUISICAO DE IMOVEIS		
301	7630	-R$ 115.017,00	309	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
331	7612	-R$ 112.396,00	143	2	7	12.365.0020.2167.0000	2167 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
196	7641	-R$ 112.000,00	388	2	5	15.452.0008.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
307	7630	-R$ 104.514,00	310	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
301	7651	-R$ 102.000,00	633	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
301	7651	-R$ 101.000,00	604	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
68	7583	-R$ 100.000,00	23	2	2	04.183.0004.4050.0000	50 CONVENIO COM ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS		
132	7612	-R$ 100.000,00	135	2	4	15.451.0018.1023.0000	1023 CONSTRUCAO DE PRACAS DE LAZER		
196	7641	-R$ 100.000,00	389	2	5	15.452.0008.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
311	7650	-R$ 100.000,00	519	2	7	12.361.0022.1068.0000	1068 AQUISICAO DE VEICULO		
729	7582	-R$ 100.000,00	1080	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
9	7582	-R$ 100.000,00	1096	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014 GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
308	7612	-R$ 89.418,00	188	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
1024	7582	-R$ 85.000,00	1086	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
455	7581	-R$ 80.120,00	1038	2	9	12.361.0022.2378.0000	2378 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
644	7612	-R$ 81.401,00	160	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
805	7651	-R$ 80.400,00	689	2	14	08.244.0033.1250.0000	1250 CONSTRUCAO DO CRAS MOCOCA		
71	7612	-R$ 77.427,00	191	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
71	7630	-R$ 76.876,00	302	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
729	7606	-R$ 75.000,00	743	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
196	7641	-R$ 73.000,00	382	2	5	15.452.0008.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
580	7641	-R$ 70.000,00	385	2	12	23.691.0043.2339.0000	2339 FEIRA NACIONAL DO TRICO		
220	7651	-R$ 70.000,00	632	2	5	15.452.0061.2185.0000	2185 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
184	7616	-R$ 69.840,00	236	2	4	26.782.0017.2096.0000	2096 GESTAO DE SERVICOS RURAIS		
175	7582	-R$ 69.490,00	1097	2	4	15.451.0018.1219.0000	1219 COBERTURA DA ALAMEDA DA PRACA		
469	7642	-R$ 67.500,00	412	2	9	12.365.0022.2048.0000	2048 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
648	7630	-R$ 66.342,00	337	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
138	7583	-R$ 66.000,00	12	2	4	15.451.0018.1026.0000	1026 REFORMA DE PRACAS		
138	7582	-R$ 66.000,00	1071	5	7	15.451.0018.1026.0003	1026 REFORMA DE PRACAS		
644	7590	-R$ 65.037,00	74	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
635	7582	-R$ 64.770,00	1055	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
308	7590	-R$ 63.919,00	65	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
68	7605	-R$ 62.410,00	113	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
308	7630	-R$ 60.724,00	313	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
824	7582	-R$ 60.000,00	1075	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018 MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE		
656	7583	-R$ 58.000,00	11	2	13	10.301.0007.2153.0000	2153 REMUNERACAO DE PESSOAL ACS		
656	7582	-R$ 54.000,00	1067	2	13	10.301.0007.2153.0000	2153 REMUNERACAO DE PESSOAL ACS		
78	7581	-R$ 53.907,00	1092	2	2	04.122.0001.2232.0000	2232 REFORMA ADMINISTRATIVA		
791	7633	-R$ 52.000,00	390	2	13	10.303.0062.0030.0000	30 CONVENIO COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		
648	7630	-R$ 51.450,00	336	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
644	7612	-R$ 51.449,00	159	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
185	7612	-R$ 50.000,00	138	2	4	15.451.0018.1228.0000	1228 CONSTRUCAO DE REDE DE AGUAS PLUVIAIS		
790	7616	-R$ 50.000,00	241	2	13	10.303.0008.2237.0000	2237 CONTRIBUICAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA		
138	7581	-R$ 50.000,00	1010	2	4	15.451.0018.1026.0000	1026 REFORMA DE PRACAS		
168	7582	-R$ 50.000,00	1089	3	5	15.451.0016.1253.0001	1254 REFORMA DO VELORIO		
483	7642	-R$ 49.235,00	413	2	9	12.365.0022.2397.0000	2397 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL		
453	7581	-R$ 47.103,00	1039	2	9	12.361.0022.2378.0000	2378 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
308	7651	-R$ 45.000,00	607	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
644	7651	-R$ 45.000,00	614	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
717	7651	-R$ 45.000,00	649	2	13	10.302.0006.2204.0000	2204 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
301	7630	-R$ 44.684,00	320	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
220	7651	-R$ 44.000,00	658	2	5	15.452.0061.2185.0000	2185 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 43.698,00	603	2	5	15.452.0061.2185.0000	2185 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
301	7651	-R$ 42.000,00	724	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
68	7583	-R$ 41.850,00	53	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
654	7590	-R$ 41.571,00	71	2	13	10.301.0007.2153.0000	2153 REMUNERACAO DE PESSOAL ACS		
306	7651	-R$ 40.500,00	577	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
212	7650	-R$ 40.000,00	480	2	5	15.452.0061.1150.0000	1150 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
294	7651	-R$ 40.000,00	636	2	7	12.361.0021.1018.0000	1018 REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR		
153	7582	-R$ 40.000,00	1058	2	4	15.451.0018.1223.0000	1223 AQUISICAO DE IMOVEIS		
695	7582	-R$ 40.000,00	1064	2	13	10.301.0072.2249.0000	2249 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
331	7612	-R$ 39.288,00	152	2	7	12.365.0020.2167.0000	2167 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 39.000,00	638	2	5	15.452.0061.2185.0000	2185 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
196	7641	-R$ 35.000,00	383	2	5	15.452.0008.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
145	7641	-R$ 35.000,00	388	2	4	15.451.0018.1038.0000	1038 CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES		
301	7651	-R$ 34.000,00	700	2	7	12.361.0021.2166.0000	2166 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
58	7630	-R$ 33.852,00	297	2	2	04.122.0001.0015.0000	15 REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO		
644	7590	-R$ 33.605,00	65	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
735	7608	-R$ 33.020,00	747	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
721	7606	-R$ 31.190,00	114	2	13	10.302.0006.2235.0000	2235 CONTRIBUICAO CONSORCIO INTERMUNICIPAL		
648	7630	-R$ 30.405,00	334	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
60	7583	-R$ 30.000,00	4	2	2	04.122.0001.1127.0000	1127 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
32	7583	-R$ 30.000,00	22	2	1	04.122.0058.2311.0000	2311 MATERIAL PUBLICITARIO E INFORMATIVO		
174	7648	-R$ 30.000,00	440	2	4	15.451.0018.1260.0000	1260 AQUISICAO DE PARQUES INFANTIS		
196	7650	-R$ 30.000,00	500	2	5	15.452.0008.1225.0000	1225 CONSTRUCAO DO NOVO CEMITERIO		
60	7582	-R$ 30.000,00	1053	2	2	04.122.0001.1127.0000	1127 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
71	7630	-R$ 29.855,00	364	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
331	7612	-R$ 28.757,00	180	2	7	12.365.0020.2167.0000	2167 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
518	7581	-R$ 28.129,00	1017	2	10	27.812.0051.2128.0000	2128 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS		
307	7630	-R$ 27.814,00	312	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
648	7630	-R$ 27.292,00	343	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
197	7583	-R$ 27.000,00	30	2	5	15.452.0008.1227.0000	1227 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
322	7651	-R$ 27.000,00	676	2	7	12.365.0019.2330.0000	2330 METODO PEDAGOGICO - APOSTILAMENTO		
182	7612	-R$ 26.775,00	141	2	4	26.782.0017.2163.0000	2163 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
184	7590	-R$ 26.700,00	67	2	4	15.451.0018.1224.0000	1224 CALCAMENTO DE VIAS PUBLICAS		
648	7612	-R$ 26.402,00	164	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
308	7630	-R$ 26.075,00	315	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
308	7630	-R$ 26.075,00	316	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
644	7651	-R$ 26.000,00	613	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
644	7651	-R$ 26.000,00	648	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
182	7582	-R$ 26.000,00	1073	4	6	26.782.0017.2084.0002	2096 MANUTENCAO DE PONTES E ESTRADAS RURAIS		
725	7650	-R$ 25.100,00	537	2	13	10.302.0015.1015.0000	1015 REFORMA E AMPLIACAO PRONTO ATENDIMENTO		
138	7583	-R$ 25.000,00	17	2	4	15.451.0018.1026.0000	1026 REFORMA DE PRACAS		
458	7650	-R$ 25.000,00	509	2	9	12.382.0022.2177.0000	2177 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE ESCOLAR		
743	7651	-R$ 25.000,00	589	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
743	7651	-R$ 25.000,00	871	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
502	7582	-R$ 25.000,00	1062	2	10	27.812.0051.0047.0000	47 CONVENIO COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		
138	7582	-R$ 25.000,00	1068	4	6	15.451.0018.1026.0002	1026 REFORMA DE PRACAS		
708	7582	-R$ 25.000,00	1077	2	13	10.302.0000.2151.0000	2151 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES		
168	7582	-R$ 25.000,00	1088	2	4	15.451.0018.1253.0000	1253 REFORMA DO VELORIO		
168	7582	-R$ 25.000,00	1096	4	6	15.451.0018.1253.0002	1255 REFORMA DO VELORIO		
71	7612	-R$ 24.659,00	185	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
454	7581	-R$ 24.630,00	1036	2	9	12.361.0022.2378.0000	2378 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
648	7630	-R$ 24.466,00	344	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
648	7630	-R$ 24.337,00	332	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
735	7647	-R$ 24.280,00	431	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
682	7583	-R$ 24.000,00	41	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
301	7651	-R$ 24.000,00	672	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
59	7630	-R$ 23.861,00	301	2	2	04.122.0001.0015.0000	15 REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO		
196	7641	-R$ 23.700,00	390	2	5	15.452.0008.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
308	7612	-R$ 23.661,00	151	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
138	7583	-R$ 23.485,00	7	2	4	15.451.0018.1026.0000	1026 REFORMA DE PRACAS		
138	7582	-R$ 23.485,00	1057	2	4	15.451.0018.1026.0000	1026 REFORMA DE PRACAS		
301	7651	-R$ 23.100,00	630	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
71	7630	-R$ 23.072,00	325	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
78	7583	-R$ 23.000,00	8	2	2	04.122.0001.2232.0000	2232 REFORMA ADMINISTRATIVA		
815	7583	-R$ 23.000,00	39	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182 GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS		
78	7582	-R$ 23.000,00	1056	2	2	04.122.0001.2232.0000	2232 REFORMA ADMINISTRATIVA		
78	7582	-R$ 23.000,00	1087	3	3	04.122.0001.2232.0001	2233 REFORMA ADMINISTRATIVA		

198	7641	-R$ 22.000,00	364	2	5	15.452.0009.1001.0000	1001 AQUISICAO DE VEICULO		
220	7651	-R$ 22.000,00	574	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 22.000,00	627	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
518	7581	-R$ 22.000,00	1018	2	10	27.812.0051.2128.0000	2128 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS		
230	7581	-R$ 21.970,00	1015	2	8	18.541.0037.2083.0000	2083 MANUTENCAO DE PRACAS E JARDINS		
721	7605	-R$ 21.700,00	116	2	13	10.302.0008.2235.0000	2235 CONTRIBUICAO CONSORCIO INTERMUNICIPAL		
435	7650	-R$ 21.650,00	501	2	9	12.306.0013.2038.0000	2038 ALIMENTACAO E NUTRICAO CEMEIS		
741	7642	-R$ 21.000,00	392	2	13	10.302.0015.2104.0000	2104 TERCEIRIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS		
3	7583	-R$ 20.000,00	1	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014 GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
138	7583	-R$ 20.000,00	13	2	4	15.451.0018.1028.0000	1028 REFORMA DE PRACAS		
832	7583	-R$ 20.000,00	20	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018 ACOES DE SAUDE DE ATENCAO PRIMARIA		
824	7583	-R$ 20.000,00	40	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018 MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE		
784	7585	-R$ 20.000,00	110	2	13	10.303.0008.2144.0000	2144 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS MEDIA COMPLEXIDADE		
171	7812	-R$ 20.000,00	134	2	4	15.451.0018.1255.0000	1255 REALIZACAO DE DRENAGEM URBANA		
134	7812	-R$ 20.000,00	137	2	4	15.451.0018.1025.0000	1025 CONSTRUCAO DE TERMINAL RODOVIARIO		
308	7812	-R$ 20.000,00	315	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
175	7815	-R$ 20.000,00	235	2	4	15.452.0018.1220.0000	1220 CONSTRUCAO DE CASAS POPULARES		
782	7818	-R$ 20.000,00	240	2	13	10.303.0008.2144.0000	2144 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS MEDIA COMPLEXIDADE		
594	7647	-R$ 20.000,00	421	2	12	23.691.0043.2341.0000	2341 EVENTO DE LANCAMENTO DE MODA		
30	7650	-R$ 20.000,00	498	2	1	04.122.0055.2309.0000	2309 GESTAO DO SETOR DE ACESSO A INFORMACAO		
472	7650	-R$ 20.000,00	502	2	9	12.365.0018.1061.0000	1061 REFORMA DE CEMEIS		
324	7651	-R$ 20.000,00	641	2	7	12.365.0020.1070.0000	1070 AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE		
270	7651	-R$ 20.000,00	685	2	8	20.606.0035.1143.0000	1143 AQUISICAO DE VEICULO		
220	7651	-R$ 20.000,00	694	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 22.000,00	697	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
301	7651	-R$ 20.000,00	698	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
3	7582	-R$ 20.000,00	1050	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014 GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
505	7582	-R$ 20.000,00	1053	2	10	27.812.0051.1033.0000	1033 INFRAESTRUTURA EM QUADRAS POLIESPORTIVAS		
138	7582	-R$ 20.000,00	1072	6	8	15.451.0018.1028.0004	1030 REFORMA DE PRACAS		
183	7581	-R$ 19.955,00	1008	2	4	15.451.0018.1223.0000	1223 AQUISICAO DE IMOVEIS		
182	7582	-R$ 19.840,00	1070	3	5	26.782.0017.2084.0001	2085 MANUTENCAO DE PONTES E ESTRADAS RURAIS		
903	7583	-R$ 19.600,00	14	2	14	08.244.0033.1250.0000	1250 CONSTRUCAO DO CRAS MOCOCA		
903	7582	-R$ 19.600,00	1093	2	14	08.244.0033.1250.0000	1250 CONSTRUCAO DO CRAS MOCOCA		
601	7628	-R$ 19.150,00	99743	2	12	23.695.0074.2335.0000	2335 PARTICIPACAO EM FEIRAS E EVENTOS		
171	7812	-R$ 19.000,00	140	2	4	15.451.0018.1255.0000	1255 REALIZACAO DE DRENAGEM URBANA		
592	7651	-R$ 19.000,00	683	2	12	23.691.0043.2340.0000	2340 FOMENTO AS ACOES DE INDUSTRIA E COMERCIO		
71	7830	-R$ 18.702,00	303	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
62	7583	-R$ 18.250,00	5	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
62	7582	-R$ 18.250,00	1054	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
308	7630	-R$ 18.150,00	314	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
205	7590	-R$ 18.012,00	83	2	5	15.452.0009.2164.0000	2164 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
454	7582	-R$ 18.000,00	1099	2	9	12.362.0022.2177.0000	2177 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE ESCOLAR		
322	7581	-R$ 17.750,00	1032	2	7	12.365.0019.2330.0000	2330 METODO PEDAGOGICO - APOSTILAMENTO		
445	7581	-R$ 17.750,00	1035	2	9	12.361.0010.2328.0000	2328 METODO PEDAGOGICO - APOSTILAMENTO		
364	7583	-R$ 17.500,00	19	2	9	12.365.0019.1061.0000	1061 REFORMA DE CEMEIS		
743	7651	-R$ 17.500,00	653	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
435	7583	-R$ 17.140,00	18	2	9	12.306.0013.2038.0000	2038 ALIMENTACAO E NUTRICAO CEMEIS		
435	7582	-R$ 17.140,00	1100	2	9	12.306.0013.2038.0000	2038 ALIMENTACAO E NUTRICAO CEMEIS		
957	7581	-R$ 17.000,00	1030	2	10	08.244.0039.2150.0002	2152 MANUTENCAO DA PADARIA		
542	7590	-R$ 16.108,00	69	2	10	27.812.0051.2178.0000	2178 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
542	7590	-R$ 16.108,00	70	2	10	27.812.0051.2178.0000	2178 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
301	7612	-R$ 16.000,00	216	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
879	7615	-R$ 16.000,00	220	2	15	08.243.0041.1089.0000	1089 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
143	7581	-R$ 16.000,00	1003	2	4	15.451.0018.1044.0000	1044 SINALIZACAO DE TRANSITO		
644	7612	-R$ 15.631,00	210	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
10	7583	-R$ 15.000,00	24	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014 GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
19	7583	-R$ 15.000,00	26	2	1	04.122.0055.2128.0000	2126 REMUNERACAO DO PREFEITO		
673	7612	-R$ 15.000,00	194	2	13	10.301.0007.2263.0000	2263 REMUNERACAO DE PESSOAL UBS		
144	7815	-R$ 15.000,00	229	2	4	15.451.0018.1038.0000	1038 CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES		
832	7818	-R$ 15.000,00	242	2	13	10.305.0014.2025.0000	2025 PROJETO CASTRACAO DE ANIMAIS		
20	7651	-R$ 15.000,00	570	2	1	04.122.0055.2201.0000	2201 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO ADVOCACIA		
322	7651	-R$ 15.000,00	587	2	7	12.365.0019.2330.0000	2330 METODO PEDAGOGICO - APOSTILAMENTO		
220	7651	-R$ 15.000,00	592	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
228	7581	-R$ 15.000,00	1014	2	6	18.541.0037.2081.0000	2081 FORMACAO DE MUDAS E ARVORES		
499	7582	-R$ 15.000,00	1065	2	10	27.811.0058.2402.0000	2402 BOLSA DE DEMANDA SOCIAL		
182	7582	-R$ 15.000,00	1089	2	4	26.782.0017.2084.0000	2084 MANUTENCAO DE PONTES E ESTRADAS RURAIS		
711	7582	-R$ 15.000,00	1076	2	13	10.302.0008.2151.0000	2151 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES		
848	7630	-R$ 14.251,00	338	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
1023	7581	-R$ 14.000,00	1034	2	4	15.451.0018.0051.0000	51 CONVENIO COM ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS		
679	7605	-R$ 13.500,00	118	2	13	10.301.0007.2346.0000	2346 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
220	7651	-R$ 13.000,00	673	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
644	7590	-R$ 12.920,00	75	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
205	7590	-R$ 12.801,00	82	2	5	15.452.0009.2164.0000	2164 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
512	7582	-R$ 12.480,00	1064	2	10	27.812.0051.2128.0000	2128 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS		
879	7634	-R$ 12.308,00	381	2	15	08.243.0041.1089.0000	1089 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
646	7630	-R$ 12.272,00	348	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
778	7651	-R$ 12.229,00	600	2	13	10.303.0008.2143.0000	2143 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS - ATENCAO BASICA		
644	7590	-R$ 12.173,00	84	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
138	7563	-R$ 12.100,00	8	2	4	15.451.0018.1028.0000	1028 REFORMA DE PRACAS		
138	7562	-R$ 12.100,00	1059	3	5	15.451.0018.1026.0001	1027 REFORMA DE PRACAS		
717	7651	-R$ 12.000,00	622	2	13	10.302.0006.2204.0000	2204 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
301	7651	-R$ 12.000,00	636	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
322	7651	-R$ 12.000,00	668	2	7	12.365.0019.2330.0000	2330 METODO PEDAGOGICO - APOSTILAMENTO		
743	7651	-R$ 12.000,00	709	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
215	7581	-R$ 12.000,00	1013	2	5	15.452.0081.2145.0000	2145 GESTAO DE SERVICOS URBANOS		
345	7581	-R$ 11.905,00	1018	2	8	12.122.0018.1064.0000	1068 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
171	7812	-R$ 11.000,00	139	2	4	15.451.0018.1255.0000	1255 REALIZACAO DE DRENAGEM URBANA		
99	7651	-R$ 11.000,00	564	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
743	7651	-R$ 11.000,00	595	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
743	7651	-R$ 11.000,00	704	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
1008	7583	-R$ 10.920,00	35	2	15	08.243.0041.2319.0000	2319 FAMILIA ACOLHEDORA		
646	7612	-R$ 10.879,00	163	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
71	7630	-R$ 10.749,00	327	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
71	7612	-R$ 10.711,00	187	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
646	7612	-R$ 10.578,00	167	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
17	7630	-R$ 10.456,00	2941	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
353	7612	-R$ 10.216,00	178	2	8	12.122.0018.2159.0000	2159 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
736	7648	-R$ 10.120,00	438	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
13	7583	-R$ 10.000,00	15	2	1	04.122.0055.2128.0000	2128 REMUNERACAO DO PREFEITO		
18	7583	-R$ 10.000,00	21	2	1	04.122.0055.2127.0000	2127 REMUNERACAO DO VICE PREFEITO		
282	7583	-R$ 10.000,00	31	2	8	20.606.0035.2268.0000	2268 LEILAO E TORNEIO LEITEIRO		
714	7583	-R$ 10.000,00	43	2	13	10.302.0008.2151.0000	2151 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES		
142	7594	-R$ 10.000,00	86	2	4	15.451.0018.1034.0000	1034 ILUMINACAO PUBLICA		
777	7585	-R$ 10.000,00	108	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA		
307	7612	-R$ 10.000,00	118	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
124	7612	-R$ 10.000,00	120	2	4	15.122.0018.2093.0000	2093 GESTAO DA DIRETORIA DE OBRAS		
484	7612	-R$ 10.000,00	121	2	9	12.363.0024.2336.0000	2336 CRIACAO DO POLO DE ENSINO TECNICO E SUPERIOR		
484	7612	-R$ 10.000,00	122	2	9	12.363.0024.2336.0000	2336 CRIACAO DO POLO DE ENSINO TECNICO E SUPERIOR		
394	7612	-R$ 10.000,00	123	2	6	12.365.0018.2173.0000	2173 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
100	7612	-R$ 10.000,00	125	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
100	7612	-R$ 10.000,00	126	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
124	7612	-R$ 10.000,00	127	2	4	15.122.0018.2093.0000	2093 GESTAO DA DIRETORIA DE OBRAS		
124	7612	-R$ 10.000,00	128	2	4	15.122.0018.2093.0000	2093 GESTAO DA DIRETORIA DE OBRAS		
646	7612	-R$ 10.000,00	129	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
646	7612	-R$ 10.000,00	130	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
100	7612	-R$ 10.000,00	131	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
100	7612	-R$ 10.000,00	132	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
100	7612	-R$ 10.000,00	133	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
365	7612	-R$ 10.000,00	175	2	9	12.361.0021.2148.0000	2148 GESTAO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
137	7615	-R$ 10.000,00	224	2	4	15.451.0018.1028.0000	1028 REFORMA DE PRACAS		
182	7615	-R$ 10.000,00	232	2	4	15.451.0018.1222.0000	1222 REFORMA DO CENTRO DE EXPOSICAO E LAZER		
183	7627	-R$ 10.000,00	284	2	4	15.451.0018.1223.0000	1223 AQUISICAO DE IMOVEIS		
232	7627	-R$ 10.000,00	285	2	8	18.541.0037.2121.0000	2121 REFLORESTAMENTO DA MATA CILIAR E PRESER AMBIENTAL		
588	7627	-R$ 10.000,00	286	2	12	23.122.0078.2287.0000	2287 GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
615	7627	-R$ 10.000,00	287	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182 GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS		
841	7627	-R$ 10.000,00	288	2	14	08.241.0032.2300.0000	2300 MANUNTECAO ATIVIDADES QCFV		
436	7627	-R$ 10.000,00	289	2	9	12.306.0013.2037.0000	2037 ALIMENTACAO E NUTRICAO PRE ESCOLA		
989	7627	-R$ 10.000,00	290	2	15	08.243.0041.2077.0000	2077 APOIO AS ACOES DO CONSELHO TUTELAR		
771	7642	-R$ 10.000,00	408	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA		
77	7642	-R$ 10.000,00	409	2	2	04.122.0001.2231.0000	2231 REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E P.SELETIVO		
41	7642	-R$ 10.000,00	410	2	1	04.124.0002.2200.0000	2200 GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
172	7647	-R$ 10.000,00	436	2	4	15.451.0018.1258.0000	1258 REALIZACAO DE SONDAGENS DE SOLO		
784	7648	-R$ 10.000,00	449	2	13	10.303.0008.2144.0000	2144 AQUISICAO DE MEDICAMENTOS MEDIA COMPLEXIDADE		

215	7650	-R$ 10.000,00	459	2	5	15.452.0061.2145.0000	2145	GESTAO DE SERVICOS URBANOS	
306	7650	-R$ 10.000,00	461	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40	
301	7650	-R$ 10.000,00	463	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
306	7650	-R$ 10.000,00	469	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40	
34	7650	-R$ 10.000,00	498	2	1	04.124.0002.1005.0000	1005	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
482	7650	-R$ 10.000,00	505	2	9	12.365.0020.1072.0000	1072	REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR	
210	7650	-R$ 10.000,00	544	2	5	15.452.0009.2292.0000	2292	MUTIRAO DE LIMPEZA EM VIAS PUBLICAS	
486	7650	-R$ 10.000,00	558	2	9	12.365.0020.2351.0000	2351	SIMPOSIOS	SEMINARIOS E CURSOS
301	7651	-R$ 10.000,00	581	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
593	7651	-R$ 10.000,00	664	2	12	23.691.0043.2341.0000	2341	EVENTO DE LANCAMENTO DE MODA	
80	7651	-R$ 10.000,00	680	2	2	04.122.0003.2325.0000	2325	MEDICINA DO TRABALHO	
274	7651	-R$ 10.000,00	696	2	6	20.606.0035.2265.0000	2265	FEIRA DO PRODUTOR RURAL	
275	7651	-R$ 10.000,00	697	2	6	20.606.0035.2265.0000	2265	FEIRA DO PRODUTOR RURAL	
555	7651	-R$ 10.000,00	698	2	13	13.392.0075.2282.0000	2282	OFICINAS E ARTES CULTURAIS	
301	7651	-R$ 10.000,00	702	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
281	7661	-R$ 10.000,00	736	2	6	20.606.0035.2287.0000	2287	PROVA DE BEBIDA DE CAFE	
701	7808	-R$ 10.000,00	745	2	13	10.301.0072.2250.0000	2250	ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL/SAUDE DA FAMILIA	
507	7582	-R$ 10.000,00	1065	2	10	27.812.0051.1052.0000	1052	CONSTRUCAO DE CAMPO DE FUTEBOL	
613	7582	-R$ 10.000,00	1074	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS	
689	7582	-R$ 10.000,00	1078	2	13	10.301.0072.2249.0000	2249	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
747	7582	-R$ 10.000,00	1081	2	13	10.302.0015.2390.0000	2390	REFORMA DE SALAS DO PRONTO ATENDIMENTO - SERVIÇO DE MAMOGRAFIA	
743	7590	-R$ 9.600,00	68	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
728	7647	-R$ 9.670,00	430	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
71	7830	-R$ 9.194,00	304	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
731	7842	-R$ 9.000,00	407	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
751	7847	-R$ 9.000,00	432	2	13	10.302.0070.2242.0000	2242	MANUTENCAO DOS SERVICOS	
103	7650	-R$ 9.000,00	498	2	3	04.129.0058.1060.0000	1060	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE	
220	7651	-R$ 9.000,00	575	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
306	7651	-R$ 9.000,00	579	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40	
17	7651	-R$ 9.000,00	583	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
644	7651	-R$ 9.000,00	611	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
294	7651	-R$ 9.000,00	637	2	7	12.361.0021.1018.0000	1018	REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR	
644	7651	-R$ 9.000,00	645	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
597	7651	-R$ 9.000,00	665	2	12	23.695.0074.2335.0000	2335	PARTICIPACAO EM FEIRAS E EVENTOS	
708	7582	-R$ 8.000,00	1090	2	13	10.302.0006.2017.0000	2017	AJUDA DE CUSTO A PACIENTES TFD	
182	7612	-R$ 8.765,00	143	2	4	26.782.0017.2183.0000	2183	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
71	7612	-R$ 8.765,00	202	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
220	7651	-R$ 8.600,00	706	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
644	7830	-R$ 8.522,00	348	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
220	7651	-R$ 8.500,00	640	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
803	7582	-R$ 8.350,00	1083	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
109	7583	-R$ 8.000,00	54	2	3	04.129.0058.2161.0000	2161	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	
131	7615	-R$ 8.000,00	222	2	4	15.122.0016.2093.0000	2093	GESTAO DA DIRETORIA DE OBRAS	
176	7647	-R$ 8.000,00	437	2	4	16.481.0105.1258.0000	1258	CONSTRUCAO DE SANITARIOS DOMICILIARES	
220	7651	-R$ 8.000,00	605	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
306	7651	-R$ 8.000,00	606	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40	
220	7651	-R$ 8.000,00	626	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
646	7830	-R$ 7.916,00	340	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
58	7612	-R$ 7.641,00	182	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
143	7830	-R$ 7.587,00	348	2	4	15.451.0018.1038.0000	1038	CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES	
94	7583	-R$ 7.490,00	58	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	
717	7590	-R$ 7.359,00	87	2	13	10.302.0008.2204.0000	2204	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
59	7630	-R$ 7.328,00	236	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
71	7630	-R$ 7.329,00	382	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
646	7630	-R$ 7.255,00	335	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
64	7583	-R$ 7.210,00	52	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	
803	7581	-R$ 7.150,00	1025	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
646	7830	-R$ 7.127,00	331	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
83	7650	-R$ 7.000,00	543	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	
337	7651	-R$ 7.000,00	588	2	7	12.368.0010.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
644	7651	-R$ 7.000,00	634	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
301	7651	-R$ 7.000,00	657	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
743	7651	-R$ 7.000,00	674	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
281	7661	-R$ 7.000,00	733	2	6	20.606.0034.2068.0000	2068	ARACAO E GRADAGEM PARA O PEQUENO PRODUTOR	
825	7581	-R$ 7.000,00	1020	2	13	10.305.0012.2023.0000	2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EPIDIOMOLOGIA	
635	7842	-R$ 6.900,00	402	2	13	10.301.0007.2019.0000	2019	ACOES DE SAUDE DE ATENCAO PRIMARIA	
71	7830	-R$ 6.893,00	365	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
1	7583	-R$ 6.840,00	2	2	1	04.122.0055.1058.0000	1058	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
1	7582	-R$ 6.840,00	1051	2	1	04.122.0055.1058.0000	1058	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
251	7651	-R$ 6.800,00	661	2	6	18.541.0037.2121.0000	2121	REFLORESTAMENTO DA MATA CILIAR E PRESER AMBIENTAL	
220	7612	-R$ 6.739,00	147	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
608	7612	-R$ 6.523,00	178	2	13	10.122.0005.2181.0000	2181	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
71	7830	-R$ 6.412,00	329	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
205	7590	-R$ 6.170,00	80	2	5	15.452.0008.2184.0000	2184	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
812	7842	-R$ 6.100,00	393	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS	
71	7630	-R$ 6.069,00	307	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
175	7581	-R$ 6.007,04	1004	2	4	15.451.0018.1218.0000	1218	COBERTURA DA ALAMEDA DA PRAÇA	
743	7612	-R$ 6.000,00	195	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
50	7625	-R$ 6.000,00	276	2	1	04.182.0080.2333.0000	2333	MONITORAMENTO DE AREAS DE RISCOS	
798	7647	-R$ 6.000,00	417	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
220	7651	-R$ 6.000,00	576	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
306	7651	-R$ 6.000,00	608	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40	
294	7651	-R$ 6.000,00	635	2	7	12.361.0021.1018.0000	1018	REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADE ESCOLAR	
743	7651	-R$ 6.000,00	703	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
220	7651	-R$ 6.000,00	712	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
646	7830	-R$ 6.648,00	342	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
7	7625	-R$ 5.800,00	274	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
823	7590	-R$ 5.735,00	81	2	14	08.244.0033.2301.0000	2301	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CREAS	
644	7612	-R$ 5.556,00	157	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
646	7830	-R$ 5.550,00	333	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
58	7612	-R$ 5.183,00	183	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
58	7830	-R$ 5.183,00	320	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
451	7650	-R$ 5.100,00	508	2	9	12.361.0022.1078.0000	2170	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
180	7650	-R$ 5.100,00	541	2	4	26.782.0018.1202.0000	1202	PAVIMENTACAO DE VIAS RURAIS	
44	7583	-R$ 5.030,00	3	2	1	04.131.0056.2147.0000	2147	GESTAO DAS ATIVIDADES DE COMUNICACAO SOCIAL	
13	7583	-R$ 5.000,00	32	2	1	04.122.0055.2126.0000	2126	REMUNERACAO DO PREFEITO	
802	7583	-R$ 5.000,00	46	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
757	7595	-R$ 5.000,00	107	2	13	10.302.0071.1134.0000	1134	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
768	7595	-R$ 5.000,00	108	2	13	10.302.0072.1061.0000	1061	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
152	7605	-R$ 5.000,00	111	2	4	15.451.0018.1178.0000	1178	PERFURACAO DE POCO ARTESIANO	
689	7605	-R$ 5.000,00	117	2	13	10.301.0070.1138.0000	1138	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
154	7612	-R$ 5.000,00	136	2	4	15.451.0018.1203.0000	1203	PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS	
147	7619	-R$ 5.000,00	327	2	4	15.451.0018.1040.0000	1040	CONSTRUCAO DE ROTATORIAS	
727	7618	-R$ 5.000,00	244	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	TREVOS E ACESSOS
739	7618	-R$ 5.000,00	259	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
792	7618	-R$ 5.000,00	264	2	13	10.303.0072.1083.0000	1083	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
33	7625	-R$ 5.000,00	271	2	1	04.122.0056.2311.0000	2311	MATERIAL PUBLICITARIO E INFORMATIVO	
49	7625	-R$ 5.000,00	275	2	1	04.182.0080.2333.0000	2333	MONITORAMENTO DE AREAS DE RISCOS	
53	7625	-R$ 5.000,00	280	2	1	04.182.0080.2334.0000	2334	MANUTENCAO DAS ACOES DA DEFESA CIVIL	
55	7625	-R$ 5.000,00	282	2	1	04.182.0080.2334.0000	2334	MANUTENCAO DAS ACOES DA DEFESA CIVIL	
59	7625	-R$ 5.000,00	283	2	3	04.123.0057.1059.0000	1059	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
353	7830	-R$ 5.000,00	321	2	6	12.122.0016.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
264	7832	-R$ 5.000,00	378	2	6	20.606.0034.2213.0000	2213	APOIO AO AGRICULTOR FAMILIAR	
76	7842	-R$ 5.000,00	408	2	2	04.122.0001.2231.0000	2231	REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E P.SELETIVO	
658	7647	-R$ 5.000,00	423	2	13	10.301.0007.2254.0000	2254	PROGRAMA PRATICAS INTEGRADAS COMPLEMENTARES	
689	7647	-R$ 5.000,00	427	2	13	10.301.0007.2260.0000	2260	COMBATE AO TABAGISMO	
671	7647	-R$ 5.000,00	429	2	13	10.301.0007.2261.0000	2261	ATIVIDADE FISICA/PRATICAS CORPORAIS	
99	7650	-R$ 5.000,00	462	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
99	7650	-R$ 5.000,00	464	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
99	7650	-R$ 5.000,00	465	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
644	7650	-R$ 5.000,00	466	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
99	7650	-R$ 5.000,00	467	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
99	7650	-R$ 5.000,00	468	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
301	7650	-R$ 5.000,00	470	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
301	7650	-R$ 5.000,00	471	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
301	7650	-R$ 5.000,00	472	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
644	7650	-R$ 5.000,00	473	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
644	7650	-R$ 5.000,00	475	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
644	7650	-R$ 5.000,00	476	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
99	7650	-R$ 5.000,00	477	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
373	7650	-R$ 5.000,00	478	2	6	12.361.0022.2172.0000	2172	REMUNERACAO DO PESSAOL ATIVO - EF	
373	7650	-R$ 5.000,00	479	2	6	12.361.0022.2172.0000	2172	REMUNERACAO DO PESSAOL ATIVO - EF	
373	7650	-R$ 5.000,00	480	2	6	12.361.0022.2172.0000	2172	REMUNERACAO DO PESSAOL ATIVO - EF	
644	7650	-R$ 5.000,00	481	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	
644	7650	-R$ 5.000,00	482	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL EF	

644	7650	-R$ 5.000,00	483	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
99	7650	-R$ 5.000,00	484	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
99	7650	-R$ 5.000,00	485	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
99	7650	-R$ 5.000,00	488	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
644	7650	-R$ 5.000,00	487	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
99	7650	-R$ 5.000,00	488	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
99	7650	-R$ 5.000,00	489	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
99	7650	-R$ 5.000,00	490	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
373	7650	-R$ 5.000,00	491	2	8	12.361.0022.2172.0000	2172	REMUNERACAO DO PESSAOL ATIVO - EF
644	7650	-R$ 5.000,00	492	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	493	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
99	7650	-R$ 6.000,00	494	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
99	7650	-R$ 6.000,00	512	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
644	7650	-R$ 6.000,00	513	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	514	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	515	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	516	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	517	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	518	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
84	7650	-R$ 5.000,00	519	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO
84	7650	-R$ 6.000,00	520	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO
929	7650	-R$ 5.000,00	521	2	14	08.244.0033.2218.0000	2218	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO - CREAS
335	7650	-R$ 5.000,00	522	2	7	12.365.0022.1121.0000	1121	AQUISIÇÃO DE VEICULO - EDUCAÇÃO INFANTIL
17	7650	-R$ 5.000,00	523	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
17	7650	-R$ 5.000,00	524	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
304	7650	-R$ 5.000,00	525	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
304	7650	-R$ 6.000,00	526	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
304	7650	-R$ 6.000,00	527	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
304	7650	-R$ 6.000,00	528	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
335	7650	-R$ 5.000,00	529	2	7	12.365.0022.1121.0000	1121	AQUISIÇÃO DE VEICULO - EDUCAÇÃO INFANTIL
17	7650	-R$ 5.000,00	530	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
17	7650	-R$ 5.000,00	531	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
335	7650	-R$ 5.000,00	532	2	7	12.365.0022.1121.0000	1121	AQUISIÇÃO DE VEICULO - EDUCAÇÃO INFANTIL
304	7650	-R$ 5.000,00	533	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
304	7650	-R$ 6.000,00	534	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
644	7650	-R$ 6.000,00	535	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
644	7650	-R$ 5.000,00	536	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
584	7650	-R$ 5.000,00	538	2	12	23.122.0078.2287.0000	2287	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
585	7650	-R$ 5.000,00	539	2	12	23.122.0078.2287.0000	2287	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
586	7650	-R$ 5.000,00	540	2	12	23.691.0043.2339.0000	2339	FEIRA NACIONAL DO TROCO
209	7650	-R$ 5.000,00	543	2	5	15.452.0008.2292.0000	2292	MULTIRAO DE LIMPEZA EM VIAS PUBLICAS
226	7650	-R$ 5.000,00	546	2	6	18.541.0037.1117.0000	1117	CONSTRUCAO DE VIVEIRO MUNICIPAL
225	7650	-R$ 5.000,00	547	2	6	18.541.0037.2081.0000	2081	FORMACAO DE MUDAS E ARVORES
229	7650	-R$ 6.000,00	548	2	6	18.541.0037.2082.0000	2082	ARBORIZACAO MUNICIPAL
308	7651	-R$ 5.000,00	582	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40
743	7651	-R$ 5.000,00	590	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
743	7651	-R$ 5.000,00	591	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
644	7651	-R$ 5.000,00	615	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
337	7651	-R$ 6.000,00	616	2	7	12.366.0010.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
308	7651	-R$ 5.000,00	618	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40
220	7590	-R$ 5.000,00	619	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
220	7651	-R$ 5.000,00	620	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
743	7651	-R$ 5.000,00	654	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
301	7651	-R$ 5.000,00	660	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
58	7651	-R$ 5.000,00	678	2	2	04.122.0001.0001.0000	1	CONTRIBUICAO AMESP
57	7651	-R$ 5.000,00	676	2	2	04.122.0001.0003.0000	3	CONTRIBUICAO A AMM
233	7651	-R$ 6.000,00	683	2	6	18.541.0037.2121.0000	2121	REFLORESTAMENTO DA MATA CILIAR E PRESER AMBIENTAL
234	7651	-R$ 5.000,00	684	2	6	18.541.0037.2121.0000	2121	REFLORESTAMENTO DA MATA CILIAR E PRESER AMBIENTAL
301	7651	-R$ 6.000,00	705	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
17	7651	-R$ 5.000,00	706	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
743	7651	-R$ 5.000,00	711	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
271	7681	-R$ 5.000,00	737	2	6	25.808.0035.1144.0000	1144	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO
292	7681	-R$ 5.000,00	740	2	8	20.808.0073.2274.0000	2274	CONTENCAO E DRENAGEM
184	7681	-R$ 5.000,00	741	2	4	28.782.0017.2098.0000	2098	GESTAO DE SERVICOS RURAIS
684	7608	-R$ 6.000,00	744	2	13	10.301.0007.2258.0000	2258	PREVENCAO E CONTROLE PESO
703	7608	-R$ 6.000,00	746	2	13	10.302.0005.1150.0000	1150	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS
957	7561	-R$ 5.000,00	1025	2	14	08.244.0039.2150.0000	2150	MANUTENCAO DA PADARIA
960	7561	-R$ 5.000,00	1027	2	14	08.244.0039.2150.0000	2150	MANUTENCAO DA PADARIA
44	7562	-R$ 5.000,00	1052	2	1	04.131.0056.2147.0000	2147	GESTAO DAS ATIVIDADES DE COMUNICACAO SOCIAL
220	7612	-R$ 4.694,00	154	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
71	7630	-R$ 4.594,00	326	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
220	7612	-R$ 4.916,00	153	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
353	7630	-R$ 4.830,00	324	2	5	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
225	7650	-R$ 4.900,00	545	2	6	18.541.0037.1117.0000	1117	CONSTRUCAO DE VIVEIRO MUNICIPAL
628	7642	-R$ 4.725,00	426	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018	MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE
704	7612	-R$ 4.700,00	217	2	13	10.302.0008.1257.0000	1257	AQUISICAO DE VEICULO
807	7561	-R$ 4.650,00	1019	2	13	10.305.0012.1088.0000	1088	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS
743	7651	-R$ 4.500,00	598	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
803	7561	-R$ 4.500,00	1021	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA
353	7612	-R$ 4.239,00	208	2	6	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
205	7590	-R$ 4.180,00	83	2	5	15.452.0008.2184.0000	2184	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
965	7590	-R$ 4.100,00	79	2	14	08.244.0080.2354.0000	2354	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
648	7612	-R$ 4.044,00	165	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
182	7583	-R$ 4.000,00	29	2	4	28.782.0017.2084.0000	2084	MANUTENCAO DE PONTES E ESTRADAS RURAIS
50	7583	-R$ 4.000,00	53	2	1	04.182.0080.2333.0000	2333	MONITORAMENTO DE AREAS DE RISCOS
350	7590	-R$ 4.000,00	87	2	9	12.122.0018.2027.0000	2027	GESTAO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS
717	7590	-R$ 4.000,00	78	2	13	10.302.0008.2204.0000	2204	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
143	7815	-R$ 4.000,00	228	2	4	15.451.0018.1044.0000	1044	SINALIZACAO DE TRANSITO
809	7650	-R$ 4.000,00	456	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA
817	7650	-R$ 4.000,00	457	2	13	10.305.0012.2023.0000	2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EPIDEMIOLOGIA
353	7651	-R$ 4.000,00	505	2	6	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
220	7651	-R$ 4.000,00	624	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
644	7651	-R$ 4.000,00	647	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
743	7651	-R$ 4.000,00	655	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
367	7631	-R$ 4.000,00	659	2	9	12.361.0021.2171.0000	2171	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
220	7651	-R$ 4.000,00	669	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
108	7661	-R$ 4.000,00	730	2	3	04.126.0058.2161.0000	2161	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO
725	7661	-R$ 4.000,00	749	2	13	10.302.0015.1015.0000	1015	REFORMA E AMPLIACAO PRONTO ATENDIMENTO
959	7562	-R$ 4.000,00	1091	2	14	08.244.0039.2150.0000	2150	MANUTENCAO DA PADARIA
963	7562	-R$ 4.600,00	1095	2	14	08.244.0080.2353.0000	2353	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO
308	7590	-R$ 3.962,00	94	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40
59	7630	-R$ 3.884,00	296	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO
648	7630	-R$ 3.677,00	339	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
483	7650	-R$ 3.538,00	556	2	9	12.365.0020.2032.0000	2032	GESTAO DAS ATIVIDADES DA PRE-ESCOLA
615	7647	-R$ 3.518,00	416	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS
609	7612	-R$ 3.500,00	160	2	13	10.122.0005.2181.0000	2181	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
646	7630	-R$ 3.500,00	341	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF
59	7630	-R$ 3.349,00	369	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO
30	7561	-R$ 3.309,00	1001	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
232	7651	-R$ 3.200,00	582	2	6	18.541.0037.2121.0000	2121	REFLORESTAMENTO DA MATA CILIAR E PRESER AMBIENTAL
301	7630	-R$ 3.165,00	319	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60
272	7632	-R$ 3.100,00	379	2	8	20.606.0035.1175.0000	1175	CONSTRUCAO DO MERCADO
619	7648	-R$ 3.100,00	443	2	13	10.301.0007.1137.0000	1137	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ESF E UBS
220	7612	-R$ 3.079,00	170	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
711	7583	-R$ 3.020,00	42	2	13	10.302.0008.2151.0000	2151	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES
91	7583	-R$ 3.000,00	57	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO
612	7647	-R$ 3.000,00	415	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS
99	7651	-R$ 3.000,00	567	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
99	7651	-R$ 3.000,00	568	2	3	04.123.0057.2160.0000	2160	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
753	7651	-R$ 3.000,00	571	2	13	10.302.0070.2243.0000	2243	REMUNERACAO DE PESSOAL
308	7651	-R$ 3.000,00	578	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40
743	7651	-R$ 3.000,00	593	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
743	7651	-R$ 3.000,00	594	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA
324	7651	-R$ 3.000,00	639	2	7	12.365.0020.1070.0000	1070	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE
220	7651	-R$ 3.000,00	707	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO
942	7651	-R$ 3.000,00	718	2	14	08.244.0033.2303.0000	2303	MANUTENCAO DAS ACOES DO CRAS
259	7561	-R$ 3.000,00	736	2	8	20.606.0034.2363.0000	2363	CAPACITACAO DO AGRICULTOR
957	7561	-R$ 3.000,00	1026	2	15	08.244.0039.2150.0001	2151	MANUTENCAO DA PADARIA
308	7612	-R$ 2.914,00	149	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40
428	7583	-R$ 2.890,00	9	2	6	12.366.0010.2030.0000	2030	GESTAO DAS ATIVIDADES DO EJA
428	7562	-R$ 2.890,00	1080	2	6	12.366.0010.2030.0000	2030	GESTAO DAS ATIVIDADES DO EJA
71	7630	-R$ 2.583,00	357	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
71	7630	-R$ 2.937,00	353	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
71	7630	-R$ 2.756,00	363	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO
644	7612	-R$ 2.756,00	162	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF

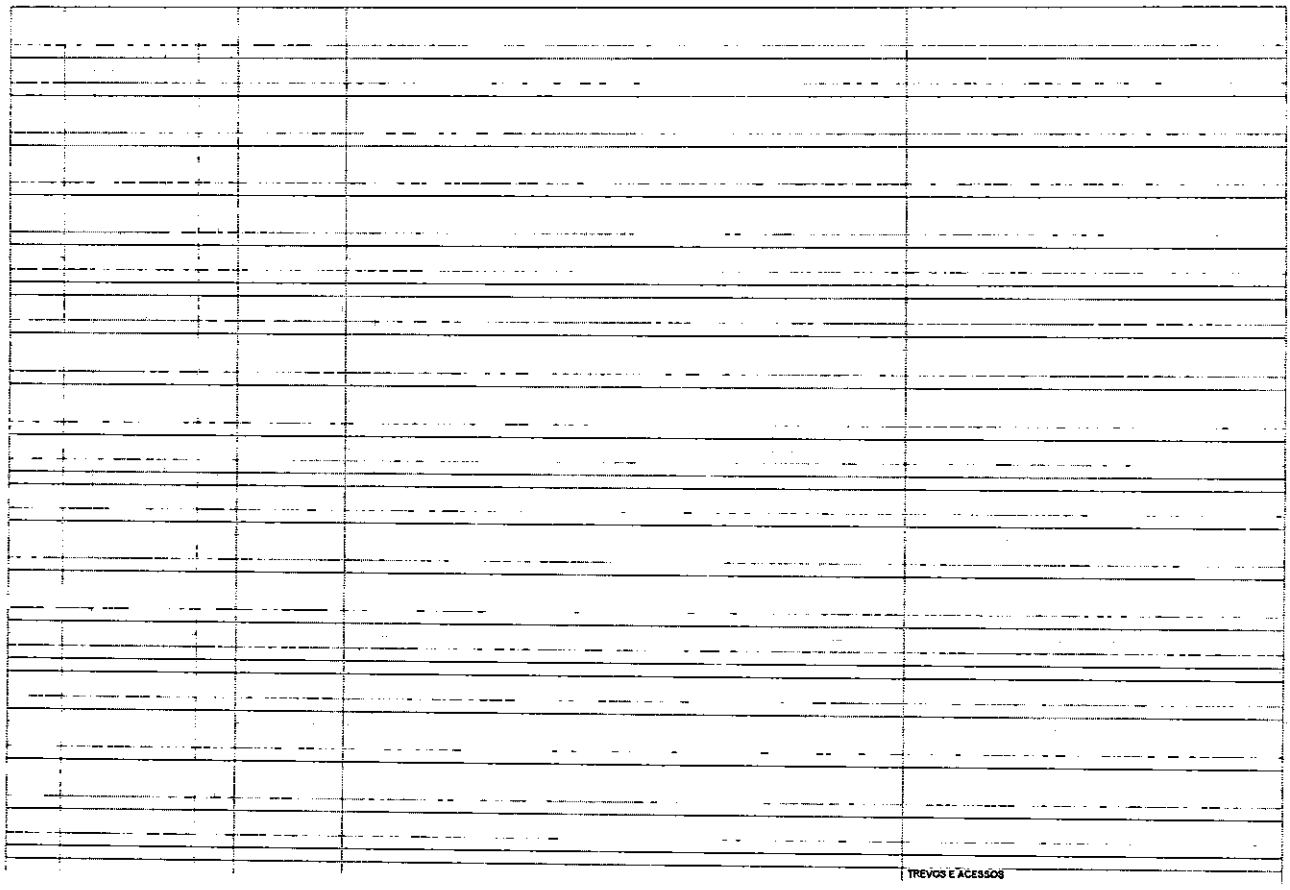
150	7605	-R$ 2.711,00	112	2	4	15.451.0016.1044.0000	1044 SINALIZACAO DE TRANSITO		
94	7583	-R$ 2.700,00	55	2	3	04.123.0057.2158.0000	2158 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
554	7590	-R$ 2.644,00	86	2	13	10.301.0007.2153.0000	2153 REMUNERACAO DE PESSOAL ACS		
851	7590	-R$ 2.600,00	69	2	14	08.122.0027.2167.0000	2167 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
1	7583	-R$ 2.600,00	251	2	1	04.122.0055.1056.0000	1056 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
331	7612	-R$ 2.558,00	203	2	7	12.365.0020.2167.0000	2167 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
309	7612	-R$ 2.503,00	204	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
220	7651	-R$ 2.500,00	656	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
948	7651	-R$ 2.500,00	721	2	14	08.244.0033.2303.0000	2303 MANUTENCAO DAS ACOES DO CRAS		
881	7651	-R$ 2.500,00	723	2	14	08.244.0030.1094.0000	1094 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
357	7612	-R$ 2.463,00	209	2	8	12.122.0018.2170.0000	2170 SEMINARIOS SIMPOSIOS E CURSOS		
445	7650	-R$ 2.450,00	508	2	8	12.361.0010.2328.0000	2328 METODO PEDAGOGICO - APOSTILAMENTO		
644	7650	-R$ 2.300,00	376	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
301	7630	-R$ 2.295,00	374	2	7	12.361.0021.2166.0000	2166 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
220	7612	-R$ 2.238,00	155	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
71	7630	-R$ 2.236,00	326	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
480	7650	-R$ 2.200,00	556	2	8	12.365.0019.2350.0000	2350 SEMINARIOS	SIMPOSIOS E CURSOS	
646	7630	-R$ 2.295,00	361	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
59	7630	-R$ 2.282,00	372	2	2	04.122.0001.0015.0000	15 REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO		
139	7616	-R$ 2.215,00	237	2	4	15.451.0016.1028.0000	1028 REFORMA DE PRACAS		
71	7590	-R$ 2.166,00	81	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
380	7583	-R$ 2.000,00	10	2	8	12.361.0022.2378.0000	2378 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
253	7590	-R$ 2.000,00	94	2	8	20.122.0054.2205.0000	2205 REMUNERACAO DE PESSOAL		
71	7612	-R$ 2.000,00	193	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
713	7618	-R$ 2.000,00	243	2	13	10.302.0008.2151.0000	2151 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES		
808	7618	-R$ 2.000,00	269	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA		
831	7642	-R$ 2.000,00	396	2	13	10.301.0007.2019.0000	2019 ACOES DE SAUDE DE ATENCAO PRIMARIA		
640	7642	-R$ 2.000,00	403	2	13	10.301.0007.2020.0000	2020 NASF - NUCLEO DE APOIO SAUDE DA FAMILIA		
686	7647	-R$ 2.000,00	424	2	13	10.301.0007.2259.0000	2259 APOIO A GESTANTE		
687	7647	-R$ 2.000,00	425	2	13	10.301.0007.2259.0000	2259 APOIO A GESTANTE		
688	7647	-R$ 2.000,00	426	2	13	10.301.0007.2259.0000	2259 APOIO A GESTANTE		
785	7648	-R$ 2.000,00	446	2	13	10.302.0071.2400.0000	2400 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SAUDE MENTAL		
803	7648	-R$ 2.000,00	451	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA		
457	7650	-R$ 2.000,00	503	2	8	12.362.0022.2177.0000	2177 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE ESCOLAR		
475	7650	-R$ 2.000,00	504	2	8	12.365.0019.2029.0000	2029 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE CRECHES		
447	7650	-R$ 2.000,00	507	2	8	12.361.0021.2148.0000	2148 GESTAO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
444	7650	-R$ 2.000,00	561	2	8	12.308.0013.2039.0000	2039 ALIMENTACAO E NUTRICAO EJA		
444	7650	-R$ 2.000,00	562	2	8	12.308.0013.2039.0000	2039 ALIMENTACAO E NUTRICAO EJA		
17	7651	-R$ 2.000,00	585	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
743	7651	-R$ 2.000,00	588	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
441	7651	-R$ 2.000,00	598	2	8	12.308.0013.2038.0000	2038 ALIMENTACAO E NUTRICAO ENSINO FUNDAMENTAL		
301	7651	-R$ 2.000,00	609	2	7	12.361.0021.2166.0000	2166 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
644	7651	-R$ 2.000,00	610	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
644	7651	-R$ 2.000,00	612	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
301	7651	-R$ 2.000,00	621	2	7	12.361.0021.2166.0000	2166 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
220	7651	-R$ 2.000,00	625	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 2.000,00	642	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
654	7651	-R$ 2.000,00	643	2	13	10.301.0007.2153.0000	2153 REMUNERACAO DE PESSOAL ACS		
644	7651	-R$ 2.000,00	644	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
644	7651	-R$ 2.000,00	648	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
717	7651	-R$ 2.000,00	651	2	13	10.302.0008.2204.0000	2204 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
717	7651	-R$ 2.000,00	652	2	13	10.302.0008.2204.0000	2204 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 2.000,00	668	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 2.000,00	670	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 2.000,00	672	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
998	7651	-R$ 2.000,00	715	2	15	08.243.0041.2197.0000	2197 REALIZACAO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS		
97	7681	-R$ 2.000,00	729	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
192	7681	-R$ 2.000,00	750	2	4	28.782.0017.2163.0000	2163 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
798	7581	-R$ 2.000,00	1022	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA		
380	7582	-R$ 2.000,00	1081	2	8	12.361.0022.2378.0000	2378 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
648	7630	-R$ 1.974,00	380	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
301	7630	-R$ 1.955,00	358	2	7	12.361.0021.2166.0000	2166 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
192	7613	-R$ 1.896,00	142	2	4	28.782.0017.2163.0000	2163 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
803	7650	-R$ 1.858,00	549	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA		
641	7642	-R$ 1.800,00	404	2	13	10.301.0007.2020.0000	2020 NASF - NUCLEO DE APOIO SAUDE DA FAMILIA		
220	7612	-R$ 1.772,00	158	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
71	7630	-R$ 1.772,00	330	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
810	7651	-R$ 1.750,00	587	2	13	10.305.0012.2023.0000	2023 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EPIDEMIOLOGIA		
307	7630	-R$ 1.717,00	311	2	7	12.361.0021.3217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
220	7612	-R$ 1.705,00	172	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
71	7630	-R$ 1.705,00	355	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
606	7612	-R$ 1.707,00	207	2	13	10.122.0005.2181.0000	2181 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
729	7582	-R$ 1.650,00	1078	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
71	7612	-R$ 1.643,00	184	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
13	7630	-R$ 1.642,00	292	2	1	04.122.0055.2128.0000	2128 REMUNERACAO DO PREFEITO		
220	7612	-R$ 1.633,00	145	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
876	7583	-R$ 1.600,00	15	2	14	08.244.0029.2053.0000	2053 APOIO AO MIGRANTE EM VULNERABILIDADE		
623	7642	-R$ 1.600,00	400	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018 MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE		
878	7582	-R$ 1.600,00	1094	2	14	08.244.0029.2053.0000	2053 APOIO AO MIGRANTE EM VULNERABILIDADE		
353	7612	-R$ 1.500,00	177	2	8	12.122.0018.2169.0000	2169 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
628	7618	-R$ 1.500,00	248	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018 MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE		
353	7630	-R$ 1.500,00	323	2	8	12.122.0018.2169.0000	2169 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
220	7651	-R$ 1.500,00	628	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
883	7651	-R$ 1.500,00	722	2	14	08.241.0032.2300.0000	2300 MANUNTECAO ATIVIDADES CCFV		
31	7625	-R$ 1.491,00	272	2	1	04.122.0058.2311.0000	2311 MATERIAL PUELICITARIO E INFORMATIVO		
65	7583	-R$ 1.380,00	27	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
65	7583	-R$ 1.380,00	36	2	2	04.122.0001.2004.0000	2004 GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO		
837	7581	-R$ 1.370,30	1024	2	14	08.122.0027.1080.0000	1080 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS		
71	7630	-R$ 1.357,00	308	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
306	7612	-R$ 1.330,00	189	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
644	7612	-R$ 1.243,00	161	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
646	7630	-R$ 1.209,00	351	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
139	7583	-R$ 1.200,00	28	2	4	15.451.0016.1028.0000	1028 REFORMA DE PRACAS		
71	7612	-R$ 1.170,00	186	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
13	7630	-R$ 1.170,00	293	2	1	04.122.0055.2128.0000	2128 REMUNERACAO DO PREFEITO		
774	7648	-R$ 1.118,00	448	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA		
646	7630	-R$ 1.116,00	359	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152 REMUNERACAO DE PESSOAL SF		
708	7681	-R$ 1.100,00	742	2	13	10.302.0008.2151.0000	2151 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES		
220	7612	-R$ 1.092,00	173	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
71	7630	-R$ 1.082,00	356	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO		
306	7612	-R$ 1.080,00	150	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217 REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40		
301	7630	-R$ 1.055,00	375	2	7	12.361.0021.2166.0000	2166 REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60		
59	7630	-R$ 1.047,00	289	2	2	04.122.0001.0015.0000	15 REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO		
764	7583	-R$ 1.000,00	37	2	13	10.302.0071.2400.0000	2400 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SAUDE MENTAL		
734	7583	-R$ 1.000,00	44	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
773	7583	-R$ 1.000,00	45	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA		
603	7583	-R$ 1.000,00	47	2	13	10.122.0005.2053.0000	2053 APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS		
604	7583	-R$ 1.000,00	48	2	13	10.122.0005.2052.0000	2052 APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS		
605	7583	-R$ 1.000,00	50	2	13	10.122.0005.2052.0000	2052 APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS		
814	7583	-R$ 1.000,00	51	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182 GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS		
602	7583	-R$ 1.000,00	56	2	13	10.122.0005.2052.0000	2052 APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS		
676	7595	-R$ 1.000,00	100	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
677	7595	-R$ 1.000,00	101	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
678	7595	-R$ 1.000,00	102	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
679	7595	-R$ 1.000,00	104	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
748	7595	-R$ 1.000,00	105	2	13	10.302.0070.2242.0000	2242 MANUTENCAO DOS SERVICOS		
749	7595	-R$ 1.000,00	106	2	13	10.302.0070.2242.0000	2242 MANUTENCAO DOS SERVICOS		
220	7612	-R$ 1.000,00	146	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO		
743	7612	-R$ 1.000,00	196	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139 REMUNERACAO DE PESSOAS PA		
706	7612	-R$ 1.000,00	218	2	13	10.302.0006.2017.0000	2017 AJUDA DE CUSTO A PACIENTES TFD		
129	7615	-R$ 1.000,00	221	2	4	15.122.0016.2093.0000	2093 GESTAO DA DIRETORIA DE OBRAS		
136	7615	-R$ 1.000,00	223	2	4	15.451.0016.1028.0000	1028 REFORMA DE PRACAS		
153	7615	-R$ 1.000,00	229	2	4	15.451.0016.1203.0000	1203 PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS		
160	7615	-R$ 1.000,00	230	2	4	15.451.0016.1222.0000	1222 REFORMA DO CENTRO DE EXPOSICAO E LAZER		
161	7615	-R$ 1.000,00	231	2	4	15.451.0016.1222.0000	1222 REFORMA DO CENTRO DE EXPOSICAO E LAZER		
168	7615	-R$ 1.000,00	233	2	4	15.451.0016.1253.0000	1253 REFORMA DO VELORIO		
167	7615	-R$ 1.000,00	234	2	4	15.451.0016.1253.0000	1253 REFORMA DO VELORIO		
816	7618	-R$ 1.000,00	245	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182 GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS		
638	7618	-R$ 1.000,00	247	2	13	10.301.0007.2020.0000	2020 NASF - NUCLEO DE APOIO SAUDE DA FAMILIA		
651	7618	-R$ 1.000,00	248	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348 PROGRAMA MAIS MEDICOS		
686	7618	-R$ 1.000,00	249	2	13	10.301.0072.2248.0000	2248 REMUNERACAO DE PESSOAL		
687	7618	-R$ 1.000,00	250	2	13	10.301.0072.2248.0000	2248 REMUNERACAO DE PESSOAL		
688	7618	-R$ 1.000,00	251	2	13	10.301.0072.2249.0000	2249 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES		
637	7618	-R$ 1.000,00	252	2	13	10.301.0072.2250.0000	2250 ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL/SAUDE DA FAMILIA		
707	7618	-R$ 1.000,00	253	2	13	10.302.0008.2151.0000	2151 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES		

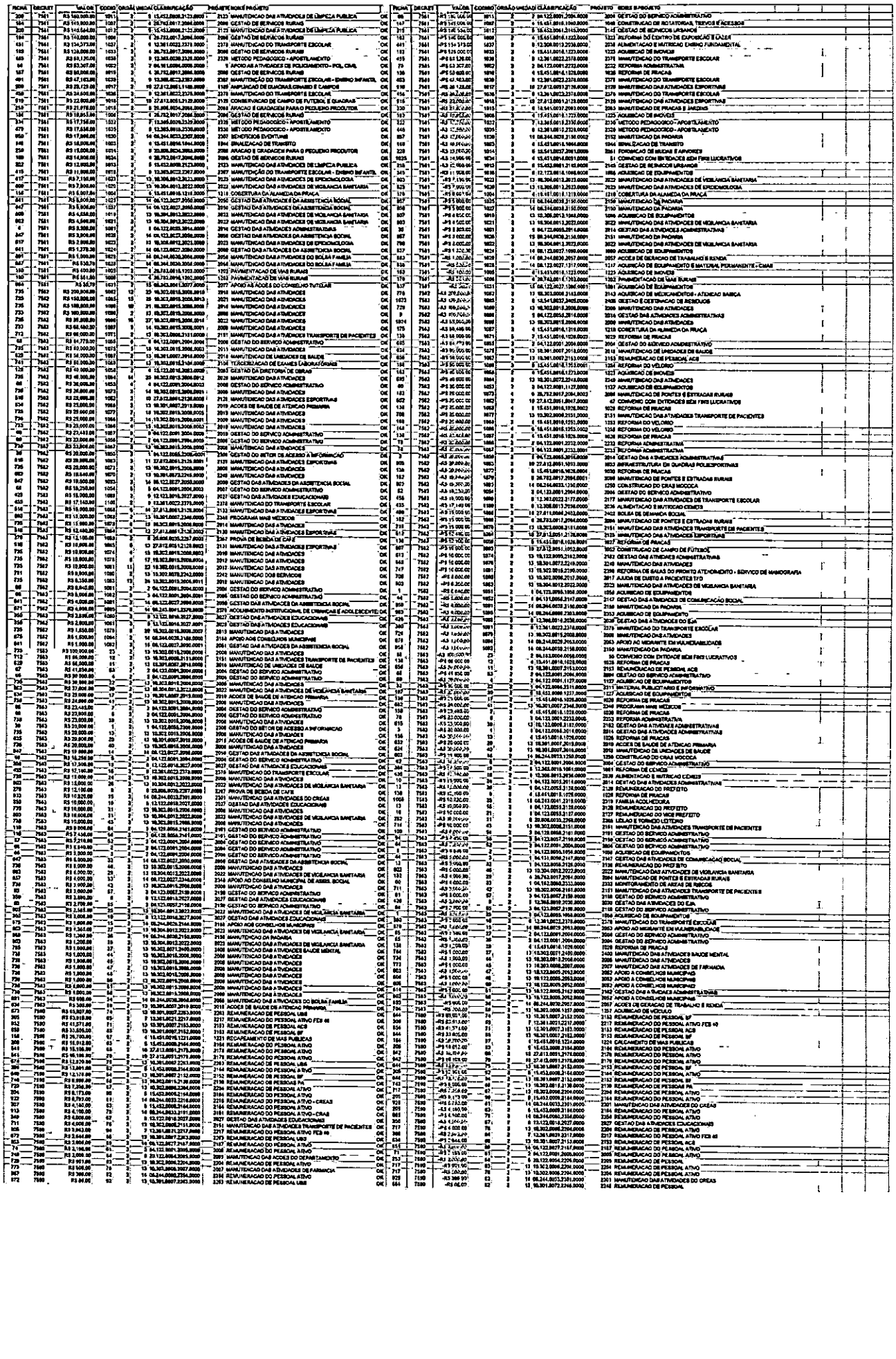
732	7616	-R$ 1.000,00	254	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
737	7616	-R$ 1.000,00	255	2	13	10.302.0015.2008.0000	2008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
745	7616	-R$ 1.000,00	256	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
758	7616	-R$ 1.000,00	257	2	13	10.302.0070.2243.0000	2243	REMUNERACAO DE PESSOAL	
781	7616	-R$ 1.000,00	258	2	13	10.302.0071.2247.0000	2247	REMUNERACAO DE PESSOAL	
782	7616	-R$ 1.000,00	260	2	13	10.302.0071.2400.0000	2400	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SAUDE MENTAL	
783	7616	-R$ 1.000,00	261	2	13	10.302.0071.2400.0000	2400	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SAUDE MENTAL	
787	7616	-R$ 1.000,00	262	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA	
775	7616	-R$ 1.000,00	263	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA	
796	7616	-R$ 1.000,00	265	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
797	7616	-R$ 1.000,00	266	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
801	7616	-R$ 1.000,00	267	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
804	7616	-R$ 1.000,00	268	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
787	7621	-R$ 1.000,00	270	2	13	10.303.0008.2185.0000	2185	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
51	7625	-R$ 1.000,00	277	2	1	04.182.0080.2333.0000	2333	MONITORAMENTO DE AREAS DE RISCOS	
52	7625	-R$ 1.000,00	278	2	1	04.182.0080.2334.0000	2334	MANUTENCAO DAS ACOES DA DEFESA CIVIL	
54	7625	-R$ 1.000,00	281	2	1	04.182.0080.2334.0000	2334	MANUTENCAO DAS ACOES DA DEFESA CIVIL	
691	7642	-R$ 1.000,00	397	2	13	10.301.0072.2249.0000	2249	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES	
698	7642	-R$ 1.000,00	398	2	13	10.301.0072.2250.0000	2250	ESTRATEGIA DE SAUDE BUCAL/SAUDE DA FAMILIA	
670	7647	-R$ 1.000,00	428	2	13	10.301.0007.2260.0000	2260	COMBATE AO TABAGISMO	
750	7648	-R$ 1.000,00	439	2	13	10.302.0070.2242.0000	2242	MANUTENCAO DOS SERVICOS	
170	7648	-R$ 1.000,00	441	2	4	15.451.0018.1255.0000	1255	REALIZACAO DE DRENAGEM URBANA	
189	7648	-R$ 1.000,00	442	2	4	15.451.0018.1255.0000	1255	REALIZACAO DE DRENAGEM URBANA	
606	7648	-R$ 1.000,00	453	2	13	10.122.0005.2052.0000	2052	APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS	
610	7648	-R$ 1.000,00	454	2	13	10.122.0005.2181.0000	2181	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
780	7648	-R$ 1.000,00	455	2	13	10.302.0071.2247.0000	2247	REMUNERACAO DE PESSOAL	
85	7650	-R$ 1.000,00	458	2	2	04.181.0004.0009.0000	9	APOIO AS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO - POL. CIVIL	
188	7650	-R$ 1.000,00	543	2	4	26.782.0017.2096.0000	2096	GESTAO DE SERVICOS RURAIS	
417	7650	-R$ 1.000,00	553	2	8	12.365.0022.2387.0000	2387	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL	
498	7650	-R$ 1.000,00	554	2	8	12.368.0010.2352.0000	2352	SEMINARIOS	SIMPÓSIOS E CURSOS
444	7650	-R$ 1.000,00	560	2	8	12.306.0015.2039.0000	2039	ALIMENTACAO E NUTRICAO EJA	
40	7651	-R$ 1.000,00	677	2	1	04.124.0002.2290.0000	2290	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
220	7651	-R$ 1.000,00	695	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
542	7651	-R$ 1.000,00	696	2	10	27.812.0051.2178.0000	2178	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
851	7651	-R$ 1.000,00	716	2	14	08.244.0030.1094.0000	1094	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
42	7651	-R$ 1.000,00	726	2	1	04.131.0056.2147.0000	2147	GESTAO DAS ATIVIDADES DE COMUNICACAO SOCIAL	
46	7651	-R$ 1.000,00	727	2	1	04.131.0056.2147.0000	2147	GESTAO DAS ATIVIDADES DE COMUNICACAO SOCIAL	
96	7651	-R$ 1.000,00	728	2	3	04.123.0057.2159.0000	2159	GESTAO DO SERVICO ADMINISTRATIVO	
239	7651	-R$ 1.000,00	731	2	8	18.541.0037.2270.0000	2270	EDUCACAO AMBIENTAL FOMACAO DE CIDADAOS	
240	7651	-R$ 1.000,00	732	2	8	18.541.0037.2270.0000	2270	EDUCACAO AMBIENTAL FOMACAO DE CIDADAOS	
267	7651	-R$ 1.000,00	734	2	8	20.606.0034.2363.0000	2363	CAPACITACAO DO AGRICULTOR	
268	7651	-R$ 1.000,00	735	2	8	20.606.0034.2363.0000	2363	CAPACITACAO DO AGRICULTOR	
291	7651	-R$ 1.600,00	736	2	8	20.606.0073.2274.0000	2274	CONTENCAO E DRENAGEM	
883	7581	-R$ 1.600,00	1025	2	14	08.244.0030.2057.0000	2057	ACOES DE GERACAO DE TRABALHO E RENDA	
958	7582	-R$ 1.000,00	1082	2	14	08.244.0038.2150.0000	2150	MANUTENCAO DA PADARIA	
353	7612	-R$ 957,00	178	2	8	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
353	7630	-R$ 957,00	322	2	8	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
717	7590	-R$ 901,00	93	2	13	10.302.0006.2204.0000	2204	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
143	7616	-R$ 875,00	238	2	4	15.451.0018.1036.0000	1036	CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES	
646	7612	-R$ 865,00	188	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
646	7630	-R$ 865,00	350	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
71	7612	-R$ 810,00	207	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
71	7612	-R$ 800,00	213	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
612	7651	-R$ 800,00	601	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS	
220	7651	-R$ 800,00	623	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
612	7651	-R$ 800,00	701	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS	
305	7651	-R$ 800,00	714	2	7	12.361.0021.2217.0000	2217	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO FEB 40	
652	7651	-R$ 700,00	713	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348	PROGRAMA MAIS MEDICOS	
617	7650	-R$ 770,00	550	2	13	10.305.0012.2023.0000	2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE EPIDIOMOLOGIA	
71	7612	-R$ 713,00	197	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
220	7612	-R$ 698,00	144	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
829	7642	-R$ 679,00	401	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	
883	7583	-R$ 900,00	34	2	14	08.244.0030.2057.0000	2057	ACOES DE GERACAO DE TRABALHO E RENDA	
838	7581	-R$ 536,70	1025	2	14	08.122.0027.1217.0000	1217	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CMAS	
644	7630	-R$ 518,00	377	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
301	7630	-R$ 518,00	373	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
678	7648	-R$ 516,00	444	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348	PROGRAMA MAIS MEDICOS	
717	7590	-R$ 500,00	78	2	13	10.302.0006.2204.0000	2204	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
646	7612	-R$ 500,00	186	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
883	7616	-R$ 600,00	239	2	14	08.244.0030.2057.0000	2057	ACOES DE GERACAO DE TRABALHO E RENDA	
71	7630	-R$ 500,00	305	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
646	7630	-R$ 500,00	347	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
71	7630	-R$ 500,00	352	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
802	7646	-R$ 500,00	450	2	13	10.304.0012.2022.0000	2022	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA SANITARIA	
8	7651	-R$ 500,00	675	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
430	7651	-R$ 500,00	710	2	8	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
940	7651	-R$ 500,00	719	2	14	08.244.0033.2303.0000	2303	MANUTENCAO DAS ACOES DO CRAS	
944	7651	-R$ 500,00	720	2	14	08.244.0033.2303.0000	2303	MANUTENCAO DAS ACOES DO CRAS	
58	7630	-R$ 479,00	370	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
301	7630	-R$ 414,00	317	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
163	7581	-R$ 400,00	1005	2	4	15.451.0018.1223.0000	1223	AQUISICAO DE IMOVEIS	
71	7612	-R$ 342,00	213	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
220	7612	-R$ 369,00	171	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
71	7630	-R$ 308,00	354	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
829	7590	-R$ 308,00	82	2	14	08.244.0033.2301.0000	2301	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CREAS	
646	7612	-R$ 356,00	189	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
646	7630	-R$ 353,00	349	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
646	7630	-R$ 353,00	345	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
179	7581	-R$ 351,00	1008	2	4	26.782.0018.1202.0000	1202	PAVIMENTACAO DE VIAS RURAIS	
148	7650	-R$ 920,00	458	2	4	15.451.0018.1044.0000	1044	SINALIZACAO DE TRANSITO	
353	7612	-R$ 315,00	205	2	8	12.122.0018.2169.0000	2169	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
646	7630	-R$ 302,00	368	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
646	7630	-R$ 302,00	367	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
704	7583	-R$ 300,00	59	2	13	10.302.0006.1257.0000	1257	AQUISICAO DE VEICULO	
710	7612	-R$ 300,00	219	2	13	10.302.0006.2151.0000	2151	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES TRANSPORTE DE PACIENTES	
196	7641	-R$ 300,00	399	2	5	15.452.0006.1001.0000	1001	AQUISICAO DE VEICULO	
854	7651	-R$ 300,00	717	2	14	08.244.0030.2058.0000	2058	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO BOLSA FAMILIA	
58	7612	-R$ 291,00	181	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
17	7630	-R$ 291,00	295	2	1	04.122.0055.2155.0000	2155	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
769	7648	-R$ 279,00	447	2	13	10.303.0008.2007.0000	2007	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE FARMACIA	
1	7661	-R$ 250,00	748	3	1	04.122.0055.1056.0000	1056	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
220	7651	-R$ 230,00	631	2	5	15.452.0061.2165.0000	2165	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
225	7647	-R$ 200,00	422	2	6	16.541.0037.1117.0000	1117	CONSTRUCAO DE VIVEIRO MUNICIPAL	
680	7648	-R$ 200,00	445	2	13	10.301.0007.2348.0000	2348	PROGRAMA MAIS MEDICOS	
612	7651	-R$ 200,00	602	2	13	10.122.0005.2182.0000	2182	GESTAO DAS ATIVIDAES ADMINISTRATIVAS	
59	7630	-R$ 181,00	371	2	2	04.122.0001.0015.0000	15	REMUNERACAO DO PESSOAL INATIVO	
6	7641	-R$ 160,00	387	2	1	04.122.0055.2014.0000	2014	GESTAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
71	7612	-R$ 151,00	188	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
71	7612	-R$ 157,00	200	2	2	04.122.0001.2005.0000	2005	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
743	7651	-R$ 150,00	592	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
743	7651	-R$ 150,00	587	2	13	10.302.0015.2139.0000	2139	REMUNERACAO DE PESSOAS PA	
328	7612	-R$ 140,00	174	2	7	12.365.0020.2032.0000	2032	GESTAO DAS ATIVIDADES DA PRE-ESCOLA	
644	7612	-R$ 153,00	188	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
301	7630	-R$ 125,00	318	2	7	12.361.0021.2168.0000	2168	REMUNERACAO DO PESSOL ATIVO FEB 60	
644	7612	-R$ 116,00	211	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	
13	7630	-R$ 113,00	291	2	1	04.122.0055.2128.0000	2128	REMUNERACAO DO PREFEITO	
164	7608	-R$ 134,00	98746	2	4	15.451.0018.1224.0000	1224	CALCAMENTO DE VIAS PUBLICAS	
817	7612	-R$ 100,00	214	2	14	08.244.0033.2181.0000	2181	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO - CRAS	
348	7642	-R$ 100,00	411	2	8	12.122.0018.2027.0000	2027	GESTAO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS	
869	7642	-R$ 100,00	414	2	14	08.244.0030.2058.0000	2058	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO BOLSA FAMILIA	
717	7551	-R$ 100,00	650	2	13	10.302.0008.2204.0000	2204	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	
684	7580	-R$ 86,00	92	2	13	10.301.0072.2248.0000	2248	REMUNERACAO DE PESSOAL	
606	7612	-R$ 49,00	208	2	13	10.122.0005.2181.0000	2181	REMUNERACAO DO PESSOAL ATIVO	
834	7647	-R$ 30,00	433	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018	ACOES DE SAUDE DE ATENCAO PRIMARIA	
837	7581	-R$ 30,70	1031	2	15	08.122.0027.1090.0001	1091	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	
624	7647	-R$ 12,00	435	2	13	10.301.0007.2018.0000	2018	MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	
685	7590	-R$ 0,22	95	2	13	10.301.0072.2248.0000	2248	REMUNERACAO DE PESSOAL	
646	7647	-R$ 0,13	434	2	13	10.301.0007.2152.0000	2152	REMUNERACAO DE PESSOAL SF	

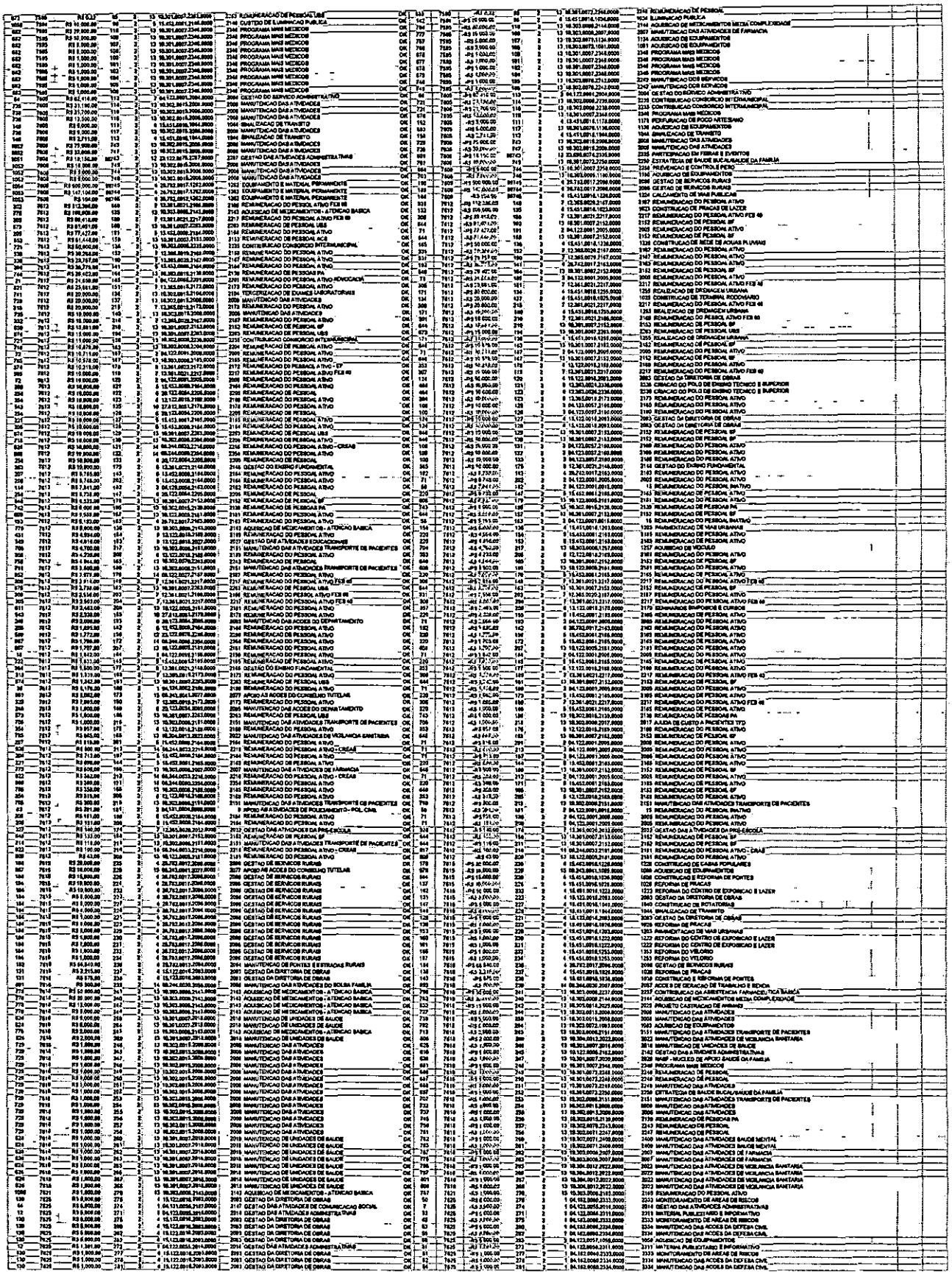


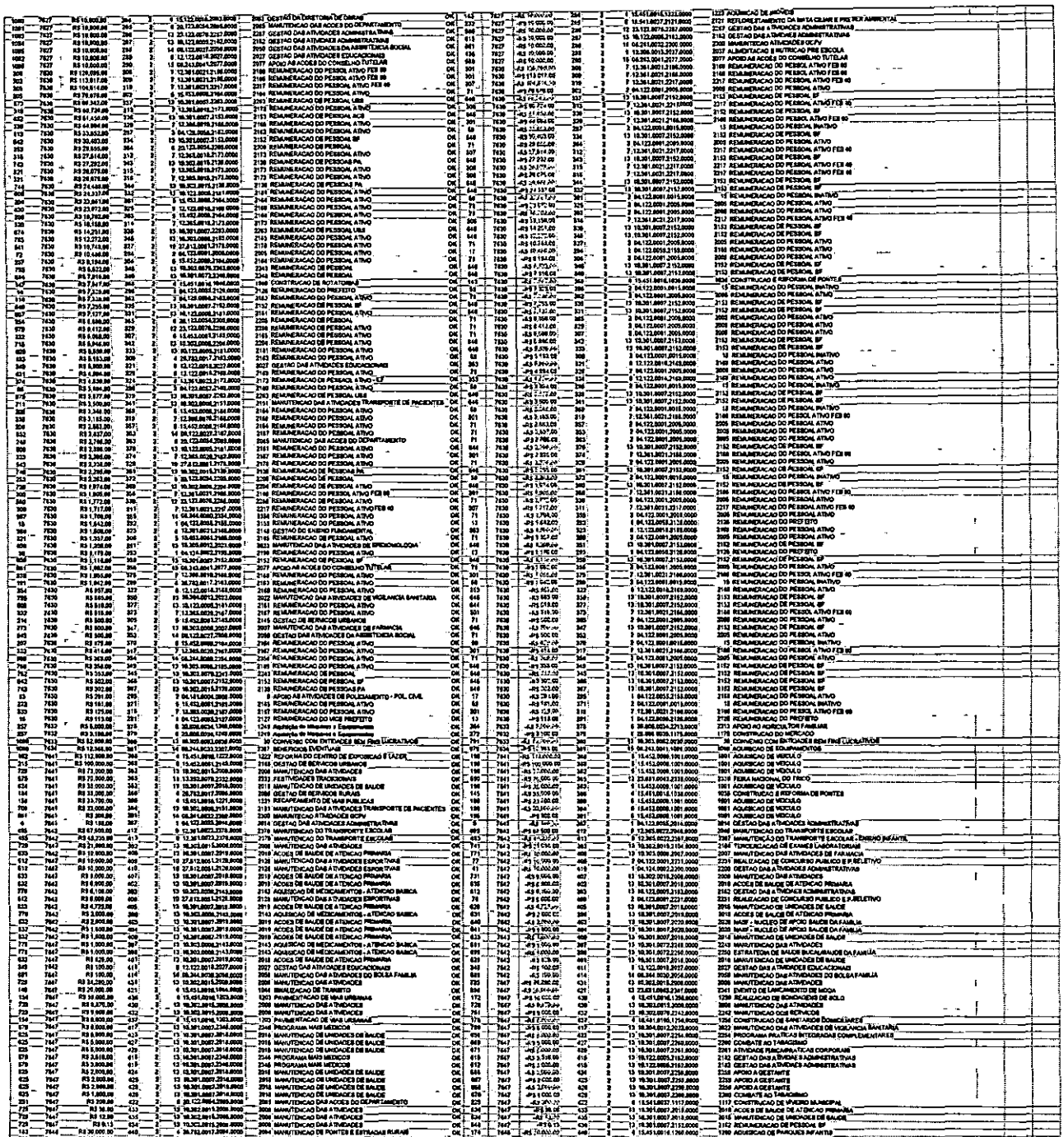


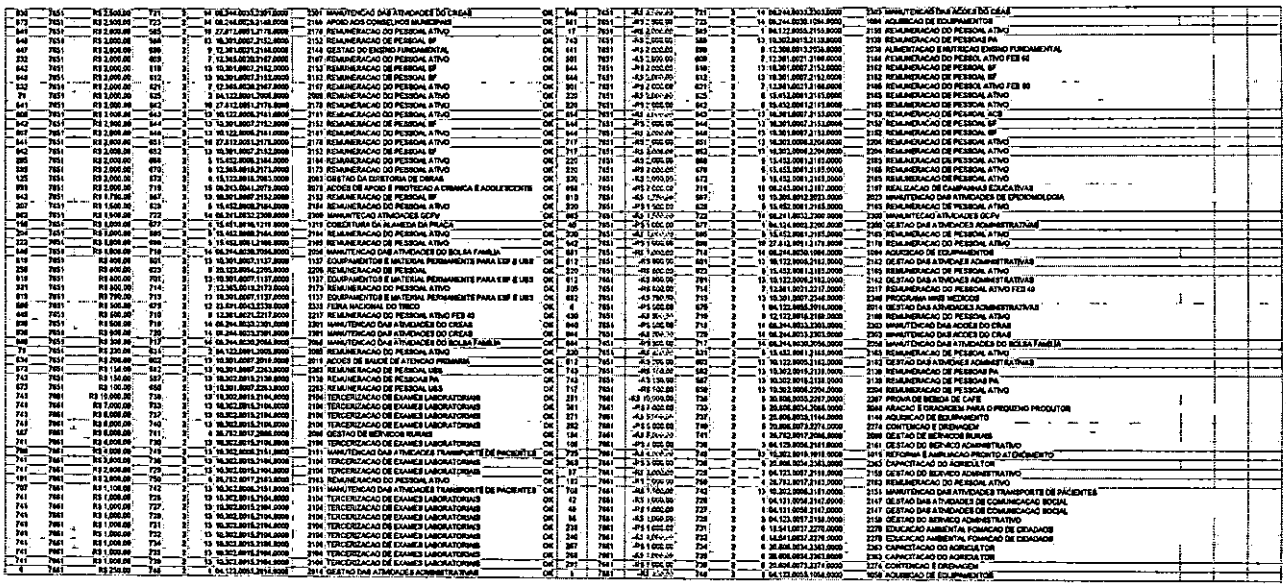



TREVOS E ACESSOS









Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 317/2019
Data: 10/06/2019Hora: 10:51:54
Natureza: Outros

Ofício 013/19

Assunto: agradecimento

Donizeti B. da Silva

DD. Presidente da Câmara de Vereadores

Prezados senhores.

Tive a honra de ser vereador à Câmara Municipal nas legislaturas 1988/92 e 2008/12, além de meus 2 avôs , Ernesto Gottardello e Basílio Zucato terem presidido essa Casa de Leis.

Sendo assim , sei da importância de uma moção votada na Casa.

Os votos de Congratulação dados a mim e à toda equipe do Departamento nos faz mais fortes e dispostos a continuar nosso trabalho em prol do agricultor e do cidadão monte-sionense.

Em nome de todos os servidores lotados no departamento e em meu próprio nome, saúdo e agradeço com o coração feliz a todos os vereadores; em especial o autor da Moção, o prezado amigo José Edgard Guireli.

Monte Sião, 10 de junho de 2019.

Ernesto Gottardello

10/6/19

Aos cuidados dos Senhores Vereadores,

Venho através desta, fazer uma reclamação direta sobre o servidor público na área da Secretaria do transporte o Sr. Ricardo Paquito; que em resposta a uma reclamação que fiz na rádio do município, referente a entrega dos resultados do exame que fiz em Pouso Alegre no dia 13/05/2019 o qual fui informada que após o dia 20/05/19 estariam disponíveis e que deveria procurar a Secretaria de saúde para que esta pudesse retirar o resultado, mas que até a presente data ainda não tinha chegado, como pode ser confirmado na Guia para retirada de exame que foi a mim entregue e nesta carta esta anexada; ouvi então do servidor que de maneira muito grosseira, entrometida e sagaz que ele mesmo teria ligado em Pouso Alegre (sendo que ele é do transporte e não da saúde!), e que eu não teria sido informado corretamente, que os exames estariam prontos junto com o laudo em 30 dias, que se eu quisesse ele poderia imprimir o laudo via internet, porém disse a ele que não

precisava pois o médico queria os dois em mãos (laudo e exame), mas então disse ele mesmo sem a minha permissão que "iria fazer melhor" e pegou o laudo do exame enviando para o seu e-mail particular; (Para que?) ato este inaceitável, quando então questionado respondeu de forma Grosseira, em todo momento me chamando de "Anjo" e "querida" com tom de deboche e sinismo, ao dizer ainda que: "O Brasil não vai pra frente por causa de pessoas acomodadas e que não se informam sobre as coisas.", me disse ainda que eu "deveria entender das coisas visto que já tenho uma certa idade."

Ao que me lembro no quadro de recado da Secretaria de Saúde consta um aviso que o paciente deve levar a Guia de retirada de exames após a data informada. Foi o que fiz visto que dependemos do SUS e que a prefeitura não oferece carro para irmos até o local da coleta do exame, até porque iriamos ocupar o espaço de uma consulta, a Secretaria de Saúde dispõe-se em trazer os resultados para os pacientes; há 20 anos faço tratamento em Pouso Alegre e sempre

me orgulhei ao dizer que a prefeitura e os vereadores se importam com a saúde do município, por muitas vezes precisei e sempre fui amparada, mas pela primeira vez me sinto envergonhada, ofendida e com meu direito roubado ao ser tão humilhada e destratada por um servidor Público que representa a prefeitura e o serviço que a mesma presta, ainda mas tendo que ouvir que eu deveria pedir desculpas a ele, sendo que em nenhum momento eu o ofendi, nem o afrontei e nem mesmo solicitei resposta vinda do setor ao qual ele serve. Espera apenas uma posição concreta da secretaria de saúde, pois a única que me falaram era que "ainda não chegou"; mas também não podiam verificar, não é mesmo!?.

Lamento muito o ocorrido, uma coisa totalmente desnecessária visto que um pouco de boa vontade e educação já teriam resolvido. Não tive o problema resolvido e ainda tive que ouvir tanto desaforo e humilhação com a cidade inteira ouvindo de uma pessoa que não tinha nada

11

Saber com o assunto e pra piorar ainda fico com aquela sensação de que quantas outras pessoas devem ter ouvido até palavras mais duras desse funcionário e por talvez serem mais leigos sobre os seus direitos, devem ter ficado calados.

Desonrou a casa que serve e ainda envergonhou aqueles que o apoiaram para ali estar.

Triste, finalizo com a esperança de direitos iguais para todos.

MORADORA DA VILA SÃO JOSÉ

CPF 12035367808

TITULO DE ELEITOR 118438290281

Maria da Gloria de Oliveira Alves

CORPUS IMAGENS LTDA.

Av. Alfredo Custódio de Paula, 295/333 - Medicina - Pouso Alegre - MG - Fone: 3449-3350

Código Nº.:175571

Data : 13/05/2019

Nome.....: MARIA DA GLORIA OLIVEIRA ALVES

Solicitante.....: JOANA PAULA MENDES

Convênio.....: SISTEMA ÚNICO SAÚDE

Exame(s) Solicitado(s):

TC - COLUNA LOMBO-SACRA (3 SEGMENTOS)

Retirada de Laudos via Internet

Site: www.clickvita.com.br

Protocolo:1082927674

Senha: 1175571

RETIRAR RESULTADOS DE EXAMES

Av. Alfredo Custódio de Paula, 295

(Em frente a Faculdade de medicina)

Tel.: (35) 3449-3350

DATA DE RETIRADA DO EXAME: / / **HORAS:**

ATENÇÃO: Os exames feitos na clínica que não forem retirados no prazo de 90 dias serão descartados.

Para 2º via das IMAGENS será cobrada uma taxa de R$ 30,00.

O laudo estará disponível via internet.

20/05/19

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.

Protocolo Nº 316/2019

Data: 10/06/2019Hora: 10:18:55

Natureza: Outros

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião, 06 de junho de 2019.

Ofício nº 032/2019/CGPG
Encaminha: documentos em formato de mídia (CD)

Prezado Senhor,

Pelo presente, vimos á presença de V. Sra., em resposta ao **Ofícios nº14, 18, 22 e 26/2019 (Chefe de Governo); Ofícios nº13, 17, 21 e 25/2019 (Gabinete); Ofícios nº15, 19, 23 e 27/2019 (Administração), e Ofícios nº16, 20, 24 e 28 (Div. Licitação)** , encaminha documentos em formato de mídia em 02 (dois) CD's: CP 01/19 – Reforma PA; CP 02/18 Georreferenciamento; PP 66/18 – Locação de Máquina Pesada; e, PP 89/18 Concurso Público.

Atenciosamente,

BENEDITO SIMÕES
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Ilmo. Senhores
Décio Fred, José Edgard Guireli e Platini dos Santos Pereira
DD. Vereadores
Monte Sião/MG

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 309/2019
Data: 07/06/2019Hora: 15:24:08
Natureza: Ofício

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
Diretoria Municipal de Saúde
VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Convocada pelo Decreto nº 7.657, de 29 de Abril de 2019.
R. Tijuco Preto, 286 - Bairro Tijuco Preto – Monte Sião - MG

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 292/2019
Data: 29/05/2019Hora: 10:48:50
Natureza: Ofício

OFÍCIO Nº 09/2019 – CONFERÊNCIA INFORMAÇÃO
MONTE SIÃO, MG, 29 DE MAIO DE 2019

SENHOR PRESIDENTE:

Em atenção ao Decreto nº 7.657, de 29 de Abril de 2019, que dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal de Saúde de Monte Sião, vimos por meio deste, comunicar Vossa Senhoria e todos os vereadores que a VII Conferência Municipal de Saúde de Monte Sião, acontecerá às 14h00 do dia 05 de junho de 2019 (quarta), em novo endereço, no Eco Resort Guarany, nesta cidade.

A Conferência é aberta à toda a população. No evento, será empossado o novo Conselho Municipal de Saúde.

Aproveitamos o ensejo para convidar os vereadores.

Sem mais para o ensejo, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

KARINA DE SOUZA
PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

ILMO. SR.
DONISETE BENEDITO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
MONTE SIÃO – MG

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 291/2019
Data: 27/05/2019Hora: 15:51:37
Natureza: Requerimento Externo

POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS

17ª REGIÃO DE POLÍCIA MILITAR
20º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

Ofício n. 60**/2019**
Assunto: Solicita reserva de espaço

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monte Sião

Solicito que seja disponibilizado o espaço destinado a reuniões da Câmara dos Vereadores, para o dia 04/06/2019 no período noturno, para realização de breve solenidade de recebimento de novos veículos pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Monte Sião, 27 de Maio de 2019.

José Fernandes Pereira, 1º Ten PM
COMANDANTE DO 3º PEL/ 81ª CIA PM

Exmo. Senhor Donizeti Benedito da Silva
D.D Presidente da Câmara dos Vereadores de Monte Sião

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião, 22 de maio de 2019.

Ofício nº 029/2019/CGPG
Resposta: Ofícios nº14, 18, 22 e 26/2019 (Chefe de Governo)
Ofícios nº13, 17, 21 e 25/2019 (Gabinete)
Ofícios nº15, 19, 23 e 27/2019 (Administração)

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 283/2019
Data: 24/05/2019Hora: 15:03:09
Natureza: Ofício

Prezado Senhores,

Pelo presente, vimos á presença de V. Sra., apresentar uma única resposta aos Requerimentos acima enumerados, uma vez que discorrem do mesmo objeto, senão vejamos:

1- A matéria atinente ao §1° do art.21 da LOM (Lei Orgânica Municipal) é de COMPETÊNCIA EXCLUSIVA das Comissões Permanentes e Especiais o que não ocorre no presente caso, já que analisando no *site* da Câmara Municipal as composições das comissões legislativas não dispõe de uma composição com os nomes dos ora requerentes.

2- Ademais, o art.126 da LOM discorre sobre matéria dos projetos de Leis relativos ao PPA, LDO e LOA que serão apreciados pela Câmara Municipal nos termos do Regimento Interno nada tendo haver o requerimento formalizado pelos Ínclitos Vereadores;

3- Já o art.52 da LOM trata de matéria pertinente ao Executivo Municipal sobre o sistema de controle interno.

De outra banda, em que pese a fundamentação dos requerimentos não sustentar os pedidos dos Nobres Edis, conforme mencionado acima, em respeito a Vossas Excelências, informamos que todos os dados pleiteados serão encaminhados até o dia 06/06/2019, com fundamento por analogia ao art.27 da LOM, em decorrência da impossibilidade do acesso imediato dos documentos face ao elevado número de documentos requeridos.

"Art. 27. A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos secretários e diretores municipais e seus assessores, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informação falsa. (NR) *(redação estabelecida pelo art. 14 da Emenda à Lei Orgânica nº 015, de 16.11.2006)*"

Atenciosamente,

BENEDITO SIMÕES
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Ilmo. Senhores
Décio Fred, José Edgard Guireli e Platini dos Santos Pereira
DD. Vereadores
Monte Sião/MG

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 054/2019

Monte Sião, 23 de maio de 2019.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 282/2019
Data: 24/05/2019Hora: 15:00:33
Natureza: Ofício

Ao Exmo.Senhor
José Tadeu Comune
Vereador

Assunto: Resposta ao Requerimento nº: 03 /2019.

Senhor Vereador

A Diretoria do Departamento de Administração, em resposta ao Requerimento supramencionado, encaminha, em anexo, as Notas Fiscais de abastecimento do veículo **OPN 2928** utilizado e abastecido pelo programa Transporte de Paciente.

Ficamos ao dispor de V. Sa. para outros esclarecimentos e reiteramos protestos de elevada estima.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração

NF-e

Série 001

Nº 000.002.110

OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN

RUA ULTIMO LABEGALINE, 074
CENTRO, CEP: 37580-000
MONTE SIAO - MG, FONE: 3534652600
E-mail: petrocenter@ig.com.br

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 000.002.110
SÉRIE: 001
FOLHA: 1 / 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO DA NF-e (consulta de autenticidade no site http://www.fazenda.gov.br)
3119 0307 4039 5400 0275 5500 1000 0021 1010 0000 7687

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
1-31-19-3221947540 07/03/2019 11:52:37

NATUREZA DA OPERAÇÃO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
VENDA ECF	0010691670048		07.403.954/0002-75

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL				CPF / CNPJ	DATA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO (Cod. 1313)				22.646.525/0001-31	07/03/2019
ENDEREÇO	**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**	**DATA SAÍDA**
RUA: MAURICIO ZUCATO	111		CENTRO	37580-000	
MUNICÍPIO	**FONE / FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA SAÍDA**
MONTE SIAO	346544740	MG	ISENTO		

FATURA

Fatura: 2110 Vencimento: 07/03/2019 Valor: R$4.840,23

CÁLCULO DE IMPOSTOS

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	4.840,23

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.840,23

TRANSPORTADOR / VOL. TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CPF / CNPJ
	9 - Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. DESC.	V. ACRÉS.	VALOR TOTAL	BC.ICMS	VL. ICMS	% ICMS
CI	GASOLINA A COMUM	27101259	060	5929	LTS	1.032,032	4,690	0,00	0,00	4.840,23	0,00	0,00	0,00

Declaramos que os Materiais ou serviços constantes deste documento foram recebidos em condições satisfatórias para o SERVIÇO PÚBLICO
Local: M. Siao Data: 15/03/19
112259.407-75
Nome e Assinatura CPF 093743769
Nome e Assinatura CPF

Cálculo ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Inf. Contribuinte: Trib aprox R$: 0,00 Federal, 0,00 Estadual;Fonte: IBPT/empresometro.com.br MG 801EC4;EMITIDA NOS TERMOS DA PORTARIA CAT N 90/2000.;Autorizacao de Fornecimento N : 0134/2019
Inf. Fiscal:;

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AO LADO

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

falta as duas vias

MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
RUA MAURÍCIO ZUCATO
CNPJ : 22.646.525/0001-31

Solicitação de Fornecimento

Autorizado por :
Data : 17/02/2019

Pedido	Data Pedido	Data Entrega
00134/19	17/02/2019	

Fornecedor OSCAR FELIPE BERNARDI MILAN — COD: 97
Endereço: Rua ÚLTIMO LABEGALINI — Nº: 74 — CNPJ: 07.403.954/0002-75
MONTE SIÃO

Cod Prod	Discr.	Unid	Quant	$ Unit	Centro de Custo	Valor
052.001.003	GASOLINA COMUM	LT	1.032,032	4,69	TRANSPORTE DE PACIENTES	4.840,2301
	GASOLINA COMUM; COLORAÇÃO DE INCOLOR A AMARELADA; LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREREZAS, ADITIVOS E CORANTES; CONTENDO % DE ÁLCOOL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
TOTAL PEDIDO						4.840,23

000964/18 - PREGÃO PRESENCIAL: 2
Reserva(s):
Empenho(s): 583-ES

Obs.: Cópia de Licitação: 000964/18 e pedido de compra: 00048/19.

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000964/18 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2019 - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - Nº Mod.: 2 - Mod. Formatada: 2 Abastecimento dos veículos pertencentes ao Departamento de Saúde (Transporte de Paciente) d e placas: QOD 9018 (FIAT SIENA), QOJ 9181 (PEUGEOT), FZI 9636 (FIAT DOBLO), PXI 0284 (F IAT DOBLO), QNJ 1123 (FIAT DOBLO), QNU 2568 (FIAT MOBI), QNU 2556 (FIAT MOBI), OPN 29 28 (HONDA CITY) e QOT 3766 (PEUGEOT) no período de 11.02.2019 a 17.02.2019

RESPONSÁVEL

NF-e

Série 001

Nº 000.002.099

RECEBEMOS DE OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AO LADO

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN

RUA ULTIMO LABEGALINE, 074
CENTRO, CEP: 37580-000
MONTE SIAO - MG, FONE: 3534652600
E-mail: petrocenter@ig.com.br

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 000.002.099
SÉRIE: 001
FOLHA: 1 / 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO DA NF-e (consulta de autenticidade no site http://www.fazenda.gov.br)
3119 0307 4039 5400 0275 5500 1000 0020 9910 0000 7386

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
1-31-19-3218755973 01/03/2019 13:19:42

NATUREZA DA OPERAÇÃO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
VENDA ECF	0010691670048		07.403.954/0002-75

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL				CPF/CNPJ	DATA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO (Cod. 1313)				22.646.525/0001-31	01/03/2019
ENDEREÇO	**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**	**BAIRRO/DISTRITO**	**CEP**	**DATA SAÍDA**
RUA: MAURICIO ZUCATO	111		CENTRO	37580-000	
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA SAÍDA**
MONTE SIAO	346544740	MG	ISENTO		

FATURA

Fatura: 2099 Vencimento: 01/03/2019 Valor: R$5.487,46

CÁLCULO DE IMPOSTOS

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	5.487,46

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.487,46

TRANSPORTADOR/VOL. TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CPF/CNPJ
	9 - Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. DESC.	V. ACRÉS.	VALOR TOTAL	BC ICMS	VL. ICMS	% ICMS
C1	GASOLINA A COMUM	27101259	060	5929	LTS	1.170,034	4,690	0,00	0,00	5.487,46	0,00	0,00	0,00

Declaramos que os Materiais ou serviços constantes deste documento foram recebidos em condições satisfatórias para o SERVIÇO PÚBLICO
Local: M. Siao Data: 15/03/19
Nome e Assinatura CPF 04/399 77602
Nome e Assinatura CPF

CÁLCULO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: Trib aprox R$: 0,00 Federal, 0,00 Estadual;Fonte: IBPT/empresometro.com.br MG 801EC4;EMITIDA NOS TERMOS DA PORTARIA CAT N 90/2000.;Autorizacao de Fornecimento N : 094/2019

Inf. Fiscal:

RESERVADO AO FISCO

Solicitação de Fornecimento

Autorizado por :
Data : 10/02/2019

Pedido	Data Pedido	Data Entrega
00094/19	10/02/2019	

Fornecedor OSCAR FELIPE BERNARDI MILAN COD: 97
Endereço: Rua ÚLTIMO LABEGALINI Nº: 74 CNPJ: 07.403.954/0002-75
MONTE SIÃO

Cod Prod	Discr.	Unid	Quant	$ Unit	Centro de Custo	Valor
052.001.003	GASOLINA COMUM	LT	1.170,034	4,69	TRANSPORTE DE PACIENTES	5.487,4595
	GASOLINA COMUM; COLORAÇÃO DE INCOLOR A AMARELADA; LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREREZAS, ADITIVOS E CORANTES; CONTENDO % DE ÁLCOOL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
TOTAL PEDIDO						5.487,46

000964/18 - PREGÃO PRESENCIAL: 2
Reserva(s):
Empenho(s): 583-ES

Obs.: Cópia de Licitação: 000964/18 e pedido de compra: 00048/19.

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000964/18 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2019 - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - Nº Mod.: 2 - Mod. Formatada: 2 Abastecimento dos veículos pertencentes ao Departamento de Saúde (TRANSPORTE DE PACIENTE) de placas: QOD 9018 (FIAT SIENA), QOJ 9181 (PEUGEOT), FZI 9636 (FIAT DOBLO), PXI 0284 (FIAT DOBLO), PZJ 6149 (FIAT DOBLO), QNJ 1123 (FIAT DOBLO), QNU 2568 (FIAT MOBI), QNU 2556 (FIAT MOBI), OPN 2928 (HONDA CITY) e QOT 3766 (PEUGEOT no período de 04.02.2019 a 10.02.2019

RESPONSÁVEL

NF-e

Série 001

Nº 000.002.068

RECEBEMOS DE OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA AO LADO

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

Linx

OSCAR FILIPE BERNARDI MILAN
RUA ULTIMO LABEGALINE, 074
CENTRO, CEP: 37580-000
MONTE SIAO - MG, FONE: 3534652600
E-mail: petrocenter@ig.com.br

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]

Nº 000.002.068
SÉRIE: 001
FOLHA: 1 / 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO DA NF-e (consulta de autenticidade no site http://www.fazenda.gov.br)
3119 0207 4039 5400 0275 5500 1000 0020 6810 0000 6

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
1-31-19-3215772588 27/02/2019 11:31:19

NATUREZA DA OPERAÇÃO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ
VENDA ECF	0010691670048		07.403.954/0002-75

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL				CPF / CNPJ	DATA EMISSÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO (Cod. 1313)				22.646.525/0001-31	27/02/2019
ENDEREÇO	**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**	**BAIRRO / DISTRITO**	**CEP**	**DATA SAÍDA**
RUA: MAURICIO ZUCATO	111		CENTRO	37580-000	
MUNICÍPIO	**FONE / FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA SAÍDA**
MONTE SIAO	346544740	MG	ISENTO		

FATURA

Fatura: 2068 Vencimento: 27/02/2019 Valor: R$5.365,58

CÁLCULO DE IMPOSTOS

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	5.365,58

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.365,58

TRANSPORTADOR / VOL. TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA VEÍCULO	UF	CPF / CNPJ
	9 - Sem Frete				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**
QUANTIDADE	**ESPÉCIE**	**MARCA**	**NÚMERO**	**PESO BRUTO**	**PESO LÍQUIDO**

DADOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	NCM	CST	CFOP	UND	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. DESC.	V. ACRÉS.	VALOR TOTAL	BC ICMS	VL. ICMS	% ICMS
C1	GASOLINA A COMUM	27101259	060	5929	LTS	1.144,047	4,690	0,00	0,00	5.365,58	0,00	0,00	0,00

Declaramos que os Materiais ou serviços constantes deste documento foram recebidos em condições satisfatórias para o SERVIÇO PÚBLICO
Local: M. Siao Data: 15/03/19
Nome e Assinatura CPF 112.217.247-1
Nome e Assinatura CPF 073 749 776 03

Cálculo ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Inf Contribuinte: Trib aprox R$: 0,00 Federal, 0,00 Estadual;Fonte: IBPT/empresometro.com.br MG 801EC4;EMITIDA NOS TERMOS DA PORTARIA CAT N 90/2000.;Autorizacao de Fornecimento N : 063/2019 Inf. Fiscal::	

MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO
RUA MAURÍCIO ZUCATO
CNPJ : 22.646.525/0001-31

Solicitação de Fornecimento

Autorizado por :
Data : 03/02/2019

Pedido	Data Pedido	Data Entrega
00063/19	03/02/2019	

Fornecedor OSCAR FELIPE BERNARDI MILAN — COD: 97
Endereço: Rua ÚLTIMO LABEGALINI — Nº: 74 — CNPJ: 07.403.954/0002-75
MONTE SIÃO

Cod Prod	Discr.	Unid	Quant	$ Unit	Centro de Custo	Valor
052.001.003	GASOLINA COMUM	LT	1.144,047	4,69	TRANSPORTE DE PACIENTES	
	TOTAL PEDIDO					5.365,58

000964/18 - PREGÃO PRESENCIAL: 2
Reserva(s):
Empenho(s): 583-ES

Obs.: Cópia de Licitação: 000964/18 e pedido de compra: 00048/19.

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000964/18 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2019 - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL - Nº Mod.: 2 - Mod. Formatada: 2

Abastecimento dos veículos pertencentes ao Departamento de Saude (Transporte de Paciente) d e placas: QOD 9018 (FIAT SIENA), QOJ 9181 (PEUGEOT), HLF 4169 (GOL VW), FZI 9636 (FIAT DOBLO), PXI 0284 (FIAT DOBLO), PZJ 6149 (FIAT DOBLO), QNJ 1123 (FIAT DOBLO), QNU 25 68 (FIAT MOBI), QNU 2556 (FIAT MOBI), OPN 2928 (HONDA CITY) e QOT 3766 (PEUGEOT), no periodo de 28.01.2019 a 03.02.2019

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 043/2019

Monte Sião, 10 de maio de 2019.

Ao Exmo.Senhor
Platini dos Santos Pereira
Vereador

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 252/2019
Data: 10/05/2019Hora: 09:56:08
Natureza: Ofício

Assunto: Resposta ao Requerimento nº: 42 /2018.

Senhor Vereador

A Diretoria do Departamento de Administração, em resposta ao Requerimento supramencionado, encaminha, em anexo, a documentação referente ao processo licitatório para a manutenção ou troca dos bancos no ônibus escolar, placa HMM 9928, pertencente à Frota Municipal.

Ficamos ao dispor de V. Sa. para outros esclarecimentos e reiteramos protestos de elevada estima.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 044/2019

Monte Sião, 10 de maio de 2019.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 251/2019
Data: 10/05/2019Hora: 09:48:55
Natureza: Ofício

Ao Exmo.Senhor
Benedito Dorta Neto
Vereador

Assunto: Resposta ao Requerimento nº: 48 /2018.

Senhor Vereador

A Diretoria do Departamento de Administração, em resposta ao Requerimento supramencionado, encaminha, em anexo, os relatórios das despesas com o Transporte Escolar Terceirizado.

Ficamos ao dispor de V. Sa. para outros esclarecimentos e reiteramos protestos de elevada estima.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 036/2019

Monte Sião, 29 de abril de 2019.

Ao Exmo.Senhor
Donizete Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 221/2019
Data: 29/04/2019Hora: 14:55:51
Natureza: Ofício

Assunto: Resposta ao Requerimento nº: 12/2019.

Senhor Vereador

A Diretoria do Departamento de Administração, em resposta ao Requerimento supramencionado, informa que a pesquisa habitacional foi realizada com o objetivo de verificar qual projeto atenderá, de forma mais eficiente, a atual demanda habitacional existente no Município.

As informações coletas na respectiva pesquisa foram enviadas, via formulário disponibilizado pela própria COHAB, e ainda estão em fase de análise.

Assim que a COHAB finalizar e identificar qual projeto é o mais adequado daremos continuidade ao procedimento para implantação de novo Conjunto Habitacional Social

Ficamos ao dispor de V. Sa. para outros esclarecimentos e, na oportunidade, reiteramos protestos de elevada estima.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração

Saneamento Ambiental de Águas de Lindóia

Águas de Lindóia, 18 de novembro de 2019.

Ofício nº. 108/2019
Referente: Ofício No. 5/2019
Assunto: ETE PELADO

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 630/2019
Data: 19/11/2019Hora: 10:05:50
Natureza: Ofício

Prezado Senhor,

Com relação a Estação de Tratamento do Bairro Pelado (ETE Pelado) informamos que os tratamentos primário e secundário estão concluído e na eminência de passarem pela fase de testes. Contundo, ainda resta ser executado o tratamento terciário para que o projeto esteja completo e apto a receber a licença de operação expedida pela CETESB. Desta forma, esperamos que nos próximos 90 dias tenhamos concluído todas as etapas e que a ETE esteja em pleno funcionamento.

Em anexo seguem imagens da obra obtidas na presente data.

Certos de termos atendido o solicitado, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

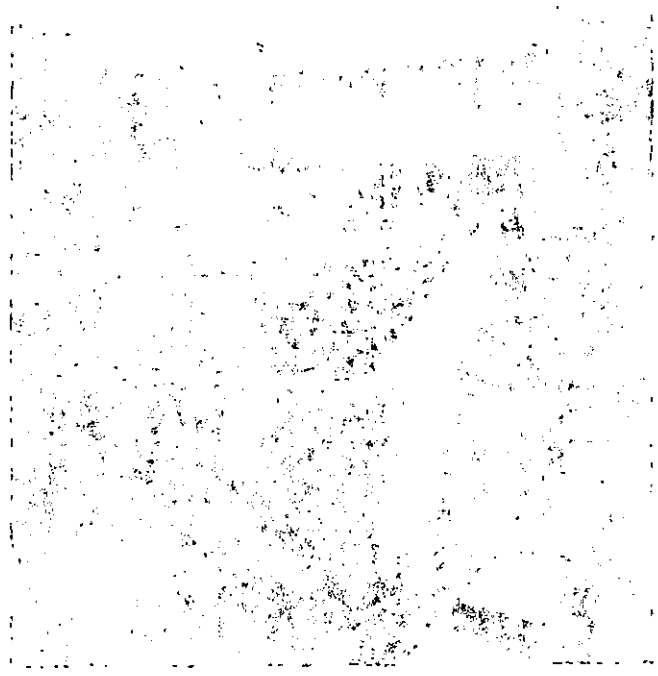
JOÃO BATISTA ORRÚ
Presidente

Ao Senhor:
JOSÉ EDGARD GUIRELI
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Câmara Municipal de Monte Sião
Rua Ernesto Gotardello, 155 - Centro
Monte Sião - MG





Alameda Rotary - Centro – Fone: (19) -3924-8150 – Águas de Lindóia – SP – CEP: 13.940-000
email: engenharia@saaeaguasdelindoia.com.br

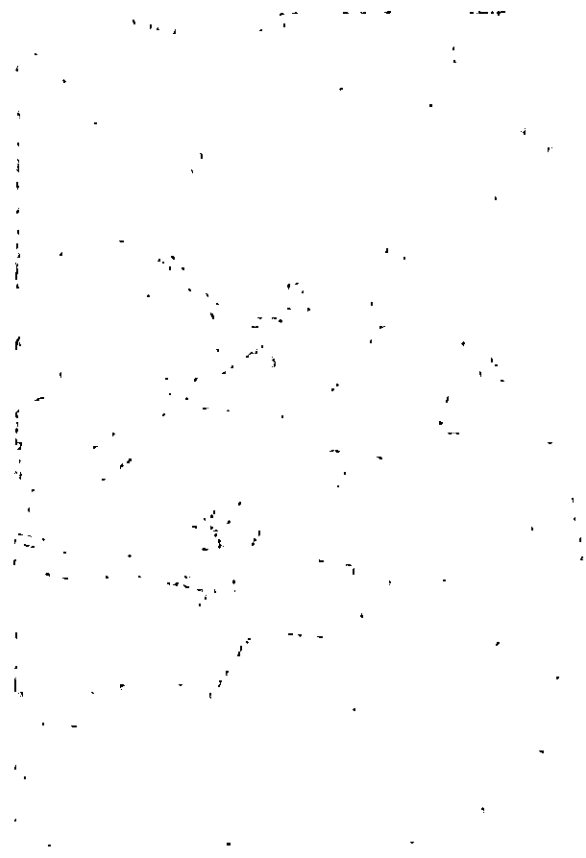


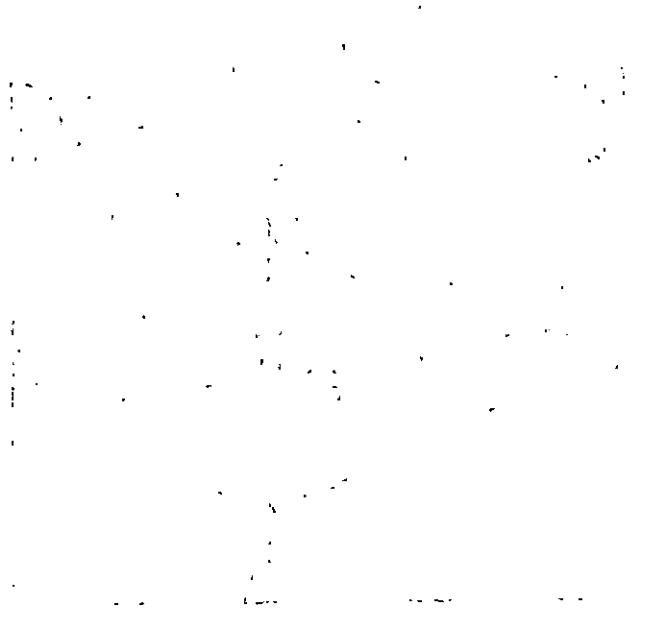




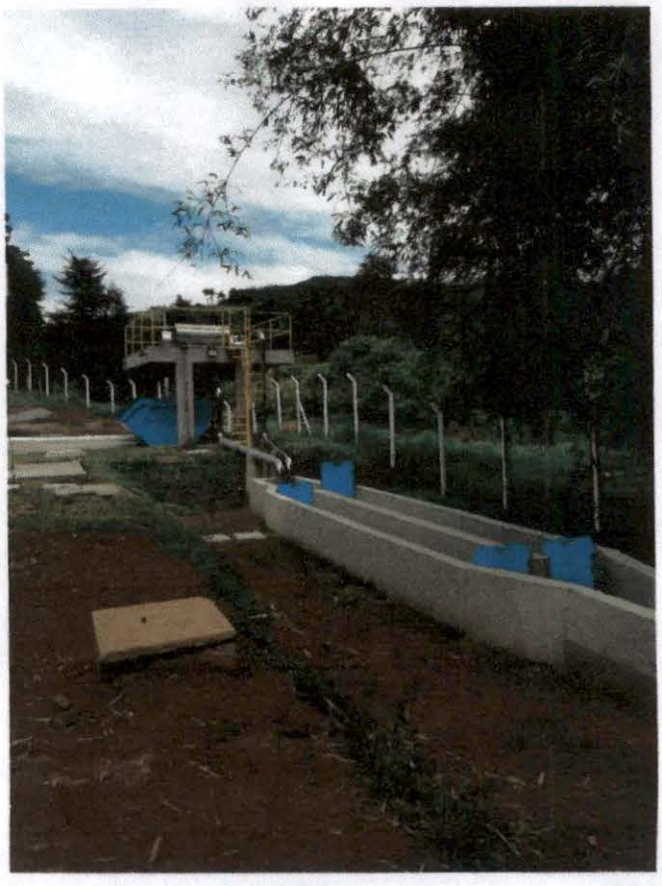


Alameda Rotary - Centro – Fone: (19) -3924-8150 – Águas de Lindóia – SP – CEP: 13.940-000
email: engenharia@saaeaguasdelindoia.com.br





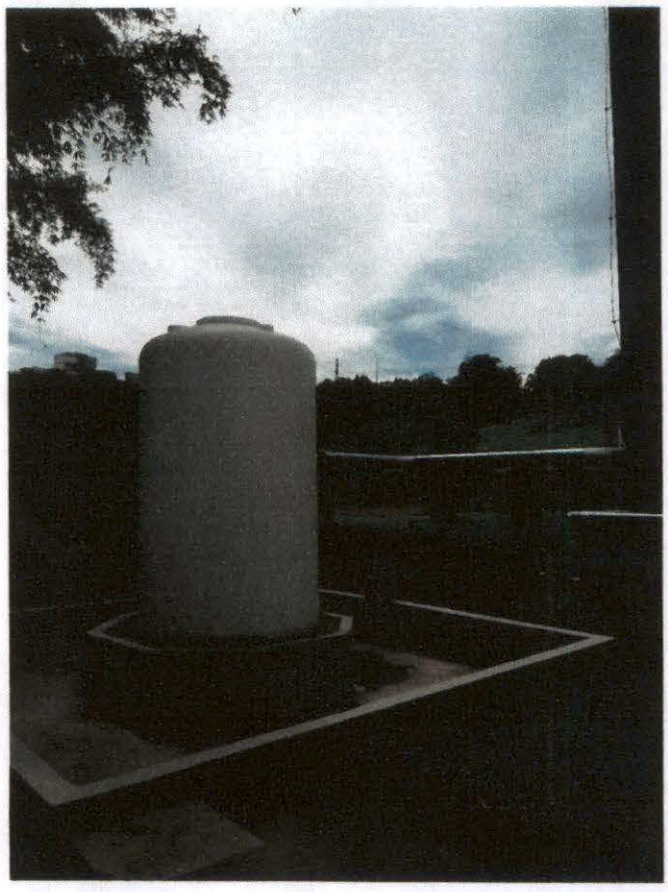




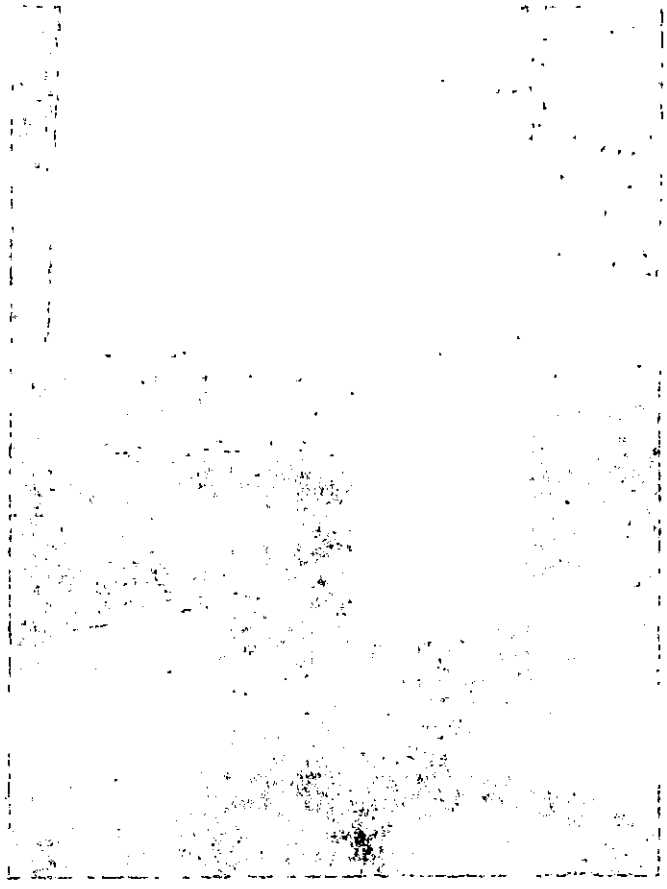
Alameda Rotary - Centro – Fone: (19) -3924-8150 – Águas de Lindóia – SP – CEP: 13.940-000
email: engenharia@saaeaguasdelindoia.com.br







Alameda Rotary - Centro – Fone: (19) -3924-8150 – Águas de Lindóia – SP – CEP: 13.940-000
email: engenharia@saaeaguasdelindoia.com.br



SANTUÁRIO DA
MEDALHA MILAGROSA
MONTE SIÃO - MINAS GERAIS

629/2019

EXMO. SR.
DONIZETI BENEDITO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Saúde e Paz!
Venho solicitar a Vossa Excelência o empréstimo de uma Câmera de Vídeo, pertencente a esta Casa Legislativa, para usarmos na transmissão da Novena e Festa de Nossa Senhora da Conceição da Medalha Milagrosa, nos dias 18 a 27 de Novembro, que acontecerá no Santuário, às 16h e 19h30. Qualquer esclarecimento pode ser dado pelo Sr. Roberto Talarico. Desejo que as bênçãos de Deus caiam sobre seu trabalho, para que possa contribuir com o desenvolvimento desta Cidade de Monte Sião.

Atenciosamente.

Monte Sião, 18 novembro 2019

CÂMARA MUNICIPAL MONTE SIÃO - MG
Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 629/2019
Data: 18/11/2019Hora: 10:01:28
Natureza: Ofício

Pe. Rodrigo

Padre Rodrigo Carneiro Paiva Mendes

secretaria@santuariodamedalha.org.br
Rua Pe. Cornélio, 27 - Centro - Monte Sião - MG
Tel.: 35 3465 1105

20 ANOS COM MARIA
TECENDO A ALEGRIA DO EVANGELHO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO-MG
DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Rua Alto da Santa Cruz, 112, Centro – Monte Sião – MG CEP: 37580-000
Tels: (35) 3465-4305 / 0800 – 283 8838

OFÍCIO Nº 50/2019
APRESENTAÇÃO (FAZ)
MONTE SIÃO, MG, 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

SENHOR PRESIDENTE:

Seguem em anexo, conforme solicitação contida no ofício nº 50/2019, os relatórios de ensaios de análises microbiológicos de água realizados em dois pontos no Bairro Almeidas, sendo o Reservatório do Bairro e a Chácara São João Batista. As amostras foram coletadas dentro do Programa Vigiágua, no dia 23 de setembro e entregues ao Laboratório Macrorregional da Superintendência Regional de Saúde de Pouso Alegre, no dia 24 de Setembro de 2019.

Sem mais para o ensejo.

ROGÉRIO LUIZ VIRGÍLIO
COORDENADOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

ILMO. SR.
DONISETE BENEDITO DA SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
MONTE SIÃO – MG

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 628/2019
Data: 14/11/2019Hora: 08:36:43
Natureza: Ofício

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS
SECRETARIA DO ESTADO DE SAUDE
GRS - Pouso Alegre
R: Amilton Pereira Machado nº 41 Fátima III
E-mail: labmacro.pou@saude.mg.gov.br
Telefone: (35)3423-1592

RELATÓRIO DE ENSAIOS

Nº190602000688

Nº Vigilância: 084

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIAMONTE SIAO (CNES: 2776707)
Município: MONTE SIAO / MG
Telefone: (35)3465-4305 / **E-mail:** visamontesiao@gmail.com
Natureza: PÚBLICA **Origem:** REDE PÚBLICA

DADOS DA COLETA

Finalidade: MONITORAMENTO
Motivo: POTABILIDADE
Local: CAIXA DÁGUA BAIRRO ALMEIDAS
Endereço: ALMEIDAS
Município: MONTE SIAO / MG
Referência do Local da Coleta: ZONA RURAL
Procedência da Coleta: SOLUÇÃO ALTERNATIVA
Ponto da Coleta: FONTE / NASCENTE / MINA
Informações Adicionais do Ponto da Coleta: BAIRRO RURAL
Responsável: LUIS EDUARDO TAVARES FELICI **Documento:** RG 33663806-1 **Telefone:** (35)3465-4305

DADOS DA AMOSTRA

Tipo da Amostra: ÁGUA NÃO TRATADA **Apresentação:** 100 mL **Acondicionamento:** REFRIGERADO
Data da Coleta: 23/09/2019 **Hora da Coleta:** 15h 30min **Chuva nas últimas 48hs:** NÃO

ANÁLISE DE CAMPO

Não informado pelo responsável da coleta.

RECEBIMENTO DA AMOSTRA

Data: 24/09/2019 **Hora:** 10h 55min **Entregue por:** DINART CUNHA **Recebido por:** GISELE SILVA

RESULTADO DAS ANÁLISES

MICROBIOLÓGICA

Ensaio: COLIFORMES TOTAIS **Data Inicial Processamento:** 24/09/2019 **Data Final Processamento:** 25/09/2019
Referência: PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28/09/2017 **Valor Ref.:** Ausência em 100 mL
Metodologia: Substrato Cromogênico/Enzimático, SMEWW, 23ª Ed. 9223 B
Resultado: Presença
Conclusão: Não Se Aplica **Complemento:** "De acordo com a Portaria MS 2914/11 (Portaria de Consolidação n° 05, de 28 de setembro de 2017) o valor de referência:"Ausência em 100 mL" deverá ser interpretado conforme o Anexo 1 do Anexo XX".

*Conferido e liberado por **GISELE PAULA SILVA D'ANDREA(CRFMG: 41310)**, em 26/09/2019 17:00:13.*

Ensaio: ESCHERICHIA COLI **Data Inicial Processamento:** 24/09/2019 **Data Final Processamento:** 25/09/2019
Referência: PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28/09/2017 **Valor Ref.:** Ausência em 100 mL
Metodologia: Substrato Cromogênico/Enzimático, SMEWW, 23ª Ed. 9223 B
Resultado: Presença
Conclusão: Insatisfatório
Observação: \"Água imprópria para o consumo humano devido à presença de Escherichia coli.\"

*Conferido e liberado por **GISELE PAULA SILVA D'ANDREA(CRFMG: 41310)**, em 26/09/2019 17:00:14.*

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS
SECRETARIA DO ESTADO DE SAUDE
GRS - Pouso Alegre
R: Amilton Pereira Machado nº 41 Fátima III
E-mail: labmacro.pou@saude.mg.gov.br
Telefone: (35)3423-1592

RELATÓRIO DE ENSAIOS

Nº190602000688

Nº Vigilância: 084

CONCLUSÃO FINAL

INSATISFATÓRIA

*Conferido e liberado por **KARLA CRISTINA LOPES(CRF/MG: 20988)**, em 27/09/2019 09:30:57.*

Notas: **1 -** VMP: Valor Máximo Permitido | VR: Valor de Referência;
2 - LQM: Limite de Quantificação do Método | LDM: Limite de Detecção do Método;
3 - SAA: Sistema de Abastecimento de Água | SAC: Solução Alternativa Coletiva | SAI: Solução Alternativa Individual;
4 - SMEWW: Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater | APHA: American Public Health Association | NBR: Norma Brasileira;
5 - São de responsabilidade do solicitante o plano amostral, os dados da coleta, a coleta, o acondicionamento, o transporte e análise de campo;
6 - O relatório não pode ser utilizado em publicidade, propaganda e/ou para fins comerciais. Os resultados referem-se única e exclusivamente à amostra encaminhada pelo solicitante.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS
SECRETARIA DO ESTADO DE SAUDE
GRS - Pouso Alegre
R: Amilton Pereira Machado nº 41 Fátima III
E-mail: labmacro.pou@saude.mg.gov.br
Telefone: (35)3423-1592

RELATÓRIO DE ENSAIOS

Nº190602000689

Nº Vigilância: 085

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: UNIDADE DE VIGILANCIA SANITARIAMONTE SIAO (CNES: 2776707)
Município: MONTE SIAO / MG
Telefone: (35)3465-4305 / **E-mail:** visamontesio@gmail.com
Natureza: PÚBLICA **Origem:** MINA COLETIVA

DADOS DA COLETA

Finalidade: MONITORAMENTO
Motivo: POTABILIDADE
Local: CHÁCARA S JOÃO BATISTA
Endereço: ALMEIDAS
Município: MONTE SIAO / MG
Referência do Local da Coleta: CHÁCARA BAIRRO ALMEIDAS
Procedência da Coleta: SOLUÇÃO ALTERNATIVA
Ponto da Coleta: FONTE / NASCENTE / MINA
Informações Adicionais do Ponto da Coleta: ZONA RURAL
Responsável: LUIS EDUARDO TAVARES FELICI **Documento:** RG 33663806-1 **Telefone:** (35)3465-4305

DADOS DA AMOSTRA

Tipo da Amostra: ÁGUA NÃO TRATADA **Apresentação:** 100 mL **Acondicionamento:** REFRIGERADO
Data da Coleta: 23/09/2019 **Hora da Coleta:** 16h 00min **Chuva nas últimas 48hs:** NÃO

ANÁLISE DE CAMPO

Não informado pelo responsável da coleta.

RECEBIMENTO DA AMOSTRA

Data: 24/09/2019 **Hora:** 10h 56min **Entregue por:** DINART CUNHA **Recebido por:** GISELE SILVA

RESULTADO DAS ANÁLISES

MICROBIOLÓGICA

Ensaio: COLIFORMES TOTAIS **Data Inicial Processamento:** 24/09/2019 **Data Final Processamento:** 25/09/2019
Referência: PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28/09/2017 **Valor Ref.:** Ausência em 100 mL
Metodologia: Substrato Cromogênico/Enzimático, SMEWW, 23ª Ed. 9223 B
Resultado: Presença
Conclusão: Não Se Aplica **Complemento:** "De acordo com a Portaria 2914/2011 do MS (Portaria de Consolidação nº5, de 28 de setembro de 2017) o valor de referência: "Ausência em 100ml" deverá ser interpretado conforme o Anexo 1 do Anexo XX".
*Conferido e liberado por **GISELE PAULA SILVA D'ANDREA(CRFMG: 41310)**, em 26/09/2019 16:52:53.*

Ensaio: ESCHERICHIA COLI **Data Inicial Processamento:** 24/09/2019 **Data Final Processamento:** 25/09/2019
Referência: PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28/09/2017 **Valor Ref.:** Ausência em 100 mL
Metodologia: Substrato Cromogênico/Enzimático, SMEWW, 23ª Ed. 9223 B
Resultado: Presença
Conclusão: Insatisfatório
Observação: "Água imprópria para o consumo humano devido à presença de Escherichia coli."
*Conferido e liberado por **GISELE PAULA SILVA D'ANDREA(CRFMG: 41310)**, em 26/09/2019 16:52:53.*

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS
SECRETARIA DO ESTADO DE SAUDE
GRS - Pouso Alegre
R: Amilton Pereira Machado nº 41 Fátima III
E-mail: labmacro.pou@saude.mg.gov.br
Telefone: (35)3423-1592

RELATÓRIO DE ENSAIOS

Nº190602000689

Nº Vigilância: 085

CONCLUSÃO FINAL

INSATISFATÓRIA

*Conferido e liberado por **KARLA CRISTINA LOPES(CRF/MG: 20988)**, em 27/09/2019 09:31:15.*

Notas: **1 -** VMP: Valor Máximo Permitido | VR: Valor de Referência;
2 - LQM: Limite de Quantificação do Método | LDM: Limite de Detecção do Método;
3 - SAA: Sistema de Abastecimento de Água | SAC: Solução Alternativa Coletiva | SAI: Solução Alternativa Individual;
4 - SMEWW: Standard Methods for the Examination of Water & Wastewater | APHA: American Public Health Association | NBR: Norma Brasileira;
5 - São de responsabilidade do solicitante o plano amostral, os dados da coleta, a coleta, o acondicionamento, o transporte e análise de campo;
6 - O relatório não pode ser utilizado em publicidade, propaganda e/ou para fins comerciais. Os resultados referem-se única e exclusivamente à amostra encaminhada pelo solicitante.

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 663/2019
NATUREZA:
DATA: 16, 12, 19
HORÁRIO: 9[illegible]12
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **1º Secretário** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 16 de Dezembro de 2019.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
CPF: 054.508.576-40
RG: 35.671.874-8

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 662/2019
NATUREZA:
DATA: 16, 12, 19
HORÁRIO: 09h10
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **2º Secretário** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 16 de Dezembro de 2019.

JOSÉ EDGARD GUIRELI
CPF: 258.202.576-34
RG: MG 3.747.702

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 657/209
NATUREZA:
DATA: 13/12/19
HORÁRIO: 15:34
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **Presidente** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 13 de Dezembro de 2019.

LAÉRCIO GUADANHINHI
CPF: 732.009.649 - 87
RG: 3.719.587 - 1 SSP-PR

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 13/12/19
NATUREZA: 657/2019
DATA: 13 / 12 / 19
HORÁRIO: 15:34
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **Presidente** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 13 de Dezembro de 2019.

LAÉRCIO GUADANHINHI
CPF: 732.009.649 - 87
RG: 3.719.587 - 1 SSP-PR

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 65/2019
NATUREZA:
DATA: 13, 12, 19
HORÁRIO: 15:38
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **Vice- Presidente** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 13 de Dezembro de 2019.

DONIZETI BENEDITO DA SILVA
CPF: 000.266.966-81
RG: 26.500.299-0

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 659/2019
NATUREZA:
DATA: 13 / 12 / 19
HORÁRIO: 15:38
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **Vice- Presidente** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 13 de Dezembro de 2019.

DONIZETI BENEDITO DA SILVA
CPF: 000.266.966-81
RG: 26.500.299-0

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 6591/2019
NATUREZA:
DATA: 16 / 12 / 19
HORÁRIO: 09:55
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **1º Secretário** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 16 de Dezembro de 2019.

Benedito Dorta Neto

BENEDITO DORTA NETO
CPF: 580.642.226-72
RG: M-2651604

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 659/2019
NATUREZA:
DATA: 16 / 12 / 19
HORÁRIO: 08:55
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **1º Secretário** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 16 de Dezembro de 2019.

BENEDITO DORTA NETO
CPF: 580.642.226-72
RG: M-2651604

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 660/2019
NATUREZA:
DATA: 16/12/19
HORÁRIO: 09:03
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **Vice-Presidente** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 16 de Dezembro de 2019.

ANTONIO OSVALDO INÁCIO
CPF: 137.788.328 - 08
RG: M-2.957.407

REQUERIMENTO

REGISTRO DE CANDIDATURA INDIVIDUAL

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 66/2019
NATUREZA:
DATA: 16 / 12 / 19
HORÁRIO: 09h05
Assinatura

Exmo. Sr.
Donizeti Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Pelo presente, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião, solicito o registro de minha candidatura para o cargo de **PRESIDENTE** na eleição Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Sião do dia 16 de dezembro de 2.019, mandato 01/01/2.2020 até 31/12/2020 – da 18ª Legislatura.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Sala das Sessões, em 16 de Dezembro de 2019.

DECIO FRED
CPF: 269.224.198-39
RG: 30.237.431-0

POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS
17ª RPM / 81ª CIA PM

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 644/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 06/12/19
HORÁRIO: 17:23
Assinatura

Ofício nº 130/2019 – 4º/81ª Cia PM;
Assunto: Solicita destinação de recursos.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores,

Como já é conhecimento de V. Exa., o 4º Pelotão/81ª Cia/20º BPM, executa o policiamento ostensivo na cidade de Monte Sião/MG.

Assim, tomamos a liberdade de nos dirigirmos à V. Exa. para apresentarmos demandas de maneira que possa ser avaliada a possibilidade de destinação de verbas para o atendimento das demandas inerentes à esta Fração da Polícia Militar.

Atualmente o quartel do 4º Pelotão, encontra-se situado às margens da Avenida Presidente Itamar Franco, nº 195, Bairro Novo Horizonte, tendo sido decorridos aproximadamente trinta anos desde a construção do imóvel. Nos anos de 2003/2004, foi realizada uma reforma no imóvel através da Indicação n° 097/2003 de autoria dos Vereadores Lázaro Roberto Talarico, José Carlos Ruiz e Hércules Divino de Faria, sendo o Chefe do Executivo Municipal Mário Márcio Zucato.

Já tendo transcorrido quinze anos da última reforma do prédio, este apresenta problemas decorrentes da idade do imóvel, tais como trincas nas paredes e piso, infiltrações no teto e paredes, vazamentos no encanamento de água, problemas na rede elétrica, desgaste do piso, danos na estrutura do telhado, dentre outros.

É válido ressaltar que o local funciona como base para atendimento da população montessionense durante registros de ocorrências, guarda de armamentos, guarda de materiais apreendidos, detenção de autores durante o registro de ocorrências, guarda de viaturas, além de funcionar também no local o serviço de tele atendimento e despacho de ocorrências, treinamento dos policiais, bem como funciona no seu interior o comando do policiamento na cidade.

Como é de conhecimento de V. Exa, o 4º Pelotão tem se empenhado em oferecer à população montessionense excelência na prestação do serviço de policiamento ostensivo, contribuindo para a redução dos índices criminais nos últimos

anos, de forma que qualquer melhoria que venha a ser destinada à PMMG do Município, resultará em relevantes benefícios para a comunidade local.

Ante o exposto, solicito à V. Exa que leve ao conhecimento da Casa Legislativa do Município, as carências do 4º Pelotão que foram apresentadas neste documento, para que eventualmente sejam destinados recursos financeiros para a reforma das instalações da PMMG no Município.

Renovo os votos de estima e consideração.

Monte Sião, 06 de dezembro de 2019.

José Fernandes Pereira, 1º TEN PM
CMT do 4º/81ª CIA PM

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara dos Vereadores de Monte Sião/MG

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

Ofício de Gabinete nº 040/2019
Solicitação (faz)

640/2019

Monte Sião, 04 de dezembro de 2019.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Pelo presente, com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de me dirigir a V. Exa, para, solicitar, se possível, o empréstimo de 02 (dois) microfones, um pedestal e uma caixa de som, para a realização da cerimônia de entrega da "Medalha Hélio Costa", no dia 06/12/2019.

Sem mais para o momento, certo da atenção e da presteza no atendimento, apresento-lhe meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ROBERTO TROSTER RODRIGUES ALVES
JUIZ DE DIREITO

PODER JUDICIÁRIO
TJMG
COMARCA DE MONTE SIÃO

3465 1017
Karina

Exmo. Sr.
Donizete Benedito da Silva
Presidente da Câmara dos Vereadores

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Gabinete do Prefeito

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Oficio nº 271/2019

Monte Sião, 02 de dezembro de 2019.

Ao Exmo. Sr.
Donizete Benedito da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Monte Sião/MG

Assunto: Retirada de projeto de lei ordinária.

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 638/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 02/12/19
HORÁRIO: 15:30
Assinatura

Excelentíssimo Senhor,

O Executivo Municipal de Monte Sião/MG, por seu representante legal, sr. JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal, por intermédio deste, vem a presença de Vossa Excelência, solicitar a retirada de pauta do Projeto de Lei que dispõe: ""**Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados da Prefeitura Municipal de Monte Sião e dá outras providências.**"

Atenciosamente.

José Pocai Júnior
Prefeito Municipal

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAUDE
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - MONTE SIAO - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício: 706/2019.
Ref.: Requerimento nº 64/2019

Monte Sião, 22 de novembro de 2019.

634/2019

Prezado Senhor

Tendo em vista o requerimento nº 64/2019, vimos, por intermédio do presente, conforme solicitado informar que devido à suspensão temporária dos exames de media complexidade no prédio do Município onde funcionaria o mamógrafo (estando este prédio precário e sem reformas a mais de 30 anos, sendo objeto de interdição parcial pelo *Parquet* Mineiro), o equipamento não se encontra em funcionamento até a conclusão da obra. Contudo, informamos que não há prejuízo aos munícipes, que estão sendo atendidos normalmente através de nossas referencias de mamografia: Cisamesp, e Clinicas Especializadas em Pouso Alegre.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para sanarmos quaisquer dúvidas oriundas do assunto em tela, aguardamos providencias.

Atenciosamente,

Rafael Batista de Souza
Diretor Municipal de Saúde

Ilmo Sr.
Platini dos Santos Pereira
Vereador
Câmara Municipal Monte Sião

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAUDE
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - MONTE SIAO - ESTADO DE MINAS GERAIS

Oficio: 645/2019

Monte Sião, 14 de novembro de 2019

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 631/2019
Data: 19/11/2019Hora: 14:46:03
Natureza: Ofício

Ao Senhor
Rafael Batista de Souza
Diretor Municipal de Saúde

Em resposta ao OFICIO 02/2019 da Câmara Municipal de Monte Sião-MG, sobre o horário de atendimento ao publico, na pessoa dos Senhores Vereadores, venho informar que o Departamento de Transporte de Paciente NÃO tem só como finalidade os AGENDAMENTOS, sendo necessário também o HORARIO de SERVIÇOS INTERNOS e EXTERNOS como;

1- Fazer os mapas de viagem do dia seguinte, pois, requer muita atenção e cálculos de rotas.
2- Trocar requisições nos postos de combustíveis e no pátio sempre que necessário.
3- Assinar notas no almoxarifado de combustível bem como quais quer outras que se fazer necessário.
4- Assinar empenhos na prefeitura para liquidação dos mesmo junto com o diretor de saúde.
5- Fazer solicitação de adiantamentos dos valores dos motoristas.
6- Fazer as prestações de contas dos adiantamentos dos motoristas.
7- Acompanhamento da quantidade de combustível utilizada.
8- Participar de reuniões na secretaria, prefeitura bem como em outros lugares.
9- Levar os veículos para manutenção.
10- Acompanhar os serviços dos veículos em manutenção.
11- Testar os veículos que passaram por manutenção, pois, a responsabilidade e muito grande se tratando de VIDAS a serem levadas aos destinos para passar por exames ou consultas.
12- Responder Requerimentos dos vereadores sempre que for encaminhado ao departamento.
13- Fazer pedidos de compra de peças.
14- Fazer pedidos de empenhos de peças para os veículos.
15- Fazer solicitação de fornecimento de peças dos veículos.
16- Fazer pedido de horas mecânicas.
17- Fazer pedido de empenho de horas mecânicas.
18- Fazer solicitação de fornecimento de horas mecânicas.
19- Fazer pedidos de matérias de consumo do departamento.
20- Bem como exercer com afinco as atribuições ao cargo de chefe do Departamento.

Quero deixar aqui registrado que sempre que foi procurado no horário de serviço interno os pacientes são atendido, principalmente os da zona rural bem como os da cidade sempre que houver a necessidade de ultima hora.

Vale ressaltar que desde que assumi o Departamento em 01 de fevereiro de 2019 acabaram as reclamações sobre os veículos e ambulâncias.

Respeitosamente;

Sérgio Ricardo de Freitas
Chefe de Departamento de Transporte de Paciente.

Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais

MS, 14/10/2019
Ao Chefe transporte
Favor Informar ao Motorista
Possibilidade do Uso
Do Veículo

Ofício Nº 2/2019
Data: 09/Outubro/2019

Prezado Senhor,

Vimos por meio deste, solicitar o empenho do Prezado Diretor do Departamento de Saúde, Rafael Batista de Souza para a reformulação do setor de transporte de paciente. Com esta reformulação sugerimos que o horário de atendimento neste setor seja o mesmo horário de expediente da diretoria de saúde.

Rafael Batista de Souza
Diretor Saúde

Para que o paciente tenha uma melhor atenção e comodidade é que fazemos esta solicitação tão importante.

Agradecemos a vossa atenção e aguardamos com expectativa para sermos atendidos o mais breve possível.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Laércio Guadanhinhi
Vereador

Antonio Osvaldo Inácio
Vereador

Benedito Borta Neto
Vereador

Décio Fred
Vereador

Donizeti Benedito da Silva
Vereador

Joel Talarico Elesbão
Vereador

José Edgard Guireli
Vereador

José Tadeu Comune
Vereador

Platini dos Santos Pereira
Vereador

Prezado Senhor
Rafael Batista de Souza
Diretor do Departamento de Saúde
Monte Sião-MG

Prefeitura do Município de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
DIRETORIA DE OBRAS URBANAS E RURAIS
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício n.º: 198/2019
Serviço: Departamento de Obras Urbanas e Rurais
Assunto: Resposta ao Requerimento 31/2019 de 03/06/2019.
Data: 08/11//2019

A Câmara Municipal

Com meus cordiais cumprimentos, venho por intermédio deste, **RESPONDER** ao requerimento acima:

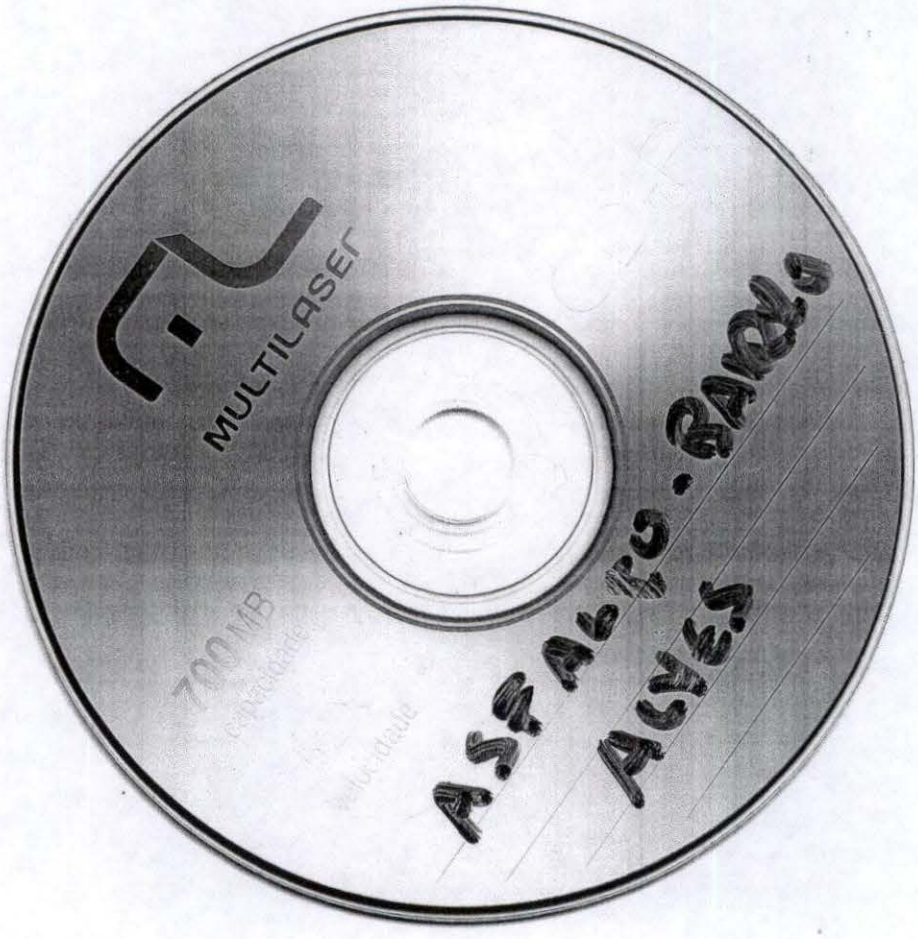
Estamos enviando via CD, todo processo da licitação / contrato etc, com relação ao asfalto da estrada do Bairro Alves.

Maiores informações este departamento estará a disposição.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 606/2019
Data: 08/11/2019Hora: 14:17:59
Natureza: Ofício

Atenciosamente

Marcelino A. Vicentin
Diretor de Obras Urbanas e Rurais



Processo - BAIRRO ALVES - ASFALTO.

30/10/19.

Requerimento

À Câmara Municipal de Monte Sião
Sr. Presidente Donizeti Benedito da Silva

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 599/2019
Data: 06/11/2019Hora: 10:10:14
Natureza: Ofício

Senhor Presidente;

Pelo presente, nos moldes da Resolução 466/2017 e da Lei de acesso a informação nº 12.527/2011, ainda conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal solicito cópia dos documentos que seguem:

Cópia de todo o processo para construção da sede da Câmara Municipal entre os anos de 2013 a 2016, contendo: carta convite a arquitetos da cidade e região, processo licitatório de contratação da empresa para realização do projeto, todo o conteúdo entregue pela empresa vencedora do certame, todos os documentos relacionados à devolução ao Executivo do terreno de propriedade da Câmara Municipal localizado no loteamento Colinas bem como cópia da Lei Municipal autorizando o mesmo a ser leiloada, cópia da Lei Municipal de cessão pelo executivo a Câmara Municipal da área no Bairro Del Fiore.

Na oportunidade que estejam prontos para a retirada, gentileza entrar em contato através do número (35) 99159 7394

Atenciosamente,

Monte Sião, 18 de outubro de 2019.

Hércules Divino de Faria
Título de Eleitor nº: 91840020230

DIRETORIA MUNICIPAL DE SAUDE
ESTÂNCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - MONTE SIAO - ESTADO DE MINAS GERAIS

Oficio n° 651/2019 **Monte Sião, 21 de outubro de 2019.**
Ref.: Requerimento n° 47/2019

Prezado Senhor

Com meus cordiais cumprimentos e em resposta ao Requerimento n° 47/2019, informamos:

1) Não possuímos nenhum médico contratado como pessoa física pela Prefeitura Municipal;
2) Hoje o município conta com 06 profissionais com atendimento fixo nas unidades de saúde mais a escala diária de plantões no Pronto atendimento
3) Profissionais contratados pela empresa médica hoje:
   A) Maria Leticia P.P Lacerda
      - PSF Tijuco Preto – 11:00 hs as 20:00hs (segunda a sexta- feira)
   B) Otavio Luís Migliorini Flausino
      - PSF Colinas: 07:00 hs às 11:00 horas (segunda a quinta-feira)
   C) Everton da Costa Sagiorato
      - PSF São Simão - 13:00 hs as 17:00 hs - exceto quarta-feira (clinico geral)
      - UBS Raimundo - 08:00 hs as 13:00 hs - Quarta – Feira (neurologia)
   D) Luciana Dorta Junqueira Gonçalves
      - UBS Raimundo (Clínico geral – 08:00 hs as 12: horas – 13:00 as 16:00 horas - Segunda –feira)
        (Clínico geral – 13:00 hs as 16:00 horas – Terça-Feira)
        (Clínico geral – 08:00 hs as 12:00 horas – Quarta- feira)
        (Cardiologista – 08:00 hs as 12:00 horas – Clínico geral -13:00 as 16:00 hs - Sexta feira)
   E) Flávio Le Grazie Toda quinta-feira das 08:00 hs as 12:00hs
   F) Rogério - Toda Quinta feira das 13:00 hs as 17:00 (Pequenas cirurgias)
   G) Alexandre (urologista) -15 em 15 dias – Quarta feira
4) Até o presente momento o município não está com projeto de alteração nas contratações de serviços.

Segue anexo escala de plantões do pronto atendimento com o nome dos médicos, referente ao mês de setembro. Lembrando que pode haver alterações na escala de plantões.

Sem mais para o momento, subscrevo-me e coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas referente ao assunto em tela.

Atenciosamente

Rafael Batista de Souza
Diretor de Saúde

Ilmo. Sr
Décio Fred
D.D Vereador
Câmara Municipal

Rua: Tijuco Preto, 286 – Tijuco Preto– Monte Sião – Minas Gerais – CEP: 37.580-000.
Telefax: 35-3465.4590 – e-mail: diretoriasaude@montesiao.mg.gov.br

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 574/2019
Data: 22/10/2019Hora: 13:33:57
Natureza: Oficio

Clin-Med

Pronto Atendimento - MONTE SIÃO

Coordenador: Sec. Saúde Dr. Rafael Souza

Setembro de 2019

Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
	1	2	3	4	5	6
	Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Rogério Quirino	Dra. Caroline Cayres
	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
7	8	9	10	11	12	13
Dr. Thiago Camargo	Dr. José Eduardo	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres
Dr. Thiago Camargo	Dr. Allan Roberto	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
14	15	16	17	18	19	20
Dr. Américo Mazili	Dra. Carla Rios	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres
Dr. Américo Mazili	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
21	22	23	24	25	26	27
Dr. Thiago Camargo	Dr. José Eduardo	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres
Dr. Thiago Camargo	Dr. Allan Roberto	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
28	29	30				
Dr. Américo Mazili	Dr. Allan Roberto	Dra. Caroline Cayres				
Dr. Américo Mazili	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto				

Médicos concursados de responsabilidade da Prefeitura

Diurno (07:00 às 19:00)

Noturno (19:00 às 07:00)

Rafael Batista de Souza
Diretor Saúde

Dr. Roberto Garcia Sorgi
CRM - MG 29772
CREMESP 173959

Clin-Med - Tel: (35) 3622-7919
Diretor Administrativo - Edson (35) 99986-0189

Luiz Fabiano Ramos
Administrador - (35) 99188-1830

Dr. Roberto Garcia Sorgi CRM-MG 29772
Diretor Médico Tel - (35)3622-8392 / 99986-2662

Luciana Dorta J. Gonçalves
CRM - MG: 69935
Diretor Técnico - (35) 99833-1123

Clin-Med

Pronto Atendimento - MONTE SIÃO

Coordenador: Sec. Saúde Dr. Rafael Souza

Outubro de 2019

Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
			1	2	3	4
			Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres
			Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
5	6	7	8	9	10	11
Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres
Dr. Thiago Camargo	Dr. Allan Roberto	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
12	13	14	15	16	17	18
Dr. Américo Mazili	Dr. José Eduardo	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Júlio César	Dra. Caroline Cayres
Dr. Américo Mazili	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
19	20	21	22	23	24	25
Dr. Thiago Camargo	Dra. Caroline Cayres	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Thiago Camargo	Dr. José Eduardo
Dr. Thiago Camargo	Dr. Allan Roberto	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Américo Mazili
26	27	28	29	30	31	
Dr. Américo Mazili	Dr. José Eduardo	Dra. Caroline Cayres	Dr. Josinaldo	Dr. Rogério Quirino	Dr. Júlio César	
Dr. Américo Mazili	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	Dr. Josinaldo	Dra. Carla Rios	Dr. Allan Roberto	

Rafael Batista de Souza
Diretor Saúde

Médicos concursados de responsabilidade da Prefeitura

Diurno (07:00 às 19:00) Noturno (19:00 às 07:00)

Dr. Roberto Garcia Sorgi
CRM - MG 29772
CREMESP 173959

Clin-Med - Tel: (35) 3622-7919
Diretor Administrativo - Edson (35) 99986-0189

Luiz Fabiano Ramos
Administrador - (35) 99188-1830

Dr. Roberto Garcia Sorgi CRM-MG 29772
Diretor Médico Tel - (35)3622-8392 / 99986-2662

Luciana Dorta J. Gonçalves
CRM - MG: 69935
Diretor Técnico - (35) 99833-1123

Fls. Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 07/2018

Processo Licitatório - PRC 766/2017
Concorrência Pública - CP 01/2018
Contratante: PREFEITURA DE MONTE SIÃO
Contratada: MED-CLIN MARIENSE LTDA.
Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de plantão médico para a Diretoria de Saúde.
Dotação Orçamentária: 028011030200152008-339034 – Ficha: 599.
Valor: R$ 1.488.480,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais).
Data da Assinatura: 26/01/2017
Vigência: 31/12/2018.

"Termo de contrato que entre si celebram a PREFEITURA DE MONTE SIÃO, e a empresa MED-CLIN MARIENSE LTDA, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de plantão médico para a Diretoria de Saúde."

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 2018, a PREFEITURA DE MONTE SIÃO/MG, com sede administrativa na Rua Maurício Zucato, nº 111, inscrita no CNPJ/MF sob nº22.646.525/0001-31, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº M-1.396.639, inscrito no CPF sob nº 314.366.926-87, residente e domiciliado a Rua Antônio Guarini, 404, Pq. Dona Antonieta, neste Município, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **MED-CLIN MARIENSE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.776.660/0001-57, com sede social a Rua João Gonçalves da Costa, 190, Canudos, MARIA DA FÉ/MG, CEP: 37.517-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por EDSON CASSIANO DE OLIVEIRA, portador do RG sob nº 26.665.460-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 269.613.948-25, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Processo Licitatório - **PRC 766/2017**, Concorrência Publica - **CP 01/2018**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a execução pela Contratada à Contratante de prestação de serviços de plantão médico para a Diretoria de Saúde da Prefeitura de Monte Sião, que passam a integrar o presente contrato.
1.2. A Contratada deverá prestar os serviços médicos mediante plantões presenciais matutinos, vespertinos e noturnos, perfazendo 12 (doze) horas, durante 07 (sete) dias da semana. Cada plantão será composto por 02 (dois) médicos plantonistas por 24 (vinte e quatro) horas.
1.3. A Contratada será responsável em fornecer profissional médico para as remoções de urgência e emergência para outras unidades hospitalares, podendo ser um componente da equipe de plantão.
1.4. O local para a realização dos serviços será o Pronto Atendimento Municipal.
1.5. O presente procedimento licitatório para a execução de tal serviço será financiada com Recursos Próprios do Município – Despesas de Pessoal decorrente a Contratos de Terceirização.

Fls. Nº

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O contrato do objeto da licitação iniciará em ate 24 (vinte e quarto) horas apos a assinatura do presente contratato e vigorará por 05 (cinco) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.2. Fica fixado o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da assinatura do presente contrato, para o início dos serviços, conforme requisição a ser expedida pelo Departamento competente da Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR e DO REAJUSTAMENTO

3.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em **R$ 1.488.480,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais).**

3.2. A presente despesa onerará a seguinte dotação orçamentária:
028011030200152008-339034 – Ficha: 599.

3.3. Não haverá reajuste de preços durante o período contratual, somente se prorrogado e após 12 (doze) meses de contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias pela Tesouraria da Prefeitura, em parcelas correspondentes as requisições, após a efetiva entrega, atestada pela requisição expedida pelo Departamento competente. A contratada deverá apresentar a Nota de Empenho e nota(s) fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração.

4.2. No ato da retirada da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento a empresa deverá apresentar, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

4.3. O valor contratado não será reajustado, razão pela qual as propostas deverão atentar para o disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados rigorosamente de acordo com as especificações deste Contrato e seus Anexos;

5.2. A Contratada responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venha a causar a terceiros, por sua culpa, negligência ou imperícia;

5.3. A Contratada será responsável em fornecer profissional médico para as remoções de urgência e emergência para outras unidades hospitalares, podendo ser um componente da equipe de plantão.

5.4. Fica estabelecido que a Contratada não transferirá no todo ou em parte, serviços objeto do contrato, sem autorização expressa da Prefeitura;

5.5. Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. A Prefeitura não manterá nenhuma vinculação com os profissionais contratados pela contratada, especialmente quantos aos encargos trabalhistas e previdenciários.

5.7. Todos os plantões médicos do Pronto Atendimento Municipal serão escalados mediante prévia solicitação da Diretoria de Saúde;

5.8. Juntamente com esse do Termo de Contrato, deverá apresentar relação dos profissionais que prestarão serviços médicos;

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

5.9. A forma de localização/acionamento do médico de sobreaviso será por meio de telefone fixo e/ou celular, após acionado, o médico não poderá exceder o tempo de 40 minutos para chegar até o Pronto Atendimento. Observação – A Diretoria de Saúde fará contato com o representante da empresa vencedora que ficará responsável pelo acionamento do profissional;
5.10. O profissional médico durante o seu plantão, deverá permanecer à disposição do Pronto Atendimento, ficando neste período subordinado à Diretoria da Saúde;
5.11. É de responsabilidade da contratada a colocação imediata de profissional médico, em serviços essenciais de Urgência e Emergência;
5.12. As escalas de prestação de serviços médicos (plantões com o nome de cada profissional médico escala/dia de trabalho) do Pronto Atendimento serão elaboradas pela contratada e será encaminhada Diretoria de Saúde, para que a mesma aprove os profissionais que irão cobrir os plantões de responsabilidade da licitante, devendo as informações ser apresentadas em até cinco dias uteis antes do termino do mês, relativa ao mês subsequente, para que seja devidamente analisada pela Diretoria de Saúde;
5.13. Quando houver mudança de escala de plantões médicos executados pelos profissionais efetivos do Pronto Atendimento, a licitante vencedora será comunicada imediatamente e a mesma devera providenciar a substituição do profissional impossibilitado em até 48 horas;
5.14. Caso ocorra faltas do profissional médico nos serviços do Pronto Atendimento, a reposição de outro profissional deverá ser imediata, não ultrapassando 02 horas do horário de inicio do plantão em questão;
5.15. **A Contratada deverá apresentar a Diretoria de Saúde no primeiro dia de trabalho a relação de todos os profissionais - médicos e deverá estar munido dos documentos exigidos pelo CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (RG, CPF, Carteira de Registro no Conselho Regional de Medicina, Diploma de Graduação e titulação de especialidade se tiver, comprovante de endereço) para a realização de seu cadastro junto ao Sistema de Informações em Saúde, evitando assim transtornos ao profissional e Diretoria de Saúde;**
5.16. Todos os profissionais contratados pela Contratada devem ter conhecimento da legislação do Sistema Único de Saúdes pertinentes ao Pronto Atendimento e Atenção Básica no caso ambulatorial e devem cumprir fluxos e protocolos e atender as recomendações da Diretoria de Saúde e Coordenações técnicas;
5.17. Por ocasião da apresentação da fatura mensal de prestação de serviços médicos, a Contratada deverá apresentar uma Declaração de Pagamento aos profissionais médicos contratados com assinatura confirmando o recebimento pelos profissionais, relativo ao mês anterior.
5.18. Não serão aceitos serviços que não forem de primeira qualidade, ou em desconformidade com as especificações contidas no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, que corresponderá a 3% (três por cento) do valor do contrato, podendo ser atualizada nas mesmas condições do mencionado artigo.
6.1.1. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término do contrato e responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e por todas as multas impostas à contratada.

Fls. Nº

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Pelo atraso ou demora injustificados para o início e/ou prestação dos serviços, além do prazo estipulado no presente contrato, aplicação de multa na razão de 0,4% (quatro décimos por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total do contrato, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.2. Pelo atraso ou demora injustificados superiores a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até 15 (quinze) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.3. Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, referente aos serviços executados, aplicação de multa na razão de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por reincidência, sendo que a CONTRATADA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº8.666/93 e multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.

7.5. Será facultado à CONTRATADA, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.

7.6. Aplicadas as multas, a administração poderá descontar do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

7.7. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

8.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.4 do presente contrato.

8.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.

8.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

8.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A Contratada se compromete a:

9.1.1. Os serviços serão executados rigorosamente de acordo com as especificações deste Edital e seus Anexos;

9.1.2. A Contratada responsabilizar-se-á por acidentes e prejuízos que venha a causar a terceiros, por sua culpa, negligência ou imperícia;
9.1.3. A licitante vencedora deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir total ou parcialmente às suas expensas, serviços, objeto da contratação em que se verifiquem defeitos, incorreções resultantes da execução irregular dos serviços por ela executados;
9.1.4. Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93.
9.1.5. A Prefeitura não manterá nenhuma vinculação com os profissionais contratados pela contratada, especialmente quantos aos encargos trabalhistas e previdenciários.
9.1.6. Todos os plantões médicos do Pronto Atendimento serão escalados mediante prévia solicitação da Diretoria de Saúde;
9.1.7. No ato da assinatura do Termo de Contrato, a contratada deverá apresentar relação dos profissionais que prestarão serviços médicos;
9.1.8. A forma de localização/acionamento do médico de sobreaviso será por meio de telefone fixo e/ou celular, após acionado, o médico não poderá exceder o tempo de 40 minutos para chegar até o Pronto Atendimento. Observação – A Diretoria de Saúde fará contato com o representante da empresa vencedora que ficará responsável pelo acionamento do profissional;
9.1.9. O profissional médico durante o seu plantão, deverá permanecer à disposição do Pronto Atendimento, ficando neste período subordinado à Diretoria da Saúde;
9.1.10. É de responsabilidade da empresa vencedora a colocação imediata de profissional médico, em serviços essenciais de Urgência e Emergência;
9.1.11. As escalas de prestação de serviços médicos (plantões com o nome de cada profissional médico escala/dia de trabalho) do Pronto Atendimento serão elaboradas pela contratada e será encaminhada Diretoria de Saúde, para que a mesma aprove os profissionais que irão cobrir os plantões de responsabilidade da licitante, devendo as informações ser apresentadas em até cinco dias uteis antes do termino do mês, relativa ao mês subsequente, para que seja devidamente analisada pela Diretoria de Saúde;
9.1.12. Quando houver mudança de escala de plantões médicos executados pelos profissionais efetivos do Pronto Atendimento, a licitante vencedora será comunicada imediatamente e a mesma devera providenciar a substituição do profissional impossibilitado em até 48 horas;
9.1.13. Caso ocorra faltas do profissional médico nos serviços do Pronto Atendimento, a reposição de outro profissional deverá ser imediata, não ultrapassando 02 horas do horário de inicio do plantão em questão;
9.1.14. A Contratada deverá apresentar a Diretoria de Saúde no primeiro dia de trabalho a relação de todos os profissionais - médicos e deverá estar munido dos documentos exigidos pelo CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (RG, CPF, Carteira de Registro no Conselho regional de Medicina, Diploma de Graduação e titulação de especialidade se tiver, comprovante de endereço) para a realização de seu cadastro junto ao Sistema de Informações em Saúde, evitando assim transtornos ao profissional e Diretoria de Saúde;
9.1.15. Todos os profissionais contratados pela empresa vencedora devem ter conhecimento da legislação do Sistema Único de Saúdes pertinentes ao Pronto Atendimento e Atenção Básica no caso ambulatorial e devem cumprir fluxos e protocolos e atender as recomendações da Diretoria de Saúde e Coordenações técnicas;

9.1.16. Por ocasião da apresentação da fatura mensal de prestação de serviços médicos, a Prestadora de Serviços deverá apresentar uma Declaração de Pagamento aos profissionais médicos contratados com assinatura confirmando o recebimento pelos profissionais, relativo ao mês anterior. Responder por qualquer dano pessoal e/ou material causado, direta ou indiretamente, à Contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, em razão da execução do objeto da contratação;
9.1.17. Cumprir as condições de garantia especificadas no Capítulo 6 deste Edital e na "proposta comercial" da Contratada;
9.1.18. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
9.1.19. Prestar os serviços objeto da contratação no prazo constante de sua "proposta comercial", contado a partir da data do recebimento da Nota de Empenho;
9.1.20. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

9.2. A Contratante se compromete em
9.2.1. Realizar o pagamento pela prestação dos serviços nos prazos indicados no presente instrumento contratual;
9.2.2. Aprovar ou rejeitar os serviços prestados pela Contratada dentro do prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a efetiva prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1. A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Monte Sião/MG, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Sião, 26 de janeiro de 2018.

PREFEITURA DE MONTE SIÃO
JOSÉ FOCAI JÚNIOR
-CONTRATANTE-

MED-CLIN MARIENSE LTDA
EDSON CASSIANO DE OLIVEIRA
-CONTRATADA-

TESTEMUNHAS:

1 – _____
NOME: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

2 – _____
NOME: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

Fls. 43

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
Diretoria Administrativa - Divisão de Licitações
Portal: www.montesiao.mg.gov.br

ANEXO - CONTRATO Nº 000007/2018

Concorrência Nº 000001/2018

Processo: 000766 / 2017

Empresa: MED-CLIN MARIENSE LTDA - EPP

CNPJ: 03.776.660/0001-57

Endereço: Rua JOAO GONCALVES DA COSTA, 190 - CANUDOS - MARIA DA FÉ - MG - CEP: 37517000

*Item**	*Especificação*	*Quantidade*	*Vlr. Unitário*	*Valor Total*
000001	SERVIÇO DE PLANTAO MEDICO PRESENCIAL tipo de atendimento/especialidade médica: plantão médico presencial complementar. local de prestação do serviço designado pela diretoria de saúde. os serviços médicos deverão ser contratados para complementar a prestação de serviços de saúde do município. a empresa deverá ser registrada no crm (conselho regional de medicina). os profissionais deverão ser inscritos no crm/mg (conselho regional de medicina de minas gerais). a empresa deverá ter atestados de capacidade técnica que consigam comprovar o atendimento dos itens objetos desta contratação.	10.000,000	117,000	1.170.000,00
*Item**	*Especificação*	*Quantidade*	*Vlr. Unitário*	*Valor Total*
000002	SERVIÇO MEDICO DE ESPECIALIDADES tipo de atendimento/especialidade médica: serviço médico de especialidades complementar. local de prestação do serviço designado pela diretoria de saúde. os serviços médicos deverão ser contratados para complementar a prestação de serviços de saúde do município. a empresa deverá ser registrada no crm (conselho regional de medicina). os profissionais deverão ser inscritos no crm/mg (conselho regional de medicina de minas gerais). a empresa deverá ter atestados de capacidade técnica que consigam comprovar o atendimento dos itens objetos desta contratação.	2.440,000	117,000	285.480,00
*Item**	*Especificação*	*Quantidade*	*Vlr. Unitário*	*Valor Total*
000003	SERVIÇO MEDICO DE REMOÇÃO serviço de plantão médico para transferência de pacientes entre unidades hospitalares ou não hospitalares de atendimentos às urgências/emergências. o serviço deverá ser prestado no pronto atendimento municipal quando houver a solicitação da remoção do paciente, seja para elucidação diagnóstica, internação clínica ou cirúrgica. a empresa assim como os profissionais médicos deverão estar inscritos no crm/mg conselho regional de saúde de minas gerais. a empresa que presta o serviço deverá ter atestado de capacidade técnica que comprovem o atendimento dos serviços solicitados.	300,000	110,000	33.000,00
			Valor Total Contratado:	**1.488.480,00**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 007/2018, CP 001/2018

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO**, com sede administrativa na Rua Maurício Zucato, nº 111, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.646.525.0001-31, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº M-1.396.639, inscrito no CPF sob nº 314.366.926-87, residente e domiciliado a Rua Antônio Guarini, 404, Pq. Dona Antonieta, neste Município, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **MED-CLIN MARIENSE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.776.660/0001-57, com sede social a Rua João Gonçalves da Costa, 190, Canudos, MARIA DA FÉ/MG, CEP: 37.517-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por EDSON CASSIANO DE OLIVEIRA, portador do RG sob nº 26.665.460-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 269.613.948-25, doravante denominada CONTRATADA, ajustam o presente aditivo, tendo em vista o disposto no Processo de Licitação PRC 766/2017, modalidade Concorrência Pública CP 001/2018, Contrato Administrativo nº 007/2018, sujeitando os contratantes à normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e Decreto Municipal nº 4.108, de 27/07/2013 /93, com alterações posteriores e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo aditivo do contrato tem como objeto a prorrogação do prazo para contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal "Rubens Zucato" para a Diretoria de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente termo aditivo de carta contrato terá vigência até o dia 31/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica ajustado o valor total do presente aditivo em **R$ 1.488.480,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais).**

CLÁUSULA QUARTA

Face à prorrogação contratual, o valor total do contrato é de **R$ 2.976.960,00 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta reais).**

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

CLÁUSULA QUINTA

As despesas inerentes a este ato, correrão à conta da dotação orçamentária: 028011030200152008-339034.

CLÁUSULA SEXTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da carta-contrato original.

Assim, justas e combinadas, assinam as partes o presente Aditivo.

Monte Sião, 26 de dezembro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
JOSÉ POCAI JÚNIOR
-CONTRATANTE-

MED-CLIN MARIENSE LTDA.
EDSON CASSIANO DE OLIVEIRA
-CONTRATADA-

TESTEMUNHAS:

1 – _____
RG: _____
CPF/MF: _____

2 – _____
RG: _____
CPF/MF: _____

Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG
ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Monte Sião, 21 de outubro de 2019.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 573/2019
Data: 21/10/2019Hora: 15:17:45
Natureza: Ofício

Ofício nº 060/2019/CGPG
Resposta: Ofício nº41/2019

Prezado Senhor:

Pelo presente, vimos a presença de V. Sra., em resposta ao Oficio nº41/2019 informar que:

1 – Sim, o município continua vinculado ao CIMMES, sendo que o custo mensal/anual não vem sendo repassado, em decorrência do município estar vinculado a AMESP;

2 – O valor mensal repassado pelo município ao CIMMES no exercício de 2018 foi de R$16.146,00, perfazendo a importância anual de R$193.752,00 (cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais)

3 – O único serviço prestado pelo CIMMES (Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Sapucaí) foi a prestação de serviço preventivo e corretivo do sistema de iluminação pública;

4 – O valor mensal a ser quitado para prestação de serviço preventivo e corretivo do sistema de iluminação pública no município de Monte Sião/MG é o correspondente a todos os pontos de iluminação existentes, isto é, com o CIMMES o total ponto de iluminação é de 3.510, já com a LUZ FORTE o total ponto é de 3.642;

5 – A solicitação de serviço é realizada diretamente pelo usuário por intermédio da linha telefônica 0800 junto a REMO e, continuará sendo junto a LUZ FORTE que repassará o número assim que começas a operar em nosso município. Ressaltamos, ainda, que além do serviço ser solicitado pelo usuário a empresa responsável pelo serviço preventivo e corretivo do sistema de iluminação pública deve fazer periodicamente a inspeção preventiva e

corretiva independente da reclamação do usuário, pois, conforme prescreve o contrato firmado na cláusula primeira – "1.1. O objeto do presente contrato é a execução pela Contratada a Contratante, **sob o regime de empreitada global**, para a Prestação de serviços qualificado (NR10 e NR35), **com fornecimento de equipamento, material e mão de obra, para serviço preventivo e corretivo no Sistema de Iluminação Pública...**".

6 – Não existirá base da empresa LUZ FORTE no município conforme não existe base da empresa REMO em nosso município.

7 – Quanto á capacidade técnica da empresa LUZ FORTE que apresentou no processo licitatório atestado da Prefeitura de Cassia/MG, Prefeitura de Ibiraci/MG, Monte Belo/MG, Paraíso/MG e Monte Alegre do Sul/SP, temos que pesquisando na Internet verificamos inúmeros serviços prestados pela empresa no Estado de Minas Gerais e Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

BENEDITO SIMÕES
Chefe de Governo, Planejamento e Gestão

Ilmo. Senhor
Décio Fred
DD. Vereador
Monte Sião/MG

Excelentíssimo Senhor Vereador José Tadeu Comune, Presidente da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Sião.

Fabio Henrique Barbosa Ribeiro, brasileiro, casado, professor de História e advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, sob o nº 76.094, residente e domiciliado na Rua Hugo Silva, nº 19, Bairro Jardim Zanchetta, nesta, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o que segue:

Chegou ao meu conhecimento que a Prefeitura Municipal de Monte Sião possui atualmente em seu quadro funcional servidores públicos estatutários ativos, mas que já se aposentaram voluntariamente através do Regime Geral de Previdência Social.

Ocorre, Exª, que em 21/08/2019, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Doc. 01), em resposta a consulta de nº 1031459, feita pelo município de Itamogi-MG, estabeleceu em caráter normativo, amplamente amparado pela legislação pertinente e pela jurisprudência que:

> **1- Aos servidores públicos estatutários, ainda que segurados no Regime Geral de previdência Social é <u>vedada</u> a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância.**
>
> **2- Desnecessário procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público, que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, uma vez que não se trata de sanção ou supressão de direitos do servidor, mas mero reconhecimento da consequência de situação fática previamente estipulada em lei.**
>
> **3- A aposentadoria se apresenta como forma de extinção do vínculo estabelecido entre o servidor e a Administração Pública e gera a vacância do cargo.**
>
> https://tcnotas.tce.mg.gov.br/tcjuris/Nota/BuscarArquivo/1931898, acesso em 18/10/2019.

99102 2602
fabiohbr@hotmail.com

Em igual sentido, em Acórdão Publicado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, estabelecido através do IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) de nº 7 (Doc. 02), firmou-se a tese segundo a qual:

> **"Com a aposentadoria voluntária do servidor público municipal efetivo, regido pelo regime geral de previdência social, ocorre o rompimento do vínculo deste com a Administração Pública, gerando a vacância do cargo, não se admitindo a sua permanência no cargo."**
>
> http://rupe.tjmg.jus.br/rupe/justica/publico/bnpr/consultarIrdrIacAdmitidos.rupe, acesso em 18/10/2019.

Diante do exposto, o autor desta imediatamente consultou a Lei Municipal nº 1.138, de 17/12/1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais de Monte Sião, e constatou, no Artigo 36, Inciso V, do Capítulo IV, que trata da vacância do cargo público, o seguinte:

> **Art. 36. A vacância do cargo público decorrerá de:**
>
> **I - exoneração;**
>
> **II - demissão;**
>
> **III - promoção;**
>
> **IV - acesso;**
>
> **V - aposentadoria;**
>
> **VI - posse em outro cargo inacumulável;**
>
> **VII - falecimento**
>
> http://www.montesiao.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=3388&cdDiploma=199111389&NroLei=1.138&Word=&Word2= , acesso em 18/10/2019.

Entretanto Exª, cabe ressaltar que, para além da previsão legal de vacância do cargo acima estabelecida, em decorrência de situação fática previamente estipulada em lei, existe ainda uma séria questão de direito subjetivo envolvendo o tema no que se refere aos candidatos que foram aprovados em recente Concurso Público realizado neste município e que permanecem na lista de Cadastro de Reserva do mesmo aguardando a abertura de novas vagas, sendo que muitas delas estão, no momento, sendo ocupadas por aposentados.

Existe também, no caso dos profissionais do magistério que estão aposentados mas que continuam na ativa, a questão da possibilidade de continuidade da

progressão vertical e horizontal de suas carreiras, onerando desnecessariamente o orçamento público municipal através da constante majoração dos proventos destes, face aos novos quinquênios ou da apresentação de novos títulos de formação que, em tese, pode ocorrer mesmo após a aposentadoria voluntária. Neste sentido, a progressão na carreira dos servidores aposentados não encontra impedimento algum na Lei Complementar que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Profissionais da Educação do Município, uma vez que o próprio Regime Jurídico dos Servidores Públicos desconhece o instituto da permanência dos servidores aposentados na ativa.

Para completar o absurdo quadro, no caso dos servidores municipais da educação aposentados voluntariamente mas que continuam na ativa, os dois tipos de progressão de carreira acima citados ainda os coloca em situação teoricamente favorável em relação aos demais servidores *não aposentados*, uma vez que a listagem de posicionamento nas carreiras, que é atualizada todos os anos, e toma por base a progressão nas mesmas, estabelece o direito de preferência dos melhores colocados na referida lista em relação aos demais, conferindo a estes servidores aposentados, em consequência do exposto, condição diferenciada na obtenção de prioridade na escolha das turmas, atribuição de aulas e/ou local de trabalho.

Diante de todo o exposto, este requerente, no exercício do múnus público conferido aos membros de sua classe por previsão constitucional, vem, respeitosamente **requerer** que Vossa Excelência submeta o teor deste requerimento a apreciação e ao conhecimento dos demais membros desta Egrégia Casa de Leis a fim de que todos, juntos, exerçam uma das funções primordiais, dentre outras, do Poder Legislativo, que é o de exercer, de forma autônoma e independente, a fiscalização dos atos do Executivo Municipal. Neste caso, especificamente, acerca do cumprimento do Artigo 36, Inciso V da Lei Municipal nº 1.138, de 17/12/1991, à luz de toda previsão legal e jurisprudencial que envolve o tema.

Nestes Termos,

Peço Deferimento.

Monte Sião, 18 de outubro de 2019.

Fabio Henrique Barbosa Ribeiro

OAB/MG nº 76094

CONSULTA N. 1031459

Procedência: Prefeitura Municipal de Itamogi

Consulente: Ronaldo Pereira Dias

RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA

EMENTA

CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL. VEDADA PERMANÊNCIA NO CARGO APÓS APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO SEGURADO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. DESNECESSÁRIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO.

1. Aos servidores públicos estatutários, ainda que segurados do regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos, que preveem que a aposentadoria gera vacância. Entendimento desta Corte firmado na Consulta n. 896574, respondida em 30/10/2013.

2. Desnecessário procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público, que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, uma vez que não se trata de sanção ou supressão de direitos do servidor, mas mero reconhecimento da consequência de situação fática previamente estipulada em lei.

3. A aposentadoria se apresenta como forma de extinção do vínculo estabelecido entre o servidor e a Administração Pública e gera a vacância do cargo.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

22ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno – 08/08/2018

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta eletrônica enviada pelo Prefeito Municipal de Itamogi, Sr. Ronaldo Pereira Dias, instruída com a Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Itamogi, do dia 1º de janeiro de 2017, constando a posse dos Vereadores eleitos no último pleito, bem como do Vice-Prefeito e do Prefeito de Itamogi, e, ainda, de documentação complementar à consulta, vazada nos seguintes termos:

> 1) Aos servidores públicos estatutários, sob o regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância ao cargo?
>
> 2) Quanto aos servidores públicos aposentados, sob regime geral da previdência, sem a integralidade do valor, o que ensejam redução em seus proventos de aposentadoria, os quais estariam imunes, podem permanecer em seus cargos após a aposentadoria espontânea? (*sic*)
>
> 3) Em caso de impossibilidade de permanência, nos casos acima mencionados, a exoneração dos servidores nessas situações deve ser precedida por procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa?

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

Tendo sido observados os pressupostos previstos nos incisos I a IV do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno desta Corte, RITCMG, introduzidos pela Resolução n. 5/2014, uma vez que o Consulente, a teor do disposto no art. 210, VI, do RITCMG, é parte legítima, bem como a matéria é de alçada deste Tribunal, encaminhei os autos a Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas, que produziu o respectivo estudo, conforme arquivo anexo ao SGAP, informando que esta Corte de Contas, nos idos de 2013, pronunciou-se em relação ao primeiro questionamento no sentido de que *aos servidores públicos estatutários, ainda que segurados do regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância*, conforme parecer exarado em resposta à Consulta n. 896.574[1]. Quanto às demais questões, certificou que, nos exatos termos suscitados pelo consulente, não foram objeto de deliberação no TCEMG.

Considerando o disposto no art. 210-C do mesmo diploma legal, encaminhei a Consulta a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, a qual, além de citar a consulta n. 896.574 em relação à primeira questão, observou, quanto ao segundo questionamento, consoante o entendimento firmado por esta Corte, que não pode o servidor público estatutário permanecer no cargo depois de sua aposentadoria espontânea, ainda que esta ocorra pelo RGPS e que o valor dos proventos de aposentadoria seja inferior àquele a que ele faria jus. E finaliza, em resposta ao terceiro questionamento, entendendo ser desnecessária a instauração de procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, utilizando o tempo de serviço e contribuição relativo a esse cargo.

Após a manifestação da unidade técnica, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1-Admissibilidade

Em juízo de admissibilidade, conheço da consulta para respondê-la em tese, eis que foram observados os pressupostos previstos nos incisos I a V do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno desta Corte, introduzidos pela Resolução n. 5/2014. O consulente, a teor do disposto no art. 210, I, do mesmo Diploma Legal, é parte legítima, e a matéria versada, foi formulada em tese e é da alçada deste Tribunal, além de não ter sido objeto de parecer desta Corte, precisamente nos termos em que foi consultada.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

Conheço.

CONSELHEIRO MAURI TORRES:

Conheço.

---

[1] Consulta n. 896574. Rel. Cons. José Alves Viana. Deliberada na sessão do dia 30/10/2013. Parecer publicado no DOC de 18/12/2013.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO:

Conheço.

CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ:

Senhor Presidente, em relação aos dois primeiros dos três questionamentos formulados pelo consulente, eu cheguei à conclusão diferentemente do Relator.

Conforme o inciso V do § 1° do art. 210-B do Regimento Interno, é pressuposto de admissibilidade da consulta "referir-se a questionamento não respondido em consultas anteriores". E, em relatório cujo acerto confirmei pessoalmente, a Coordenadoria de Sistematização, Publicação das Deliberações e Jurisprudência esclareceu que o primeiro questionamento já tem reposta no parecer emitido por ocasião do exame da anterior Consulta nº 896.574.

No segundo dos três questionamentos – "Quanto aos servidores públicos aposentados, sob regime geral da previdência, sem a integralidade do valor, o que ensejam redução em seus proventos de aposentadoria, *os quais estariam imunes*, podem permanecer em seus cargos após a aposentadoria espontânea?" –, parece ter sido descrita situação hipotética já abrangida no primeiro questionamento, o que caracteriza novo desatendimento ao pressuposto de admissibilidade do inciso V do § 1° do art. 210-B. De mais a mais, a flagrante deficiência redacional caracteriza desatendimento também ao pressuposto do inciso IV: "conter indicação precisa da dúvida ou da controvérsia suscitada".

Em conclusão, pedindo vênia ao Relator, não admito a consulta em relação aos dois primeiros questionamentos. Admito-a, no entanto, relativamente ao terceiro questionamento somente.

É como voto, em preliminar.

CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO:

De acordo com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Peço vista.

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Com a palavra o Conselheiro Wanderley Ávila.

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

Diante dos fundamentos expostos no meu voto, passo às conclusões.

Respondo ao primeiro quesito no sentido de que... (interrompido)

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Pedi vista, Excelência, na admissão.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

O Conselheiro Gilberto Diniz divergiu, trouxe algumas questões que eu quero levar em consideração.

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

Senhor Presidente, eu acho que em parte ele tem razão, mas vai ser respondida em tese e ele vai ter melhor elucidação. Então, eu prefiro manter.

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Ok. Eu pedi vista, como nesse caso eu voto, eu quero aprofundar um pouco mais nessa questão trazida pelo Conselheiro Gilberto Diniz, adiantando que em princípio eu concordo, parcialmente, com ele.

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

Pois não, desculpe-me.

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

VISTA CONCEDIDA AO CONSELHEIRO PRESIDENTE.

(PRESENTE À SESSÃO O SUBPROCURADOR-GERAL MARCÍLIO BARENCO CORRÊA DE MELLO.)

RETORNO DE VISTA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

2ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno – 16/01/2019

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Prefeito Municipal de Itamogi, por meio da qual solicita parecer deste Tribunal de Contas a respeito das seguintes indagações:

> 1) Aos servidores públicos estatutários, sob o regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após a aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância ao cargo?
> 2) Quanto aos servidores públicos aposentados, sob o regime geral da previdência, sem a integralidade do valor, o que enseja redução em seus proventos de aposentadoria, os quais estariam imunes, podem permanecer em seus cargos após a aposentadoria espontânea?
> 3) Em caso de impossibilidade de permanência, nos casos acima mencionados, a exoneração dos servidores nessas situações deve ser precedida por procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa?

Em sessão ordinária do Tribunal Pleno, no dia 08/08/18, o Conselheiro Wanderley Ávila, relator da consulta, votou, preliminarmente, pelo seu conhecimento, tendo sido acompanhado pelos

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

Conselheiros Sebastião Helvecio e Mauri Torres, bem como pelo Conselheiro Substituto Hamilton Coelho.

O Conselheiro Gilberto Diniz, contudo, divergiu quanto ao conhecimento dos dois primeiros questionamentos, sob o fundamento de que o primeiro já fora objeto de consulta respondida por este Tribunal (Consulta nº 896.574) e de o segundo, além de já estar abrangido pelo primeiro, apresenta ainda deficiência redacional que conduz ao desatendimento ao requisito do art. 210-B, §1º, inciso IV, do Regimento Interno.

Pedi vista para melhor análise da questão.

É o relatório, no essencial.

II – PRELIMINAR

Inicialmente, observo assistir razão ao Conselheiro Gilberto Diniz quanto ao não conhecimento dos dois primeiros questionamentos da presente consulta.

Pelo primeiro questionamento, o Consulente indaga se seria vedada a permanência do servidor público que se aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social, em face à previsão estatutária que determina a vacância do cargo. De fato, este Tribunal já respondeu em tese, na Consulta nº 896.574, apreciada na sessão do dia 30/10/13, que "aos servidores públicos estatutários, ainda que segurados do regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que prevêem que a aposentadoria gera vacância".

Nesse sentido, não se mostra conveniente a revogação ou reforma da tese firmada, conforme faculta o art. 210-B, §1º, inciso V, do Regimento Interno, por permanecer adequado o entendimento de que, sem embargo da autonomia dos sistemas previdenciários e funcionais, a aposentadoria representa, por força dos estatutos que assim preveem, ponto de conexão entre os regimes, de modo a implicar a extinção do vínculo funcional do servidor.

Cumpre noticiar, inclusive, que esse entendimento foi cristalizado em precedente qualificado do TJMG:

> EMENTA: ADMINISTRATIVO - **INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REGIDO PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) - VACÂNCIA DO CARGO - AFASTAMENTO OBRIGATÓRIO**. 1. Com a aposentadoria do servidor público municipal ocupante de cargo público regido pelo Regime Geral de Previdência Social ocorre a vacância do cargo; 2. Uma vez aposentado pelo RGPS o servidor deve afastar-se do cargo público que ocupava, de modo que com a aposentadoria decorrente do serviço/contribuição para a administração pública há rompimento do vínculo administrativo, excetuadas as hipóteses de acumulabilidade legal prevista no artigo 37, XVI e XVII da CF, cargo eletivo ou provido em comissão, contudo apenas em relação ao cargo do qual não decorreu a aposentadoria. (TJMG - IRDR - Cv 1.0002.14.000220-1/003, Relator(a): Des.(a) Renato Dresch , 1ª Seção Cível, julgamento em 21/02/2018, publicação da súmula em 07/05/2018)

Já para o segundo questionamento, o consulente se valeu de redação imprecisa e ambígua, não sendo possível afirmar que se trata de indicação precisa da dúvida, pois não resta claro a que se refere a expressão *os quais estariam imunes*. Além disso, vislumbra-se que o segundo questionamento seria uma repetição do primeiro, o que o levaria a ter o mesmo destino daquele.

Assim, ausentes os pressupostos de admissibilidade do art. 210-B, §1º, incisos IV e V, do Regimento Interno, não se deve conhecer da consulta quanto aos dois primeiros questionamentos.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

III – CONCLUSÃO

Isto posto, acompanho o voto do conselheiro Gilberto Diniz quanto à inadmissibilidade dos dois primeiros questionamentos formulados pelo Consulente.

Neste ponto, já votaram o Conselheiro Relator Wanderley Ávila, Conselheiro Sebastião Helvecio, Conselheiro Mauri Torres, o Conselheiro Hamilton Coelho, no lugar do Conselheiro José Alves Viana, o Conselheiro Gilberto Diniz, o Conselheiro Durval Ângelo e agora eu, completando.

FICA ADMITIDO O RECURSO, VENCIDOS EM PARTE, O CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ E O CONSELHEIRO CLÁUDIO TERRÃO.

Devolvo a palavra ao Conselheiro Wanderley Ávila para o mérito da questão.

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência determinar à Secretaria que remeta novamente os autos ao meu gabinete.

CONSELHEIRO PRESIDENTE CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

PEÇO À SECRETARIA QUE CUMPRA A DETERMINAÇÃO.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA-GERAL ELKE ANDRADE SOARES DE MOURA.)

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

27ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno – 21/08/2019

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta eletrônica enviada pelo Prefeito Municipal de Itamogi, Sr. Ronaldo Pereira Dias, instruída com a Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Itamogi, do dia 1º de janeiro de 2017, constando a posse dos Vereadores eleitos no último pleito, bem como do Vice-Prefeito e do Prefeito de Itamogi, e, ainda, de documentação complementar à consulta, vazada nos seguintes termos:

> 1) Aos servidores públicos estatutários, sob o regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância ao cargo?
>
> 2) Quanto aos servidores públicos aposentados, sob regime geral da previdência, sem a integralidade do valor, o que ensejam redução em seus proventos de aposentadoria, os quais estariam imunes, podem permanecer em seus cargos após a aposentadoria espontânea? (*sic*)
>
> 3) Em caso de impossibilidade de permanência, nos casos acima mencionados, a exoneração dos servidores nessas situações deve ser precedida por procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa?

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

Tendo sido observados os pressupostos previstos nos incisos I a IV do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno desta Corte, RITCMG, introduzidos pela Resolução n. 5/2014, uma vez que o Consulente, a teor do disposto no art. 210, VI, do RITCMG, é parte legítima, bem como a matéria é de alçada deste Tribunal, encaminhei os autos a Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas, que produziu o respectivo estudo, conforme arquivo anexo ao SGAP, informando que esta Corte de Contas, nos idos de 2013, pronunciou-se em relação ao primeiro questionamento no sentido de que "aos servidores públicos estatutários, ainda que segurados do regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após aposentadoria espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância", conforme parecer exarado em resposta à Consulta n. 896.5741 . Quanto às demais questões, certificou que, nos exatos termos suscitados pelo consulente, não foram objeto de deliberação no TCEMG.

Considerando o disposto no art. 210-C do mesmo diploma legal, encaminhei a Consulta a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal, a qual, além de citar a consulta n. 896.574 em relação à primeira questão, observou, quanto ao segundo questionamento, consoante o entendimento firmado por esta Corte, que não pode o servidor público estatutário permanecer no cargo depois de sua aposentadoria espontânea, ainda que esta ocorra pelo RGPS e que o valor dos proventos de aposentadoria seja inferior àquele a que ele faria jus. E finaliza, em resposta ao terceiro questionamento, entendendo ser desnecessária a instauração de procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, utilizando o tempo de serviço e contribuição relativo a esse cargo.

Após a manifestação da unidade técnica, os autos vieram-me conclusos os autos.

O processo foi incluído em pauta e levado em sessão no dia 08/08/2018, quando, em juízo de admissibilidade, tendo eu votado pela admissão da presente consulta, o Conselheiro Gilberto Diniz abriu divergência, votando pelo não conhecimento das duas primeiras indagações, devendo-se conhecer apenas da terceira. Diante das observações realizadas, pediu vista dos autos o Conselheiro Cláudio Terrão.

Na sessão do dia 16/01/2019, então, foi proferido o voto vista, com adesão do Conselheiro Cláudio Terrão à divergência suscitada pelo Conselheiro Gilberto Diniz. Requeri, então, que os autos retornassem conclusos ao meu gabinete.

Peço, agora, a inclusão do processo em pauta.

É o relatório

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1-Admissibilidade

Em juízo de admissibilidade, conheço da consulta para respondê-la em tese, eis que foram observados os pressupostos previstos nos incisos I a V do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno desta Corte, introduzidos pela Resolução n. 5/2014. O consulente, a teor do disposto no art. 210, I, do mesmo Diploma Legal, é parte legítima, e a matéria versada, foi formulada em tese e é da alçada deste Tribunal, além de não ter sido objeto de parecer desta Corte, precisamente nos termos em que foi consultada.

Isso posto, ultrapassada a preliminar, cabe adentrar ao mérito dos questionamentos suscitados.

II.2-Mérito

No **primeiro questionamento** indaga o Consulente se aos servidores públicos estatutários, sob o regime geral de previdência social, é vedada a permanência no cargo após a aposentadoria

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

espontânea, por força de seus estatutos que preveem que a aposentadoria gera vacância ao cargo.

Releva destacar que este Tribunal já se manifestou em relação ao referido questionamento, quando respondeu a Consulta n. 896.574, no sentido de que os servidores públicos estatutários ainda que sejam segurados do regime geral de previdência social, não poderão permanecer no cargo após a aposentadoria espontânea, porque a concessão do benefício da aposentadoria gera vacância do cargo por força de seus estatutos. E conforme informado pelo consulente, o Estatuto dos Servidores do Município de Itamogi[2] prescreve que a aposentadoria gera a vacância no cargo público, conforme dispõe seu art.29:

> Art. 29 – A vacância no cargo público decorrerá de:
>
> (...)
>
> V – aposentadoria; (...)

Cumpre acrescentar a informação trazida no relatório técnico acerca desse primeiro questionamento, para fins didáticos, e para melhor elucidação da matéria, a qual transcrevo a seguir:

> Preliminarmente, para melhor elucidação do caso em tela, é oportuno tecer algumas considerações acerca dos regimes jurídicos/previdenciários aos quais os servidores públicos podem se submeter.
>
> Conforme didaticamente exposto no bojo da supracitada Consulta nº 896574, o texto Constitucional estabelece clara distinção "[...] entre os servidores titulares de cargos públicos, vinculados a um regime estatutário definido em legislação própria de sua esfera, e os servidores detentores de empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas [...]"
>
> Na ocasião do referido julgamento, o Conselheiro-Relator José Alves Viana delimitou e esclareceu tal distinção, afirmando que:
>
> Os servidores titulares de cargos efetivos se submetem ao regime próprio de previdência social quando o ente federativo tenha se valido da prerrogativa constitucional de instituir, por meio do Poder Legislativo, regime próprio para seus servidores efetivos. De outro modo, quando não amparado por regime próprio, estes servidores serão, obrigatoriamente, filiados ao regime geral.
>
> Neste contexto, diante da vedação do art. 11 da Orientação Normativa MPS/SPS n. 02/2009, os servidores ocupantes de empregos públicos se submetem, obrigatoriamente, ao regime geral, assim como os detentores de cargo em comissão ou de qualquer outro cargo de natureza temporária.
>
> Assim, temos que os servidores da Administração direta do Executivo Municipal podem ser detentores de cargos ou empregos públicos, sendo que os primeiros poderão se vincular ao regime geral de previdência social ou a um regime próprio, e os últimos somente ao regime geral.
>
> Feitas tais considerações, observa-se que, foi nessa toada, respondendo em tese à indagação do Consulente, cujo conteúdo é o mesmo do primeiro questionamento da Consulta que ora se analisa, que o Relator, em seu voto, aprovado à unanimidade pelos demais Conselheiros naquela sentada, esposou o seu entendimento quanto à permanência de servidores públicos estatutários, segurados do RGPS, após aposentadoria espontânea:
>
> b) Servidores públicos estatutários segurados do RGPS

---

[2] Disponível nos autos do processo de Denúncia nº 885825.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

Inicialmente cumpre notar que os Municípios possuem autonomia para estabelecer o regime jurídico aplicável a seus servidores, sendo as regras definidoras de direitos e obrigações entre servidor e o ente federado, impostas unilateralmente, sempre em observância da supremacia do interesse público sobre o privado.

Em se tratando de servidores públicos estatutários, verifica-se que inexiste norma constitucional ou infraconstitucional que autorize a permanência no serviço público após concessão da aposentadoria, e, ainda, que nos termos de seus estatutos, a aposentadoria de servidores estatutários gera a vacância do cargo.

Assim, ainda que os servidores públicos estatutários sejam segurados do regime geral de previdência social, a concessão do benefício da aposentadoria gera vacância do cargo por força de seus estatutos, razão pela qual não poderão permanecer neste após aposentadoria espontânea, salvo se aprovados em novo concurso público e optem por receber apenas a remuneração da ativa.

Releva destacar que esse entendimento encontra guarida na Orientação Normativa nº 2, de 2009, da Secretaria de Políticas de Previdência Social, vinculada ao Ministério da Previdência Social:

Art. 79. A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo.

E, também, na Nota Técnica nº 03/2013[3], editada pelo mesmo órgão:

91. A Administração Pública Municipal pode reconhecer a necessidade de desligar do seu quadro de pessoal o servidor que se aposentou pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS e, não obstante, permaneceu em atividade.

92. Mas não convém à municipalidade tomar essa decisão sem primeiro distinguir entre o servidor público municipal estatutário e o celetista; além disso, é preciso diferençar a aposentadoria concedida pelo INSS em razão da mesma atividade no serviço público ou de outra atividade.

93. O primeiro servidor possui um vínculo de natureza institucional, cuja relação estatutária, de ordinário, extingue-se pela aposentadoria, que provoca a situação de vacância do cargo anteriormente titularizado.

94. E isso ocorre independentemente de o servidor estar amparado por regime previdenciário próprio ou pelo Regime Geral, porque não é consentâneo com os princípios jurídicos da Administração Pública brasileira permitir que o servidor estatutário adquira, com a aposentadoria, duplo status funcional: ativo e inativo em relação ao mesmo cargo público.

95. Trata-se de ponto assentado na Orientação Normativa no 2, de 2009, desta Secretaria de Políticas de Previdência Social, conforme o teor de seu art. 79: **"A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo".**

96. Quanto ao segundo servidor, o seu vínculo é de natureza contratual e rege-se basicamente pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ainda que essa relação jurídica trabalhista sofra a influência de algumas normas do direito público, porquanto o empregador é um ente estatal. Para esse empregado público da administração direta, autárquica ou fundacional do município a aposentadoria espontânea pelo RGPS não implica ruptura do contrato de trabalho com a Administração Municipal, porque o seu regime é o da legislação trabalhista.

---

[3] Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/032013.pdf ; acesso em: 14/05/2018.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

> 97. Com efeito, atualmente, no regime celetista, está fora de cogitação a extinção do contrato de trabalho por aposentadoria espontânea, eis que o colendo STF declarou a inconstitucionalidade dos parágrafos 1o e 2o do art. 453 da CLT, acrescidos pela Lei nº 9.528, de 1997, quando do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade no 1770 e n o 1721 [...]
>
> Cumpre observar que, em se tratando de temas controversos e que ocasionem imprecisões na aplicação de preceitos jurídicos e administrativos que estejam no escopo de sua atuação, é comum que o Ministério da Previdência Social edite notas técnicas externando sua posição quanto ao assunto envolvido, dando-lhe um norte.
>
> Assim, quanto ao primeiro questionamento, o entendimento é no sentido de que não podem os servidores públicos estatutários, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), permanecerem no cargo após aposentadoria espontânea.
>
> **(grifos no original)**

Esta é, portanto, a resposta ao primeiro quesito.

No **segundo quesito**, o consulente pergunta se os servidores públicos aposentados pelo RGPS, sem a integralidade do valor e, portanto, com a redução de seus proventos, situação a qual eles estariam imunes, podem permanecer em seus cargos após a aposentadoria espontânea.

Em concordância com o respondido anteriormente, segundo o entendimento firmado nesta Corte, não pode o servidor público estatutário permanecer no cargo depois de sua aposentadoria espontânea, ocorrida pelo RGPS. No caso hipotético levantado pelo consulente, ainda que o valor dos proventos de aposentadoria seja inferior ao último vencimento percebido na ativa, não poderá permanecer no cargo. A solução para eventual redução nos proventos estaria na previdência complementar, observando-se os requisitos legais e constitucionais para a sua concessão, e não deixar o servidor em atividade após sua aposentadoria, como uma forma de compensação por eventual redução em seus proventos, como bem apontou a unidade técnica.

Quanto ao **terceiro questionamento**, o consulente pergunta se em caso de impossibilidade de permanência, nos casos acima mencionados, a exoneração dos servidores nessas situações deve ser precedida por procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

Diante dos fundamentos expostos pela Diretoria de Fiscalização de Atos de pessoal, os quais adoto integralmente, também, entendo não ser necessário o procedimento administrativo prévio. Passo, pois, a transcrever os fundamentos *in totum* a seguir:

> O próprio Estatuto dos Servidores do Município de Itamogi[4] prescreve que a aposentadoria gera a "vacância" no cargo público (...).
>
> Assim, partindo-se da premissa de que a aposentadoria do servidor público estatutário gera a vacância de seu cargo, eventual ato de decretação/declaração da vacância do cargo ao qual se vincula o servidor que se aposenta, ainda que pelo RGPS, constitui uma obrigação decorrente da lei, ou seja, um ato vinculado que possui o condão de aplicar ao servidor as consequências da aposentadoria concedida a seu pedido.
>
> Prosseguindo nessa linha, não se apresentando como sanção ou supressão de direitos do servidor, mas mero reconhecimento da consequência de situação fática previamente estipulada em lei, entende esta Diretoria que não há que se falar em exoneração nem, tampouco, em procedimento administrativo prévio à exoneração para a decretação de vacância de cargo ocupado por servidor público estatutário que, utilizando o tempo de contribuição nesse cargo, aposentou-se pelo RGPS. Ressalta-se, nesse sentido, inclusive,

---

[4] Disponível nos autos do processo de Denúncia nº 885825.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

que, de acordo com o sobredito art. 29, a "exoneração" e a "aposentadoria" se apresentam como duas formas distintas de extinção do vínculo estabelecido entre servidores e Administração Pública e ambas geram a vacância do cargo.

Tal entendimento, além de ir ao encontro da Jurisprudência desta Corte, colacionada anteriormente, está em consonância com a Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITO ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MATOZINHOS APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - ADOÇÃO DO REGIME GERAL UTILIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO NO CARGO PÚBLICO - ATO QUE RECONHECE A VACÂNCIA DO CARGO E AFASTA OS SERVIDORES - ILEGALIDADE - NÃO CONFIGURAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO. - Não são ilegais os atos que declaram a vacância de cargos públicos do Município de Matozinhos, se os servidores que os ocupavam, utilizando-se de tempo de serviço e de contribuição nos mesmos, se aposentaram pelo regime geral de previdência, que é o adotado pelo referido ente público. - Não há como falar, no caso, em exigência de prévio processo administrativo e em violação do artigo 73, inciso V, da lei federal 9.504/97, primeiro, porque os atos impugnados não configuram atos típicos de exoneração de servidores, com fundamentação fática e legal justificadora de tal forma de desligamento do serviço público; segundo, porque a declaração de vacância do cargo em decorrência de aposentadoria, que foi o fundamento utilizado nos atos, é obrigação decorrente da lei, ou seja, trata-se de um ato vinculado, em que não se busca sancionar ou retirar algum direito do servidor, mas apenas aplicar a consequência da aposentadoria que foi concedida a pedido deste; e terceiro, porque o referido dispositivo da legislação federal contém proibição de exoneração de servidor, na circunscrição do pleito eleitoral, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, o que não ocorre na situação tratada nos autos, pois, no ano da prática dos atos que decretaram a vacância dos cargos municipais, as eleições eram federais e estaduais. (TJMG - Apelação Cível 1.0411.14.006533-4/001, Relator(a): Des.(a) Moreira Diniz , 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/08/2015, publicação da súmula em 12/08/2015)

MANDADO DE SEGURANÇA - APOSENTADORIA - INSS - VACÂNCIA DO CARGO - EXONERAÇÃO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ATO DE ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADOS - DENEGAÇÃO DA ORDEM RECURSO DESPROVIDO. 1. Tendo em vista a aposentadoria do servidor a pedido, em decorrência do tempo de contribuição junto ao INSS, inexiste o direito líquido e certo em permanecer no mesmo cargo de professora em que se aposentou, devendo ser desligado das suas funções, com a devida vacância do cargo público. 2. Recurso desprovido" (Apelação Cível 1.0002.14.000859-6/001; Relator(a): Des.(a) Teresa Cristina da Cunha Peixoto, 8ª CÂMARA CÍVEL; julgamento em 22/01/2015; publicação da súmula em 02/02/2015).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - ADMINISTRATIVO - AÇÃO ANULATÓRIA - SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA - APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - APROVEITAMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL - SITUAÇÃO GERADORA DA VACÂNCIA DO CARGO - ART. 50, INC. VII, DA LEI MUNICIPAL N.º 1.445/92 - DIREITO À PERMANÊNCIA NO SERVIÇO ATIVO - AUSÊNCIA - VIOLAÇÃO À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO - INOCORRÊNCIA - DESACOLHIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

(...)

2. Não há falar em violação às garantias da ampla defesa e do contraditório em decorrência do imediato afastamento da parte autora do serviço público, na medida em que o reconhecimento da vacância do cargo é consectário lógico e imediato da aposentadoria voluntária da servidora, a tornar **dispensável a instauração de processo administrativo.**

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

(...) (TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0184.10.001717-9/002, Relator(a): Des.(a) Edgard Penna Amorim , 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/06/2014, publicação da súmula em 11/06/2014 - **grifo nosso**.)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDORA PÚBLICA - MUNICÍPIO DE OURO BRANCO - PROCESSO ADMINISTRATIVO - INSTAURAÇÃO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - AUTORIDADE COMPETENTE - OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - FALTA DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – VACÂNCIA - PERMANÊNCIA NO CARGO PÚBLICO - ILEGALIDADE - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Detém a Secretária Municipal de Administração legitimidade para instaurar processo administrativo contra servidor público municipal, com base no Decreto n° 5.906/2009, através do qual a Prefeita Municipal lhe delegou poderes para tanto. 2. Demonstrada a observância ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, deve ser rechaçada a tese de nulidade do processo administrativo que culminou na vacância do cargo ocupado pela servidora pública municipal. 3. O sistema processual de nulidades rege-se pelo princípio *pas de nullité sans grief*, o qual impõe àquele que alega a existência de vicio processual, a demonstração do prejuízo, com base em tal diretriz. 4. Sem a prova do prejuízo, em razão de eventual falta de intimação do servidor sobre o relatório da comissão processante e da decisão final, mostra-se inviável a anulação do procedimento administrativo, não havendo se falar em nulidade por mera presunção. 5. **A aposentadoria do servidor público pelo Regime Geral da Previdência Social extingue o vínculo com a Administração Pública, existindo óbice à permanência do servidor no exercício do cargo após a aposentação**. 6. Sentença mantida. 7. Recurso não provido. [TJMG Apelação Cível 1.0459.15.000754-8/002 / Relator(a): Des.(a) Raimundo Messias Júnior / Data da publicação: 12/08/2016]

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ESTATUTÁRIA - REGIME PREVIDENCIÁRIO GERAL - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA PELO INSS - VACÂNCIA DO CARGO - EXONERAÇÃO - LEGALIDADE - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE PERMANÊNCIA NO CARGO - NÃO CONFIGURADO - SEGURANÇA DENEGADA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1- Se o servidor foi aposentado pelo regime especial, é lícito que acumule esse regime com o geral da previdência, desde que se trate de emprego do setor privado. No caso da apelante, sua aposentadoria (a pedido, pelo INSS) se deu no próprio cargo que exerceu perante a Prefeitura, o que acarreta a vacância e o consequente desligamento de suas funções. 2- O caso dos autos não se trata de aposentadoria pelo INSS em razão da atividade privada, situação que permitiria que a requerente permanecesse no cargo público, com a contagem do tempo para fins de nova aposentadoria junto à Municipalidade. 3- Tendo a requerente postulado a aposentadoria junto ao INSS no cargo de Professora que exercia perante o Município de Abaeté, a sua vacância é consectário legal. 4- Recurso não provido, mantida a sentença que denegou a ordem. (TJMG - Apelação Cível 1.0002.14.000219-3/001, Relator(a): Des.(a) Hilda Teixeira da Costa, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 02/06/2015, publicação da súmula em 12/06/2015).

MANDADO DE SEGURANÇA - APOSENTADORIA - INSS - VACÂNCIA DO CARGO - EXONERAÇÃO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - ATO DE ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADOS - DENEGAÇÃO DA ORDEM - RECURSO DESPROVIDO. 1. Tendo em vista a aposentadoria do servidor a pedido, em decorrência do tempo de contribuição junto ao INSS, inexiste o direito líquido e certo em permanecer no mesmo cargo de professora em que se aposentou, devendo ser desligado das suas funções, com a

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

devida vacância do cargo público. 2. Recurso desprovido." (Apelação Cível nº 1.0002.14.000859-6/001, Relatora Desª. Teresa Cristina da Cunha Peixoto, j. 22/01/2015)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - VACANCIA DO CARGO PÚBLICO PRÉVIO PROCESSO ADMINISTRATIVO - CUMULAÇÃO DE PROVENTOS

1. A decretação de vacância de cargo público em razão de aposentadoria não depende de prévio processo administrativo disciplinar.

2. O servidor público não pode permanecer no cargo em que se aposentou, quando utilizar o tempo de serviço e de contribuição do respectivo cargo para obter a aposentadoria. (TJMG - Apelação Cível 1.0287.14.000809-8/002; Relator (a): Des.(a) Rogério Coutinho; 8ª CÂMARA CÍVEL; julgamento em 25/09/2015; publicação da súmula em 19/10/2015)

Sendo assim, em resposta ao terceiro questionamento formulado pelo Consulente, alicerçada em tudo que foi aqui exposto, esta Diretoria entende ser desnecessária a instauração de procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, utilizando o tempo de serviço e contribuição relativo a esse cargo.

(grifos no original)

Logo, despicienda a instauração de processo administrativo para a declaração de vacância oriunda de aposentação, como exposta em remansosa jurisprudência.

III – CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos expostos, passo às conclusões.

Respondo ao **primeiro quesito** no sentido de que, segundo entendimento desta Corte firmado na Consulta n. 896.574, os servidores públicos estatutários, ainda que sejam segurados do regime geral de previdência social, não poderão permanecer no cargo após a aposentadoria espontânea, porque a concessão do benefício da aposentadoria gera vacância do cargo por força de seus estatutos.

No tocante ao **segundo quesito**, em concordância com a questão anteriormente solucionada, respondo negativamente. Isto é, não pode o servidor público estatutário permanecer no cargo depois de sua aposentadoria espontânea, ocorrida pelo RGPS, ainda que o valor dos proventos de aposentadoria seja inferior ao último vencimento percebido na ativa, não poderá permanecer no cargo. A solução para eventual redução nos proventos estaria na previdência complementar, observando-se os requisitos legais e constitucionais para a sua concessão.

Quanto ao **terceiro quesito,** concluo ser desnecessária a instauração de procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, utilizando o tempo de serviço e contribuição relativo a esse cargo, uma vez que não se trata de sanção ou supressão de direitos do servidor, mas mero reconhecimento da consequência de situação fática previamente estipulada em lei. A aposentadoria se apresenta como forma de extinção do vínculo estabelecido entre o servidor e a Administração Pública, e gera a vacância do cargo.

É o parecer.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

De acordo.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

De acordo.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

Com o Relator.

CONSELHEIRO GILBERTO DINIZ:

Com o Relator.

CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO:

Também com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE MAURI TORRES:

Também acompanho o Relator.

APROVADO O VOTO DO RELATOR.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA-GERAL ELKE ANDRADE SOARES DE MOURA.)

PARECER

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Conselheiros do Tribunal Pleno, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, preliminarmente, por maioria, em conhecer da consulta para respondê-la em tese, eis que foram observados os pressupostos previstos nos incisos I a V do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno desta Corte, introduzidos pela Resolução n. 5/2014, uma vez que o consulente, a teor do disposto no art. 210, I, do mesmo Diploma Legal, é parte legítima, e a matéria versada foi formulada em tese e é da alçada deste Tribunal, além de não ter sido objeto de parecer desta Corte, precisamente nos termos em que foi consultada; e, no mérito, por unanimidade, em fixar prejulgamento de tese, com caráter normativo, nos seguintes termos: **I)** segundo entendimento desta Corte firmado na Consulta n. 896574, os servidores públicos estatutários, ainda que sejam segurados do regime geral de previdência social, não poderão permanecer no cargo após a aposentadoria espontânea, porque a concessão do benefício da aposentadoria gera vacância do cargo por força de seus estatutos; **II)** não pode o servidor público estatutário permanecer no cargo depois de sua aposentadoria espontânea, ocorrida pelo RGPS, ainda que o valor dos proventos de aposentadoria seja inferior ao último vencimento percebido na ativa. A solução para eventual redução nos proventos estaria na previdência complementar, observando-se os requisitos legais e constitucionais para a sua concessão; **III)** é desnecessária a instauração de procedimento administrativo prévio para o afastamento de servidor ocupante de cargo público que se aposenta pelo Regime Geral de Previdência Social, utilizando o tempo de serviço e contribuição relativo a esse cargo, uma vez que não se trata de sanção ou supressão de direitos do servidor, mas mero reconhecimento da consequência de situação fática previamente estipulada em lei. A aposentadoria se apresenta

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

como forma de extinção do vínculo estabelecido entre o servidor e a Administração Pública, e gera a vacância do cargo. Vencidos em parte, na preliminar, o Conselheiro Gilberto Diniz e o Conselheiro Cláudio Couto Terrão.

Plenário Governador Milton Campos, 21 de agosto de 2019.

MAURI TORRES
Presidente

WANDERLEY ÁVILA
Relator

(*assinado digitalmente*)

fg

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normat

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Sair

CONSULTA IRDR/IAC ADMITIDOS

«

Pesquisa Livre [ ] e ou

(Clique no conectivo adequado conforme o critério de pesquisa a ser adotado.)

NUT 8.13.1.000007

Número do tema TJMG [ ] a [ ]

Paradigma [ ]

Tipo Tema Tema IRDR

Situação Acórdão Publicado

Data [ ] a [ ] Selecione

Relator Selecione

Órgão Julgador Selecione

Ordenação Número do tema Crescente

Pesquisar Limpar

	Tema	NUT	Situação do Tema	Questão submetida a julgamento	Número do tema TJMG	Assuntos
⊞	Tema IRDR	8.13.1.000007	Acórdão Publicado	Possibilidade, ou não, da exoneração de servidor, em razão da sua aposentadoria voluntária pelo RGPS, nos termos da lei local, sobretudo quando o ente municipal não possui regime próprio de previdência dos seus servidores.	7	

Ramo do direito	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
Tese firmada	Com a aposentadoria voluntária do servidor público municipal efetivo, regido pelo regime geral de previdência social, ocorre o rompimento do vínculo deste com a Administração Pública, gerando a vacância do cargo, não se admitindo a sua permanência no cargo.
Anotações NUGEP	Em 03/03/2017, foi certificada a baixa dos autos do incidente paradigma 1.0002.14.000220-1/002, tendo em vista a sua conversão em autos eletrônicos nº 1.0002.14.000220-1/003. Em 18/12/2018, Des. Renato Dresch, REVOGOU a suspensão dos processos individuais e coletivas que se encontram suspensos em razão do presente IRDR.
Suspensão Geral	N
Referência Legislativa	N
Data última atualização	18/12/2018

Paradigma	Classe	Órgão Julgador	Relator	Data de Admissão	Julgado em	Acórdão Publicado em	Embargos de Declaração	Trânsito em Julgado	Data última atualização
1.0002.14.000220-1/002	600 - IRDR - Cv	Sessão Cível - Direito público	Renato Dresch	16/12/2016					21/05/2018
1.0002.14.000220-1/003	600 - IRDR - Cv	Sessão Cível - Direito público	Renato Dresch	16/12/2016	21/02/2018	07/05/2018			21/05/2018

1 resultado(s)

TJMG 2018. Todos os direitos reservados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CAPITAL NACIONAL DO TRICÔ
RUA MAURICIO ZUCATO, 111 — CENTRO
CEP: 37.580-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício: 204/2019
Data: 16/09/2019
Assunto: Resposta ofício 13/2019
Serviço: Gabinete do prefeito

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 563/2019
Data: 17/10/2019Hora: 13:35:45
Natureza: Ofício

Exmo. Senhor

Com meus cordiais cumprimentos, venho através deste encaminhar cópia da proposta cadastrada junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, sob nº 002011/2019, cujo objeto trata-se de PAVIMENTAÇÃO URBANA, no valor global de R$ 248.300,00, sendo R$238.750,00 repasse e R$9.550,00 contrapartida (cópia/ anexo).

Sendo que os endereços das metas comtempladas são: Bairro Divinão, Rua sete de Setembro e Rua Basílio Zucato. Entretanto é condição *sine qua non* para investimento do Ministério em pavimentação urbana que o mesmo possua infraestrutura completa de água e esgoto conforme dispõe o item 10.2 do Manual Apresentação de Proposta Gestão da Politica de Desenvolvimento Urbano. "Nos projetos que envolvam, inclusive de recapeamento é requisito a existência prévia de redes públicas de águas pluviais a de solução apropriada de drenagem".

Desta forma, como o Bairro Divinão ainda não possui os pré-requisitos acima elencados, deverá ser suprimida da referida proposta.

Colocando-nos sempre a disposição.

José Pocai Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr Joel Talarico Elesbão
DD Vereador
Câmera Municipal de Monte Sião

10.1. São diretrizes específicas para a elaboração dos planos de trabalho dos investimentos a serem apoiados:

10.1.1. Compatibilidade com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Municipal de Saneamento, quando existentes.

10.1.2. Plena funcionalidade das obras e serviços, que deverão reverter-se, ao seu final, em benefícios imediatos à população.

10.1.2.1. No caso de obras de grande porte, executadas em etapas, deve-se assegurar a funcionalidade plena de cada etapa.

10.1.3. Atendimento ao maior número de famílias possível, de forma a ampliar o alcance dos recursos destinados ao projeto. No caso de proposição de investimentos de pavimentação em áreas industriais o proponente deverá comprovar a cobertura de 100% de pavimentação implantada nas áreas urbanas centrais e residenciais do município.

10.1.4. Adoção de soluções técnicas que objetivem ganhos de eficiência e redução de custos.

10.1.5. Utilização preferencial de mão-de-obra e de micro, pequenas e médias empresas locais, sem prejuízo ao cumprimento às normas legais sobre licitações e contratos públicos.

10.1.6. Atendimento aos idosos e pessoas com deficiência, previamente identificadas, pela adoção de projetos ou soluções técnicas que eliminem barreiras urbanísticas, bem como pela execução de equipamentos comunitários públicos de infraestrutura voltados ao atendimento desse segmento da população.

10.2. Nos projetos que envolvam a execução de obras e serviços de pavimentação, inclusive de recapeamento, é requisito a existência prévia de redes públicas de abastecimento de água, esgotamento sanitário[1] e galerias de águas pluviais ou de solução apropriada de drenagem.

10.2.1. Será admitida a pavimentação de forma conjugada à implantação das redes públicas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais, desde que haja previsão de implantação destes equipamentos no Plano de Trabalho da intervenção apoiada.

10.2.2. Devem ser viabilizadas, sempre que possível, soluções alternativas à utilização de asfalto, tais como bloquetes ou pedras, que, além de favorecer à infiltração de águas pluviais, apresentam menores custos de execução e manutenção.

10.2.3. Devem ser priorizadas as vias utilizadas como corredores de transporte, ou seja, aquelas onde existam faixas exclusivas de rolamento para transporte coletivo, em seguida a prioridade será para a pavimentação de ruas e avenidas, de bairros residenciais ou dos distritos municipais, desprovidas desta infraestrutura e por último a pavimentação de áreas industriais.

10.2.4. Em todos os contratos de pavimentação nova, deverá estar prevista a execução de calçadas para circulação de pedestres. As calçadas deverão

---

[1] Em áreas urbanas pouco adensadas, onde a solução tecnológica para esgotamento sanitário seja de natureza individual (fossas sépticas), admite-se a dispensa da previsão ou da pré-existência de rede coletora de esgotos sanitários como requisito para pavimentação das vias.

Nº / ANO DA PROPOSTA:
002011/2019

OBJETO:
PAVIMENTAÇÃO URBANA

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
A Pavimentação em área urbana coaduna com os objetivos de investimento com programa do Ministério do Desenvolvimento Regional. Portanto há interesse do Município em consonância com os do Ministério do Desenvolvimento Regional.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
A proposta esta em consonância com os objetivos e diretrizes do programa do Ministério do Desenvolvimento Regional

PÚBLICO ALVO:
Moradores dos bairros Loteamento Divinão, da Rua Basílio Zucato e Rua Sete de Setembro, bem como transeuntes e condutores veículos automotores.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Pavimentação em bairros de acesso a pontos centrais e turísticos da cidade.

RESULTADOS ESPERADOS:
Pavimentação de ruas as quais são muito transitáveis e se encontra com necessidade de urgente pavimentação.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE:	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:	
53000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
CPF DO RESPONSÁVEL:	**NOME DO RESPONSÁVEL:**	
004.666.489-01	GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO	
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:		**CEP DO RESPONSÁVEL:**
Esplanada dos MinistÃÂ©rios, Bloco E, S/N - Zona CÃÂ-vico-Administrativa,		70067-901

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROPONENTE: 22.646.525/0001-31					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE MONTE SIAO					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: RUA MAURICIO ZUCATO, 111					
CIDADE: MONTE SIAO	**UF:** MG	**CÓDIGO MUNICÍPIO:** 4867	**CEP:** 37580000	**E.A.:** Administração Pública Municipal	**DDD/TELEFONE:**
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	**AGÊNCIA:** 1688-8		**CONTA CORRENTE:** 0066470525		
CPF DO RESPONSÁVEL: 314.366.926-87	**NOME DO RESPONSÁVEL:** JOSE POCAI JUNIOR				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA ANTONIO GUARINI, 404 -					**CEP DO RESPONSÁVEL:** 37580000

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:		R$ 248.300,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA:		R$ 9.550,00
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2019	R$ 238.750,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:		R$ 9.550,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:		R$ 0,00
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:		R$ 0,00
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	01/04/2019	
FIM DE VIGÊNCIA:	31/12/2020	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2020	

5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA			
Unidade de Medida: UN	**Quantidade:** 1.0	**Valor:**	R$ 248.300,00
Início Previsto: 15/04/2019	**Término Previsto:** 31/12/2020	**Valor Global:**	R$ 248.300,00
UF: MG	**Município:** 4867 - MONTE SIAO	**CEP:**	37580-000
Endereço: BAIRRO DIVINÃO, RUA SETE DE SETEMBRO E RUA BASILIO ZUCATO -			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA			

Quantidade:	**Valor:**	**Início Previsto:**	**Término Previsto:**
1.0 UN	R$ 248.300,00	10/05/2019	31/12/2020

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		**ANO:** 2020
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 47.750,00
DESCRIÇÃO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 47.750,00	**PARCELA Nº:** 1
MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro		**ANO:** 2020
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 191.000,00
DESCRIÇÃO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 191.000,00	**PARCELA Nº:** 2

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICIPIO DE MONTE SIAO

MÊS DESEMBOLSO: Junho		**ANO:** 2019
META Nº: 1	VALOR DA META:	R$ 9.550,00
DESCRIÇÃO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
VALOR DO REPASSE:	R$ 9.550,00	**PARCELA Nº:** 1

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: PAVIMENTACAO URBANA				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio			**NATUREZA DA DESPESA:** 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: LOTEAMENTO DIVINAO, RUA BASILIO ZUCATO, RUA SETE DE SETEMBRO				
CEP: 37580-000	**UF:** MG	**MUNICÍPIO:** 4867 - MONTE SIAO		
UNIDADE: UN	**QUANTIDADE:** 1,00	**V. UNITÁRIO:** R$ 248.300,00	**V.TOTAL:**	R$ 248.300,00
OBSERVAÇÃO:				

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	**Total**	**Recursos**	**Contrapartida Bens e Serviços**	**Rendimento de Aplicação**
449051	R$ 248.300,00	R$ 248.300,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL GERAL:	**R$ 248.300,00**			

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

_____	_____
Local e Data	Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

_____	_____
Local e Data	Concedente (Representante legal do Órgão ou Entidade

12 - ANEXOS

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria do Departamento de Administração

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 117/2019

Monte Sião, 04 de outubro de 2019.

Ao Exmo. Sr.
Donizete Benedito da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 562/2019
Data: 16/10/2019Hora: 10:09:07
Natureza: Oficio

Assunto: Encaminha documentos.

Senhor Presidente,

A Diretoria do Departamento de Administração encaminha a Vossa Senhoria e aos Nobres Vereadores, uma via dos Decretos do Executivo do nº: 7.814, de 28 de agosto de 2019 até o de nº: 7.842, de 26 de setembro de 2019, um via das Leis Ordinárias do nº: 2.539, de 27 de agosto de 2019 até a de nº: 2.548, de 26 de setembro de 2019 e uma via das Portarias de nº: 002, de 11 de setembro de 2019 e nº: 003, de 16 de setembro de 2019.

Informa que os Decretos utilizados pela Divisão de Contabilidade serão encaminhados em separado, portanto, as vias ora enviadas poderão apresentar numeração não sequencial.

Atenciosamente

Elcio Francisco do Carmo
Diretor do Departamento de Administração



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Gabinete do Prefeito

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 199/2019

Monte Sião, 11 de outubro de 2019.

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 561/2019
Data: 11/10/2019Hora: 14:05:09
Natureza: Ofício

Ao Exmo. Senhor
José Tadeu Comune
1° Secretário

Assunto: Resposta ao Requerimento 57/2019

Prezado Senhor

José Pocai Júnior, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em resposta ao requerimento supramencionado, encaminha em anexo as cópias solicitadas.

Sendo o que cabia para o momento, renova protestos de elevada estima.

Atenciosamente

José Pocai Junior
Prefeito Municipal

REQUERIMENTO Nº 57/2019

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 515/2019
Data: 18/09/2019Hora: 09:35:01
Natureza: Proposição

Aprovado por Unanimidade
Sala das Sessões 23,09,19

O vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e após a tramitação regimental, REQUER ao Senhor Prefeito Municipal, o seguinte:

Informações sobre o CIDAS, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável:

1) Cópia de seu estatuto;
2) Cópia do plano de ações;
3) Causa motivo e razão em que esse órgão se encontra paralisado;

JUSTIFICATIVA:

Com base no princípio da publicidade, aliado ao fato não estar em execução no nosso município o CIDAS, este vereador solicita urgência nas informações requeridas, para que se possa fazer uma análise criteriosa com os dados e informações apresentadas.

Sala das Sessões, em 18 de Setembro de 2019.

JOSÉ TADEU COMUNE
VEREADOR

Estatutos do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável

Outubro de 2013

SUMÁRIO

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
CAPÍTULO I - DO CONSORCIO
CAPÍTULO II - DO CONSORCIAMENTO
CAPÍTULO III - DOS CONCEITOS
CAPÍTULO IV - DA SEDE E DO PRAZO
CAPÍTULO V - DOS OBJETIVOS E DA GESTÃO ASSOCIADA

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO
CAPÍTULO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL
Seção I - Da convocação
Seção II - Dos quóruns de instalação e de deliberação
Seção III - Das competências
Seção IV - Das deliberações
Seção V - Da eleição e da destituição do Presidente e da Diretoria
Seção VI - Da alteração dos Estatutos
Seção VII - Das atas
CAPÍTULO II - DA DIRETORIA
Seção I - Dos Diretores
Seção II - Do Presidente
CAPÍTULO III - DA CAMARA DE REGULAÇÃO
Seção I - Da Competência
Seção II - Do funcionamento
Seção III - Do mandato e posse dos representantes dos usuários
CAPÍTULO IV - DA SUPERINTENDENCIA
Seção I - Do Superintendente
Seção II - Do Ouvidor
CAPÍTULO IV - DA CONFERENCIA MUNICIPAL E REGIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

TÍTULO III - DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Seção I - Disposições Gerais
Seção II - Dos empregos públicos
Seção III - Das contratações temporárias
CAPÍTULO II - DOS CONTRATOS

TÍTULO IV - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II - DA CONTABILIDADE
CAPÍTULO III - DOS CONVÊNIOS E FINANCIAMENTOS

TÍTULO V - DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO, DO RECESSO E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO
CAPÍTULO I - DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO
CAPÍTULO II - DO RECESSO
CAPÍTULO III - DA EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Lei 11.107/2005, conhecida como Lei de Consórcios, e o Decreto 6.017/2007 que a regulamentou, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos pela União, pelos Estados e Municípios e pelo Distrito Federal; ao fazê-lo, estabelece as condições para a criação de consórcios que possam ser contratados por entes federativos para a realização de objetivos de interesse comum.

A formalização destes consórcios se realiza por meio da subscrição de um "Protocolo de Intenções", instrumento que, após ser aprovado pelo Poder Legislativo dos entes federativos que pretendem realizar tais objetivos de interesse comum, se transforma em um "Contrato de Consórcio".

A lei estabelece cláusulas indispensáveis para o Protocolo de Intenções, entre as quais uma que define o status do órgão que se está criando – se uma associação pública, que adquire a forma de uma autarquia interfederativa, ou uma pessoa jurídica de direito privado.

O que os entes federativos fazem ao criar um consórcio é contratar entre si a constituição de um órgão comum para a realização de objetivos comuns, por meio de uma associação.

Assim, os consórcios devem ter estatutos, para definir com detalhes o funcionamento dessa associação.

Tanto o contrato de consórcio quanto os estatutos estabelecem regras para o funcionamento do novo órgão.

Os estatutos, entretanto, são mais flexíveis, devendo tratar de detalhes operacionais que seriam muito "engessados" no Contrato de Consórcio, já que este só pode ser alterado por leis uniformes aprovadas nos legislativos de todos os entes consorciados.

Por esta razão, a Lei de Consórcios dedica seu Artigo 7º ao assunto: "Os estatutos disporão sobre a organização e o funcionamento de cada um dos órgãos constitutivos do consórcio público", dando desde já flexibilidade para a organização e funcionamento dos órgãos integrantes do Consórcio.

Duas outras referências aos estatutos são feitas na Lei.

A primeira em seu Art. 4º, que trata do conteúdo obrigatório do Protocolo de Intenções, quando exige em seu Inciso VI que o Protocolo defina: "as normas de convocação e funcionamento da assembleia geral, inclusive para a elaboração, aprovação e modificação dos estatutos do consórcio público".

A segunda, no Art. 10, Parágrafo Único: "Os agentes públicos ... responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos".

Não resta dúvida, portanto, de que os consórcios devem ter estatutos e, assim sendo, estes devem ser aprovados tão logo o Consórcio seja estabelecido formalmente, o que se dá pela realização de uma Assembléia Estatuinte.

Isto posto, segue abaixo, os Estatutos do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – CIDAS, para apreciação do representante de cada um dos municípios que o compõe e posterior discussão em Assembléia Estatuinte a ser convocada ainda para o mês de outubro de 2.013.

ESTATUTOS

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I
DO CONSORCIO

Art. 1º. O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL** é autarquia interfederativa, pessoa jurídica de direito público interno, que integra a administração indireta de cada um dos entes federativos Consorciados.

Art. 2º. Os presentes Estatutos disciplinam o Consórcio de forma a complementar e regulamentar o estabelecido no Contrato de Consórcio Público resultante da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. As normas estatutárias, bem como outras que venham a ser adotadas, serão válidas no que não contrariarem ao estabelecido no Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II
DO CONSORCIAMENTO

Art. 3º. São considerados consorciados os entes federativos subscritores do Protocolo de Intenções que o tenham ratificado por Lei, e nas demais condições estabelecidas pela Lei 11.107/2005 e Decreto 6.107/2007, bem como no Protocolo de Intenções.

Art. 4º. Não há, entre Consorciados, direitos e obrigações recíprocas.

Art. 5º. Os Consorciados não são titulares de quota ou fração ideal do patrimônio do Consórcio, sendo inválidos quaisquer negócios jurídicos que o tenham por objeto.

CAPÍTULO III
DOS CONCEITOS

Art. 6º. Para os efeitos destes Estatutos e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio ou por ente consorciado, aplicam-se os conceitos definidos na Cláusula 3ª do Contrato de Consórcio.

CAPÍTULO IV
DA SEDE E DO PRAZO

Art. 7º. A sede do Consórcio é no Município de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, podendo haver o desenvolvimento de atividades em unidades localizadas em outros Municípios.

§ 1º. A área de atuação do Consórcio corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram.

§ 2º. A Assembléia Geral do Consórcio, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede.

Art. 8º. O Consórcio vigerá por prazo indeterminado.

CAPÍTULO V
DOS OBJETIVOS E DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 9º. Para os efeitos destes Estatutos e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio, seus objetivos, bem como todas as condições do exercício da gestão associada, de sua área de atuação e as competências transferidas pelos entes federativos ao Consórcio, são aqueles definidos no Contrato de Consórcio.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I
DA ASSEMBLÉIA GERAL

Seção I
Da convocação

Art. 10. A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Consórcio ou por dois terço (2/3) dos Consorciados.

Art. 11. As Assembléias Ordinárias serão convocadas mediante Edital notificado a cada um dos consorciados, publicado no Quadro de Avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sítio que o Consorcio manterá na internet, dele devendo constar:

I - os nomes daqueles que convocaram a Assembléia;

II - o local, o horário e a data da Assembléia;

III - a pauta da Assembléia;

IV - no caso de apreciação de contas ou relatórios, deverá ser disponibilizado o seu texto integral através do sítio que o Consórcio manterá na internet;

§ 1°. As Assembléias Ordinárias realizar-se-ão nos meses de março e novembro, devendo ser convocadas com a antecedência mínima de 15 dias.

§ 2°. O edital de convocação da Assembléia deverá permanecer publicado no Quadro de Avisos e na internet até a data de realização da Assembléia.

Art. 12. As Assembléias Extraordinárias serão convocadas mediante edital publicado no Quadro de Avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sítio que o Consórcio manterá na internet, bem como por meio de notificação escrita dirigida a cada um dos Consorciados.

§ 1°. O aviso mencionado no caput deverá estar publicado pelo menos 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembléia Extraordinária.

§ 2°. A Assembléia Extraordinária será tida por regularmente convocada mediante a comprovação de que, em até 24 (vinte quatro) horas antes de sua realização foram notificados representantes legais de pelo menos 2/3 (dois terços) dos entes Consorciados.

§ 3°. Não atendido o previsto nos §§ 1° e 2° deste artigo, os atos da Assembléia serão tidos por nulos, salvo se a ela comparecerem representantes de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos entes Consorciados.

Seção II
Dos quóruns de instalação e de deliberação

Art. 13. A Assembléia Geral instalar-se-á com a presença de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos entes Consorciados, porém seus trabalhos ficarão restritos às discussões até que se alcance o quorum para deliberação.

Parágrafo único. Caso não seja alcançado o quórum mencionado no *caput*, e, não havendo disposição expressa em contrário, 15 (quinze) minutos após, será realizada em segunda convocação, com o quorum existente.

Seção III
Das competências

Art. 14. As competências da Assembléia Geral são aquelas definidas na Lei 11.107/2005, pelo Decreto 6.017/2007 e na Cláusula 19ª Contrato de Consórcio.

Seção IV
Das deliberações

Art. 15. A Assembléia Geral deliberará mediante maioria simples de votos, salvo nas seguintes matérias, cuja deliberação dependerá da presença de representantes de todos os consorciados:

I - alteração dos estatutos, que exigirá decisão unânime dos Consorciados;

II - aplicar penas a Consorciados, bem como apreciar recursos de reconsideração;

III - deliberar sobre a reversão ou retrocessão de bens para ente da Federação que tenha exercido o seu direito de recesso do Consórcio;

IV - aceitar o recebimento de servidores que sejam cedidos com ônus para o Consórcio;

V - eleger o Presidente do Consórcio, que exigirá maioria absoluta dos votos dos entes Consorciados;

VI - alterar a sede do Consórcio.

§ 1°. Para o cômputo do número de votos considerar-se-ão os votos brancos e nulos com exceção da hipótese do inciso V, em que tais votos serão considerados como válidos.

§ 2°. As abstenções serão tidas como votos brancos.

§ 3º. As moções de censura exigirão o voto de, pelo menos, 2/3 (dois terços) do total de votos da Assembléia Geral.

Art. 16. As disposições sobre o funcionamento da Assembléia Geral poderão ser consolidadas e completadas por Regimento Interno que a própria Assembléia Geral venha a adotar.

Seção V
Da eleição e da destituição do Presidente e da Diretoria

Art. 17. A eleição do Presidente e da Diretoria deve obedecer ao estabelecido no Contrato de Consórcio.

Art. 18. O mandato do Presidente e da Diretoria é de dois anos, coincidindo sempre com os primeiros e segundos anos ou os terceiros e quartos anos dos mandatos de prefeito.

Parágrafo único. O mandato iniciar-se-á no dia 1º de janeiro, e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro do ano subsequente. O atraso na posse não implicará a alteração na data de término do mandato, mas apenas na prorrogação pro tempore do mandato anterior.

Art. 19. O Presidente em exercício convocará, até o dia 10 de dezembro do ano de encerramento de seu mandato, a Assembléia para cerimônia pública de eleição e posse do Presidente.

§ 1º A convocação far-se-á por meio de Edital notificado a cada um dos consorciados, publicado no Quadro de Avisos da sede do Consórcio e, com destaque, no sitio que o Consórcio manterá na internet.

C I D A S

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

(35) 3441-9401 CNPJ: 18.388.019/0001-12 -Avenida Ciro Gonçaves, 173 - Cetro - Ouro Fino/MG
cidas@ourofino.mg.gov.br

PLANO DE AÇÕES DO CIDAS

DESCRIÇÃO	METAS	ANDAMENTO	CONCLUSÃO
PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	DEZEMBRO/2018	APRESENTADO PARA REGISTRO EM NOVEMBRO DE 2018	APROVADO
CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES	OUTUBRO/2019	FORMALIZADA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PÔR DO SOL DE MONTE SIÃO	REGISTRADO EM CARTÓRIO/ CNPJ
COLETA SELETIVA	AGOSTO / 2018	EXPANSÃO GRADATIVA PARA TODO O MUNICÍPIO	SEGREGAÇÃO ATRAVÉS DE CONSCIENTIZAÇÃO PELA PREFEITURA E AGORA PELA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES PARA ATINGIR OS OBJETIVOS DE ATINGIR 100% DO MUNICÍPIO, TANTO NA ZONA URBANA QUANTO RURAL.
PROGRAMAS EFETIVOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	DEZEMBRO/2020	ESTABELSCIMENTO DO DIA MUNDIAL DA LIMPEZA, PEA (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL) CANTAREIRA.	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS COM SUCESSO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA, TORNANDO EFETIVOS OS PROGRAMAS.
DESTINAÇÃO FINAL DE RSU (RESÍDUOAS SÓLIDOS URBANOS)	DEZEMBRO/2018	PREGÃO PRESENCIAL 13/12/18 IMPUGNADA PREGÃO PRESENCIAL 18/06/19 FRUSTRADA NOVA LICITAÇÃO EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO A NOVA LICITAÇÃO COM MODALIDADE SEPARADA DE TRANSPORTE E DESITNAÇÃO FINAL DE RSU
UTC (UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM)	DEZEMBRO /2019	EM FASE DE LICENCIAMENTO NA SUPRAM / VARGINHA	APÓS LICENCIAMENTO AMBIENTAL, EMPRESA FARÁ A COLETA DOS RSU NO MUNICÍPIO E PROCEDERÁ A TRIAGEM DOS RESIDUOS SECOS PARA RECICLAGEM E OS UMIDOS PARA COMPOSTAGEM.

§ 2º A eleição e a posse far-se-ão no mesmo dia.

Art. 20. Imediatamente após o encerramento da eleição, iniciar-se-á a cerimônia pública de posse, que obedecerá ao seguinte procedimento:

I - manifestação de representantes dos Consorciados que tenham antecipadamente se inscrito, podendo ser limitado pelo Presidente eleito o tempo e o número dessas manifestações;

II - manifestação dos membros da Diretoria que encerra o mandato, caso presentes, limitada cada uma delas a cinco minutos;

III - manifestação do Presidente que encerra o seu mandato;

IV - Ato Formal de Posse, em que será lavrado o respectivo Termo, com a seguinte redação:

"Aos (*data*), nesta cidade de (*local*), eu, (*nome*), (*cargo que ocupa no ente Consorciado*), tomo posse como Presidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL**, com mandato que se inicia nesta data e que se concluirá no dia 31 de dezembro de (ano). Nos termos do deliberado em Assembléia Geral, nomeio como membros de minha Diretoria os (*as*) Srs. (*Sras.*): (*nome*), (*cargo que ocupa no ente Consorciado*) de (*nome do ente Consórcio*). (assinatura do empossado). (*assinatura do Presidente empossado*)."

V - assinado o Termo de Posse, serão convocados os Diretores nomeados, que o subscreverão, após sua nomeação ter sido homologada pela Assembléia Geral, sendo, a seguir, lavrado o respectivo termo, com a seguinte redação:

"Nesta mesma data, nós, os Diretores nomeados pelo Presidente, tomamos posse. (*assinaturas dos Diretores empossados ao lado de seu nome grafado de forma legível*)"

VI - empossados os Diretores, será franqueado o acesso ao Termo de Posse aos presentes, para que o leiam e assinem, na qualidade de testemunhas;

VII - lavrado o Termo de Posse, manifestar-se-á o Presidente eleito, encerrando a cerimônia pública.

§ 1º. Ninguém poderá se pronunciar ou praticar ato na cerimônia de posse por meio de procurador ou representante.

§ 2°. Caso ausente membro da Diretoria a ser empossada, este tomará posse perante o Presidente do Consórcio, aditando-se o termo de posse.

Art. 21. A destituição do Presidente e da Diretoria observará as condições fixadas no Contrato de Consórcio.

§ 1º. A Moção de Censura de que trata a Cláusula 22ª do Contrato de Consórcio poderá ser motivada pelas seguintes faltas:

I - improbidade administrativa;

II - quebra do decoro do cargo, devidamente circunstanciada;

III - falta injustificada a três reuniões consecutivas da Diretoria;

IV - atuação contrária aos interesses do Consórcio, devidamente comprovada.

§ 2º. Para ser apresentada, a moção de censura deverá ser enviada ao Presidente do Consórcio com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de realização da Assembléia em que os autores pretendam apresentá-la, devendo o Presidente dar conhecimento imediato dela aos Diretores afetados pela referida Moção de Censura.

Seção VI
Da alteração dos Estatutos

Art. 22. A Para a alteração de dispositivos dos estatutos exigir-se-á a apresentação de proposta subscrita por pelo menos 1/3 (um terço) dos Consorciados, a qual deverá acompanhar obrigatoriamente o Edital de Convocação da Assembléia Geral.

Art. 23. Haverá uma votação para cada artigo a ser alterado; caso o artigo, além do *caput*, possua mais de três parágrafos, a votação dar-se-á, também, parágrafo por parágrafo.

Art. 24. Não se iniciará a votação sem que o texto proposto seja lido em alto e bom som por aquele que preside a Assembléia e sem que seja franqueada cópia dele à cada um dos integrantes da Assembléia com direito a voto.

Art. 25. Antes de cada votação assegurar-se-á o direito de que pelo menos um ente Consorciado que for contrário à proposta possa externar as razões de sua contrariedade por cinco minutos.

Parágrafo Único. Havendo orador inscrito em favor da proposta de alteração, aquele que seja contrário à alteração terá o direito de falar por último.

Seção VII
Das atas

Art. 26. As atas da Assembléia Geral serão elaboradas conforme definido no Contrato de Consórcio, cumprindo-se todos os registros ali previstos.

Art. 27. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias úteis, publicada no sítio que o Consórcio mantiver na Internet e cópia impressa estará disponível nas sedes administrativas dos entes consorciados.

Parágrafo Único. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo, que a solicitar à Superintendência do Consórcio.

CAPÍTULO II
DA DIRETORIA

Seção I
Dos Diretores

Art. 28. Os Diretores reunir-se-ão pelo menos a cada dois meses, sendo suas reuniões convocadas pelo Presidente.

Art. 29. Compete aos Diretores, além das atribuições definidas no Contrato de Consórcio:

I - aprovar a proposta de orçamento anual, de créditos adicionais, de orçamento plurianual de investimentos, de instituição de fundo especial e de realização de operação de crédito, autorizando que seja qualquer dessas propostas apreciada pela Assembléia Geral;

II - aprovar a proposta de fixação, revisão ou reajuste de tarifas e outros preços públicos, autorizando que seja enviada para emissão de parecer da Câmara de Regulação e aprovação da Assembléia Geral;

III - aprovar as propostas de planos e regulamentos de gestão de resíduos sólidos, autorizando que sejam encaminhadas, para apreciação, à Câmara de Regulação e à Assembléia Geral;

IV - aprovar proposta de cessão de servidores ao Consórcio, autorizando que seja apreciada pela Assembléia Geral;

V - alterar, definitiva ou provisoriamente, o número de horas da jornada de trabalho dos empregados do Consórcio, ou dos servidores para ele cedidos;

VI - elaborar proposta de Regulamento Geral do Pessoal do Consórcio, enviando-a para a apreciação da Assembléia Geral;

VII - conceder, nos termos previstos no orçamento anual do Consórcio, revisão anual da remuneração de seus empregados;

VIII - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a RS 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

IX - autorizar a instauração de licitação que não de tipo menor preço, nos termos de justificativa subscrita pelo Superintendente;

X - propor alterações ao presente estatuto ou resolver questões vinculadas à interpretação de seus dispositivos;

XI - julgar, além do estabelecido no Contrato de Consórcio:

a) impugnações a editais de concursos públicos;

b) recursos referentes ao indeferimento de inscrição de concursos públicos ou à homologação de seus resultados;

c) recursos referentes ao indeferimento de registro cadastral, para fins de constar do cadastro de fornecedores;

XII - estabelecer, orientar e supervisionar todos e quaisquer procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no âmbito do Consórcio, fornecendo, inclusive, subsídios para deliberações e ações do Consórcio.

§ 1°. Em face de decisões dos Diretores não cabe recurso à Assembléia Geral, porém esta última, *ex offício*, poderá debater, manter, extinguir ou modificar atos da Diretoria.

§ 2°. Os demais membros do Consórcio, não Diretores, somente poderão assistir ou participar de suas reuniões caso convidados pelo Presidente.

Seção II
Do Presidente

Art. 30. Além do previsto no Contrato de Consórcio Público e em outros dispositivos destes estatutos, incumbe ao Presidente:

I - convocar as reuniões da Diretoria;

II - nomear e contratar o Superintendente homologado pela Assembléia Geral;

III - movimentar as contas bancárias do Consórcio, em conjunto com o Superintendente;

IV - celebrar acordos, contratos, convênios e outros ajustes;

V - exercer o poder disciplinar no âmbito do Consórcio, determinando a instauração de procedimentos e julgando-os, aplicando as penas que considerar cabíveis, com exceção da dispensa de empregados efetivos ou temporários, que dependerá de autorização da Diretoria;

VI - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e inferior a R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

VII - homologar e adjudicar objeto de licitações cuja proposta seja igual ou superior a R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

VIII - homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada no inciso 1 ou II do art. 24 da Lei n° 8.666, de 1993, quando a proposta de menor preço for de valor superior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

IX - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido atribuídas a outro órgão do Consórcio pelos presentes estatutos ou pelo Contrato de Consórcio Público.

§ 1°. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Superintendente poderá praticar atos *ad referendum* do Presidente ou da Diretoria.

§ 2°. Os atos mencionados no § 1° perderão a sua eficácia caso não ratificados em até 30 (trinta) dias úteis de sua emissão.

CAPÍTULO III
DA CAMARA DE REGULAÇÃO

Seção I
Da Competência

Art. 31. Compete à Câmara de Regulação:

I - atuar como órgão regulador dos serviços públicos de gerenciamento de resíduos sólidos, exercendo todas competências e atividades de regulação e fiscalização previstas na lei, em especial na Lei federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e no Contrato de Consórcio.

II - deliberar sobre as propostas de Regulamento a ser submetidas à Assembléia Geral;

III - emitir parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas;

IV - apurar e divulgar os indicadores de qualidade dos serviços e de sua adequada e eficiente prestação;

V - deliberar sobre metas de expansão dos serviços, sistemas de medição, faturamento e cobrança dos serviços;

VI - opinar sobre os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos serviços, e procedimentos para recepção, apuração e solução de queixas e reclamações dos cidadãos e usuários;

VII - deliberar sobre planos de contingência e de segurança;

VIII - emitir parecer sobre penalidades a que estarão sujeitos os usuários;

IX - promover ampla e periódica informação aos usuários sobre a prestação dos serviços realizados pelo Consórcio, com precisas indicações sobre os seguintes aspectos: qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e custos financeiros;

X - promover ampla e periódica informação aos usuários de serviços de gestão de resíduos sólidos, com precisas indicações sobre os seguintes aspectos: qualidade, receitas, custos, ocorrências operacionais relevantes e custos financeiros;

XI - assegurar aos usuários de serviço de gestão de resíduos sólidos conhecimento das penalidades a que estão sujeitos;

XII - prestar, anualmente, informações aos usuários sobre a qualidade dos serviços regulados, mantendo relatório disponível no sítio do Consórcio na internet e cópia impressa disponível para consulta a qualquer do povo nas dependências em que venha a funcionar.

§ 1º. Sobre as queixas e reclamações dos usuários de serviços de gestão de resíduos sólidos, deve a Câmara de Regulação, ou o seu Presidente, se pronunciar em até 30 (trinta) dias, dando-lhes ciência, por escrito, da solução adotada.

§ 2°. São ineficazes as decisões da Assembléia Geral sobre as matérias mencionadas nos incisos deste artigo sem que haja a prévia manifestação da Câmara de Regulação.

§ 3°. Nos casos de relevância e urgência poderá o Presidente da Câmara de Regulação praticar atos *ad referendum*.

Seção II
Do funcionamento

Art. 32. A Câmara de Regulação, órgão colegiado de natureza deliberativa, será composta por 7 (sete) membros, sendo 1 (um) indicado por fórum das Instituições de Ensino Superior com estabelecimentos sediados nos Municípios consorciados, 3 (três) indicados pelos Prefeitos dos Municípios consorciados e 3 (três) indicados pelos usuários, através da Conferência de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios Consorciados e da Conferência Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, apoiados por quadro técnico diretamente vinculado e por equipe de fiscalização.

Art. 33. O presidente da Câmara de Regulação será eleito dentre os representantes indicados.

Art. 34. As reuniões da Câmara de Regulação serão convocadas pela maioria dos seus membros.

Art. 35. A Câmara de Regulação deliberará quando presentes ao menos 4 (quatro) de seus membros.

Art. 36. As decisões da Câmara de Regulação serão tomadas mediante voto favorável de pelo menos quatro de seus membros.

Art. 37. Cada membro da Câmara de Regulação terá direito a um voto.

Parágrafo único. No caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente da Câmara de Regulação.

Seção III
Do mandato e posse dos representantes dos usuários

Art. 38. Os representantes dos usuários serão indicados pelos participantes da Conferência de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios Consorciados e da Conferência Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, garantindo-se um representante titular por Município.

§ 1º. Os participantes da Conferência de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios Consorciados indicarão 2 (dois) representantes dos usuários em cada município, sendo 1 (um) titular do mandato e 1 (um) suplente.

§ 2º. O suplente será convocado a substituir o respectivo representante titular que renuncie ao cargo ou se ausente dos trabalhos da Câmara de Regulação em mais de 3 (três) ocasiões consecutivas ou 5 (cinco) ao longo do ano.

§ 3º. O mandato dos representantes dos usuários será 2 (dois) anos.

Art. 39. A posse dos representantes eleitos far-se-á em reunião da Câmara de Regulação, que antes resolverá as eventuais impugnações relativas às indicações.

CAPÍTULO IV
DA SUPERINTENDENCIA

Seção I
Do Superintendente

Art. 40. Compete ao Superintendente, além do previsto no Contrato de Consórcio:

I - exercer a direção e a supervisão das atividades do Consórcio, praticando todos os atos que não tenham sido atribuídos expressamente por estes estatutos ao Presidente do Consórcio;

II - auxiliar o Presidente em suas funções, cumprindo com as suas determinações, bem como mantendo-o informado e prestando-lhe contas da situação financeira e administrativa do Consórcio;

III - autorizar a instauração de procedimentos licitatórios relativos a contratos cujo valor estimado seja inferior à R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

IV - homologar e adjudicar objeto de licitações cuja proposta seja inferior à R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

XI - homologar a cotação de preços de contratações diretas, por dispensa de licitação fundamentada no inciso I ou II do art. 24 da Lei federal nº. 8.666, de 1993, quando a proposta de menor preço não exceda R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

XII - ocupar interinamente a presidência do Consórcio nos casos previstos no Contrato de Consórcio.

§ 1°. Além das atribuições previstas neste artigo, o Superintendente poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente.

§ 2°. A delegação de atribuições do Presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação, no sítio que o Consórcio manterá na internet.

Seção II
Do Ouvidor

Art. 41. A Ouvidoria é composta por servidor integrante do Quadro de Pessoal do Consórcio, cujas incumbências estão definidas na Cláusula 32ª do Contrato de Consórcio.

§ 1°. A Ouvidoria receberá críticas, sugestões e reclamações dos usuários e demais interessados quanto à atuação dos prestadores de serviços e do próprio Consórcio por escrito, por meio de correspondência enviada pelos correios, protocolada diretamente no setor competente do Consórcio, ou pelo endereço eletrônico do Ouvidor, que estará divulgado na página que o Consórcio manterá na internet.

§ 2°. As críticas e sugestões poderão ser encaminhadas à Ouvidoria a qualquer tempo, que as receberá e encaminhará resposta por escrito no prazo máximo de 30 (trinta dias).

§ 3°. As reclamações poderão ser feitas no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a ocorrência do fato que gerou a reclamação, devendo ser respondida no prazo de 5 (cinco) úteis ao reclamante, indicando as possíveis causas do fato que gerou a reclamação, os encaminhamentos dados para sanar os problemas apontados, e a previsão de prazo para sua solução definitiva.

§ 4°. Nos casos em que a solução dos problemas apontados envolver mais de um setor da estrutura administrativa do consórcio ou serviço a ser contratado, o reclamante deverá ser informado sobre os trâmites internos e prazos estimados de tramitação.

§ 5°. O Ouvidor encaminhará por escrito informação à Câmara de Regulação sobre as reclamações que evidenciem grave descumprimento de norma de regulação, sem prejuízo dos relatórios anuais mencionados no Contrato de Consórcio.

CAPÍTULO IV
DA CONFERENCIA MUNICIPAL E REGIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 42. O Presidente do Consórcio convocará a cada dois anos, no primeiro trimestre dos anos ímpares, a Conferência Regional de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, com a finalidade de examinar, avaliar e debater temas e elaborar propostas de interesse da Gestão de Resíduos Sólidos nos Municípios Consorciados.

§ 1°. A etapa municipal da Conferência será realizada em período definido pela Assembléia do Consórcio, com encerramento pelo menos dois meses antes da realização da etapa regional.

§ 2°. O Regulamento da Conferência, inclusive de sua etapa municipal, será definido pela Assembléia Geral.

§ 3°. A convocação da Conferência, inclusive em sua etapa municipal, com datas de realização de suas diversas etapas e forma de obtenção de outras informações, será amplamente divulgada a fim de garantir ampla participação dos usuários dos serviços.

Art. 43. Todo o material que será objeto de discussão e decisão nas Conferências deverá estar disponível em sitio que o Consórcio manterá na internet.

Parágrafo único. Será dada ampla divulgação do Regimento Interno das Conferências por meio de sua publicação no sítio que o Consórcio manterá na internet.

TÍTULO III
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Seção I
Disposições Gerais

Art. 44. Os órgãos do Consórcio contarão com estrutura administrativa necessária para o desempenho das funções que lhe são atribuídas pelo Contrato de Consórcio e pelos Contratos de Programa que vier a celebrar.

Art.45. A Conferência Regional de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, a Assembléia Geral e a Diretoria serão apoiadas pela estrutura administrativa da Superintendência.

Art.46. A Câmara de Regulação tem estrutura própria e independente do Consórcio, cujas funções serão definidas em regulamento próprio da Câmara.

Art.47. A Superintendência do Consórcio terá uma Assessoria, uma Ouvidoria, uma Gerência Tecnológica/Operacional, uma Gerência Administrativa/Financeira e um Quadro de Apoio.

Parágrafo único. A descrição das funções, lotação e denominação dos empregos públicos do Consórcio são os definidos no Contrato de Consórcio.

Art. 48. O pessoal do Consórcio será regido por um Regulamento Geral do Pessoal, que será instituído pela Assembléia Geral mediante proposta da Presidência.

§ 1º. O Regulamento Geral do Pessoal disporá sobre como o Presidente do Consórcio exercerá o poder disciplinar, complementando as normas dos presentes estatutos.

§ 2º. Ato da Presidência fixará as hipóteses e critérios para o empregado do Consórcio, ou servidor para ele cedido, exercer, interinamente, as atribuições de outro empregado público, vedado a acumulação de vencimentos.

§ 3º. Até que seja adotado o Regulamento Geral mencionado no *caput* deste artigo, aplicar-se-á aos empregados do Consórcio, no que se refere aos aspectos disciplinares, o disposto na Lei n° 8.112, de 1990, com a diferença de que o procedimento disciplinar será promovido e instruído perante o Superintendente, não por comissão processante.

Seção II
Dos empregos públicos

Art. 49. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por um cargo em comissão de Superintendente e de 23 (vinte e três) empregados públicos, na conformidade do Contrato de Consórcio.

§ 1º. Poderão integrar o quadro de pessoal do Consórcio funcionários cedidos dos órgãos públicos da administração direta e indireta dos entes federativos consorciados, desde que preencham os requisitos do cargo, mediante aprovação da Assembléia Geral.

§ 2º. A cessão de funcionários dos entes consorciados ocorrerá com ou sem ônus, por proposição da Diretoria do Consórcio e homologação da Assembléia Geral.

§ 3º. O Consórcio poderá firmar convênios com Instituições de Ensino Superior, com vistas à contratação de estagiários, para apoio do corpo de empregados do Consórcio, com pagamento de bolsa auxílio, cujos custos serão incorporados ao Orçamento do Consórcio, mediante proposta da Diretoria, aprovada em Assembléia.

§ 4º. O número de estagiários não poderá ultrapassar o número dos cargos públicos, bem como deverá respeitar as disposições das legislações vigentes pertinentes ao assunto.

Seção III
Das contratações temporárias

Art. 50. As contratações temporárias obedecerão ao disposto no Contrato de Consórcio.

§ 1º. As contratações temporárias serão feitas mediante chamada aberta de currículos, complementada por entrevistas, e serão coordenadas pelo setor competente da Superintendência.

§ 2º. No período de instalação do Consórcio, será admitido preenchimento de cargos com funcionários contratados temporariamente até que seja realizado concurso público.

CAPÍTULO II
DOS CONTRATOS

Art. 51. A contratação de bens e serviços comuns obedecerá ao disposto no Contrato de Consórcio e na legislação pertinente.

Art. 52. Os contratos de delegação da prestação dos serviços públicos de Gestão de Resíduos Sólidos que vierem a ser firmados pelo Consórcio obedecerão rigorosamente o disposto no Contrato de Consórcio, bem como na legislação pertinente, em especial a Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

TÍTULO IV
DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O Consórcio executará as suas receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 54. O Consórcio não possui fundo social e de seu patrimônio os entes Consorciados não possuem quotas ou partes ideais.

Art. 55. A Assembléia Geral poderá instituir, por resolução, normas para a elaboração, apreciação, aprovação e execução do orçamento e dos planos plurianuais, bem como para a prestação de contas, sendo que tais normas prevalecerão em face do estipulado neste estatuto, desde que não contrariarem o previsto na legislação e no Contrato de Consórcio.

Art. 56. O orçamento do Consórcio será estabelecido por resolução da Assembléia Geral, mediante proposta da Diretoria.

Art. 57. Até o dia 30 de novembro de cada ano a proposta de orçamento deverá ser apreciada pela Assembléia Geral.

Art. 58. Os integrantes da Assembléia Geral poderão apresentar emendas ao projeto de orçamento, que somente serão aprovadas caso:

I - indiquem os recursos necessários, admitidos somente os advindos de anulação de despesa, excluídas as referentes a:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida, ou,

II - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de resolução.

Art. 59. Aprovado o orçamento, será ele publicado no sítio que o Consórcio manterá na internet.

Art. 60. Têm direito ao uso compartilhado de bens apenas os entes Consorciados que contribuíram para sua aquisição.

§ 1°. O direito ao uso compartilhado poderá ser cedido mediante instrumento escrito, desde que dele se dê ciência ao Consórcio com razoável antecedência.

§ 2°. Os próprios interessados ou, em sua falta, a Diretoria, poderão fixar normas para o uso compartilhado de bens, dispondo em especial sobre a sua manutenção, seguro, riscos, bem como despesas, se cabíveis.

CAPÍTULO II
DA CONTABILIDADE

Art. 61. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas pela legislação vigente, além do disposto no Contrato de Consórcio.

Art. 62. A contabilidade do Consórcio deverá permitir a identificação da gestão econômica e financeira e as receitas e despesas realizadas de forma segregada em relação aos entes consorciados e em relação aos contratos celebrados pelo Consórcio com cada um deles.

CAPÍTULO III
DOS CONVÊNIOS E FINANCIAMENTOS

Art. 63. No caso de celebração de convênios do Consórcio nos termos autorizados pelo Contrato de Consórcio, seu inteiro teor será mantido no sítio que o Consórcio manterá na internet por 4 (quatro) anos, bem como seu andamento e os resultados obtidos.

§ 1°. O mesmo procedimento será adotado no caso em que o Consórcio obtiver financiamento de entes não consorciados para realização de atividades de sua competência.

§ 2°. Nos casos em que os financiamentos forem onerosos, a proposta deve ser apresentada pela Diretoria à Assembléia Geral, que deve aprovar seus termos.

§ 3°. A Superintendência preparará antes de cada Assembléia Geral Ordinária e encaminhará ao Presidente do Consórcio relatório sobre o andamento dos convênios e financiamentos contratados pelo Consórcio, de forma individualizada.

TÍTULO V
DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO, DO RECESSO E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

CAPÍTULO I
DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 64. Extinto o Consórcio Público por ato judicial ou extrajudicial:

I - A Assembléia Geral decidirá sobre a destinação dos bens, podendo ser assumidos por Ente Consorciado, mediante indenização aos demais entes, quando couber, doados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda, alienados onerosamente, para rateio de seu valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembléia Geral;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Entes Consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo-se direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

III - O pessoal cedido ao Consórcio retornará a seus órgãos de origem.

IV - O pessoal contratado pelo Consórcio nos termos do Contrato de Consórcio e do disposto no Capítulo I do Título III destes Estatutos serão dispensados, cumpridas todas as formalidades legais.

CAPÍTULO II
DO RECESSO

Art. 65. Os Consorciados poderão se retirar do Consórcio mediante declaração escrita, subscrita por seu representante na Assembléia Geral, lavrada conforme texto abaixo:

"Eu, (*nome*), (*cargo que ocupa no Município Consorciado*) e representante do (*nome do Município Consorciado*), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o n.º (*número*), tendo em vista o autorizado pela Lei n.º (*número de Lei*) de (*data da lei*), especialmente editada pelo Poder Legislativo do (*nome do Município Consorciado*) para o presente fim, declaro de forma expressa e irrevogável que o (*nome do Município Consorciado*) se retira do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL**, comprometendo-se a honrar com todas as obrigações constituídas até esta data, mesmo as ainda não líquidas. Declaro, ainda, que as ditas obrigações serão cumpridas em seu prazo de vencimento ou, no caso de obrigações não exigíveis, em trinta dias de sua apresentação, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) de seu valor corrigido e, ainda, de juros de mora à razão de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia. Assumo estas obrigações em nome do (*nome do Município Consorciado*)."

Parágrafo único. A retirada do ente da federação do Consórcio somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia útil do mês seguinte à data de realização da Assembléia Geral em que for apresentada e aceita.

CAPÍTULO III
DA EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 66. Além das previstas no Contrato de Consórcio, são hipóteses de aplicação da pena de exclusão do Consórcio:

I - atraso injustificado e superior a 120 (cento e vinte dias) no cumprimento das obrigações financeiras com o Consórcio;

II - a desobediência à norma dos Estatutos ou ao deliberado na Assembléia Geral.

§ 1°. Somente se configurará o atraso mencionado no inciso I do *caput* após o Município Consorciado ser notificado para efetuar o pagamento do devido, assegurado o prazo mínimo de quinze dias úteis para o pagamento.

§ 2°. A notificação mencionada no §1° deste artigo poderá se efetuar por correspondência ou mediante publicação com destaque no sítio que o Consórcio manterá na internet.

Art. 67. O procedimento de exclusão será instaurado mediante portaria do Presidente do Consórcio, onde conste:

I - a descrição da conduta que se considera praticada, com as circunstâncias de quando, quem e de que forma foi praticada;

II - as penas a que está sujeito o infrator, caso confirmados os fatos;

III - os documentos e outros meios de prova, mediante os quais se considera razoável a instauração do procedimento administrativo.

Art. 68. O acusado será notificado a oferecer defesa prévia em 15 (quinze) dias úteis, sendo-lhe fornecida cópia da portaria de instauração do procedimento, bem como franqueado o acesso, por si ou seu advogado, aos autos, inclusive mediante carga.

Parágrafo único. Não são considerados dias úteis, para os fins deste artigo, o período de 20 de dezembro a 19 de janeiro.

Art. 69. A notificação será realizada pessoalmente ou mediante correspondência com aviso de recebimento.

Art. 70. O prazo para a defesa contar-se-á a partir do dia útil que se seguir à juntada, aos autos, da cópia da notificação devidamente assinada pelo acusado ou, então, do aviso de recebimento da notificação.

Art. 71. Mediante requerimento do interessado, devidamente motivado, poderá o Presidente estender o prazo para defesa em até mais 15 (quinze) dias úteis.

Art. 72. Havendo dificuldade para a notificação do acusado, será esta considerada válida mediante publicação com destaque no sítio que o Consórcio manterá na internet.

Parágrafo único. A publicação mencionada no caput deste artigo produzirá seus efeitos após quinze dias, contando-se o prazo para a defesa a partir do primeiro dia útil seguinte aos referidos quinze dias.

Art. 73. A apreciação da defesa e de eventual instrução caberá ao Presidente do Consórcio, ou à Comissão que tenha sido por ele nomeada na própria portaria de instauração do procedimento.

Art. 74. A fase de apuração do procedimento disciplinar será concluída com relatório que deverá indicar se o acusado é inocente ou culpado de cada uma das imputações e, reconhecida culpa, quais as penas consideradas cabíveis.

Parágrafo único. No caso de o relatório mencionado no caput ter sido elaborado por Comissão, somente produzirá efeitos mediante a sua homologação pelo Presidente do Consórcio.

Art. 75. Tendo em vista as circunstâncias do caso, a Assembléia Geral poderá aplicar as penas de multa, limitada a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) e de suspensão até cento e oitenta dias, fixadas de forma proporcional à gravidade da infração.

§ 1°. Durante o período de suspensão o infrator poderá se reabilitar.

§ 2°. As penas de multa e de suspensão poderão ser aplicadas cumulativamente.

Art. 76. A pena de multa ou de suspensão poderá ser cumulada com a de exclusão mediante aprovação de 4/7 (quatro sétimos) dos Consorciados.

Art. 77. O julgamento perante Assembléia Geral terá o seguinte procedimento, no qual realizar-se-ão simultaneamente duas votações, em duas urnas separadas:

I - leitura da Portaria de instauração do procedimento, das alegações finais da defesa e do relatório final;

II - manifestação do Presidente do Consórcio e da defesa do acusado, fixadas em quinze minutos cada uma;

III - julgamento, decidindo se o acusado é culpado ou inocente de cada uma das imputações, bem como se aplicável pena de multa e de suspensão, mediante votação secreta e em urna própria;

IV - julgamento sobre a aplicação ou não da pena de exclusão, mediante votação secreta e em urna própria;

V - apuração dos votos sobre a inocência ou culpa, bem como de aplicação das penas de multa e suspensão, considerando-se vitorioso o veredicto que obtiver maioria simples;

VI - vitorioso o veredicto de inocência de todas as acusações, o procedimento será encerrado, com a imediata destruição de todas as cédulas da segunda urna; caso seja vitorioso o veredicto de culpa, serão tidas como mantidas as penas de multa e de suspensão fixadas em face da acusação considerada procedente, iniciando-se incontinenti a apuração dos votos da segunda urna;

VII - apurados os votos da segunda urna, somente admitir-se-á o veredicto de exclusão mediante voto de 4/7 (quatro sétimos) dos Consorciados.

VIII - adotada a pena de exclusão, iniciará imediatamente os seus efeitos, não tendo mais o ente federativo direito a voz e voto na Assembléia Geral.

Parágrafo único. O Presidente do Consórcio presidirá o julgamento e votará, dada a exigência de quorum qualificado.

Art. 78. Das decisões que impuserem sanções caberá o recurso de reconsideração à Assembléia Geral.

§ 1°. O recurso de reconsideração deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao de publicação da decisão na imprensa oficial.

§ 2°. O recurso de reconsideração não terá efeito suspensivo.

§ 3°. Protocolizado o recurso, constará ele do primeiro item de pauta da próxima Assembléia Geral e se processará nos termos previstos nos incisos II a VIII do Art. 77 destes estatutos.

Art. 79. Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei n°. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 80. Aplicam-se ao Consórcio as prescrições contidas nas Disposições Finais do Contrato de Consórcio.

Art. 81. Os presentes Estatutos e as respectivas alterações, passarão a viger após a sua publicação, por extrato, na imprensa oficial.

Ouro Fino, 99 de outubro de 2013.

Seguem nome, qualificação e assinaturas de cada um dos PREFEITOS dos Municípios que compõem **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL:**

I - **PREFEITO DE ALBERTINA**

ROVILSON EDIVINO FERREIRA
RG nº 14.100.765 SSP/SP
CPF nº 472.665.036-04
Rua João Gabriel de Melo, 90 – Centro – Albertina/MG – CEP: 37.596-000

II - **PREFEITO DE BUENO BRANDÃO**

DANILO AMANCIO ALBERTO COSTA
RG nº MG 2.977.923 PC/MG
CPF nº 678.047.056-20
Rua Modesto Alves Coutinho, 192 – Centro – Bueno Brandão/MG – CEP: 37.578-000

III - **PREFEITA DE INCONFIDENTES**

ROSÂNGELA MARIA DANTAS
RG nº M-3.752.568 SSP/MG
CPF nº 533.618.226-53
Rua Alvarenga Peixoto, 883 – Centro – Inconfidentes/MG – CEP: 37.576-000

IV - **MUNICÍPIO DE JACUTINGA**

NOÉ FRANCISCO RODRIGUES
RG nº M-515.768 SSP/MG
CPF nº 121.698.386-00
Rua São Paulo, 602 – Jardim Déa – Jacutinga/MG – CEP: 37.590-000

V - **MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO**

JOÃO PAULO RIBEIRO
RG nº MG 11.317.563 SSP/MG
CPF nº 068.931.066-88
Avenida Águas de Lindóia, 77 – Centro – Monte Sião/MG – CEP: 37.580

VI - **MUNICÍPIO DE OURO FINO**

MAURÍCIO LEMES DE CARVALHO
RG nº 20.066.265 SSP/SP
CPF nº 171.014.766-00
Praça Tancredo Neves, 50 – Ouro Fino/MG – CEP: 37.570-000

VI - **MUNICÍPIO DE TOCOS DO MOJI**

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
RG nº M-636.701
CPF nº 171.474.506-63
Av. Joaquim Bento da Silva,106 – Centro – Tocos do Moji/MG – CEP: 37.563-000

CIDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

(35) 3441-9401 CNPJ: 18.388.019/0001-12 -Avenida Ciro Golçaves, 173 - Cetro - Ouro Fino/MG
cidas@ourofino.mg.gov.br

MEMORIAL DESCRITIVO

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – CIDAS foi criado em 2013 pelos municípios subscritores do Protocolo de Intenções com o objetivo de estabelecerem uma política pública para o gerenciamento integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos, com a proposição de estabelecimento de um Aterro Sanitário Licenciado no município de Ouro Fino, cidade sede do CIDAS.

Após estudos específicos de viabilidade na área proposta, detectou-se a impossibilidade da execução e instalação de uma unidade dessa natureza por motivos ambientais, visto o afloramento raso do lençol freático e pela questão econômica de ser de alto custo à construção de taludes para a implementação de células de aterramento, tendo em vista a desvantagem topográfica do terreno e o alto impacto ambiental que causaria com esse procedimento.

Depois de analisada a impossibilidade e inviabilidade dessa proposição, tomou-se o rumo de se implantar estações de transbordo para o acondicionamento em containers e a destinação final dos RSU para um Aterro Sanitário Licenciado, observando-se assim o processo licitatório 002/2018, pregão presencial 001/2018, registro de preços 001/2018 em consonância com a lei 8.666/93, para abertura de concorrência entre estabelecimentos competentes para o recebimento desses resíduos da classe II, sendo que a primeira foi impugnada pela empresa VINA de Belo Horizonte através do Sindicato SINDLURB (Sindicato das Empresas de coleta, limpeza e Industrialização de Resíduos Sólidos do Estado de Minas Gerais) por meio do Tribunal de Contas do estado TCE. Outrossim, vale salientar que o processo ocorreu no final de 2018 e mesmo o Tribunal Deferindo em favor do Consórcio, não havia mais tempo hábil para a execução dentro do mesmo ano, e com a análise do departamento de licitações e da comissão formada pela portaria 002/2018, decidiu-se pelo cancelamento do processo.

Seguindo os trabalhos de novo processo licitatório, houve dificuldades de aquisição de orçamentos de ATERROS SANITÁRIOS LICENCIADOS, causando demora para a elaboração do novo processo 002/2019 pregão 001/2019 que por conta de não haver concorrência entre empresas, comparecendo apenas a empresa A.L.F., e esta não se propôs em adequar seu preço de acordo com a dotação orçamentária dos municípios consorciados, tendo em vista a impossibilidade de contratação por estar sua proposta muito acima do valor de competência do CIDAS, após varias tentativas de negociações pelos membros da comissão de licitações, ficou estabelecida frustração do processo, pois o Consórcio não poderia firmar contratação acima de sua capacidade de pagamento, tendo como base estudos feitos anteriormente para a elaboração do Edital e consequentemente a formalização do processo licitatório.

CIDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

(35) 3441-9401 CNPJ: 18.388.019/0001-12 -Avenida Ciro Golçaves, 173 - Cetro - Ouro Fino/MG
cidas@ourofino.mg.gov.br

Dessa forma o CIDAS continua na elaboração de novo Edital de licitação, porém com nova modalidade de pregão em separado; primeiro para a contratação de um **ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO** e logo em seguida a contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O TRANSPORTE DE RSU** até o referido Aterro vencedor da licitação. Ainda há dificuldade de aquisição de cotações, tendo em vista a necessidade de se conseguir um preço médio condizente com a realidade da dotação orçamentária, por conta de termos orçamento muito acima da média e com possibilidade de aquisição de um preço mais justo dentro da capacidade dos municípios consorciados.

Já foram efetuados diversos estudos de viabilidade com empresas de transporte para a formalização do preço médio de transporte desses tipos de resíduos, porque é necessária a documentação de licença ambiental para tal procedimento, coisa que encarece o processo e precisa ser bem elaborado para não perdermos todo o trabalho de licitação.

Outra vertente que está sendo trabalhada, são as UTC's (Unidades de Triagem e Compostagem) com a implantação nos antigos Aterros e Lixões dos municípios consorciados, com a remediação dos locais degradados e com a adequação da mão de obra dos catadores que estão irregulares nos lixões atualmente e serão realocados nessas atividades com a formalização das associações e Cooperativas, dando ênfase na geração de emprego e renda com segurança e melhor qualidade de vida aos trabalhadores.

Esse procedimento está em fase de licenciamento ambiental com a regularização da área e da atividade através do CIDAS, pois se faz necessário o conhecimento das atividades listadas na legislação vigente, e o destino correto dos RSU para não haver impacto ambiental e melhor aproveitamento energético dos resíduos.

Os municípios consorciados contam também com a assessoria técnica da superintendência do Consórcio nos quesitos saneamento básico e sustentabilidade ambiental com a elaboração de projetos e certificações de atividades pertinentes ao processo da cadeia produtiva do beneficiamento dos RSU, estruturação dos CODEMAS e consultoria ambiental aos munícipes que contam com apoio técnico nas execuções de fossas sépticas e agroecológicas e capacitações de agentes municipais na área do saneamento ambiental com palestras em escolas e comunidades para a dispersão de informações inerentes ao bom desempenho das atividades que necessitem de orientações técnicas para execução adequada e com os devidos cuidados com o meio ambiente sustentável.

NELSON JOSÉ ANTONIO

SUPERINTENDENTE DO CIDAS

CREA – 1414022565 OURO FINO, 07 DE OUTUBRO DE 2019.

CIDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL

(35) 3441-9401 CNPJ: 18.388.019/0001-12 -Avenida Ciro Golçaves, 173 - Cetro - Ouro Fino/MG
cidas@ourofino.mg.gov.br

PLANO DE AÇÕES DO CIDAS

DESCRIÇÃO	METAS	ANDAMENTO	CONCLUSÃO
PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	DEZEMBRO/2018	APRESENTADO PARA REGISTRO EM NOVEMBRO DE 2018	APROVADO
CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES	OUTUBRO/2019	FORMALIZADA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PÔR DO SOL DE MONTE SIÃO	REGISTRADO EM CARTÓRIO/ CNPJ
COLETA SELETIVA	AGOSTO / 2018	EXPANSÃO GRADATIVA PARA TODO O MUNICÍPIO	SEGREGAÇÃO ATRAVÉS DE CONSCIENTIZAÇÃO PELA PREFEITURA E AGORA PELA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES PARA ATINGIR OS OBJETIVOS DE ATINGIR 100% DO MUNICÍPIO, TANTO NA ZONA URBANA QUANTO RURAL.
PROGRAMAS EFETIVOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	DEZEMBRO/2020	ESTABELSCIMENTO DO DIA MUNDIAL DA LIMPEZA, PEA (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL) CANTAREIRA.	REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS COM SUCESSO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA, TORNANDO EFETIVOS OS PROGRAMAS.
DESTINAÇÃO FINAL DE RSU (RESÍDUOAS SÓLIDOS URBANOS)	DEZEMBRO/2018	PREGÃO PRESENCIAL 13/12/18 IMPUGNADA PREGÃO PRESENCIAL 18/06/19 FRUSTRADA NOVA LICITAÇÃO EM ANDAMENTO	EM ANDAMENTO A NOVA LICITAÇÃO COM MODALIDADE SEPARADA DE TRANSPORTE E DESITNAÇÃO FINAL DE RSU
UTC (UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM)	DEZEMBRO /2019	EM FASE DE LICENCIAMENTO NA SUPRAM / VARGINHA	APÓS LICENCIAMENTO AMBIENTAL, EMPRESA FARÁ A COLETA DOS RSU NO MUNICÍPIO E PROCEDERÁ A TRIAGEM DOS RESIDUOS SECOS PARA RECICLAGEM E OS UMIDOS PARA COMPOSTAGEM.

CIDAS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL
(35) 3441-9401 CNPJ: 18.388.019/0001-12 -Avenida Ciro Golçaves, 173 - Cetro - Ouro Fino/MG
cidas@ourofino.mg.gov.br

MEMORIAL DESCRITIVO

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – CIDAS foi criado em 2013 pelos municípios subscritores do Protocolo de Intenções com o objetivo de estabelecerem uma política pública para o gerenciamento integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos, com a proposição de estabelecimento de um Aterro Sanitário Licenciado no município de Ouro Fino, cidade sede do CIDAS.

Após estudos específicos de viabilidade na área proposta, detectou-se a impossibilidade da execução e instalação de uma unidade dessa natureza por motivos ambientais, visto o afloramento raso do lençol freático e pela questão econômica de ser de alto custo à construção de taludes para a implementação de células de aterramento, tendo em vista a desvantagem topográfica do terreno e o alto impacto ambiental que causaria com esse procedimento.

Depois de analisada a impossibilidade e inviabilidade dessa proposição, tomou-se o rumo de se implantar estações de transbordo para o acondicionamento em containers e a destinação final dos RSU para um Aterro Sanitário Licenciado, observando-se assim o processo licitatório 002/2018, pregão presencial 001/2018, registro de preços 001/2018 em consonância com a lei 8.666/93, para abertura de concorrência entre estabelecimentos competentes para o recebimento desses resíduos da classe II, sendo que a primeira foi impugnada pela empresa VINA de Belo Horizonte através do Sindicato SINDLURB (Sindicato das Empresas de coleta, limpeza e Industrialização de Resíduos Sólidos do Estado de Minas Gerais) por meio do Tribunal de Contas do estado TCE. Outrossim, vale salientar que o processo ocorreu no final de 2018 e mesmo o Tribunal Deferindo em favor do Consórcio, não havia mais tempo hábil para a execução dentro do mesmo ano, e com a análise do departamento de licitações e da comissão formada pela portaria 002/2018, decidiu-se pelo cancelamento do processo.

Seguindo os trabalhos de novo processo licitatório, houve dificuldades de aquisição de orçamentos de ATERROS SANITÁRIOS LICENCIADOS, causando demora para a elaboração do novo processo 002/2019 pregão 001/2019 que por conta de não haver concorrência entre empresas, comparecendo apenas a empresa A.L.F., e esta não se propôs em adequar seu preço de acordo com a dotação orçamentária dos municípios consorciados, tendo em vista a impossibilidade de contratação por estar sua proposta muito acima do valor de competência do CIDAS, após varias tentativas de negociações pelos membros da comissão de licitações, ficou estabelecida frustração do processo, pois o Consórcio não poderia firmar contratação acima de sua capacidade de pagamento, tendo como base estudos feitos anteriormente para a elaboração do Edital e consequentemente a formalização do processo licitatório.

CIDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA
O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL
(35) 3441-9401 CNPJ: 18.388.019/0001-12 -Avenida Ciro Golçaves, 173 - Cetro - Ouro Fino/MG
cidas@ourofino.mg.gov.br

Dessa forma o CIDAS continua na elaboração de novo Edital de licitação, porém com nova modalidade de pregão em separado; primeiro para a contratação de um **ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO** e logo em seguida a contratação de **EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O TRANSPORTE DE RSU** até o referido Aterro vencedor da licitação. Ainda há dificuldade de aquisição de cotações, tendo em vista a necessidade de se conseguir um preço médio condizente com a realidade da dotação orçamentária, por conta de termos orçamento muito acima da média e com possibilidade de aquisição de um preço mais justo dentro da capacidade dos municípios consorciados.

Já foram efetuados diversos estudos de viabilidade com empresas de transporte para a formalização do preço médio de transporte desses tipos de resíduos, porque é necessária a documentação de licença ambiental para tal procedimento, coisa que encarece o processo e precisa ser bem elaborado para não perdermos todo o trabalho de licitação.

Outra vertente que está sendo trabalhada, são as UTC's (Unidades de Triagem e Compostagem) com a implantação nos antigos Aterros e Lixões dos municípios consorciados, com a remediação dos locais degradados e com a adequação da mão de obra dos catadores que estão irregulares nos lixões atualmente e serão realocados nessas atividades com a formalização das associações e Cooperativas, dando ênfase na geração de emprego e renda com segurança e melhor qualidade de vida aos trabalhadores.

Esse procedimento está em fase de licenciamento ambiental com a regularização da área e da atividade através do CIDAS, pois se faz necessário o conhecimento das atividades listadas na legislação vigente, e o destino correto dos RSU para não haver impacto ambiental e melhor aproveitamento energético dos resíduos.

Os municípios consorciados contam também com a assessoria técnica da superintendência do Consórcio nos quesitos saneamento básico e sustentabilidade ambiental com a elaboração de projetos e certificações de atividades pertinentes ao processo da cadeia produtiva do beneficiamento dos RSU, estruturação dos CODEMAS e consultoria ambiental aos munícipes que contam com apoio técnico nas execuções de fossas sépticas e agroecológicas e capacitações de agentes municipais na área do saneamento ambiental com palestras em escolas e comunidades para a dispersão de informações inerentes ao bom desempenho das atividades que necessitem de orientações técnicas para execução adequada e com os devidos cuidados com o meio ambiente sustentável.

NELSON JOSÉ ANTONIO

SUPERINTENDENTE DO CIDAS

CREA – 1414022565 **OURO FINO, 07 DE OUTUBRO DE 2019.**

Prefeitura *Municipal de Monte Sião*
Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô
DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
Endereço: Rua Minas Gerais, 417 – centro/ telefones:35 3465-6136/4930
E-mail: educa@montesiao.mg.gov.br

Ofício n.º 129

Ao Ilmo Sr.

Vereador Benedito Dorta Neto

Assunto: Agradecimento

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 533/2019
Data: 04/10/2019Hora: 10:35:48
Natureza: Ofício

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, em nome da Diretoria Municipal de Educação e Esportes venho agradecer em resposta ao ofício nº 16/2019 e também parabenizá-lo pela sua participação na abertura do VII Congresso de Educação Monte Sião/MG.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Michele Basaglia

Diretora Municipal da Educação

Prefeitura *Municipal de Monte Sião*

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Endereço: Rua Minas Gerais, 417 – centro/ telefones:35 3465-6136/4930

E-mail: educa@montesiao.mg.gov.br

Ofício n.º 127

Ao Ilmo Sr.

Vereador José Tadeu Comune

Assunto: Manifestação de interesse em participar do programa de Escolas Cívico-Militares

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, venho através deste informar que após analisar sua sugestão o Município de Monte Sião – MG, através do seu prefeito municipal Sr. José Pocai Júnior, CPF n.º 314.366.926-87,e a Diretora Municipal de Educação Sra. Michele Basaglia CPF nº 289.798.218-75 vem manifestar interesse em ter uma escola da rede municipal participando do programa Escolas Cívico-Militares, instituído pelo decreto n.º 10.004, de 5 de setembro de 2019.

Para tanto, o município informa cadastrar, para avaliação desse Ministério, a seguinte escola:

1. Escola Municipal Padre Reinaldo

   Inep: 31264334

   Número de alunos de Ensino Fundamental: 922

Sem mais para o momento, desde já agradecemos a atenção e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Monte Sião, 02 de Outubro de 2019.

Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 532/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 03/10/2019
HORÁRIO: 12:34
Assinatura

Michele Basaglia

Diretora Municipal da Educação

Assunto **Monte Siao/MG - Manifestação de interesse Adesão ao Programa Escolas/cívico-militares**

De <educa@montesiao.mg.gov.br>

Para <PECIM@MEC.GOV.BR>

Data 2019-10-02 15:10

- Programa - escolas Militares.pdf (~372 KB)

Segue anexo Ofício de Manifestação

Prefeitura Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Gabinete do Prefeito

Portal: www.montesiao.mg.gov.br

Ofício: 191/2019

Monte Sião, 23 de setembro de 2019.

Aos Exmos. Senhores
José Tadeu Comune
Benedito Dorta Neto
Joel Talarico Elesbão

Câmara Municipal de Monte Sião-MG.
Protocolo Nº 530/2019
Data: 30/09/2019Hora: 10:25:47
Natureza: Ofício

Assunto: Resposta ao Requerimento 52/2019

Prezados Senhores

José Pocai Júnior, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em resposta ao requerimento supramencionado, encaminha em anexo cópia do Projeto do Asfalto do prolongamento da Rua Celso Sebastião Simoneti.

Sendo o que cabia para o momento, renova protestos de elevada estima.

Atenciosamente

José Pocai Junior
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 34/2019

Processo Licitatório - PRC 594/2018
Concorrência Pública - CP 02/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
Contratada: LIMPAV TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM NA ESTRADA MUNICIPAL BAIRRO ALVES - FURRIEL PARA A DIRETORIA DE OBRAS URBANAS E RURAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG.
Dotação Orçamentária: 02004.2678200161.202.449051 – Ficha: 180.
Valor: R$ 331.088,55 (trezentos e trinta e um mil, oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
Data da Assinatura: 12/03/2019
Vigência: 31/12/2019.

"Termo de contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO, e a empresa LIMPAV TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM NA ESTRADA MUNICIPAL BAIRRO ALVES - FURRIEL PARA A DIRETORIA DE OBRAS URBANAS E RURAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG".

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 2018, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG, com sede administrativa na Rua Maurício Zucato, nº 111, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.646.525/0001-31, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ POCAI JÚNIOR, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº M-1.396.639, inscrito no CPF sob nº 314.366.926-87, residente e domiciliado a Rua Antônio Guarini, 404, Pq. Dona Antonieta, neste Município, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **LIMPAV TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.968.554/0001-33, com sede social a Avenida Nossa Senhora das Brotas, 99, Jardim Itamaraty, Lindóia/SP, CEP: 13.950-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por ANDREIA APARECIDA GUEDES CIARAMICOLI, portador do RG sob nº 33.132.526-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 262.797.928-03, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato nº 34/2019, decorrente do Processo Licitatório PRC 594/2018, **CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 002/2019**, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a execução pela Contratada a Contratante, sob o regime de empreitada global, compreendendo material e mão-de-obra para a Execução de Obra Pública para Recapeamento Asfáltico na Estrada Municipal entre os Bairros Alves - Furriel para a Diretoria de Obras Urbanas e Rurais da Prefeitura Municipal de Monte Sião da Prefeitura Municipal de Monte Sião, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos em anexo, que passam a integrar o presente contrato.

1.2. Inclui-se no objeto da presente contratação a elaboração pela Contratada do competente projeto executivo das obras e serviços realizados, arcando com os respectivos custos e encargos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA realizará a totalidade dos serviços descritos na Cláusula Primeira do presente contrato, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo que o prazo de início dos mesmos será contado a partir da data constante da Ordem de Início de Serviços expedida pelo Departamento competente.

2.2. Fica fixado o prazo de até 3 (três) dias, a contar da assinatura do presente contrato, para o início da execução da obra, conforme requisição a ser expedida pelo Departamento competente da Contratante.

2.3. Local designado para execução do objeto da contratação: Loteamento São Marcos, Bairro Mococa de Monte Sião – MG.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR e DO REAJUSTAMENTO

3.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em R$ 331.088,55 (trezentos e trinta e um mil, oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

3.2. A presente despesa onerará a seguinte dotação orçamentária:
02004.2678200161.202.449051 – Ficha: 180

3.3. Não haverá reajuste de preços durante o período contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura, em parcelas correspondentes a execução das etapas e fases previstas no cronograma físico e financeiro. A contratada deverá apresentar a Nota de Empenho e nota(s) fiscal(is) correspondente (s) que será(ao) atestada(s) pela Administração.

4.2. O pagamento dependerá da verificação da execução das obras e serviços a serem feitos de acordo com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, da seguinte forma:

1) 1ª parcela correspondente a aproximadamente 1,19 % (um inteiro e dezenove centésimos de pontos percentuais) do valor da obra, mediante a execução total de 100% (cem por cento) dos itens 1 e 2 do cronograma físico-

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

financeiro, que deverão ser executadas em até 30 (trinta) dias a contar da data de início da obra;

2) 2ª parcela correspondente a aproximadamente 40,14 % (quarenta inteiros e quatorze centésimos de pontos percentuais) do valor da obra, mediante a execução parcial de 100% (cem por cento) do item 3 do cronograma físico-financeiro, que deverão ser executadas em até 60 (sessenta) dias a contar da data de início da obra;

3) 3ª parcela correspondente a aproximadamente 9,26 % (nove inteiros e vinte e seis centésimos de pontos percentuais) do valor da obra, mediante a execução total, 50% (cinquenta por cento) do item 4 do cronograma físico-financeiro, que deverão ser executadas em até 90 (noventa) dias a contar da data de início da obra;

4) 4ª parcela correspondente a aproximadamente 9,26 % (nove inteiros e vinte e seis centésimos de pontos percentuais) do valor da obra, mediante a execução total, 100% (cem por cento) do cronograma físico-financeiro, que deverão ser executadas em até 120 (cento e vinte) a contar da data de início da obra;

4.3. No ato da retirada da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento a empresa deverá apresentar, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação

4.4. O valor contratado não será reajustado, razão pela qual as propostas deverão atentar para o disposto no art. 8º da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Concluídas as obras, objeto desta contratação, a contratada solicitará aprovação junto a Diretoria de Obras Urbanas e Rurais que fará todas as observações que julgar necessárias, rejeitando as obras que não tenham sido executadas nos termos editalícios e contratuais. Nesta hipótese será dado um prazo de 10 (dez) dias úteis para que a contratada, às suas expensas, complemente ou refaça as obras rejeitadas. Aceitas as obras, a Diretoria de Obras Urbanas e Rurais emitirá certificado definitivo de recebimento das obras objeto da licitação, o que possibilitará a liberação da garantia de execução.

5.2. A fiscalização das obras contratadas será efetuada por técnicos da Diretoria de Obras Urbanas e Rurais do Município, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.

5.3. Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com o Projeto e Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente contrato.

5.4. Não serão aceitos produtos que não forem de primeira qualidade, ou em desconformidade com

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

as especificações contidas no presente contrato.

5.5. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidade, durabilidade, segurança, compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA fica responsável pela solidez e segurança da obra, quando a vícios ocultos ou defeitos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a serem contados a partir do recebimento definitivo da obra emitido pela Diretoria de Obras Urbanas e Rurais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Pelo atraso ou demora injustificados para o início dos serviços ou para a entrega total desses ou nas etapas dos mesmos, além do prazo estipulado no presente contrato, aplicação de multa na razão de 0,4% (quatro décimos por cento), por dia de atraso ou de demora, calculado sobre o valor total do contrato, até 10 (dez) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.2. Pelo atraso ou demora injustificados superiores a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até 15 (quinze) dias consecutivos de atraso ou de demora. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.3. Quando da reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, referente aos serviços executados, aplicação de multa na razão de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por reincidência, sendo que a CONTRATADA terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 03 (três) reincidências e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e imputada à CONTRATADA, a pena prevista no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93, **pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.**

7.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato.

7.5. Será facultado à CONTRATADA, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta cláusula.

7.6. Aplicadas as multas, a administração poderá descontar do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

7.7. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

8.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;

8.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.4 do presente contrato.

8.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº. 8666/93.

8.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

8.3.2. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A Contratada se compromete a:

9.1.1. Executar o objeto deste contrato conforme Projeto e Especificações Técnicas.

9.1.2. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado.

9.1.3. Arcará com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, EPIs, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

9.1.4. Os preços propostos pela CONTRATADA serão considerados completos e suficientes para a execução de todos os serviços, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da CONTRATADA.

9.1.5. Na hipótese de qualquer reclamatória trabalhista proposta contra a CONTRATANTE pelos empregados da CONTRATADA, esta deverá comparecer espontaneamente em juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a CONTRATANTE no processo até sentença final, respondendo pelos ônus diretos e/ou indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa após o término ou rescisão do presente contrato.

9.1.6. Deverá assegurar os empregados contra riscos de acidentes de trabalho.

9.1.7. Indenizará terceiros e à Administração todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

9.1.8. Obriga-se a cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.1.9. Fornecer toda a mão-de-obra, materiais (conforme Projeto e Especificações Técnicas), ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

9.1.10. Obriga-se, a CONTRATADA, a atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

9.1.11. Toda e qualquer impugnação feita pela CONTRATANTE obrigará a CONTRATADA a

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

corrigir ou reparar e efetuar substituição de material e/ou serviço inadequado, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, em até 10 dias úteis. Não sendo possível, indenizará o valor correspondente, acrescido de perdas e danos.
9.1.12. Indicará por escrito, à CONTRATANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução da obra, com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), sem a qual a mesma não poderá ser iniciada, juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei nº. 8.666/93.
9.1.13. Manterá todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
9.1.14. Responderá pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.
9.1.15. Manter limpo os locais dos serviços, fazendo remover o lixo e entulhos para fora do local dos mesmos, em forma periódica.
9.1.16. Entregar os serviços completamente limpos, acabados, desembaraçados de equipamentos, máquinas, sobras de material e com todas as instalações em perfeito funcionamento.

9.1.17. Assegurar livre acesso por parte da fiscalização a todas as partes dos serviços em andamento.
9.1.18. Respeitar as especificações do Projeto e Especificações Técnicas.
9.1.19. Arcar com as despesas com demolições e reparos de serviços mal executados ou errados, por sua culpa.
9.1.20. Remover dos locais onde forem executados os serviços, de forma imediata, todo e qualquer material não aprovado pela fiscalização.
9.1.21. Chamar a fiscalização com antecedência razoável sempre que houver necessidade.
9.1.22. Assumir perante a CONTRATANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.
9.1.23. A CONTRATADA deverá substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.
9.1.24. A CONTRATADA deverá efetuar o registro dos serviços no CREA/MG, em observância ao disposto na Lei nº. 6.496, de 02-09-79.
9.1.25. A CONTRATADA não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância da CONTRATANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.
9.1.26. Deverá a CONTRATADA informar qualquer mudança de endereço, telefone, fax ou outros.
9.1.27. A CONTRATADA deverá apresentar o a cada medição o diário de obras, com fotos, assinado pelo engenheiro responsável pela execução da obra, impreterivelmente até às 16 horas na Secção de Engenharia da Prefeitura Municipal.

9.2. A Contratante se compromete a:
9.2.1. Fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.
9.2.2. Receber os serviços contratados, lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.
9.2.3. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no presente contrato.

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O objeto do presente contrato tem garantia de 05 (cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

10.2. A presente contratação reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Monte Sião, MG, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Sião, 12 de março de 2019.

27.968.554/0001-33
LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA- EPP
Av. Nossa Senhora das Brotas, 99
Jardim Itamaraty
CEP 13.950-000 - Lindóia - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
JOSÉ POÇAI JÚNIOR
-CONTRATANTE-

Andreia Aparecida Guedes Ciaramicoli
LIMPAV TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP.
ANDREIA AP. GUEDES CIARAMICOLI
-CONTRATADA-

TESTEMUNHAS:

1 – _____
NOME: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

2 – _____
NOME: _____
RG: _____
CPF/MF: _____

Prefeitura de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

Diretoria Administrativa – Divisão de Licitações

www.montesiao.mg.gov.br

Fls. Nº

ANEXO DO CONTRATO 0034/19 2019

CONCORRÊNCIA 0002/19

PROCESSO 000594/18

Empresa: LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

CNPJ: 27.968.554/0001-33

ENDEREÇO: AV NOSSA SENHORA DAS BROTAS, 99, , JARDIM ITAMARATY, 13950-000, LINDOIA, SP.

Item	Descrição	Valor Total
1	Proposta para todos os itens	331.088,55

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 331.088,55

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA - EPP.

Av. Nossa Senhora das Brotas, 99 – Jardim Itamaraty – Lindoia/ SP. CEP. 13.950-000

CNPJ. 27.968.554/0001-33 Insc. Estadual: 418.012.973.112

Telefone:(19) 3898-2985 / 3898-1204 Email: limpavterraplenagem@gmail.com

ANEXO Nº I

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

PROCESSO: PRC 594/2018 – LICITAÇÃO: CP 002/2019 – PROCESSO DE LICITAÇÃO GLOBAL

ITEM	QUANTID:	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO
ESPECIALIDADE: 24 OBRAS E ENGENHARIA			
01	01	SERVIÇO	**OBRA PÚBLICA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM NA ESTRADA MUNICIPAL BAIRRO ALVES-FURRIEL** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CBUQ E DRENAGEM NA ESTRATA MUNICIPAL BAIRRO ALVES-FURRIEL PARA A DIRETORIA DE OBRAS URBANAS E RURAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG., CONFORME MEMORIAL DESCIRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO, QUE PASSAM A INTEGRAR O PRESENTE EDITAL.

LICITANTE: **LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-EPP.**

CNPJ: 27.968.554/0001-3 CREA/SP. 2108270

Av. Nossa Senhora das Brotas, 99, na cidade de Lindóia SP., CEP. 13.950-000

Assinatura: X _____

APARECIDA GUEDES CIARAMICOLI (Sócia Administradora)

RG. 33.132.526-3 SSP/SP

Valor total da proposta: **R$ 331.088,55** **(trezentos e trinta e um mil, oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**

Validade da proposta: **60 (sessenta dias)** a partir da entrega dos envelopes (12/03/2019)

Condições de pagamento: Conforme item 11 do Edital.

Obs. Planilha e Cronograma anexos.

Prefeitura Municipal de Monte Sião
Fls. Nº

LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA - EPP.

Av. Nossa Senhora das Brotas, 99 – Jardim Itamaraty – Lindoia / SP. CEP. 13.950-000

CNPJ. 27.968.554/0001-33 Insc. Estadual: 418.012.973.112

Telefone: (19) 3898-2985 / 3898-1204 Email: limpavterraplenagem@gmail.com

PROPOSTA

EMPRESA:	LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA-EPP. AV. NOSSA SENHORA DAS BROTAS, 99 - JARDIM ITAMARATY - LINDOIA - SP. CEP. 13.950-000 CNPJ: 27.968.554/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO - MG.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA: CP: Nº 002/2019	PROCESSO LICITATÓRIO: 594/2018

OBJETO:	CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM NA ESTRADA MUNICIPAL BAIRRO ALVES - FURRIEL PARA A DIRETORIA DE OBRAS URBANAS E RURAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO/MG. , COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA , CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS, ANEXOS AO PRESENTE EDITAL
TIPO:	MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO	FOLHA: Nº 01/01
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM	DATA: 12/03/2019
LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL, BAIRRO DOS ALVES, MONTE SIÃO -MG.	FORMA DE EXECUÇÃO
REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA: SINAPI MARÇO/2018 S/DESONERAÇÃO	( ) DIRETA / (x) INDIRETA
ISS DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO-MG = 5%	LDI 24,23%
PRAZO DE EXEUCUÇÃO: 04 MESES	

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO S/LDI	PREÇO UNITÁRIO C/ LDI	PREÇO TOTAL
1		INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA					1733,01
1.2	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m2	4,5	310	385,11	1733,01
2		LOCAÇÃO DA OBRA				0,00	1852,27
2.1	78472	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m2	4.970,00	0,3	0,37	1852,27
						0,00	0,00
3		OBRAS VIÁRIAS -PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ				0,00	267580,34
3.1	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m2	4.970,00	1,14	1,42	7038,62
3.2	96387	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE SOLO.	m3	497	5,85	7,27	3611,93
3.3	74154/001	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR SOBRE ESTEIRAS 347 HP E CAÇAMBA 603, DMT. 50 A 200M	m3	497	4,3	5,34	2654,92
3.4	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES-EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	m3	745,5	96,98	120,48	89816,54
3.5	OBR-VIA-435	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT ACIMA DE 50 KM	m3xkm	39.138,75	0,38	0,47	18476,39
3.6	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUIDO CM-30	m2	4.260	4,18	5,19	22121,39
3.7	93177	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO, COM CAMINHAO COM CAPACIDADE DE 20000L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE IGUAL OU INFERIOR A 100 KM	Txkm	268,38	1,51	1,88	503,45
3.8	OBR-VIA-165	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM MATERIAL BETUMINOSO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO DENTRO DO CANTEIRO DE OBRAS, EXLCUSIVE TRANSPORTE	m2	4.260,00	0,91	1,13	4815,90
3.9	93177	TRANSPORTE DEMATERIAL ASFALTICO, COM CAMINHAO COM CAPACIDADE DE 20000L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE IGUAL OU INFERIOR A 100 KM	Txkm	111,83	1,51	1,88	209,78

Prefeitura Municipal de Monte Alto
Fls. Nº

3.10	OBR-VIA-180	EXECUÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM MATERIAL BETUMINOSO, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS AGREGADOS E TRANSPORTE DO MATERAIL BETUMINOSO DENTRO DO CANTERIO DE OBRAS, ESCLUSIVE TRANSPORTE	m3	170,4	521,19	647,47	110329,63
3.11	OBR-VIA-405	TRANSPORTE DE PMF/CBUQ PARA CONSERVAÇÃO DMT ACIMA DE 50 KM	m3xkm	8946	0,72	0,89	8001,80
4		DRENAGEM				0,00	59922,93
4.1	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO.	m	6	93,23	115,82	694,92
4.2	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM,JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS -FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m	120	152,59	189,56	22747,51
4.3	92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS -FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m	6	230,24	286,03	1716,16
4.4	92216	TUBO DE CNCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM,JUNTA RÍGIDA, INTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS -FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m	6	311,03	386,39	2318,36
4.5	79480	ESCAVAÇÃO MECÂNICA,CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATÉ 2,00 M DE PROFUNDIDADE	M3	331,2	1,97	2,45	810,56
4.6	93381	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA(CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26M3/POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5M, PROFUNDIDADE DE 1,5 DE 3,0M COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA.	m3	288,81	6,04	7,50	2167,03
4.7	94107	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA	m3	20,7	162,69	202,11	4183,67
4.8	92792	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6,3 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS EXCETO LAJES	kg	27,22	5,25	6,52	177,53
4.9	92793	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 8,00 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES	kg	9,03	5,57	6,92	62,48
4.10	1527	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTÊNCIA C25, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, INCLUI SERVIÇO DE BOMBEAMENTO	m3	19,02	250	310,58	5907,14
4.11	94962	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4, 5:4,5 (CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L	M3	1,03	212,82	264,39	272,32
4.12	96533	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES	M2	181,46	61,56	76,48	13877,33
4.13	87451	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 19X19X39CM(ESPESSURA 19CM) DE PAREDES COMÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6 M2 SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA	M2	51,36	61,71	76,66	3937,38
4.14	87893	CHAPISCO ALCADO EM ALVENARIA(SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL	M2	181,46	4,66	5,79	1050,49
		TOTAL GERAL DA OBRA				0	331088;55

VALOR TOTAL:	**R$ 331.088,55** (trezentos e trinta e um mil, oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

NO PREÇO TOTAL ESTÃO INCLUSOS TODOS OS TRIBUTOS, OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS, COMERCIAIS, TRABALHISTAS, EMBALAGENS, TARIFAS, FRETES, SEGUROS, DESCARGA, TRANSPORTE, MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, INSUMOS NECESSÁRIOS, RESPONSABILIDADE CIVIL E DEMAIS DESPESAS INCIDENTES OU QUE VENHAM A INCIDIR SOBRE A OBRA, OBJETO DESTA LICITRAÇÃO, SEM A INCLUSÃO DA EXPECTATIVA INFLACIONÁRIA OU ENCARGOS FINANCEIROS, NOS TERMOS DO ITEM 6.1.4.1 DO EDITAL

A PROPOSTA REFERE-SE À INTEGRALIDADE DO OBJETO.

A VALIDADE DA PROPOSTA É DE : 60 (SESSENTA DIAS) a partir da data do recebimento do envelope.(12/03/2019)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME ITEM 11 DO EDITAL (Em parcelas correspondentes a execução das etapas e fases previstas no cronograma fisico e financeiro.

Lindoia, 12 de Março de 2019

X

ANDRÉIA APARECIDA GUEDES CIARAMICOLI
RG. 33.132.526-3 SSP/SP.
Sócia Administradora

MARCIO ANDRÉ BRONZATTI
RESPONSÁVEL TÉCNICO

Prefeitura Municipal de Mo...
Fls. Nº

LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA - EPP.

Av. Nossa Senhora das Brotas, 99 – Jardim Itamaraty – Lindoia / SP. - CEP. 13.950-000

CNPJ. 27.968.554/0001-33 Insc. Estadual: 418.012.973.112

Telefone: (19) 3898-2985 / 3898-1204 Email: limpavterraplenagem@gmail.com

CP: 002/2019	PROCESSO LICITATÓRIO 594/2018

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO

PREFEITURA: MONTE SIÃO	VALOR DO CONVÊNIO: R$ 335.851,00	DATA: 12/03/2019
OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM	LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL, BAIRRO DOS ALVES	PRAZO DA OBRA: 4 MESES

ETAPAS	FISICO/FINANCEIRA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	TOTAL
INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA	Fisico %	0,53%				0,53%
	Financeiro	R$ 1.733,01				R$ 1.733,01
LOCAÇÃO DA OBRA	Fisico %	0,67%				0,67%
	Financeiro	R$ 1.852,27				1.852,27
OBRAS VIÁRIAS - PAVIMENTAÇÃO	Fisico %		40,14%			40,14%
	Financeiro		R$ 133.790,17	R$ 133.790,17		R$ 267.580,34
DRENAGEM	Fisico %			9,26%	9,26%	18,52%
	Financeiro			R$ 29.961,47	R$ 29.961,46	R$ 59.922,93
TOTAL	Fisico %	1,19%	40,14%	9,26%	9,26%	100%
	Financeiro	R$ 3.585,28	R$133.790,17	R$ 163.751,64	R$ 29.961,46	R$ 331.088,55

RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA		
MÁRCIO ANDRÉ BRONZATTI	Nº do CREA: 5060668469	Observações: BAIRRO ALVES - FURRIEL
Assinatura:		

Lindoia, 12 de Março de 2.019

X

ANDRÉIA APARECIDA GUEDES CIARAMICOLI
RG. 33.132.526-3 SSP/SP.
Sócia Administradora

MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO

CNPJ: 22.646.525/0001-31
RUA MAURÍCIO ZUCATO, 111 - CENTRO
MONTESIÃO - MINAS GERAIS

Prefeitura Municipal de Monte Sião

GL 1760
26/03/2019
FICHA: 180
C.A: 01 000

GL - Global

Fornecedor: LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA **Doc:** 27.968.554/0001-33 **Cod:** 51909
Endereço: AV NOSSA SENHORA DAS BROTAS **Nº:** 99 **CEP:**13950-000
Cidade: LINDOIA **Bairro:** JARDIM ITAMARATY

Licitação: OBRA CONCORRENCIA **Nº:** 000594/18 **Doc:** **Requi:** **Venci:** 19/03/2019

Histórico:
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação: 000594/18 - Entidade: 1 - Ano Mod.: 2019 - Modalidade: CONCORRÊNCIA - Nº Mod.: 2 - Mod. Formatada: 2 - CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM NA ESTRADA MUNICIPAL BAIRRO ALVES - FURRIEL

RECURSO TCE/MG:
01 Recursos do Exercício Corrente
000 Recursos Ordinários

02 04	DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS E RURAIS	
26.782.0016.1202.0000	PAVIMENTACAO DE VIAS RURAIS	
4.90.51.01	Obras e Instalações de Domínio Público	
FICHA: 180		

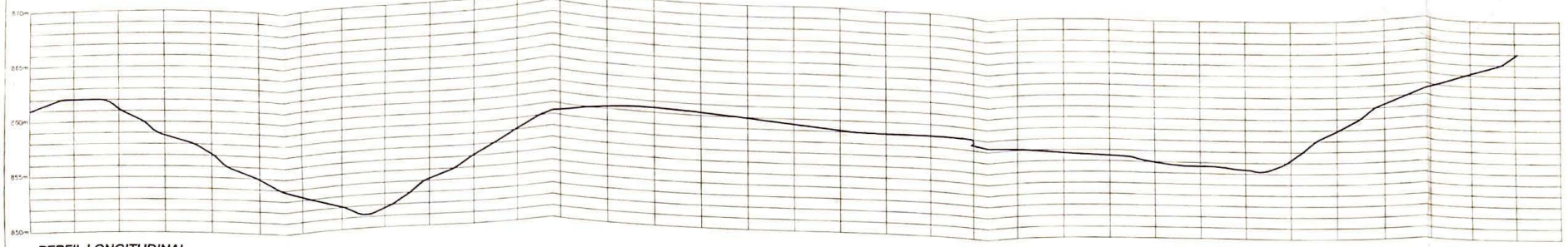
Dotação Inicial	336.251,00
Emp. até Data	0,00
Saldo Atual	5.162,45
Valor Empenhado	**331.088,55**
Desconto	**0,00**
Valor Liquido	**331.088,55**

ORDENADOR DE DESPESA:

JOSÉ POCAI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

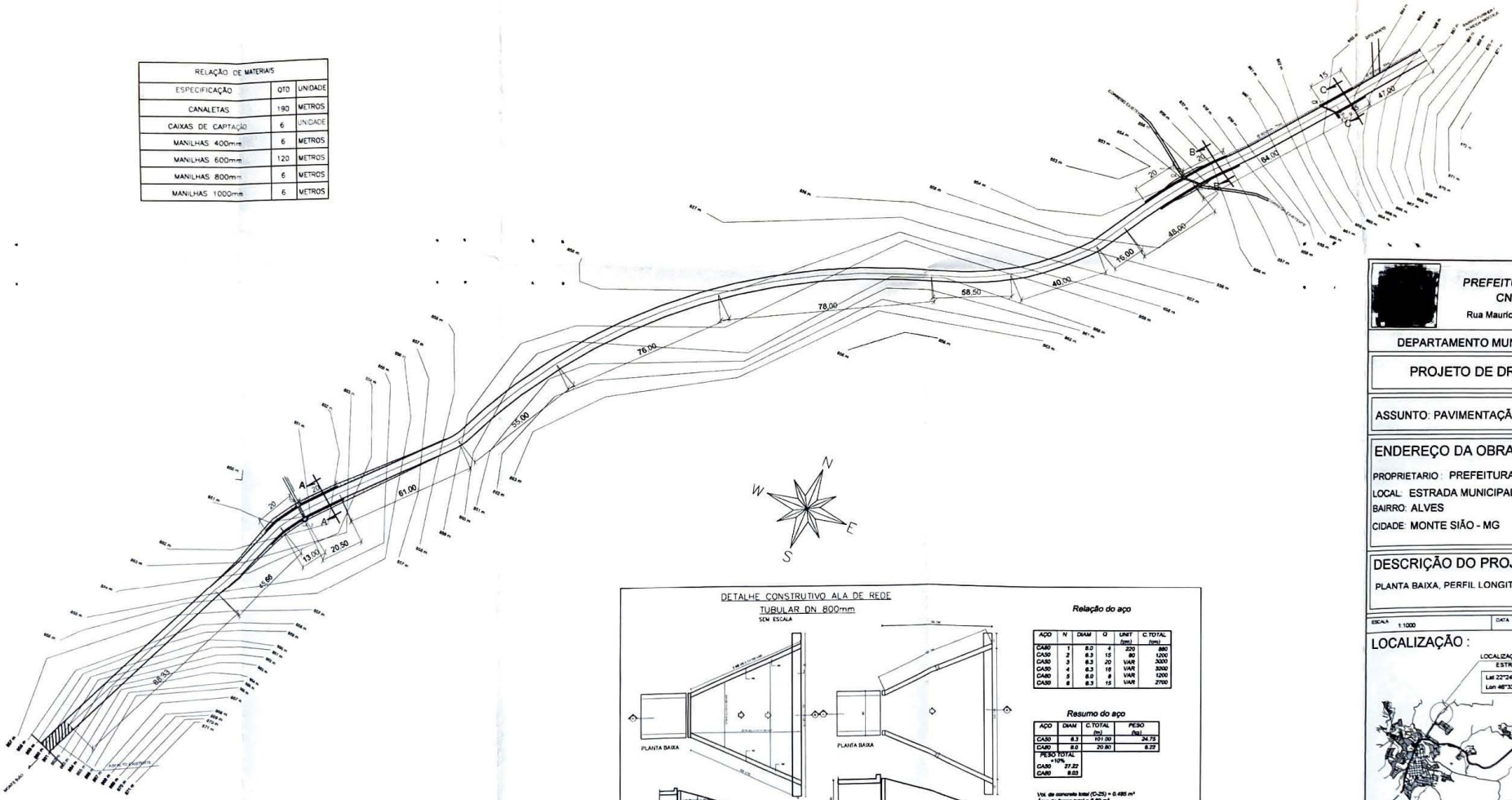
RESPONSÁVEL TÉCNICO:

MARCOS ROGERIO DA SILVA
CONTADOR - CRC: 091104/O-3/MG



PERFIL LONGITUDINAL
Esc. HORIZONTAL: 1:1000
Esc. VERTICAL: 1:200

RELAÇÃO DE MATERIAIS		
ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIDADE
CANALETAS	190	METROS
CAIXAS DE CAPTAÇÃO	6	UNIDADE
MANILHAS 400mm	6	METROS
MANILHAS 600mm	120	METROS
MANILHAS 800mm	6	METROS
MANILHAS 1000mm	6	METROS



PLANTA BAIXA
esc. 1:1000

Relação do aço

AÇO	N	DIAM	Q	UNIT (cm)	C TOTAL (cm)
CA50	1	8.0	4	220	880
CA50	2	6.3	15	80	1200
CA50	3	6.3	20	VAR	3000
CA50	4	6.3	10	VAR	3000
CA60	5	6.0	4	VAR	1200
CA50	6	6.3	15	VAR	2700

Resumo do aço

AÇO	DIAM	C.TOTAL (m)	PESO (kg)
CA50	6.3	101.00	24.75
CA60	8.0	20.80	8.22
PESO TOTAL +10%			
CA50	27.22		
CA60	9.03		

Vol. de concreto total (C-25) = 0.480 m³
Área de forma total = 6.80 m²

[redacted]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
CNPJ: 22.646.525/0001-31
Rua Maurício Zucato, nº111 - Centro - CEP:37580-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS URBANAS

PROJETO DE DRENAGEM

FOLHA 01/02

ASSUNTO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM

ENDEREÇO DA OBRA:

PROPRIETARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL
BAIRRO: ALVES
CIDADE: MONTE SIÃO - MG

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

PLANTA BAIXA, PERFIL LONGITUDINAL, DETALHES E LISTA DE MATERIAIS

ESCALA	DATA	COTAS	NBT Nº
1:1000	20/03/2018	INDICADO	

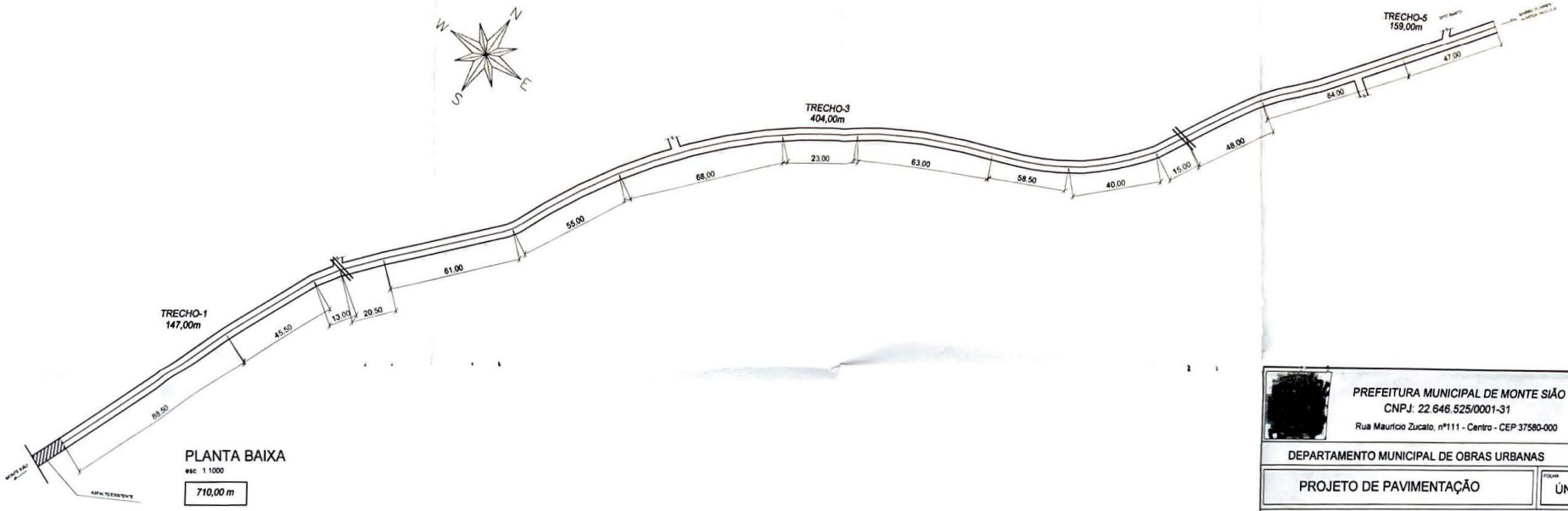
LOCALIZAÇÃO :

ESC. SEM ESCALA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
JOSÉ POCA JÚNIOR

ENGENHEIRO RESPONSÁVEL DO PROJETO E FICALIZAÇÃO
DANIEL TEIXEIRA
CREA 98.325/D

APROVAÇÃO

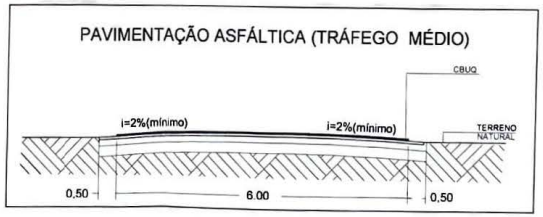


PLANTA BAIXA

esc 1:1000

710,00 m





MEMORIAL DE CÁLCULO (PAVIMENTO)			
TRECHO-1	CBUQ	147,00x6,00	882,00m²
TRECHO-1	BASE	147,00x7,00	1.029,00m²
TRECHO-2	CBUQ	404,00x6,00	2424,00m²
TRECHO-2	BASE	404,00x7,00	2828,00m²
TRECHO-3	CBUQ	159,00x6,00	954,00m²
TRECHO-3	BASE	159,00x7,00	1.113,00m²
ÁREA TOTAL EM CBUQ			4.260,00m²
ÁREA TOTAL EM BASE			4.970,00m²

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

CBUQ(CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE)	4,00cm
PINTURA BETUMINOSA LIGANTE RR-1C	
IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE CM-30	
BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - BGS	15.00cm
SUB BASE COM SOLO ESTABILIZADO GRANULOMETRICAMENTE	10.00cm
REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO	20.00cm

29,00cm CADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
CNPJ: 22.646.525/0001-31
Rua Mauricio Zucato, nº111 - Centro - CEP 37580-000

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS URBANAS

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO | FOLHA: ÚNICA

ASSUNTO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E DRENAGEM

ENDEREÇO DA OBRA:

PROPRIETARIO : PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
LOCAL: ESTRADA MUNICIPAL
BAIRRO: ALVES
CIDADE: MONTE SIÃO - MG

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

PLANTA BAIXA, DETALHES E LISTA DE MATERIAIS

ESCALA 1:1000 | DATA 20/03/2018 | COTAS METROS | ART Nº

LOCALIZAÇÃO :



ESC. SEM ESCALA

PROPRIETARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO
JOSE POCAI JUNIOR

ENGENHEIRO RESPONSAVEL DO PROJETO E FISCALIZAÇÃO
DANIEL TEIXEIRA
CREA 99.3260

APROVAÇÃO:



Câmara Municipal Monte Sião
PROTOCOLO Nº: 523/2019
NATUREZA: Ofício
DATA: 27/09/2019
HORÁRIO: 12:34
Assinatura

Campanha, 26 de setembro de 2019.

Ilmo. Vereador
Donizeti Benedito da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal
Monte Sião - MG

Temos a satisfação de convidar V.Exa. e seus pares para a solenidade de abertura do "VII Congresso de Educação Monte Sião - MG", a se realizar no dia 01 de outubro de 2019, às 20h, no Centro de Exposições e Lazer de Monte Sião / Pavilhão.

Em seguida à solenidade de abertura será apresentada a palestra "Como educar uma geração que não acredita na educação como agente transformador da própria vida?", pelo Dr. Rossandro Klinjey.

A presença de V.Exa. e de seus pares muito honrará a organização e os participantes do evento.

Solicitamos o obséquio de confirmar presença até o dia 30 de setembro de 2019, pelo e-mail ou telefone: baldorh@hotmail.com / (35) 99967.1024.

Cordialmente,

Guilherme Augusto Dias Baldo
Diretor

Baldo Treinamento Educacional, Empresarial, Recursos Humanos e Eventos Ltda.
CNPJ: 09.323.594/0001-46 / Inscrição Estadual: isento / Inscrição Municipal: 543681
Rua Américo Lobo – 39 A – Centro – 37400-000 – Campanha – MG
Telefones: (35) 3261-3320 / (35) 99967-1024 / (35) 98848-3320
E-mail: baldorh@hotmail.com

BALDO
EDUCAÇÃO & EVENTOS

VII Congresso de Educação Monte Sião-MG

Local: Centro de Exposições e Lazer de Monte Sião / Pavilhão

01 de outubro 2019

19h - Credenciamento

19h30 - Abertura do evento


Rossandro Klinjey

I - 20h - "Como educar uma geração que não acredita na educação como agente transformador da própria vida?"
(Escritor, Palestrante e Psicólogo Clínico Dr. Rossandro Klinjey – Campina Grande-PB)

21h30 - Coffe Break

02 de outubro de 2019


Lourdes Atié

18h - Credenciamento

II - 18h30 - "Eu escolhi ser professor! O que isso significa?"
(Prof.ª Esp. Lourdes Atié – São Paulo-SP)


Reury Fidelis

20h - Coffee Break

III - 20h30 - "Fake News: Um mal antigo que está bombando nas redes. E aí, como lidar?"
(Especialista em gestão Reury Fidelis – Belo Horizonte-MG)

03 de outubro de 2019


Pedro Calabrez

19h30 - Credenciamento

IV - 20h - "Por que é tão difícil mudar?"
(Prof. Dr. Pedro Calabrez – São Paulo-SP)

21h30 - Coffee Break

04 de outubro de 2019

21h - Coquetel de encerramento (DJ Syl Bueno + Trio Arena)

INVESTIMENTOS:

- **Dias 01, 02, 03 e 04/10**
  R$ 530,00 x pessoa

01/10 - R$ 100,00 x pessoa
02/10 - R$ 200,00 x pessoa
03/10 - R$ 100,00 x pessoa
04/10 - R$ 150,00 x pessoa

INFORMAÇÕES:

Baldo Educação & Eventos
(35)3261-3320
(35)98848-3320
baldorh@hotmail.com
(35)99967-1024 - Guilherme Baldo

APOIO:

FACULDADE UNICA
GRUPO Prominas EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

A empresa responsável pelo evento reserva-se o direito de substituir conferencista, caso necessário.